

ÁDYLA WILSIANDRA VALENTE DE SOUZA . AERCIO BARBOSA DE OLIVEIRA . ALDEBARAM DO SOCORRO DE MOURA

AMANDA FABRÍCIA LEÃO MOTA . ANA BEATRIZ OLIVEIRA REIS

ANDREW DE SOUZA . BEATRIZ FARIAS

BRENO BRINGEL . CARMEN SILVIA

CAROLINE RODRIGUES DA SILVA

COLETIVO DE ESTUDANTES NEGROS

COLETIVO DE NEGRAS E NEGROS

ALESSANDRA CARIPUNA

DO SSO DA UFRJ - DONA IVONE LARA

COLETIVO PÃO E TINTA

COMITÊ POPULAR URBANO

COLETIVO TELA FIRME

CONSELHO INDÍGENA TAPAJÓS ARAPIUNS

COOPAGRES

DANDARA MARTINS . EDUARDO SILVA

ELBER BENTES

ELEONARDO FERREIRA DE LIMA

ESPAÇO MULHER

ELIEDSON MACHADO . ERICK PINHO

DE PASSARINHO

EVANDERSON CAMILO NORONHA

EVANILDO SILVA

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

FÓRUM GRITA BAIXADA

E ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS DE SANTARÉM

GABRIEL REGO LICATA

GRUPO DE DEFESA DA AMAZÔNIA

GRUPO DE TRABALHO DE

GRUPO DE MULHERES BRASILEIRAS

PESQUISA MILITANTE EM SAÚDE

INSTITUTO DE FORMAÇÃO

HELEN AMANDA PINTO DOS SANTOS

HUMANA E EDUCAÇÃO POPULAR

JOANA VALENTE SANTANA

ISABELLA CORRÊA . JEANDREO OLIVEIRA

KARLA RAYMUNDO . KETRIN BALIEIRO

JOÃO GOMES DA SILVA NETO

LEIDE DIANA CASTRO DA SILVA

KEULLER DE SOUZA . LARA GONÇALVES

LÍLIAN BARBOSA . LINCON AGUIAR

LEONARDO COSTA MIRANDA

LUCIMAR NAIARA ALVES

LUCAS WELLINGTON DA SILVA

LUIZA DE MARILLAC M. SOUZA

LUIZ OTÁVIO RIBAS

MARCO MONDAINI . MONICA OLIVEIRA

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

MOVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS

CORES DO AMANHÃ

PARA O CONE SUL - PACS

MOVIMENTO TAPAJÓS VIVO

REDE DE MULHERES

RUA JUVENTUDE ANTICAPITALISTA

NEGRAS DE PERNAMBUCO

RAIDIENE CUNHA . RAUL NUNES

RIONALDO DE JESUS JUNIOR

REDE BRASILEIRA DE

ROVAINÉ RIBEIRO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

SARA DA COSTA PEREIRA

ROSIMERE NERY PEIXOTO

TACIANA GOUVEIA

RUDRIGO RAFAEL SILVA

YURI SANTANA RODRIGUES

**A LUTA
POPULAR
URBANA
POR SEUS
PROTAGONISTAS:
DIREITO
À CIDADE,
DIREITOS
NAS CIDADES**

Publicado em Dezembro de 2018 pela FASE

Edição: Número 1

Editora: FASE

Projeto Gráfico: Rachel Gepp

Revisão: Silvia Aguião

Impressão: 3Graph Gráfica e Editora

Tiragem: 500 exemplares

ISBN: 978-85-86471-91-9

Esta publicação foi realizada com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e de fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva da FASE e não representa necessariamente a posição da FRL.



“Somente alguns direitos reservados. Esta obra possui a licença Creative Commons de “Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas”



**A LUTA POPULAR URBANA POR SEUS PROTAGONISTAS:
DIREITO À CIDADE, DIREITOS NAS CIDADES**

1ª Edição
Rio de Janeiro

FASE
2018

SUMÁRIO

- 06. Apresentação
- 12. Metodologia

CONTEXTOS PANORÂMICOS E VISÕES EXPLORATÓRIAS

- 20. Mudanças no ativismo contemporâneo: controvérsias, diálogos e tendências
- 30. Do governo democrático da democracia ao governo autoritário da democracia: o deslocamento no campo político das lutas sociais no Brasil e tendências

ATORES PRÁTICAS E GRAMÁTICAS

- 37. Um breve olhar sobre movimentos sociais, parceiros clássicos tradicionais, ativistas e coletividades emergentes que atuam no espaço urbano em Pernambuco
- 47. Trocando saberes com os sujeitos políticos das lutas urbanas do Rio de Janeiro: da vida que se vê à vida que se vive
- 58. A luta popular urbana pelo direito à cidade por seus protagonistas: trajetórias e inovações nos territórios de atuação da FASE - Santarém - PA
- 69. A luta popular urbana pelo direito à cidade por seus protagonistas: trajetórias e inovações nos territórios de atuação da FASE - BELÉM - PA
- 77. Sentidos e desafios do transbordamento feminista
- 89. Breves anotações sobre os sujeitos políticos inseridos nas dinâmicas urbanas apoiados pelo fundo de Pequenos projetos do SAAP /FASE

TENSÕES E APRENDIZADOS

- 97. Tensões e Aprendizados
- 101. Levantamento sujeitos populares urbanos em Pernambuco: aprendizados, tensões, desafios...
- 104. Tensões e aprendizados sobre identidade política: meu nome é... não significa o que eu sou
- 109. Produção de conhecimento e novas epistemologias

ELAS POR ELAS - UM RELATO DAS ORGANIZAÇÕES SOBRE SI MESMAS

123. Reflexões feministas sobre as dinâmicas do neoliberalismo
127. Os diálogos inter-redes
131. Coletivo de negras e negros do Serviço Social da UFRJ - Dona Ivone Lara
pelos/a ancestrais mais velhos/as, aos mais novos/as, aos contemporâneos/as aos que virão!
140. A terra ensina a gente a se defender e a vida insiste em viver:
construção coletiva de conhecimento desde os territórios
148. Fórum Grita Baixada: os nossos mortos têm voz!
152. O Instituto de Fomação Humana e Educação Popular: 8 anos de (re)existência na periferia do Rio
156. Pesquisa militante em saúde: tecendo a luta na teoria e na prática
165. Coletivo Pão e Tinta
166. COOPAGRES
170. Espaço Mulher de Passarinho
172. Rede de Mulheres negras de Pernambuco
174. Cores do Amanhã
177. Rua juventude anticapitalista
179. Coletivo de Estudantes Negros Alessandra Caripuna
180. FAMCOS
183. Nossa historia: 40 anos de atuação em defesa da vida
186. Movimento Tapajós Vivo
188. Conselho Indígena Tapajós Arapiuns, identidade ancestral no século XXI
192. O direito à cidade na perspectiva de gênero
195. Uma iniciativa "muito firme": jovens do bairro Terra Firme
criam canal de comunicação alternativa
198. Comitê Popular Urbano - CPU
201. Relação de organizações, movimentos, fóruns e redes que estiveram nas oficinas

APRESENTAÇÃO

AERCIO BARBOSA DE OLIVEIRA¹

EVANILDO B. SILVA²

- 06 - O presente livro registra um ciclo de encontros, de reflexões, de controvérsias e, acima de tudo, de muita vontade de compartilhar percepções e expectativas sobre o ativismo popular urbano contemporâneo no país.

Em um ano marcado pelas turbulências políticas no contexto nacional, pela realização da Copa do Mundo e pelo conturbado processo eleitoral brasileiro, o projeto “A luta popular urbana pelo direito à cidade por seus protagonistas: trajetórias e inovações nos territórios de atuação da FASE (RJ, PE e PA)” - cujo apoio nos foi proporcionado pela Fundação Rosa Luxemburgo – se constituiu numa oportunidade de juntar diferentes movimentos, coletivos, ONGs e organizações parceiras de universidades para “olhar” os sujeitos populares a partir de um *levantamento* participativo sobre suas “ações”, “práticas” e “narrativas” na atualidade.

Portanto, não se trata da sistematização (ou de devolução) de uma pesquisa porque a iniciativa não se propôs a isso. Preferimos tratar como um *levantamento participativo*, dado que tivemos tanto momentos de coleta de informações na internet, como presencialmente através das oficinas realizadas para tal intento. A aposta na realização de um *levantamento* teve muito a ver com uma perspectiva de continuidade de processos de cartografias sociais que a FASE já vinha desenvolvendo (assim como vários parceiros envolvidos na presente iniciativa). A perspectiva assumida de ser um *levantamento* em muito se aproximaria das dinâmicas de educação popular presentes em nossas práticas de formação, como também abria o espaço de reflexão a diferentes visões e acúmulos igualmente presentes na diversidade mobilizada de organizações, coletivos e militantes populares urbanos nos estados do Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro.

O *levantamento* buscou integrar conhecimentos e aprendizados da luta política nas cidades tanto em diálogo com parceiros locais da FASE e, também, como parceiras as seguintes universidades: Universidade Federal do Oeste do Pará, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal de Per-

1. Coordenador da FASE RJ e integrante do Grupo Nacional de Assessoria da FASE Nacional.

2. Diretor adjunto da FASE Nacional.

nambuco e Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a quem desde já agradecemos pelas trocas. Desde o início, a aposta no *levantamento* foi a de trabalhar com sentidos e compartilhamentos mútuos sobre “tendências” que poderiam ser observadas desde as lutas concretas nos territórios, desde os conflitos nas cidades e, em si, sobre os sujeitos sociais envolvidos nessas dinâmicas societárias urbanas.

Sabíamos que o plano local era importante, porém, que não se poderia limitar o espectro de nossas reflexões a fatores excessivamente internos, dado que outros estudos apontavam tendências de transformações no ativismo democrático no mundo inteiro. Essa combinação de tendências do “local” com as tendências “no global”, ainda que não tenha merecido uma dedicação exclusiva, permitiu situar nosso *levantamento* entre “chaves” das mudanças gerais que vem alterando tanto a visão histórica sobre “cultura política” como também muitos dos paradigmas que informaram compreensões sobre sujeitos políticos democráticos populares e suas agendas de luta.

Portanto, o que apresentamos aqui é essa mescla de diferentes olhares sobre notória diversidade e pluralidade de sujeitos urbanos em luta, atravessados por contextos cada vez mais desafiadores ao sentido próprio das permanências (e inovações) sobre o ativismo popular nas cidades, no entanto, com autorreflexão sobre urgente e necessária reinvenção “aqui e agora”, como “abre alas” à emergência de horizontes utópicos que ajudem a alavancar a sociedade civil popular brasileira a patamares mais transformadores.

Este livro reúne 34 textos, escritos por autores e autoras, vinculados a organizações e movimentos sociais e universidades, divididos em cinco seções: *metodologia*; *contexto panorâmico e visões exploratórias*; *atores, prática e gramáticas*; *tensões e aprendizados*; *elas por elas*; e um anexo com a relação do nome de cada uma das organizações que estiveram nas oficinas realizadas em cada região metropolitana.

O texto da metodologia caracteriza resumidamente as instituições e organizações envolvidas no levantamento; apresenta as principais ideias que serviram para estruturar a metodologia e, por fim, o seu desenvolvimento com as adaptações e acréscimos realizados em consonância com a dinâmica de cada região.

Na seção *contexto panorâmico e visões exploratórias* Breno Bringel e Marcos Mondaini destacam diferentes aspectos, mas que se complementam, sobre os mesmos fenômenos. Como faces da mesma moeda, analisam as transformações do tecido associativo urbano, o divórcio da institucionalidade democrática com os anseios populares e de boa parte dos

movimentos sociais e o ocaso da democracia liberal brasileira, que parece dar lugar a uma “democracia controlada”, com a expansão do “estado de exceção”. Cada autor ao seu modo, procura situar o contexto e em que condições sociopolíticas o *levantamento* foi desenvolvido. Numa visada abrangente, fazem leituras retrospectivas, sobre onde nos encontramos e os desafios colocados para o associativismo urbano, em que coexistem diferentes formas e tradições organizativas – umas mais hierarquizadas e outras horizontalizadas, por exemplo-, agendas que evidenciam a pluralidades de interesses da esquerda social, que atua localmente, mas se conecta com as lutas globais.

Em *atores, práticas e gramáticas* cada região metropolitana produziu seu texto, dando destaque a aspectos considerados mais relevantes do *levantamento*. Nessa seção, optamos por organizar os textos a partir de questões mais gerais até se chegar nos textos com questões mais específicas. Num caminho que procura alinhar questões gerais com aquelas particulares. Com isso, feito um mosaico, o leitor e a leitora terão um olhar de conjunto da caracterização, dos dilemas e desafios que o *levantamento* conseguiu identificar.

O primeiro texto desta seção, o de Recife, salienta o desafio de se pensar os limites da agenda histórica do “direito à cidade” e a dinâmica de lutas pelos direitos nas cidades adensado por uma pluralidade de sujeitos políticos da região metropolitana de Recife, um “urbano alargado”. Um dos exemplos, descrito no texto, é a luta do movimento Ocupa Estelita, uma mobilização onde confluíu uma diversidade de sujeitos políticos para conter a elitização e mercantilização urbana. Ao lado dessa experiência, estão outras equivalentes em importância e potência: os feminismos, as ocupações na área central de Recife, as lutas das juventudes, os movimentos de corte etnicorracial, a articulação das mulheres pescadoras em áreas urbana, entre outras.

O texto do Rio de Janeiro ressalta o quanto a questão da violência cometida pelo estado e a violência paraestatal, de certa forma com a anuência do estado, se mostra funcional para o atual modelo de produção da cidade. A violência como parte constitutiva da acumulação do capital imobiliário, das grandes corporações da construção civil, da indústria imobiliária, que elimina a população negra e majoritariamente jovem que vivem nas favelas e em territórios na franja da metrópole fluminense. Nele se problematiza o desafio de articular as diferentes agendas e demandas, num ambiente sociopolítico onde a tônica das lutas é a de garantir a permanência em seus territórios e conter a segregação socioterritorial.

Os textos de Santarém e de Belém mostram o quanto a dinâmica urbana, na perspectiva da acumulação do capital, está integrada nacionalmente e nos instiga ao exercício de procurar reconceitualizar ou dar mais atenção aos limites do predominante conceito de *urbano*. Os textos nos provocam a refletir o quanto o binômio urbano e rural perde força ao se analisar as transformações decorrentes do atual estágio do capitalismo. Um capitalismo financeirizado, mas que também expande a demanda por terra, minério, água, soja, petróleo, espaço para grandes estruturas logísticas. São movimentações e dinâmicas subordinadas à urbanização caótica, que se expande em todos os continentes. Com isso, a pressão nos territórios e sobre as populações e povos tradicionais, com seus modos de vida, que neles vivem há séculos, se intensifica para dar lugar às grandes corporações, as estruturas logísticas para o escoamento de commodities, etc.

As lutas nas regiões metropolitanas de Santarém e de Belém não se restringem à defesa de políticas públicas urbanas. É inquestionável a importância de tais políticas, no entanto, ao lado delas, tem sido constante a mobilização para se manter nos territórios, de conter o avanço da sojicultura, das grandes obras portuárias, do ataque a culturas e modos de vida, ao ambiente, ao extermínio de etnias indígenas e de jovens. Ao ler os textos das duas regiões metropolitana do Pará essas questões ficam cristalinas e aguçam a nossa necessidade de pensar o urbano bem para lá das cidades conurbadas que formam a paisagem das grandes metrópoles e influenciam o imaginário social e boa parte da produção acadêmica.

Ainda nesta seção, além dos textos de cada região, estão os do SAAP³ e da Carmen Silva, integrante do SOS Corpo⁴. O do SAAP faz uma abordagem dentro de um enquadramento temporal, que inicia nas últimas duas décadas do século XX e termina em 2018. Nele, são ressaltadas características de organizações, grupos e coletivos. A importância dada à institucionalidade, à forma como se organizam, às agendas prioritárias, como é o caso das mobilizações das mulheres e jovens contra as violências que sofrem cotidianamente nas cidades. O texto escrito pela coordenadora do SAAP, Taciana Gouveia, mesmo com os limites intrínsecos ao próprio levantamento que tem uma amostragem limitada, seguramente ajuda-nos a refletir sobre as agendas que tem adquirido maior presença na cena pública e o quanto o universo do tecido associativo, com os diferentes formatos organizativos, mostra pujança.

3. A unidade da FASE Nacional de Serviço de Análise e Assessoria a Projetos.

4. Organização feminista sediada em Pernambuco - <http://soscorpo.org/>

O texto do da Carmen Silva é rico ao mostrar, em retrospectiva, as mobilizações feministas em diferentes momentos da história pós-ditadura militar. Ele nos ajuda a ver as transformações do feminismo no Brasil e suas vinculações às lutas das mulheres que acontecem em outras partes do mundo. Dá destaque às lutas em conexão com o tempo presente, cujo avanço do neoconservadorismo e a eleição para presidente da república de Jair Messias Bolsonaro, estimula atos de misoginia, racismo e lesbofobia. Mostra a importância da mobilização das mulheres na disputa eleitoral e o quanto o segmento inova ao fazer uso estrategicamente das redes sociais, dos meios de comunicação virtuais, das plataformas digitais, seja para mobilizar, disputar narrativas ou produzir e socializar conhecimentos. O texto mostra uma mobilização vigorosa, formada por movimentos criados na luta contra a ditadura militar e por aqueles que emergiram no século XXI, com estruturas organizativas contrastantes com os movimentos históricos, no entanto, não deixa de apontar os desafios dos feminismos tanto na sua dimensão “movimentalista”, quanto nas estratégias de articulação que possam continuar combatendo a onda neoconservadora associada ao neoliberalismo autoritário.

A seção *desafios e aprendizados* reúne quatro textos. Os pontos de Santarém e Belém estão em único texto. Além dos textos de Recife e Rio de Janeiro, há o texto que focaliza a produção de conhecimento dentro da relação entre movimentos sociais, universidades e organizações sociais de educação popular. De maneira geral, os textos apontam para os desafios identificados no levantamento. O quanto a conformação do associativismo urbano nos faz colocar em balanço e atualizar nossas práxis e ideias num tempo de produção de cidades orientada pela mercantilização e financeirização, do descrédito da institucionalidade democrática, do declínio da democracia liberal e dos ataques de uma direita obscurantista e autoritária. Nesses textos estão o resumo dos aprendizados e desafios que o *levantamento* propiciou com movimentos que surgiram ou já estavam em espaços das metrópoles onde as pessoas vivem num ambiente distópico, marcado pela violência e pelo racismo.

Na última seção, *Elas por elas*, encontram-se 21 textos produzidos pelas próprias organizações, articulações e movimentos sociais que atuam em uma das quatro regiões metropolitanas onde o *levantamento* ocorreu— Belém e Santarém, no Pará, Recife, em Pernambuco e Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. Ao ler os textos na seção *Elas por elas* se constata facilmente a diversidade das lutas no urbano, reforçando a ideia de “urbano alargado”, que é desenvolvido no texto produzido pela equipe da FASE de

Pernambuco, do “pluralismo de mobilizações no urbano” e tantas outras nomeações que apontam a transformação do tecido associativo urbano, que revelam a emergência de agendas e a visibilidade de demandas que até pouco tempo, aos olhos de muitos, tinham pouca relevância. Os textos também mostram, sobretudo os de movimentos de Santarém, a questão supracitada, do quanto é importante ressignificar o sentido de urbano, diante de uma realidade socioterritorial diferente das regiões metropolitanas que são normalmente descritas. Seguramente com a leitura dos textos tais questões serão melhor compreendidas.

- 11 -

As próprias organizações escreveram nos seus textos um pouco de suas identidades, trajetórias e mesmo inquietações, em um tempo que passa por céleres transformações, que exigem mobilização para conter os ataques do neoconservadorismo que desposa um neoliberalismo repaginado com um viés autoritário.

Por fim, esperamos que essa publicação, construída coletivamente, seja uma modesta contribuição para alimentar nossas utopias, nossas indignações e nossas práticas políticas. Uma boa leitura e sigamos na luta!

MÉTODOS E MÉTODOS

AERCIO BARBOSA DE OLIVEIRA

-12-

O objetivo deste texto é o de possibilitar ao leitor e a leitora uma visão panorâmica do caminho percorrido pelas organizações envolvidas no levantamento “A luta popular urbana pelo direito à cidade por seus protagonistas: trajetórias e inovações nos territórios de atuação da fase (PA, PE e RJ)”, apoiado pela Fundação Rosa Luxemburgo, em 2018, e coordenado pela FASE. Conosco, estiveram engajados instituições acadêmicas e alguns movimentos e organizações sociais, dentro de um ambiente político-pedagógico que deliberadamente persegue a ruptura com as clássicas dicotomias pesquisador e pesquisado, objeto da pesquisa e sujeito da pesquisa.

O principal objetivo deste trabalho foi o de identificar, de uma maneira mais aproximada, dialogada e analítica, aspectos que dinamizam os movimentos e organizações sociais que compõem uma parte do tecido associativo urbano, que já há algum tempo demonstra vitalidade e inovações, com uma proliferação incessante de variadas lutas, sejam com ênfase no “reconhecimento” ou no acesso a bens e serviços públicos urbanos. É notório que, contemporaneamente, as pautas e bandeiras de lutas estão colocadas para além do acesso à moradia, ao saneamento e ao abastecimento de água e à mobilidade urbana. Essas agendas continuam presentes e essenciais, mas outras foram adicionadas e assumidas por uma miríade de movimentos.

Como já sabemos, felizmente, qualquer perspectiva metodológica sempre carrega a marca das nossas percepções e intenções. Não há metodologia desencarnada das circunstâncias de quem a aplica. É o caso desse levantamento realizado nos estados e regiões metropolitanas em que a FASE desenvolve suas atividades de educação popular - região metropolitana de Belém e Santarém, no Pará; as regiões metropolitanas de Recife, em Pernambuco, e a região metropolitana do Rio de Janeiro.

O presente texto está dividido em três partes. Na primeira, uma breve caracterização das instituições e organizações envolvidas no levantamento; na segunda, apresentamos as principais ideias que serviram para estruturar a metodologia; e na última parte, expomos a metodologia e o seu desenvolvimento com as adaptações e acréscimos feitos em consonância com a dinâmica de cada um dos territórios onde foi aplicada até ter os resultados apresentados e debatidos no seminário nacional nos dias 26 e 27 de novembro de 2018, na

cidade do Rio de Janeiro, com a participação de movimentos e organizações sociais, instituições acadêmicas de todas as regiões envolvidas no trabalho.

PARCERIAS

O levantamento contou com a interação marcada pelo diálogo entre movimentos sociais, muitos dos quais desenvolvemos ações conjuntas de pressão e incidência política, e com setores das universidades que defendem que a produção do conhecimento acadêmico deve servir às lutas sociais¹.

Além da participação dessas instituições desde o início da construção da metodologia, movimentos e organizações sociais se engajaram na construção do levantamento a partir das primeiras oficinas ocorridas em Santarém, Belém, Recife e Rio de Janeiro. Sendo assim, as organizações e instituições acadêmicas e de educação popular reafirmam que foi um levantamento realizado com os movimentos sociais e não sobre os movimentos sociais. O uso da preposição com nos parece a maneira mais adequada para expressar uma posição político-pedagógica de combate aos equívocos e consequências geradas por posições que reforçam o binômio sujeito e objeto da pesquisa ou do levantamento.

Essa conformação, com diferentes participantes, de diferentes regiões e com variadas dinâmicas societárias colocou-nos o desafio de efetivar uma metodologia capaz de possibilitar que as especificidades associativas e de mobilização e luta, se expressassem no levantamento, sem com isso eliminar a construção de um conjunto de informações e indicações coerentes e inteligíveis para as reflexões feitas durante e após essa publicação.

A CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA E PRINCÍPIOS

A metodologia teve como base os seguintes princípios: (1) a iniciativa não é uma pesquisa acadêmica, mas um levantamento realizado com os movimentos sociais seguindo os princípios da educação popular e da produção de conhecimento dos próprios movimentos. No entanto, se considera imprescindível a parceria e trocas de saberes com as universidades;

1. Algumas dessas universidades já eram parcerias, mas com outras a parceria se deu a partir do levantamento. Sob a coordenação da FASE, estabelecemos parcerias com as seguintes universidades: Universidade Federal do Oeste do Pará, que tem seu campus em Santarém, Universidade Federal do Pará (Grupo de Estudos e Pesquisas Cidades, Habitação, Espaço Humano – GEP/CIHAB), Universidade Federal de Pernambuco (Programa de Pós-graduação em Serviço Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina – NETSAL) e Universidade Federal Fluminense (Laboratório de Subjetividade e Política – LASP).

(2) garantir a expressão da pluralidade e das especificidades do tecido associativo dos três estados -Pernambuco, Rio de Janeiro e Pará-, ainda que parcialmente, visto que a dimensão e a densidade do tecido associativo em cada local é muito superior ao que se conseguiu registrar e analisar; (3) adotamos como eixos temáticos os atores, suas práticas e gramáticas políticas. Aqui, gramática é basicamente o sentido que os atores dão às suas práticas; (4) garantir a segurança das informações produzidas. Para isso, as informações foram obtidas em fontes públicas e os conteúdos e formatos desta publicação foram decididos coletivamente entre os/as participantes dos ciclos de oficinas e reuniões realizadas ao longo do processo.

Definido esses princípios, a partir dos três eixos – Atores, Práticas e Gramáticas – elaborou-se uma tabela básica para registro de informações, com cerca de 30 questões, que foram respondidas de acordo com a dinâmica de cada local. Acompanhado do questionário, que era preenchido com informações públicas disponíveis em sítios eletrônicos, redes sociais e textos impressos (boletins, jornais, folders etc.), foi levantado um conjunto de bibliografias capaz de subsidiar as reflexões ao longo do levantamento, elaboradas dentro e fora das instituições acadêmicas. Os temas principais dessa bibliografia são: i) histórico dos estudos sobre movimentos sociais; ii) balanço das concepções teóricas de movimentos sociais dentro da teoria marxista; iii) formas de organização dos movimentos sociais; iv) formas de ação dos movimentos sociais; v) democracia e movimentos sociais; e vi) bens comuns e bens comuns urbanos.

Com essa base metodológica e referências bibliográficas iniciamos a realização das oficinas com a participação dos movimentos e organizações sociais – uma oficina no 1º semestre e outra no 2º semestre, em cada um dos locais: Belém, Recife, Rio de Janeiro e Santarém. As oficinas foram o principal espaço para o diálogo presencial, para a apresentação dos objetivos do levantamento e da metodologia e para analisar as diversas questões implicadas nas lutas dos movimentos e organizações sociais. Mas o diálogo com os movimentos e organizações sociais não se restringiu apenas às oficinas, ao longo do processo também ocorreram diversas reuniões para a construção do levantamento.

A METODOLOGIA APLICADA E ALGUMAS INDICAÇÕES

Na região metropolitana de Belém e na cidade de Santarém, além do diálogo presencial nas oficinas, a tabela básica foi transformada em questionário respondido por integrantes dos movimentos sociais. Com a colaboração de estagiários/as graduandos/as das universidades, esses questio-

nários foram respondidos por organizações e movimentos sociais da região metropolitana de Belém e de Santarém. Vale destacar que no caso de Santarém, do total de movimentos entrevistados, dois congregam outras organizações de base, quais sejam: Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém (FAMOCS) – constituída por 33 associações de moradores e centros comunitários filiados; e o Movimento Tapajós Vivo – coletivo que agrega 16 organizações.

A aplicação do questionário no Pará teve o objetivo de identificar tendências e contribuir para o debate durante as oficinas. Não há, com a aplicação do questionário, o propósito de extrair dados com caráter estatístico. Além disso, foram realizadas nos meses de agosto e setembro de 2018 oficinas participativas amplas, com a presença inclusive de sujeitos políticos não entrevistados pelo grupo de pesquisa. Nessas oficinas foram elaborados diagnósticos sobre a questão urbana em Santarém por meio de reflexões e memórias de ativistas de diferentes movimentos, foram aprofundadas discussões acerca do direito à cidade na Amazônia e ainda retomadas as articulações acerca de pautas locais, como a revisão do Plano Diretor da Cidade.

Em Belém também foram realizadas duas oficinas com a temática: “A luta popular urbana: cidade para quem?”. No total, quatro oficinas foram realizadas no Pará e foram apresentados os resultados do levantamento, identificadas e debatidas as lutas num contexto de grande pressão das corporações que contam, na maioria das vezes, como apoio do poder público. Foram abordadas uma miríade de questões, entre elas: a precariedade dos serviços urbanos tradicionais (saneamento, abastecimento de água, o programa habitacional Minha Casa Minha Vida, entre outros); as consequências do avanço da fronteira da soja; a captura dos bens comuns pelo mercado imobiliário; os danos ocasionados na forma de vida das populações tradicionais; a expulsão de famílias do seu lugar de moradia e de cultivo; a mobilização para incidir nas legislações urbanas (p. ex., Plano Diretor); o aumento da violência do Estado, milícias e dos grupos que comercializam drogas consideradas ilícitas. Esteve em debate os meios de resistência e de incidência nas políticas públicas ou ações que acionam os operadores de justiça para conter o avanço do capital e de toda as violações de direitos que o acompanha; a luta das mulheres e do movimento negro; a importância da articulação do movimento rural, urbano e periurbano; e a importância da unificação de determinadas agendas.

Na região metropolitana de Recife, foram levantadas informações de movimentos e organizações. Também foram produzidas outras tabelas e

formuladas questões para qualificar as transformações do tecido associativo. O conteúdo dessas tabelas, debatidas nas duas oficinas de Recife e em reuniões posteriores às oficinas, enfatizaram a trajetória dos sujeitos políticos. Nesse ponto, procurou-se debater os ideários, as transformações sociais no espaço urbano e a agenda da reforma urbana, as narrativas em defesa ao acesso a direitos, a agenda defendida e as principais lutas mobilizadoras, as alianças históricas e em curso, o lugar do Estado, da gestão pública e as relações institucionais. Também se procurou realizar uma sistematização da historicidade das lutas urbanas no Brasil e na região metropolitana de Recife.

Os debates e reflexões foram conduzidos através de um processo dialogado e com a utilização de vídeos sobre o tema. Na segunda oficina, com a participação dos diversos atores políticos, foram apresentadas e analisadas as informações obtidas durante o levantamento. Esse processo construiu um quadro que identifica as organizações, redes, fóruns, movimentos sociais e os respectivos segmentos da luta social ou política pública que visam incidir. Nas duas oficinas em Recife e no levantamento por meio de informações obtidas fora das oficinas destacaram-se o uso de “ferramentas” participativas como “cartografias”, “mapas de conflitos urbanos”, “trajetórias narradas sobre os sujeitos urbanos e sobre os paradigmas da reforma urbana e do direito à cidade” para “localizar” conteúdos relativos às percepções e atualidades da problemática urbana nacional e local; o trabalho coletivo de recuperação/atualização da “Linha do Tempo” dos últimos 30 anos do urbano em Pernambuco, o que permitiu observar os “deslocamentos” das agendas, as novas agendas; a catalogação de Redes, Articulações, Coalizões, Fóruns etc. em Pernambuco que estão relacionados ao que se pode designar como “urbano alargado” ou “alargamento do urbano”. Termo que tenta expressar a diversidade de lutas nas cidades engendradas por sujeitos políticos que não se restringem à clássica agenda da reforma urbana. Após a 1ª oficina se constituiu um coletivo que passou a dialogar com a FASE e os/as integrantes da UFPE para organizar as atividades futuras e analisar as informações de maneira mais acurada.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro, foram levantadas informações de movimentos e organizações sociais. Além do debate sobre práticas e gramáticas, teve destaque durante as oficinas o sentido da produção de conhecimento das universidades e organizações sociais de educação popular, os desafios para a mobilização na região metropolitana, a violência e a criminalização dos movimentos sociais. Na 1ª oficina esteve em discussão as ideias e práticas do bem-viver e bens comuns no espaço urbano, um

debate ainda incipiente dentro das metrópoles. Foram também discutidos: o sentido da política em um período que manifesta agudamente a crise da democracia-liberal; analisou-se os efeitos das manifestações de junho de 2013, a luta urbana contemporânea e seus desafios. Buscou-se, nas oficinas, assegurar a máxima participação possível, com momentos de discussão e reflexão em grupo, debate em plenária, a utilização de documentários e a análise da cobertura da mídia corporativa sobre as manifestações de 2013. A 2ª oficina contou com sistematização gráfica¹ e esteve em discussão a produção do conhecimento sobre as lutas urbanas; ocorreu também a “Leitura Coletiva do Mapa dos Sujeitos Políticos do Urbano do Rio”, que utilizou três filtros: nome, área de atuação e pauta de luta. Com o mapa visualizado por todos os participantes da 2ª oficina, refletiu-se sobre a dinâmica do tecido associativo do Rio de Janeiro (agendas, forma organizacional dos movimentos, ideário ou gramática, práticas, a institucionalidade democrática, o papel do Estado etc.) e novos atores políticos identificados pelos participantes que não constavam na “tabela básica” foram adicionados; foi também realizado debate a respeito das mudanças na agenda do direito à cidade em tempos neoliberais (a importância e os limites das políticas urbanas tradicionais, as novas agendas, os desafios de encontrar unidade em determinadas lutas, o processo de recriação do espaço urbano que extrapola a pressão para se efetivar políticas urbanas setoriais). Da mesma forma que em Recife, se constituiu um coletivo, em que movimentos sociais e organizações de educação popular se juntaram à FASE RJ e às universidades (NETSAL/UERJ e LASP/UFF) para organizar as atividades que se desenvolveram em 2018 e aprofundar a análise das questões identificadas no levantamento.

Todas as informações e discussões realizadas nos três estados foram debatidas no encontro nacional realizado na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 26 e 27 de novembro de 2018. Nesse seminário, com a presença de integrantes de organizações e movimentos sociais e das universidades do Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro, foram apresentadas as informações obtidas e os debates ocorridos em cada estado. O seminário nos mostrou que o levantamento apontou imensos desafios, a saber: a importância de articular essa diversidade de mobilizações e sujeitos políticos em torno de agendas comuns; dimensionar qual o grau de importância que a pressão so-

1. É o registro por meio da construção de desenhos e ilustrações do desenvolvimento de uma oficina.

bre o Estado terá dentro da estratégia dos movimentos sociais; quais novas estratégias precisam ser construídas em um cenário de constante violência estatal e criminalização dos movimentos sociais; como efetivar a aliança entre movimentos e coletivos, que assumem agendas no espaço urbano de modo muito diversificado, que transcendem a tradicional agenda do direito à cidade, com movimentos com estruturas hierarquizadas, com acúmulo de experiências, sem perda de suas identidades e protagonismos; como articular as lutas locais com lutas internacionais e/ou globais; como seguir com a interação entre a produção de conhecimento acadêmico, dos movimentos sociais e organizações de educação popular.

O levantamento mostrou a sua relevância para os/as envolvidos/as diretamente ao contribuir para a articulação e aproximação de movimentos com diferentes pautas de luta e para a autorreflexão, num momento em que, diante de tanta pressão e violações de direitos, sobra pouco tempo para avaliar os rumos e as estratégias assumidas. Significou uma oportunidade para analisar coletivamente os desafios de avançar na luta por direitos e resistir aos ataques contra aquilo que já foi conquistado.

CONTEXTOS
PANORÂMICOS
E VISÕES
EXPLORATÓRIAS

MUDANÇAS NO ATIVISMO CONTEMPORÂNEO: controvérsias, diálogos e tendências¹

- 20 -

BRENO BRINGEL²

INTRODUÇÃO

Este texto é fruto de diálogos múltiplos e de um acúmulo coletivo gerado em vários espaços dos quais tenho participado durante os últimos anos³. Gostaria de mencionar especialmente dois deles. O primeiro é o grupo de movimentos sociais do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL), coordenado por mim junto a José Maurício Domingues, no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Rio de Janeiro (UERJ). Dentro das pesquisas desenvolvidas no NETSAL, coordeno desde 2016 um projeto interinstitucional envolvendo seis universidades públicas brasileiras (UERJ, UFES, UFMG, UFG, UFPel e UFRGS), intitulado “Transformações do ativismo no Brasil: Junho de 2013 em perspectiva comparada”. A pesquisa tem buscado compreender as especificidades locais e regionais da militância que tem emergido no Brasil desde junho de 2013, focando não somente em junho, mas também no antes e no depois, isto é, nos antecedentes e nos desdobramentos posteriores. Em suma, trata-se de localizar as transformações nas formas de ativismo no Brasil, problematizando este ciclo de protestos recente dentro de um ciclo político mais amplo (o da redemocratização) que parece ter se esgotado na atualidade⁴.

1. Transcrição, revisada e ligeiramente modificada pelo autor, de fala problematizadora no Seminário Nacional “A luta popular urbana por seus protagonistas: Direito à cidade, direito nas cidades”, organizado no Rio de Janeiro (26 e 27 de novembro de 2018) pela Federação Nacional de Assistência Social e Educacional (FASE), com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo. Transcrição realizada por Eleonardo Lima, estagiário/serviço social –FASE.

2. Doutor e Professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ)

3. Apesar desse reconhecimento, não tenho nenhuma pretensão de sistematizar os debates coletivos neste texto. Igualmente, sou o único responsável pelas ideias e posições aqui registradas.

4. Algumas entrevistas e reportagens recentes publicadas no Jornal Brasil de Fato apresentam a pesquisa para um público mais amplo. Por exemplo: “4 anos das Jornadas de Junho: como a militância política se transformou?”, 26 de Junho de 2017 (<https://www.brasildefato.com.br/2017/06/26/4-a->

O segundo espaço vincula-se a uma experiência menos acadêmica e mais militante. Trata-se de uma articulação de pesquisa militante, que começou em 2012 com uma iniciativa no Rio de Janeiro que conectava universidades e movimentos sociais. Aos poucos, a mesma foi se ampliando a fóruns nacionais, no espaço de “Pensamento crítico e Pesquisa Militante na América Latina” do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), que dinamizo com Renata Versiani e Emiliano Maldonado Bravo; chegando também ao âmbito internacional, no Grupo de Trabalho *Investigación Militante* do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), que coordeno com Humberto Tomassino do Uruguai. Fizemos, nos últimos anos, dezenas de encontros, oficinas e minicursos. Criamos também inúmeros espaços de convergência entre pesquisadores, militantes, movimentos e centros de formação política vinculados a grupos e iniciativas diversas (universidades populares e indígenas, experiências de fábricas recuperadas, iniciativas de extensão crítica, etc.) com o objetivo, de gerar uma plataforma de convergência para reatualizar a agenda da “pesquisa-ação”.

Trata-se de algo com uma forte tradição em nossa região desde a década de 1960 e muito próximo ao que historicamente a própria FASE tem contribuído em termos de educação popular e de sistematização de experiências. No entanto, nos últimos anos a pesquisa-ação se viu desafiada por vários motivos, que vão desde a conjuntura política dos nossos países às transformações das próprias militâncias, das formas de trabalho territorial e comunitário e da sociedade como um todo. Dentro dos espaços educativos, buscou-se com frequência deslegitimar o termo “militante” por sua suposta incapacidade de gerar conhecimento afim aos padrões “científicos” e por uma suposta vinculação acrítica às organizações sociais e políticas e a um sistema de pensamento visto como dogmático. Soma-se a isso uma autêntica guerra recente, impulsionada pelas diversas formas de escolas sem partido e neoconservadorismos, por destituir de qualquer senso crítico os processos formativos. Por outro lado, a lógica “extrativa” de produção de conhecimento praticada por muitos pesquisadores, que entendem os sujeitos como meros objetos, levou a certo descrédito da pesquisa acadêmica no campo da militância.

Faço estes registros e apontamentos introdutórios para registrar a centra-

lidade do pensamento e da pesquisa como processo coletivo, mas sobretudo para ressaltar a importância neste atual momento histórico de potenciarmos os diálogos entre a produção de conhecimentos críticos e as coletividades organizadas que buscam caminhos alternativos à barbárie anunciada por esse novo ciclo contrarrevolucionário. O percurso iniciado durante este ano de 2018 com este projeto “A luta popular urbana pelo direito à cidade vista por seus protagonistas”, impulsionado pela FASE com o envolvimento de tantos pesquisadores-militantes, organizações e movimentos é um passo importante nessa direção. Olhando para esse caminho iniciado e para o que está por vir, gostaria de compartilhar dois eixos de reflexões para o debate. O primeiro, mais geral, está relacionado a algumas chaves para pensarmos o atual momento histórico, enquanto o segundo eixo sugere a importância de pensarmos coletivamente algumas controvérsias, desafios e tendências sobre os ativismos e as lutas contemporâneas. Isso porque sem entender as lutas e suas transformações dificilmente conseguiremos gerar cenários alternativos que nos permitam sair do abismo.

UM MOMENTO DE MUDANÇA HISTÓRICA E DE INCERTEZAS

É muito estendida a sensação de estarmos vivendo um momento histórico de inflexão, de um antes e depois no Brasil, na América Latina e no mundo. Se antes nos dividíamos entre os otimistas e os pessimistas, hoje o quadro parece estar dividido, muitas vezes, entre os pessimistas e os muito pessimistas. Parte deste cenário de ceticismo e descrença está associado a um olhar muito imediatista, que visualiza somente os eventos recentes, fechando-se no curto prazo. É preciso sair desta chave se quisermos fazer uma leitura mais nuançada do presente para construirmos alternativas de futuro.

Vivemos, no Brasil e no mundo, o esgotamento de um ciclo político que permitiu, nas últimas duas décadas, um equilíbrio complexo – e de geometria variável – entre o neoliberalismo e as políticas sociais que buscavam minimizar o impacto das desigualdades estruturais do próprio capitalismo, mantendo vivo, contudo, um imaginário democratizante e de direitos. Esse cenário tem se alterado nos últimos anos e por isso as direitas contemporâneas começaram a falar em uma “nova era”. Para eles, esta nova era pretende ser construída eliminando direitos e fortalecendo privilégios; destruindo os serviços públicos e possibilitando a radicalização da mercantilização; em nome da luta “contra a ideologização”, todas as formas de pensamento crítico e indivíduos e coletividades comprometidos com a emancipação são ameaçados, censurados e criminalizados; concepções morais, religiosas e

autoritárias são colocadas como alternativas à laicidade, à democracia e à diversidade. Estamos diante de um projeto de destruição, que mobiliza sentimentos e ódios e evoca perigosamente – a despeito de todas as diferenças – não somente o *1964 brasileiro*, como também um certo *zeitgeist*, ou espírito da época, dos *1930 mundiais*. Repetição como tragédia e como farsa, mas nunca de forma linear. A esquerda parece hoje mais frágil que nestes dois momentos prévios e a emergência autoritário-conservadora recente não começou agora nem se resume a *Trumps e Bolsonaros*. Pelo contrário, vem sendo construída de forma progressiva durante as últimas duas décadas e está enraizada culturalmente e socialmente em muitas mentes e territórios.

Trata-se talvez da culminação de um ciclo de longa duração que vem se precipitando desde o “longo 1968”: aquele que, do lado das forças transformadoras, traça a irradiação do pluralismo social e identitário e a centralidade das práticas e da experiência no/do cotidiano; mas também aquele que, do lado das forças sistêmicas, marca a transformação do capitalismo para uma abertura mais “cultural”, penetrando de forma cada vez mais profunda nas formas de consumo, nas relações sociais, nas expectativas individuais e nas subjetividades. Este longo ciclo passa por uma importante curvatura com a queda do Muro de Berlim, um evento que coloca em cheque atores e sentidos prévios em disputa. As ideologias políticas modernas entram em crise; os sindicatos e os partidos políticos passam a ser desafiados como atores centrais da mediação entre Estado e sociedade; a perspectiva antipitalista das lutas, antes mais frontal, passa a diluir-se.

Ao mesmo tempo, emerge um novo muro: aquilo que Enara Echart, Sara López e Kamala Orozco chamaram de “muro do silêncio”. Nos diziam que não haviam alternativas; que o neoliberalismo globalizado era a única saída possível após a queda do muro de Berlim. Mas lutamos contra essa ideia e conseguimos derrubar o muro do silêncio. Isso foi feito com a articulação e a mobilização dos movimentos populares de todo o mundo. Aqui na América Latina, o próprio ano de 1989 é muito simbólico, pois foi quando deu-se início a construção de uma plataforma regional de resistência contra os 500 anos das celebrações oficiais da colonização ibérica. O movimento indígena, o movimento negro, feminista e camponês tiveram papel central nisso. O capital ia se globalizando sim, mas nossas lutas também. “Nossa resistência será tão transnacional como o capital”, gritávamos. O levante zapatista no início de 1994 foi decisivo, pois permitiu construir um novo imaginário político, deixando muitas lições para a esquerda sobre o poder, a mudança social e as alianças internacionalistas.

Uma ideia central, nesse momento, tem a ver com a localização do conflito e com a articulação de escalas de ação política. As resistências *localizadas* nos territórios deixaram de ser *localistas*. Isso significa que nossas lutas passaram a ser cada vez mais territorializadas (ou seja, mais localizadas), mas apelando sempre a um imaginário mais amplo, regional/latino-americano e global. Vivemos, assim, uma série de lutas contra as privatizações, o neoliberalismo e o livre comércio, principalmente a ALCA⁵. No entanto, as lutas não se restringiram a uma dimensão defensiva, reativa. Por atrás de cada “não”, emergiam muitos “sins” e assim foi se ampliando, com os movimentos antiglobalização, o imaginário de um “um outro mundo é possível”. Em vez de reproduzir a agenda dos governos e dos centros de poder, fazíamos “cúpulas paralelas” e “contra-cúpulas” onde as agendas alternativas emergiam a partir das experiências e discussões do mundo que queríamos construir.

Na mudança de século, surge, como sabemos, o Fórum Social Mundial e inauguramos um momento de confluências (muitas vezes tensas) entre movimentos sociais, partidos, sindicatos e governos progressistas. Nesse contexto, a emergência do que muitos definem como “ciclo progressista” não seria possível sem o ciclo de lutas dos anos prévios e dos acúmulos dos anos 1990. Mas após as tensões criativas começaram a emergir tensões paralisantes e chegamos anos atrás a um paradoxal momento de impasse: aqueles mesmos movimentos sociais que apoiaram boa parte dos “governos progressistas” passaram a ser reprimidos por esses mesmos governos que se mantiveram, em geral, fiéis ao neoliberalismo, a despeito de uma aposta pela democratização via políticas sociais. A violência do (neo)desenvolvimentismo e suas consequências sociais, políticas e meio-ambientais tornaram-se insustentáveis. Muitos de nós fizemos uma crítica à esquerda dos governos por terem feito pouco. E, paradoxalmente, emerge nos últimos anos uma direita radical criticando esses mesmos governos por terem ido longe demais. Por terem levado, segundo eles, nossos países “à beira da deriva comunista”, “à dominação do politicamente correto”, dentre outras aberrações.

O fato é que o atual momento foi amplamente favorecido pela construção de uma dinâmica de polarização social e política que nos torna refém. Isto porque estamos diante de uma polarização que opõe dois polos, setores ou campos que não representam boa parte das lutas sociais, das lutas populares, dos movimentos que querem transformar o mundo. Diferentemente

da polarização da guerra fria que opunha o capitalismo ao comunismo – e, dentro disso, projetos antagônicos radicalmente distintos –, temos agora o que vou chamar de uma “polarização sistêmica”: de um lado, temos uma direita neoliberal autoritária e, de outro, um projeto que, na melhor das hipóteses pode ser localizado na centro-esquerda ou em alguma modalidade de social-democracia. As alternativas ao capitalismo foram virtualmente desaparecendo da discussão pública e as práticas antissistêmicas aparecem mais à direita que à esquerda, mas acabam por fortalecer o sistema capitalista e as elites políticas e econômicas. Neste cenário, muitos de nós não nos sentimos cômodos nem representados pela polarização que no caso do Brasil tenta resumir a esquerda ao PT e a seu campo político, deixando de lado uma série de iniciativas, coletividades e propostas alternativas.

Em geral, boa parte da esquerda, alimentada por esta polarização, ainda é muito laudatória com os ditos “governos progressistas” e com o ciclo político recente e, para muitos, a alternativa ao que temos agora seria “voltar” ao que tínhamos antes. Isso é politicamente inviável e analiticamente simplista. A polarização sempre congela e provoca reducionismos. Por isso, temos como desafio imediato buscar alternativas à atual polarização, que favorece o sistema capitalista e os grupos de poder e, ao mesmo tempo, impede a renovação da esquerda, bloqueando ativismos emergentes com potencial emancipatório, bem como outras configurações possíveis.

Igualmente, é fundamental caracterizar melhor o conservadorismo autoritário emergente para não homogeneizar as direitas nem minimizar a gravíssima situação atual. O momento é extremamente delicado, mas a experiência histórica nos ensina que não existe nada inevitável e que a luta social é a única forma de mudar as conjunturas adversas. Um pensador antigo nos dizia que nunca há vento favorável para aqueles que não sabem para onde vão. Navegar contra os ventos atuais exige delinear bem os rumos, que não podem ser baseados em dogmas ou em pós-verdades, mas na defesa de princípios e em diagnósticos nuançados e complexos. Até aqui fizemos um brevíssimo sobrevoo sobre algumas chaves relevantes para entender o atual momento histórico a partir de uma perspectiva geral e da *geopolítica do poder*. Aprofundar neste caminho nos levaria inevitavelmente a uma discussão mais aprofundada sobre a financeirização do capitalismo, o entrelaçamento entre democracia e capitalismo, o papel dos novos lobbies e corporações transnacionais que tem apostado crescentemente pela guerra suja nas redes sociais e em batalhas culturais. Nos interessa, no entanto, pelo tema que nos convoca, problematizar uma outra cara da moeda: a *geopolítica das resistências*. Isto nos leva a um terreno de debate mais estratégico sobre o caráter das lutas contemporâneas, suas possibilidades e limitações.

DESAFIOS E TENDÊNCIAS DO ATIVISMO CONTEMPORÂNEO

Partamos da seguinte premissa: vivemos um momento de profunda reconfiguração do ativismo. Estas mudanças podem ser localizadas se analisamos algumas das principais configurações e controvérsias vinculadas aos atores, suas práticas e gramáticas. Desta forma, o âmbito do ativismo, da militância e da luta social não pode ser entendida de forma isolada da “transição histórica” mais ampla que vivemos nas sociedades. Como tenho insistido em vários ambientes, só podemos entender os *movimentos sociais* se entendermos os *movimentos societários*. E vice-versa. Nessa linha, vejamos alguns dos principais desafios e tendências do ativismo contemporâneo.

(RE)PENSANDO OS SUJEITOS POLÍTICOS

Começemos pelo eixo dos atores ou, se preferirem, dos sujeitos políticos. O primeiro desafio aqui tem a ver com o *descentramento da forma-movimento clássica*. Como podemos repensar a “forma movimento” que nos acompanhou até hoje em um momento marcado pela tendência à existência de fronteiras cada vez mais tênues nas organizações e nos coletivos. Isso tem implicações nas formas de engajamento militante, na entrada e na saída de um movimento, na definição de quem é parte ou não do movimento. As formas organizativas mais abertas e com tendências à horizontalidade, bem como a constituição de coletividades menores em tamanho – em vez de criar grandes movimentos nacionais – tem desafiado os formatos mais tradicionais dos movimentos populares.

Um segundo ponto no que se refere aos sujeitos é uma consequência disso: a *diversidade de tipos e de autodefinições* hoje existentes. Temos visto uma coexistência muitas vezes tensa entre grupos que se definem de uma maneira muito diversa. Até os anos 1990 o que tínhamos em termos de organização e de autodefinição vinculava-se sobretudo à ideia de associação, partido, sindicato, movimento e rede. Com essas cinco noções cobríamos praticamente quase todo o espectro do “movimentalismo”. Hoje o mapa é muito mais plural e fragmentado. Em uma das oficinas que tivemos no Rio de Janeiro, por exemplo, fizemos um exercício muito interessante nesse sentido ao observar como os sujeitos se autodefiniam e o que isso implica. Apareceram muitíssimas autodefinições: comitê, coletivo, assembleia, frente, articulação, rolê, casa, quilombo, conselho, marcha, escola, espaço, grupo, brigada, projeto, comuna, levante, aldeia, quintal, etc.

Finalmente, um terceiro elemento para estimular nosso debate coletivo neste quesito dos sujeitos está relacionado às *identidades*. Talvez esta seja uma das dimensões que mais mudaram nos últimos anos e décadas. Há

uma dificuldade enorme em se pensar identidades relativamente coesas e fortes. Todos nós participamos de vários espaços e grupos e essa tendência de plurimitância forja identidades múltiplas. Além deste trânsito, outros dois elementos podem ser destacados: o uso mais ativo das redes sociais e dos meios digitais de comunicação (como redes sociais, whatsapp, signal, Skype, etc.) e uma maior autonomia da/do militante em sua inserção dentro de uma coletividade. Disso se desprende uma tensão central entre o indivíduo e o coletivo. Em consonância com uma maior individualização de nossas sociedades, há também um maior protagonismo dos indivíduos no ativismo contemporâneo. Muitos indivíduos sentem cada vez mais uma necessidade de estar envolvido em lutas coletivas, mas talvez sem a predisposição ou o tempo para se organizar em um movimento ou em um coletivo com permanência duradoura no tempo. Como pensar essa figura de “ativista” que não se encaixa com aquilo que, em geral, entendemos como elementos próprios do “militante”? Mais do que isso: como lidar com indivíduos com certa inquietação, sensibilidade e indignação, que querem participar da vida coletiva, mas muitas vezes não encontram o canal ou o espaço adequado para a sua inserção e acabam buscando outras vias que podem ser totalmente opostas à da transformação social?

AÇÕES E PRÁTICAS

Poderíamos discutir muito ainda sobre o tema dos sujeitos, mas pensemos algumas mudanças no âmbito das ações e das práticas. A primeira delas, que gostaria de sugerir, é a tendência crescente à *transversalização das agendas e das formas de ação*. Isso se manifesta a partir do momento em que vemos como várias agendas e pautas transcenderam aqueles movimentos sociais que as defendem inicialmente. Um exemplo: o feminismo hoje transbordou o movimento feminista e foi incorporado em vários outros movimentos sociais e âmbitos da sociedade, obrigando, em alguma medida, outros atores a se posicionarem sobre o tema. Por um lado, isso tem enriquecido bastante os movimentos, pois a maioria das coletividades não se restringe a defender somente sua própria causa, dialogando e internalizando temas (gênero, meio ambiente, etc.) e lutas diversas (afins, mas distintas). Por outro lado, no entanto, a incorporação de várias agendas não necessariamente leva a uma retomada de agendas políticas necessariamente agregadoras. Se na década passada, as lutas mais visíveis pelo Direito à Cidade reivindicavam o acesso a bens e serviços urbanos (moradia, saneamento, transporte e regularização fundiária), com pautas amplas, os sujeitos políticos que se fortaleceram nos últimos anos transformaram essa

agenda com demandas mais concretas – mobilização em torno de direitos étnico-raciais, LGBTIQ, segurança pública, meio ambiente, cultura, soberania e segurança alimentar. Como lidar com essa tensão?

Um segundo ponto relevante no âmbito das práticas tem a ver com a *articulação do velho e do novo*. Durante muito tempo, tendíamos a dividir o velho e o novo. Por exemplo: quando emergiu nos anos 1970 e 1980 todo o debate sobre os “novos movimentos” e o “novo sindicalismo” parecia que, de repente, apareciam novos personagens e aqueles que antes estavam desapareciam. Embora saibamos que a história é muito mais complexa, isso tem se repetido recentemente com certas narrativas fundacionais ao redor de Junho de 2013. Em termos teóricos, não podemos pensar a novidade como categoria analítica. Ela é, isso sim, uma categoria política utilizada pelos sujeitos emergentes para se demarcarem de gerações prévias. Em uma chave mais prática, o que vemos não é divisão ou dicotomia e sim coexistências tensas e complexas entre o velho e o novo, ora com mais presença do “velho”, ora com maior centralidade do “novo”. Esta coexistência gera tensões geracionais, organizativas, de modalidades de ação e de formas de compreensão de mundo, mas também pode gerar potencialidades caso as “tensões paralisantes” convertam-se em “tensões criativas”.

Para fechar esse eixo de debate sobre as práticas, uma terceira tendência é a *multiescalaridade das lutas*. Trata-se de uma questão central. Se nos fechamos em nossos territórios e comunidades, sem alianças políticas mais amplas, vamos ficar sempre isolados. Por isso as articulações entre diversas escalas (locais, regionais, nacionais, globais) são tão relevantes. Isso sempre aconteceu, mas não com a intensidade atual. Além do mais, as escalas não são somente geográficas ou territoriais, mas também epistêmicas e relacionais. As companheiras feministas, por exemplo, tem nos ensinado que uma das primeiras escalas é o corpo, disposto de formas diversas em articulações e movimentações. E em tempos de retrocesso de direitos, ameaças às vidas nos territórios e restrições ao direito de ir, a articulação com outros territórios, dentro e fora do país, é cada vez mais relevante.

GRAMÁTICAS E HORIZONTES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Não há atores sem ações, nem ações sem atores. Mas é preciso também problematizar o que produzem os sujeitos em movimento, ou os atores em ação. A ideia de gramática nos serve aqui justamente para isso: tentar decifrar quais os sentidos que damos às nossas lutas. Em outras palavras, quais são as ideias, expressividades, subjetividades e processos de significação que os atores dão as suas práticas.

Neste terreno, um dos primeiros desafios está relacionado à questão da *disputa cultural, à formação e à socialização militante*. Os atores e os espaços que até pouco tempo atrás detinham praticamente com exclusividade o papel de formação e de socialização política no Brasil estão sendo deslocados como instâncias centrais da socialização militante, trazendo novos dilemas. Vários fatores influenciam nesta mudança: a alteração da composição e da estrutura familiar, a deslegitimação dos partidos tradicionais e das organizações hierárquicas e verticais, a diminuição do trabalho de base realizado junto às comunidades e os territórios, a disputa cultural e militante por parte de setores conservadores, etc.

Outro ponto das gramáticas contemporâneas é o que uma certa *miopia do presente* que tem tomado boa parte das lutas atuais. Evidencia-se nos últimos anos uma tendência a lutas mais reativas/defensivas e ancoradas em causas específicas e horizontes de curto prazo, que poucas vezes conseguem abrir-se a um horizonte de médio e longo prazo. Um exemplo: a primazia dos “evento” em si em vez da acumulação própria de um “processo” e da mobilização de causas, campanhas e intervenções imediatas em vez de articulações mais permanentes e estratégicas. O próprio imaginário da sociedade contemporânea, colonizado pelo imediatismo, nos leva a uma urgência permanente da ação. Mas como recuperar as projeções de futuros abertos? Sem futuro não temos utopia, mas esse futuro não pode ser visto como uma coisa abstrata, e sim como uma projeção das práticas concretas que existem no presente e que retomam e mobilizam o passado e o presente para construir novos caminhos.

Concluo com um último ponto sobre as *visões de mudança social* encontradas nas militâncias contemporâneas. A despeito de posições diversas e múltiplas, algumas tendências podem ser observadas: a ênfase cada vez maior no compromisso pessoal, na necessidade de uma certa coerência entre discurso e prática e em um ativismo prefigurativo. Se uma concepção fechada de “projeto” leva já décadas em crise, a multiplicação de ilhas de alternativas não parece ter caminhado rumo à construção de novas narrativas com capacidade de interpelação societária. Mais grave é o progressivo desaparecimento do imaginário anticapitalista e das possibilidades de enquadramentos mais rupturistas que mobilizem e cheguem a contingentes importantes da população.

São muitas questões. Diversos os desafios. Aqui foi possível somente esboçá-los. Espero que possamos coletivamente construir respostas e alternativas, teóricas e políticas, a esses dilemas.

DO GOVERNO DEMOCRÁTICO DA DEMOCRACIA AO GOVERNO AUTORITÁRIO DA DEMOCRACIA: o deslocamento no campo político das lutas sociais no Brasil e tendências

- 30 -

MARCO MONDAINI¹

Entre os séculos XVII e XIX, constituíram-se as quatro principais tradições do pensamento político da modernidade, a saber: liberalismo, democracia, conservadorismo e socialismo.

Criado no bojo das revoluções inglesas do século XVII (Revolução Puritana e Revolução Gloriosa) pelo filósofo John Locke, o pensamento liberal possui como propósitos centrais a proteção da propriedade privada, o entendimento da liberdade como ato que gira em torno da figura do indivíduo (“a minha liberdade termina quando começa a liberdade do outro”) e a definição de política nos marcos da representação.

Numa crítica clara ao liberalismo, o pensamento democrático moderno nasce no contexto revolucionário francês do século XVIII por meio da obra do filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau. Nele, a propriedade privada é vista de maneira negativa como a origem da desigualdade entre os homens, a liberdade é enxergada como um ato de construção coletiva (a vontade geral) e a política compreendida como um exercício exclusivamente realizado pela participação dos cidadãos.

Assustado com o radicalismo da Revolução Francesa, o liberalismo transmuta-se em conservadorismo pela primeira vez pelas mãos do pensador irlandês Edmund Burke, fazendo a defesa da validade do status, da hierarquia e da autoridade, bem como da necessidade do crescimento orgânico das sociedades. Tudo isso com o objetivo de fazer com que a experiência jacobinista não se repetisse nunca mais dos dois lados do Atlântico Norte.

Porém, inobstante a reação conservadora à Revolução de 1789, o espírito jacobinista seria incorporado pelas diversas correntes do pensamento

1. Historiador e Professor Associado IV da Universidade Federal de Pernambuco, onde atua no Departamento e no Programa de Pós-graduação em Serviço Social. É bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq.

socialista no decorrer do século XIX, particularmente pela tradição inaugurada pelo filósofo alemão Karl Marx. Tradição esta que aprofunda a crítica rousseauiana à propriedade privada e à sua defesa dos mecanismos diretos de exercício da política, como uma forma de crítica às relações de exploração e opressão impostas pelo modo de produção capitalista à classe trabalhadora e de defesa de um projeto de emancipação humana que fosse além dos limites da cidadania puramente formal.

No curso do século XX, as quatro tradições do pensamento político brevemente assinaladas acima tratariam de se cruzar dando origem a formas híbridas como liberalismo democrático, liberalismo conservador, socialismo democrático e socialismo liberal.

Na impossibilidade de refazer minimamente o percurso dessas tradições e suas aproximações geradoras de hibridismos, durante o século XX, limitar-me-ei a indicar um momento de inflexão na história do pensamento político captado pelo filósofo italiano Giorgio Agamben, no livro *Estado de Exceção*².

Ao analisar a polêmica travada entre o filósofo conservador (que aderiu ao nazismo) Carl Schmitt e o filósofo marxista Walter Benjamin, Agamben localizou duas formas de relacionar “violência” e “lei”: a de Schmitt, que defendia a introdução da violência no corpo das leis, e a de Benjamin, que advogava a violência extralegal.

Com Schmitt, tornou-se explícita a fórmula dos regimes nazista e fascista de transformação da exceção não democrática em regra permanente; com Benjamin, é dada mais uma volta no parafuso marxista da apologia da violência revolucionária.

No entanto, a transformação da excepcionalidade não democrática em regra permanente (o Estado de Exceção) não seria monopólio dos regimes nazista e fascista da primeira metade do século XX, pois, nem bem iniciado o século XXI, o Estado de Exceção se apresentaria com todas as suas principais características naquela que é considerada a maior nação liberal do mundo contemporâneo: os Estados Unidos da América.

No pós 11 de setembro de 2001 (dia do mais ousado ataque terrorista da história da humanidade), os EUA colocaram em prática aquilo que Walter Benjamin havia identificado – à medida que o Estado de Exceção torna-se uma regra, este “se apresenta muito mais como uma técnica de governo do que como uma medida excepcional”:

2. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

*[...] O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos.*³

Publicado dois anos após, *Estado de Exceção, Ódio à democracia*,⁴ do filósofo francês Jacques Rancière, apresenta elementos de ordem conceitual que nos fazem refletir (tal qual Agamben) acerca de uma visão que foi se tornando pouco crítica sobre a democracia na contemporaneidade.

Segundo Rancière, o tradicional adversário da democracia – aquele definido como “governo do arbitrário”, uma ditadura – acabou escondendo uma outra forma de combate à democracia – aquele que se caracteriza pelo controle da vida democrática: “o bom governo da democracia”.

O “bom governo da democracia” tem como responsabilidade central a neutralização da intensidade da vida democrática, do seu princípio anárquico, isto é:

*[...] uma contestação militante permanente, que intervinha em todos os aspectos da atividade dos Estados e desafiava todos os princípios do bom governo (a autoridades dos poderes públicos, o saber dos especialistas e o savoir-faire dos pragmáticos).*⁵

Tendo como base as reflexões de Rancière, proponho-me, aqui, a sugerir a hipótese de que assistimos na história recente do Brasil à passagem de um “governo democrático da democracia” a um “governo autoritário da democracia”, num deslocamento que trará consigo obstáculos de grande porte para todas as modalidades de movimentação social existentes no país desde a passagem dos anos 1970 aos anos 1980.

Apesar das diferenças programáticas que separam o Partido da Social Democracia Brasileira e o Partido dos Trabalhadores, a meu ver, não é descabido definir como tendo sido um período de “governo democrático da democracia” os 22 anos em que tucanos e petistas alternaram-se à frente do Poder Executivo Federal – os 8 anos de mandato de Fernando Henrique

3. Ibid., p.13.

4. RANCIÈRE, Jacques. *Ódio à Democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

5. Ibid., p.16.

Cardoso, os 8 anos de mandato de Luís Inácio Lula da Silva e os 6 anos de mandato de Dilma Rousseff.

Nessas duas décadas e dois anos de governos tucanos e petistas, os mecanismos de controle social foram empregados nos marcos da administração dialogada (em menor e maior escala) da conflitualidade social – o que não implica dizer que a dimensão coercitiva do aparelho estatal tenha sido subutilizada, muito pelo contrário.

Porém, com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a consequente posse de seu vice-presidente Michel Temer (de fato, um golpe de Estado jurídico-parlamentar-midiático), dá-se início a uma transição que acaba de se concluir com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República. A saber: a transição de um “governo democrático da democracia” a um “governo autoritário da democracia”, no qual a administração dialogada do conflito social será substituída (tudo leva a crer) pela administração exclusivamente repressiva deste último, com possibilidades concretas de exacerbação daquilo que Giorgio Agamben (seguindo as trilhas abertas por Walter Benjamin) definiu como Estado de Exceção – uma técnica de governo que transforma a excepcionalidade não democrática em regra permanente.

O grande problema do deslocamento acima sugerido localiza-se no fato dele ter sido forjado naquilo que o filósofo marxista brasileiro Paulo Arantes chamou de “renascimento da política no Brasil”⁶, a partir dos protestos de junho de 2013.

Iniciado sob a liderança de setores de esquerda que lutavam pelo passe livre em São Paulo e Rio de Janeiro, “Junho de 2013” acabou por se constituir num divisor de águas na história recente das manifestações de rua no Brasil, tendo representado uma verdadeira inflexão na sua coloração. Hegemonizadas pelo vermelho das bandeiras dos principais partidos de esquerda desde os Comícios das Diretas em 1984, as ruas passaram a ser rapidamente tingidas pelo verde-amarelo das forças políticas de direita e extrema-direita, em todo o território nacional.

As inúmeras manifestações de massa ocorridas, durante o primeiro semestre de 2016, a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff e, no decorrer do segundo semestre de 2018, em prol da candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da República, foram os principais exemplos da ofensiva verde-amarelista e seus principais lemas: a defesa dos valores da pátria, da família e da religião, embrulhada pelo característico discurso

6. <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/13/abriu-se-a-porteira-da-absoluta-ingovernabilidade-no-brasil-diz-paulo-arantes/>

anticorrupção e anticomunista.

Assim, o “governo autoritário da democracia” contará com (pelo menos) duas bases principais de sustentação, que se alimentarão e retroalimentarão nos próximos anos. De um lado, em termos institucionais, o controle (pleno de contradições) dos poderes executivo e legislativo e a docilidade de um “judiciário capturado”⁷. De outro, a dar-lhes apoio (não se sabe ainda durante quanto tempo), organizações de direita e extrema-direita suficientemente capazes de levar multidões às ruas em todo território nacional.

Se voltarmos à tipologia do pensamento político moderno e contemporâneo traçada sumariamente no início do presente artigo, poderemos constatar que as forças políticas vinculadas às tradições democráticas e socialistas encontram-se hoje na defensiva no Brasil (e não apenas no Brasil). Já aquelas ligadas às linhagens conservadora e liberal (a qual distanciou-se do campo democrático, atraído pelo discurso salvacionista dos conservadores) estão em exponencial crescimento, dispostas a colocarem em prática a agenda do neoliberalismo puro, recorrendo, caso seja necessário (e essa é uma hipótese bastante provável), à imposição de leis que incorporem a violência para dentro de si, no melhor estilo do filósofo conservador Carl Schmitt – basta observar a nova versão da lei antiterrorismo que se pretende aprovar na legislatura que se inicia em 2019.

Mas, diante de tal cenário adverso, no qual os próprios liberais desincumbiram-se da tarefa de defesa do Estado de Direito⁸ e da manutenção das regras do jogo, e em que o país entra num cenário de ingovernabilidade⁹, o que se pode esperar das movimentações sociais situadas no campo democrático-popular ou de esquerda democrática?

Parto, aqui, da hipótese de que a sociedade civil que emerge no Brasil na passagem dos anos 1970 aos anos 1980 não se apresenta mais da mesma forma como a que foi descrita, analisada e definida pelo sociólogo marxista Eder Sader¹⁰ e pelo cientista político gramsciano Carlos Nelson Coutinho¹¹ durante a década de 1980.

Passadas duas décadas da derrota sofrida em 1964, a sociedade civil

7. A expressão é do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos em: *Esquerda do Mundo*, Univos. São Paulo: Boitempo, 2018.

8. *Ibid.*

9. Ver a entrevista de Paulo Arantes ao Brasil de Fato acima citada.

10. SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

11. COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

brasileira foi definida gramscianamente por Carlos Nelson Coutinho como tendo já um caráter orgânico e não mais uma natureza gelatinosa como no período pré-1964. Por sua vez, Eder Sader, significativamente influenciado pelas ideias do historiador marxista Edward Palmer Thompson e do filósofo pós-marxista Cornelius Castoriadis, por um lado, e pela experiência de construção do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores, por outro lado, construiu uma narrativa que se apresenta como que contendo as bases históricas da movimentação social que acabou desaguando na fundação do PT no ano de 1980.

Pois bem, desconfio que, entre junho de 2013 e outubro de 2018, a sociedade civil brasileira – de maneira mais precisa, o seu setor progressista – demonstrou-se menos orgânica do que se pudesse esperar, à medida que não foi capaz de fazer frente à sucessão de microgolpes que ocorreram no lustro em questão (como, por exemplo, o “golpimpeachment” da presidente Dilma e a prisão do ex-presidente Lula). Na verdade, a situação de “golpe permanente”, que tem as suas origens visíveis nos protestos de junho de 2013 e o seu ponto de chegada provisório na eleição de Jair Bolsonaro, não teve na parcela progressista da sociedade civil uma força capaz de servir de contraponto sólido, responsável pela sua interrupção.

Desconfio, igualmente, que a “direção intelectual e moral” (Gramsci) da sociedade civil apresentada por Eder Sader no seu belo livro não se encontra mais dada pelo Partido dos Trabalhadores, o que não significa dizer que já tenha sido substituída por alguma outra organização do campo político das esquerdas brasileiras.

Dito isso, parece-me não de todo deslocada de sentido a afirmação conclusiva de que a movimentação social na conjuntura aberta em junho de 2013 apresenta-se condicionada por duas ordens de questões. Em primeiro lugar, no que se refere à “direção intelectual e moral”, o “esgotamento da força propulsora”¹² de natureza transformadora do Partido dos Trabalhadores, após 14 anos de governança federal. Em segundo lugar, no que tange à sua própria estrutura (conteúdo e forma), o desenvolvimento de uma série de rupturas, em meio a uma sequência de continuidades, que fazem supor a existência de uma sociedade civil mais gelatinosa do que se pudesse esperar e, assim sendo, mais sujeita a sofrer derrotas com a continuação de “golpes permanentes” nos marcos do “governo autoritário da democracia”.

12. A expressão é do secretário-geral do Partido Comunista Italiano (PCI), Enrico Berlinguer, após o golpe de Estado na Polônia, na madrugada de 12 para 13 de dezembro de 1981, referindo-se à Revolução Russa de 1917.

ATORES,
PRÁTICAS E
GRAMÁTICAS

UM BREVE OLHAR SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS, PARCEIROS CLÁSSICOS TRADICIONAIS, ATIVISTAS E COLETIVIDADES EMERGENTES QUE ATUAM NO ESPAÇO URBANO EM PERNAMBUCO

AUTORIA COLETIVA FASE PE¹

- 37 -

“Aquellos actores que nacieron en los años setenta y ochenta como los “nuevos personajes” que entraban en escena (Sader, 1988) —el PT, el “nuevo” sindicalismo y varios movimientos populares— hoy son vistos como sinónimo de lo “viejo”. Pero el envejecimiento no lleva a una muerte abrupta, sino agonizante. Por eso, vivimos un escenario de transición gramsciana, donde lo “viejo” no terminó de morir y lo “nuevo” aún no ha florecido totalmente. El fin del ciclo político de la redemocratización abre un escenario incierto, pero el fin de un mundo no es el fin del mundo”.
(BRINGEL, 2017, p. 153).²

O presente texto, já desde aqui, pretende tomar em consideração essa construção geral acima que, ao observar transformações em curso sobre personagens sociais coletivos, sugere um olhar dialético sobre qualquer que seja o contexto histórico, dado que pode estar revelando mais um cenário de “*transição gramsciana*” do que exatamente um fato histórico consumado. Olhar personagens sociais coletivos no seu próprio tempo histórico, por meio dessa lente da “*transição*” é também assumir um método de trabalho interessado nas *tendências* que possam se revelar daí. Aqui se insere

1. Luiza de Marillac M. Souza, Eliedson Machado, Monica Oliveira, Rosimere Nery Peixoto e Rodrigo Rafael Silva, equipe de educadoras e educadores da FASE PE responsável pelas reflexões e sistematizações iniciais, registradas em relatórios das oficinas, apresentações em power point, dentre outros. Versão final sistematizada por Evanildo B. Silva (Diretor Adjunto da FASE). A FASE PE agradece a todos parceiros e parceiras que contribuíram para essas reflexões durante as duas Oficinas realizadas no Recife (2018), bem como a Ariane Roberta da Silva Figueroa e Fernando de Andrade Lima de Oliveira Silva, estagiários do PPGSS/UFPE.

2. BRINGEL, Breno. Crisis política y polarización em Brasil: de las protestas de 2013 al golpe de 2016. IN: Protesta e indignación global: los movimientos sociales em el nuevo orden mundial. Breno BRINGEL... [et al.] editado por Breno Bringel e Geoffrey Pleyers 1ª ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO: Rio de Janeiro: FAPERJ, 2017.

o trabalho da FASE que tem observado sinais de que o cenário atual estaria possivelmente marcado por alterações não só no ativismo político popular urbano (ação, práticas, gramáticas), como também por inovações sobre paradigmas históricos e atuais que alimentaram e que, ainda hoje, em grande medida alimentam apostas e escolhas políticas do próprio ativismo popular nas cidades. Fácil seria supor que haveria aí, uma espécie de “convivência” entre paradigmas, mas com práticas e nuances discursivas engendradas de modos e intenções distintos, determinados por outro contexto histórico, o que é, para nós, mais um sinal indicativo de tendências a reconfigurações no ativismo popular urbano. Essa combinação entre “transição gramsciana” e reconfigurações sobre tal ativismo concorreria, na atualidade, para o “florescimento” de variadas referências, ou seja, outros conteúdos e práticas sobre os *direitos nas cidades*, aqui chamado despretensiosamente de “urbano alargado” ou “alargamento do urbano”, algo que trataremos adiante.

Para progredir, esse diálogo partirá de registros coletados sobre “vivências” locais, a partir do levantamento sobre sujeitos populares urbanos, realizado em Pernambuco³ que identificou a existência de mais de 150 movimentos e parceiros clássicos tradicionais, ativistas e coletividades emergentes que atuam no espaço urbano local, em sintonia com a defesa de causas ligadas ao direito à cidade, sendo alguns deles de origem mais recentes (“emergentes”, com destaque para os “Coletivos”) e outros mais antigos (“tradicionais”, advindos de outros campos paradigmáticos, como o da reforma urbana).

No referido levantamento, em que foram identificados mais de 150 sujeitos sociais (item sobre “como se reconhecem ou como são reconhecidos”), 26% se reconheceram ou foram identificados como “Coletivos”; 21% como “Movimentos Sociais” e 19% como ONGs. As demais formas organizativas se distribuíram entre “Associações Comunitárias”, “Movimento estudantil”, “Organização Sindical”, “Grupos de Pesquisa”, dentre outros. Todo esse conjunto atua movimentando as mais distintas formas de ação cotidiana que compõem um “mosaico da luta” que vai desde processos de formação, manifestação de rua, ação cultural, ciberativismo, ocupação (terrenos, praças, prédios vazios, etc.), passando pela judicialização, denúncias públicas, economia popular (trocas, intercâmbios, agricultura urbana, comércio popular ambulante informal, etc.), participação em conselhos, comunicação popular, atendimento psicossocial, com fortes inflexões nos

3. Levantamento sujeitos urbanos – a luta popular urbana pelo direito à cidade por seus protagonistas: trajetórias e inovações nos territórios de atuação da Fase (RJ, PE e PA). FASE: Rio de Janeiro, 2018.

territórios populares urbanos da Região Metropolitana de Recife.

Além desses mais de 150 movimentos e parceiros clássicos tradicionais, ativistas e coletividades emergentes que atuam no espaço urbano local, foram levantadas 44 coalizões, redes, fóruns e/ou articulações no estado que congregam variadas organizações, movimentos sociais e mesmo militantes individuais que igualmente atuam na defesa de direitos, tendo o espaço urbano como um de seus territórios de pertencimento e de luta social. Esse dado registra a oferta de outros tantos olhares sobre os conflitos nas cidades, sobre o direito à cidade, em tantas arenas e com tanta diversidade e cruzamentos entre agendas que chega a surpreender pela riqueza. Mas, o que mais nos chama a atenção é que são coalizões, redes, fóruns e/ou articulações realizando, cada um ao seu modo (ainda com baixa interconexão entre si), uma larga defesa de causas, aqui destacadas como as mais referidas no levantamento. A saber: direito à Cidade/reforma urbana; economia, comércio popular e trabalho; mulheres; cultura, lazer e comunicação; saúde; segurança pública e justiça; juventudes; educação; meio ambiente; diversidade sexual; religiões e espiritualidades; democracia e participação; segurança alimentar e nutricional; populações e comunidades tradicionais. Tais iniciativas tem em comum a indignação e algum perfil de insurgência sobre algum tipo de violação no cotidiano das cidades. Potencializada sua integração, logo revelará uma tendência ao alargamento e ao diálogo entre causas e entre agendas, o que nos anima a falar que, hoje, já são arenas que realizam práticas de defesa dos direitos na cidade sem, no entanto, negar o clássico direito à cidade. Evidente que ainda há muitas tarefas políticas de articulação e integração entre essas arenas, potencial esse a ser mobilizado proximamente.

Além do levantamento realizado, somam-se ao presente texto as excelentes colaborações ofertadas pelo ciclo de reflexões e de oficinas realizadas no Recife, em 2018, pela FASE Pernambuco. Nestes encontros estiverem presentes diferentes participantes parceiros e parceiras de organizações, coletivos, movimentos sociais urbanos, dentre outros que compartilharam percepções e análises sobre os sujeitos urbanos locais, o que nos proporcionou leituras sobre “tendências” em curso na dinâmica sociopolítica popular urbana local. No levantamento e durante as oficinas, nos chamou a atenção o fato de que uma maioria bastante representativa de formas organizativas locais surgiu no período entre 2010 e 2018. Logo, nos perguntamos: por que, aparentemente, a trajetória urbana recente na Região Metropolitana do Recife (RMR) parece ter ficado tão dinâmica, com o surgimento de tantos coletivos, articulações e novos grupos societários? Estaríamos dian-

te de novos (e até aqui invisibilizados) conflitos urbanos marcados pelas velhas desigualdades nas cidades e agora alimentados por novas narrativas e agendas políticas? Isso estaria revelando a emergência de um período de novas identidades societárias e em curso, portanto, uma “nova cultura política”? A nenhuma dessas questões se procurou responder “ou isto ou aquilo”. A novidade nessa constatação nos diz mais de uma convivência entre diferentes trajetórias e sujeitos da luta urbana (nitidamente alargada), do que uma substituição de “velhos” atores por “novos”, aspecto esse que não pretendemos tratar aqui, mas cuja aparente ambivalência descartamos nesse momento pela ausência de elementos indicativos relevantes nesse sentido. Ao contrário, no contexto recifense, tanto o movimento Ocupe Estelita, como o Comitê Popular da Copa e mais recente a Articulação Recife de Luta (focada no processo de revisão do Plano Diretor) se constituíram mais como confluência entre atores de larga trajetória histórica e atores mais atuais do que como negação um do outro, mas, com visões de mundo e práticas políticas distintas.

Esses breves exercícios que o levantamento e as oficinas nos proporcionaram sobre tendências em curso no campo do direito à cidade (alterações não só sobre o ativismo político popular urbano - ação, práticas, gramáticas - e alguma inovação sobre paradigmas) coloca a experiência popular urbana de Pernambuco dotada de elementos bem importantes a serem estudados em termos de “cultura política”. É certo que há, inegavelmente, uma diversidade de atores e de perfis de conflitos urbanos em movimentação, alguns dos quais ainda invisíveis nas agendas públicas; há variados perfis de sujeitos coletivos que emergem e com eles emergem também outras arenas de luta (ocupação de escolas e ou de universidades, por exemplo). Isso tende a revelar uma disposição subjetiva de ampliar autonomismos societários também pela própria emergência de formas de organização distintas em relação a culturas organizativas mais tradicionais. Há acúmulos bem contemporâneos nas lutas (conteúdos e práticas) desde as movimentações dos feminismos (inflexões importantes do feminismo negro) ou das questões territoriais e ambientais (“comuns”, “territórios do sagrado”, “populações pesqueiras urbanas”). Mas, por outro lado, há ainda permanências em termos de cultura organizativa e ou de agenda de luta (um exemplo é a grande visibilidade masculina nos movimentos e organizações, muito embora seguidas de questionamentos visando superar esse perfil de permanências). Sujeitos historicamente invisíveis, agora reivindicam seu espaço identitário na luta pela cidade; há ciberativismo popular urbano em “luta”, de um lado, e há também movimentações ciberativistas identifi-

cadadas pelas proximidades com o movimento estudantil de direita, de outro. Há juventudes e mulheres organizadas na periferia com pautas feministas e antirracistas, reivindicando maior participação em outras pautas como aquelas de origens de movimentos LGBTQI+. Mas há ação juvenil popular nas periferias, há também territorialização de juventudes identificadas por sua filiação a lideranças fundamentalistas religiosas, conservadoras, dentre outros. No balanço geral, o quadro parece mais indicar alguma tendência de recomposição ou reconfiguração de um campo de resistência popular urbana na Região Metropolitana do Recife. Aqui o ideário do direito à cidade parece adquirir um aspecto multidirecional no sentido em que sujeitos invisibilizados constroem novas narrativas, em que juventudes negras, ambulantes, catadoras/es etc., têm potencial de se juntar a outros segmentos invisíveis que agora disputam o espaço urbano e ampliam os olhares desde lugares de resistência por agricultoras/es, pescadoras/es, por pessoas de ocupações etc., nas várias tramas dos direitos nas cidades. É sensato não deixar de registrar que outros acúmulos conceituais e políticos emergem desses e dessas historicamente invisibilizados: aqui queremos destacar sujeitos e ações que conformam um campo que vai das lutas antiproibicionistas, dos ciberativismos, do antirracismo e dos feminismos, campos esses que se entrecruzam nas agendas e nas formas de luta.

- 41 -

Evidente que não temos a expectativa de refletir sobre o conjunto das tendências em curso nas movimentações sociais urbanas locais e ou percorrer todo o espectro sobre como os sujeitos políticos se mantêm ativos nas lutas populares e nos conflitos urbanos pelo direito à cidade. Pretendemos sim destacar alguns elementos que nos motivem a continuar refletindo e encontrando os nexos sobre transformações no ativismo popular que daí emergem, dado que é fato que, apesar das adversidades, esses e essas permanecem se movendo e resistindo em cenários tão complexos como o da RMR.

Esse arrazoado até aqui sistematizado pelas motivações do levantamento e das oficinas realizadas, nos ajuda a percorrer um caminho que, de forma breve, nos põe diante de trajetórias recentes sobre dinâmicas urbanas em transformação na RMR. Por hipótese, essas dinâmicas teriam influenciado a emergência de novas conexões políticas entre sujeitos sociais sobre o espaço urbano. Tais conexões, igualmente por hipótese, são essenciais para problematizar se estaria ou não em curso a emergência de outros perfis de cultura política ligada ao ativismo, ao associativismo e seus correlatos em Pernambuco, em comparação ao ativismo popular urbano hegemônico nas últimas três décadas.

Na parte do texto que agora segue e que se encaminha para seu final, nos interessa compartilhar reflexões sobre se nas dinâmicas até aqui apontadas estariam se desenhando contribuições peculiares, visando a ampliar noções e paradigmas vigentes sobre o urbano classicamente conhecido (reforma urbana e ou sobre o paradigma do direito à cidade, em si). Ou seja, nos interessa interrogar também - ao olharmos a ação própria dos sujeitos sociais populares urbanos com todas suas idiossincrasias, conflitualidades e/ou mesmo convivências na Região Metropolitana do Recife -, se estaríamos diante da emergência de um “urbano alargado” ou do “alargamento do urbano”. Daqui para frente, esse será um exercício apenas inicial. Excluimos dele os atores do capital e suas alianças com as gestões públicas (essa tarefa é de outro fôlego, mas, essencial para esse tipo de abordagem). Enfim, esse exercício é igualmente desprezioso em termos acadêmicos, mas, pode abrir uma janela de reflexão potencialmente relevante para compreendermos alterações e tendências em curso no ativismo popular urbano nos últimos dez anos.

A ideia de “urbano alargado” ou “alargamento do urbano” é, antes de tudo, uma percepção sobre transformações que estariam em curso nas bases que fundamentam escolhas societárias coletivas populares urbanas. É uma percepção de que algo se move proativamente na direção tanto da inflexão de outros paradigmas sobre lutas sociais nas cidades (lutas essas que foram historicamente marcadas pelos paradigmas da reforma urbana e ou do direito à cidade), como também pela inflexão favorecida pela entrada em cena de outros sujeitos sociais, de outras formas de lutas, de novas agendas e demandas públicas relacionadas ao direito à cidade na última década. Parte, portanto, da constatação de que uma nova miríade de conflitos e de forças sociais encontram-se em conflitualidades políticas sobre o espaço urbano (disputando usos, acessos, pertencimentos, memórias, culturas e os próprios territórios urbanos) e sobre as relações sociais, culturais, políticas, econômicas, ambientais nas cidades. Como construção resultante de observações participantes, a ideia de urbano alargado reconhece de partida, insuficiências do paradigma da reforma urbana para diagnosticar o contexto urbano atual, paradigma por muitos anos hegemônico na literatura e nas práxis dos tradicionais atores urbanos. De outro lado, é inegável que o paradigma da reforma urbana foi fundamental para gerar práticas sociais coletivas e impulsionar movimentações sociais em torno da defesa de direitos nas cidades, tendo sido centro político de destaque nas últimas décadas, ainda que reformista.

Segundo Santos Junior (1995)⁴:

A proposta de reforma urbana que vai ser construída a partir do processo de elaboração da Constituição Federal de 1988 compõe o ideário reformista e vai se firmando durante a elaboração das constituições estaduais, leis orgânicas municipais e dos planos diretores. Ela consolida o conjunto de ideias que vem sendo debatida em nossa sociedade desde os anos 60 (Ribeiro, 1994). (SANTOS JUNIOR, 1995, p. 38).

Do ponto de vista das proposições gerais em debate naquele contexto do ideário reformista urbano, destacavam-se as seguintes “bandeiras de lutas” assumidas pela agenda da reforma urbana: (i) a gestão democrática da cidade, cujo objetivo era ampliar o espaço da cidadania e da eficácia e eficiência da política urbana; (ii) a reforma das relações intergovernamentais e das relações entre governo e sociedade, o que se traduziu num apelo à efetivação de espaços e processos participativos locais (agenda institucional da participação); (iii) a regulação pública do solo urbano, na perspectiva de introdução de novos instrumentos de política fundiária e da função social da propriedade urbana, e (iv) a inversão de prioridades no tocante à política de investimentos urbanos, cujo objetivo era promover meios equilibrados de consumo/ acesso a políticas urbanas face ao fenômeno da espoliação urbana sobre os mais pobres e sobre perspectivas limitadas de acesso e de uso das próprias cidades (SANTOS JUNIOR, 1995, p. 38-39). A crítica social que se realizava sobre a forma de intervenção do Estado, a concepção de esfera e espaço públicos, dentre outras, pressionou a opinião pública por novas modalidades de gestão como condição para o enfrentamento da crise do Estado e seu enfoque tradicionalista. A aposta era mudar as condições sociais da população, bem como ampliar as condições de cidadania e de democracia. O que o campo dos ideários da reforma urbana pretendia nesse contexto é que o Estado assumisse uma natureza mais descentralizante, com processos e instrumentos dinâmicos e participativos contra os muitos modelos tradicionais de gestão do poder local. O objeto da transformação era a cidade. Para transformar “essa cidade” seria fundamental um diagnóstico qualificado das desigualdades na produção e no acesso aos bens e serviços públicos e um novo modelo de intervenção público com participação (gestão e planejamento democráticos) (SILVA, 2013).⁵

4. SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Reforma urbana: por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades. Rio de Janeiro: FASE/UFRJ-IPPUR, 1995.

5. SILVA, Evanildo Barbosa da. Gestão democrática, cultura política e conflitos de governança no planejamento e na gestão urbana no Recife: Tese (doutorado) – UFPE/ CAC. Desenvolvimento Urbano, Recife, 2010.

No entanto, o paradigma da reforma urbana ficou conhecido mesmo foi pela centralidade que ganhou o item “acesso a bens e serviços urbanos”, notadamente os aspectos relacionados ao acesso público à habitação, ao saneamento, ao transporte e trânsito e aos direitos fundiários (regulação do solo urbano). Durante muitos anos (e ainda hoje são agendas fundamentais, dado o alto grau de desigualdade econômica e social no acesso a essas políticas setoriais urbanas) prevaleceu e cresceu a defesa popular do paradigma em questão, ou seja, dos ideários e da agenda da reforma urbana, tendo sido geradas muitas formas organizativas (movimentos de moradia, fóruns de reforma urbana, ONGs e universidades especialistas nessa área, por exemplo) que passaram a ter sua imagem, pertencimento e prioridades de atuação política assentados nesse paradigma. A força dessa movimentação foi ao seu ápice pós-Constituição de 1988 e depois, durante os governos do Partido dos Trabalhadores.

Olhando hoje e tomando-se como referência as novas dinâmicas populares urbanas em curso nas cidades, essa agenda pública da reforma urbana não se revelou capaz de incorporar e tornar prioridade essas “outras tantas agendas” que emergiram nos últimos anos. Muitas são as razões para isso e poucas são as reflexões autocríticas em torno dessa constatação. Talvez, por isso, deixou-se escapar a possibilidade de ampliar visões e ações que, em tese, alargariam o urbano como paradigma, bem como a agenda da reforma urbana em si. Esse paradigma manteve-se atuante em torno de quatro ou seis políticas setoriais urbanas, em torno de um recorte geográfico marcadamente metropolitano e em dinâmicas de ação e luta bastantes institucionalizadas (devido às apostas feitas de atuação junto ao Estado e em governos de corte popular-democrático) e ou em espaço civis de alta aderência institucionalista, a exemplo do Fórum Nacional de Reforma Urbana. Esse reformismo perseguido pela agenda da reforma urbana (diferente da expectativa aqui aventada do “urbano alargado”) atuou pouco sobre dimensões periurbanas, perdendo-se a oportunidade de reconhecer e atuar na fronteira criativa entre o “urbano”, o “rural”, a “floresta”, o “ambiental”, o agroecológico etc., de um lado, e de dar tratamento substantivo a abordagens que tomassem em consideração a importância das diferenças entre regionalidades, ou mesmo das redes diversas de cidades fora do espectro nacional-metropolitano, incluindo suas conexões com cidades pequenas e médias, com biomas etc., de outro. O corte hierárquico nacional dado aos desenhos das políticas urbanas deixou de fora muita diversidade emergente desde os planos locais.

Há que se considerar que, em tese, “urbano alargado” como ideia e como

práxis vem sendo ativados em contextos determinados por fortes impactos exercidos pelos grandes projetos e megaeventos sobre o espaço urbano nos últimos anos. Muitos tiveram seu epicentro fora da Capital, revelando conflitos, territórios e atores sociais fora da centralidade urbana clássica, por exemplo, mas, principalmente, revelando conflitos e resistências nas ruas, nas ocupações, fora dos “arranjos institucionais participativos”.

Esse urbano que já se apresentou assim alargado em muitas iniciativas de rua e contestando lógicas horizontais e estruturas societárias hierárquicas históricas, na atualidade, estaria obrigado a deslocar energias de um perfil de ativismo político assentado em ações mais de corte setorial (“políticas setoriais”, expertise bastante ancorada no paradigma da reforma urbana) para um perfil de ativismo político que parte da crítica dos impactos do “desenvolvimento urbano hegemônico”. “Desenvolvimento” esse praticado e empreendido em aliança entre o Estado e o capital imobiliário sobre populações diversas que se movem buscando algum direito nas dinâmicas urbanas.

Esse “urbano alargado” não nega a profunda contribuição que movimentos sociais tradicionais e a sociologia urbana auferiram ao conceito seminal de direito à cidade (no sentido da democracia participativa, do acesso a bens e serviços urbanos como moradia, saneamento, mobilidade, regularização fundiária etc.) ou no sentido mais que positivo que o *redistributivismo* ensejava para o aprofundamento da radicalidade democrática. Conforme dissemos, a ideia de urbano alargado necessita partir do reconhecimento de insuficiências do paradigma da reforma urbana para poder “liberar” o potencial que paradigmas como “comuns” ou “bens comuns” tem para ativar e “abrir caminhos” para percepções sobre novas configurações de conflitos e de lutas políticas nas cidades, bem como da diversidade de movimentação societária no urbano (especialmente pelas juventudes, mulheres, feministas, ativistas culturais, cibertivistas, ambientalistas, antirracistas, populações tradicionais em áreas urbanas, comunidades do sagrado, dentre outros).

Esse “alargamento do urbano” também pressupõe reconhecer duplamente a diversidade de atores e de agendas em ebulição nas cidades: tanto quando “novos atores entraram em cena” (muitos, por exemplo, entraram nas manifestações de 2013) e quando essa “entrada” significou a vocalização e defesa de novos direitos não restritos às políticas setoriais urbanas (há sim uma presença pulsante de “novos direitos” urbanos na gramática da luta popular nas cidades). Isso pareceu advir também do fato de que “outros paradigmas” se somaram ao paradigma do direito à cidade de modo

mais tranquilo do que tentativas de reconfiguração (nos anos 1990-2000) que foram realizadas junto ao paradigma da reforma urbana (a exemplo de “gênero e a questão feminista nas cidades”; “a dimensão racial e antissexista nas cidades” e a questão ambiental que enfrentaram e ainda hoje disputam por um “lugar” aí).

- 46 -

Enquanto isso, no Brasil e em Pernambuco, de 2010 até aqui, eclodiram muitas lutas e mobilizações populares que passaram a reivindicar a defesa daquilo considerado um “comum” ou “um bem comum” em oposição a ideários de cidade-mercado que cresceram vertiginosamente e ocuparam lugar cativo nas gestões públicas. O exemplo mais virtuoso desse tipo de reivindicação pelas lentes dos “comuns” foi o movimento Ocupe Estelita que pautou a opinião pública recifense e a agenda popular urbana, ao se colocar contra um megaprojeto imobiliário privado, em favor da construção de uma área de lazer pública. Esse conflito colocou em evidência ambivalências (e cutucou o caráter polissêmico) da defesa genérica do direito à cidade em curso em muitas pautas. Para o capital imobiliário, o paradigma do direito à cidade era o direito privado de construir (no caso, moradia para o livre mercado) e para o Movimento Estelita o direito à cidade pedia a radicalidade do paradigma dos “comuns”, ou seja, o direito à se construir na cidade um espaço de lazer de uso comum. O paradigma dos “comuns” requisitado no exemplo acima parece lançar uma contribuição fundamental à ideia do “urbano alargado” porque se refere àquilo que é próprio da escala sistêmica dos direitos na cidade, transcendendo o “setorial” (moradia, por exemplo), no entanto, articulando-o à escala do interesse público em si (espaço coletivo e público para lazer). Aqui caberia também falar das movimentações similares, a exemplo de ocupação de prédios vazios em áreas centrais (devedores ao erário), para fins de moradia popular (“tanta casa sem gente, tanta gente sem casa”) como exemplo que mantém viva essa possibilidade de alargar percepções sobre conteúdos e práticas do direito na cidade, a partir de situações concretas. Desafio esse já registrado pelas motivações do levantamento dos sujeitos urbanos em Pernambuco.

Acreditamos que, juntos, sujeitos populares urbanos e suas redes, fóruns e articulações podem enfrentar tarefas até aqui sugeridas, pois, em Pernambuco, algumas de suas movimentações já representam uma dinâmica social ativa de enorme importância para a cidadania, realizando ampla cobertura na defesa de causas de interesses comuns. Além disso, reúne um conjunto de vozes que reclamam e propõem alternativas contra as desigualdades nas cidades e sobre os segmentos sociais mais diretamente afetados por essas desigualdades no acesso a direitos básicos. Fica aqui nossa expectativa e nossa crença de que, em Pernambuco, também progrediremos na direção das tendências de transformações sobre o ativismo popular urbano que já se veem no mundo.

TROCANDO SABERES COM OS SUJEITOS POLÍTICOS DAS LUTAS URBANAS DO RIO DE JANEIRO: da vida que se vê à vida que se vive

- 47 -

CAROLINE RODRIGUES¹
ELEONARDO KLEYSON FERREIRA DE LIMA²
LARA SARTORIO GONÇALVES³
RAUL NUNES⁴

*A criação é um pássaro sem plano de voo,
e que nunca voará em linha reta.
Violeta Parra*

Este artigo tem por objetivo apresentar o acúmulo das oficinas realizadas pela FASE em parceria com o NETSAL/IESP-UERJ e com o LASP/UFF, das quais participaram diversos sujeitos políticos das lutas urbanas do Rio de Janeiro no ano de 2018.

Durante as oficinas, os principais temas debatidos foram democracia, crise da institucionalidade, manifestações de junho de 2013, bens comuns urbanos e formas de produção de conhecimento. A metodologia buscou acolher as demandas trazidas pelos participantes e, ao fazê-lo, a valorização da produção de conhecimento pelos próprios movimentos sociais foi a demanda que mais gerou debates. A partir disso, as oficinas foram planejadas, organizadas e executadas coletivamente, com a participação dos próprios sujeitos do processo. A proposta inicial de fazer um levantamento sobre/com os sujeitos políticos das lutas urbanas do Rio de Janeiro foi ganhando seu desenho próprio: o que era um questionário de perguntas foi transformado em eixos de debate; o que era uma lista de sujeitos políticos atuantes no tecido associativo do Rio de Janeiro foi se transformando numa cartografia social inicial.

1. Educadora Popular da FASE/RJ e pesquisadora do NEMOS / PPGSS/ PUC-SP.
2. Estudante de Serviço Social da UFRJ e estagiário da FASE/RJ.
3. Pesquisadora do NETSAL e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ.
4. Pesquisador do NETSAL e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ.

Ao ampliarmos nossa dificuldade metodológica (quando optamos pela produção coletiva de conhecimento), naturalmente avançamos também em assumir que não havia, nesses encontros, pretensão de esgotamento da realidade, mas sim a proposta de, juntos, lançarmos luz sobre os desafios que as lutas sociais vêm enfrentando no tempo presente.

ATORES, PRÁTICAS E GRAMÁTICAS

-48-

A metodologia e os debates das oficinas realizadas no Rio de Janeiro foram baseadas em acúmulos teóricos e práticos locais, mas também em parâmetros mais gerais. Nesse sentido, três conceitos orientaram nossas experiências: atores, práticas e gramáticas. Forjadas originalmente numa pesquisa do NETSAL para dar conta de compreender os conflitos sociais de maneira acadêmica, mas também voltada à disputa cotidiana, esses conceitos foram reelaborados em diálogo com a FASE e com os próprios movimentos sociais.

Por **atores** entende-se como os sujeitos políticos se identificam, quais são suas pautas e reivindicações, com quem formam alianças e quais são seus adversários. As **práticas** dizem respeito ao modo como os movimentos se organizam internamente, ou seja, como distribuem funções e poderes, mas também diz de como os movimentos expressam suas reivindicações e tecem suas lutas. Por fim, a noção de **gramáticas** tem a ver com as compreensões, crenças e ideologias dos movimentos.

Mais do que elaborações teóricas, ao longo das oficinas foi sendo evidenciado que essas são também categorias que as e os próprios militantes utilizam, mesmo que implicitamente, para analisar o mundo ao seu redor.

Como pontapé inicial, a partir das relações que a FASE e o NETSAL já possuíam, foram identificados 60 sujeitos políticos atuantes nas lutas urbanas do Rio de Janeiro. No entanto, ao longo das oficinas esse mapeamento foi adensado pelos próprios sujeitos, de forma que nosso universo passou para 80 sujeitos políticos. Destes, 30 participaram da primeira ou da segunda oficina, ou de ambas⁵. É importante pontuar que o tecido associativo do Rio de Janeiro é bem mais amplo e complexo do que conseguimos enxer-

5. Brigadas Populares, Consulta Popular, Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré,(CEASM); Centro de Ação Comunitária (CEDAC), Coletivo de Negras e Negros do Serviço Social da UFRJ – Dona Ivone Lara; Comitê pela Liberdade do Rafael Braga; Conexão G; Escola de Ativismo, Espaço Para Que e Para Quem Servem as Pesquisas sobre Favela; Fórum Grita Baixada; Fórum de Manguinhos; GT de Pesquisa Militante em Saúde da Fiocruz; Instituto de Formação Humana e Formação Popular (IFHEP), Levante Popular da Juventude; Marcha Mundial das Mulheres, Mídia Independente Coletiva (MIC); Mídia Kaps Digital de São João de Meriti; Movimento dos Traba-

gar. Portanto, trata-se de um mapeamento com lacunas. No que se refere à metodologia, o mapeamento foi feito a partir das informações públicas disponíveis e das informações coletadas nas oficinas.

ATORES

Há uma diversidade de mobilizações e um dinamismo nos conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro. Essa diversidade pode ser notada pela predominância de sujeitos políticos que se organizam para além da tradicional agenda da reforma urbana. Ou seja, sujeitos cujas pautas de luta principais não são por acesso a bens e serviços urbanos (moradia, saneamento, transporte, regularização fundiária), mas pelo direito de existir nas cidades, uma existência que tem sua própria forma de sobrevivência, que transita entre o formal e o informal, o legal e o ilegal, entre o justo e o injusto; que lutam pelo direito a ter direitos e que por vezes desacreditam do direito nessa forma de Estado. Entende-se, portanto, que a manutenção da vida e a luta pela subsistência são dispositivos que fazem com que os sujeitos políticos do Rio de Janeiro se engajem nas lutas.

Os sujeitos políticos possuem identidades múltiplas e uma plurimilitância no Rio de Janeiro, ou seja, participam de diversos movimentos ao mesmo tempo - a exemplo das Mães de Manguinhos, Fórum de Manguinhos, Rede de Comunidades Contra a Violência, Frente pelo Desencarceramento. Do mesmo modo, esses sujeitos se identificam e se reconhecem como parte de diversos espaços políticos de atuação. No entanto, ao longo das oficinas identificamos que essa plurimilitância impõe alguns desafios aos próprios sujeitos, tais quais: a sobrecarga de atividades, a sobreposição de agendas de diferentes movimentos e a dificuldade em garantir a efetividade das ações. Outra questão que atravessa a prática da plurimilitância é que, ao participarem de vários espaços ao mesmo tempo, alguns acabam convertidos em apoiadores e esse apoio, por vezes, gera tensões. Compartilhar a ideologia defendida pelo movimento e se reconhecer como pertencente a um movimento não se traduz, necessariamente, em ação concreta no movimento.

Outra característica de muitos atores coletivos no Rio de Janeiro é que

lhadores Sem Teto (MTST); Movimento Passe Livre de Niterói (MPL); Militiva, Movimento Pró-Saneamento e Meio Ambiente da Região do Parque Araruama (MPS); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Museu da Maré; Núcleo de Desconstrução de Gênero da Psicologia da UERJ, Projeto Brasil Cidades; Rede de Comunidades contra a Violência (REDE), Rolé dos Favelados; Sindicato de Saneamento de Niterói, Rede Brasileira de Educadores Ambientais (REBEA), Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP).

estes se organizam a partir de pautas pontuais que, ao se esgotarem, desmobilizam. O movimento dos secundaristas em 2015, o Comitê da Copa e das Olimpíadas de 2010 a 2016, o Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA) de 2018 são exemplos.

Para alguns sujeitos políticos o nome e a autodefinição são muito importantes. Contudo, para outros, essa nomeação acaba limitando, classificando, hierarquizando. Assim, há uma diversidade enorme de nomes e de autodefinições: rede, comitê, coletivo coletiva, assembleia, frente, fórum, conexão, articulação, rolê, movimento, associação, casa, sindicato, quilombo, organização, conselho, central, marcha, rede de redes, instituto, escola, conferência, espaço, grupo, brigadas, campanha, pastoral, projeto, comuna, levante, aldeia, quintal.

Percebemos ainda que há uma particularidade dos sujeitos políticos no Rio de Janeiro que é a aproximação entre militância e universidade, sendo muitas vezes o/a militante também pesquisador ou pesquisadora. Avaliamos que uma das razões desta aproximação foi a implementação das políticas afirmativas de cotas raciais e sociais nas universidades públicas locais.

Por último, destacamos que, entre os 80 sujeitos políticos mapeados na Grande Rio, identificamos que a maior parte está localizada na cidade do Rio de Janeiro, principalmente na região do centro. No que se refere às suas pautas de luta, identificamos que as principais são a luta pelo direito à cidade, direitos das mulheres, segurança pública e comunicação. Vale salientar que para fazer essa classificação consideramos que os sujeitos não possuem pautas únicas, pelo contrário, seguem a tendência atual e se mobilizam a partir de diversas pautas.

PRÁTICAS

Durante as oficinas buscamos conhecer quais têm sido as práticas de auto-organização dos sujeitos políticos engajados nas lutas urbanas no Rio de Janeiro para enfrentar as transformações urbanas e as violações de direitos que impactam seus territórios. Estávamos atentos também para compreender como estes sujeitos se articulam com outros sujeitos e com o Estado. A partir desse ponto de partida percebemos algumas tendências.

A luta pelo direito à cidade parece estar sendo construída dentro e fora da institucionalidade no Rio de Janeiro, estando ainda permeada pela crise da representatividade, principalmente no que tange à ausência de participação das mulheres e dos negros na política. Há tanto sujeitos disputando os conselhos de direitos, conselhos participativos, sindicatos, vagas no poder legislativo; quanto àqueles sujeitos que não veem possibilidade de cons-

truir por dentro do Estado. Estes últimos, por vezes, denominam-se independentes ou autonomistas e enxergam o Estado como o inimigo, muitas vezes entendendo esse Estado apenas como Estado Policial, que possui o monopólio da violência, que mata, que coage e controla a vida urbana. Em relação aos primeiros, vale destacar que as institucionalidades têm um formato específico que, por vezes, dificulta e despolitiza as demandas sociais, mas que a crença nesses espaços não impede que os sujeitos políticos transitem por espaços diferentes, a partir dos quais podem construir uma experiência a partir da prática.

A forma de organização dos sujeitos políticos tem relação direta com as próprias características geográficas do território do Rio de Janeiro e sua história de urbanização, tendo a violência como forma constante de gestão pública. O casamento entre política urbana e militarização no Rio não é apenas fenômeno recente; ao longo dos anos o mito das “classes perigosas” fez com que as remoções de favelas fossem naturalizadas pela população. Assim, uma das particularidades dos sujeitos políticos no Rio de Janeiro é que, historicamente, eles constroem processos de resistência para permanecer em seus territórios, para ter o que vem sendo chamado de “direito à favela”.

Outra questão que impacta a prática dos sujeitos é a ausência de uma segurança pública comprometida com a vida. Há no Rio de Janeiro uma preocupação constante com a segurança dos militantes, tanto no que se refere à segurança física, como a segurança das informações do movimento, algo que ganha centralidade com o atual contexto. A prisão dos 23 manifestantes de junho de 2013, o caso do Rafael Braga e o racismo do judiciário no julgamento do caso, o assassinato da Marielle Franco e a ausência de respostas sobre o crime, assim como o uso de informações de teses e dissertações pelo Estado para criminalizar os movimentos são realidades prementes.

Como forma de resistência e de segurança, percebemos que há uma necessidade dos movimentos de produzirem seus próprios dados sobre o território. Mais do que registrar, eles têm a necessidade de contrapor e disputar a narrativa hegemônica que criminaliza e invisibiliza a luta. Além da denúncia das violações de direitos humanos, busca-se a valorização da cultura periférica, em expressões como o rap, o grafite, saraus e literatura marginal. Ainda, busca-se o reconhecimento de que as pessoas que vivem nas favelas e periferias trazem grande contribuição para o processo de produção de conhecimento, notadamente como sujeitos e não como objetos. Com experiência acumulada neste campo da produção de conhecimento destacamos: i) o Coletivo Papo Reto do Complexo do Alemão e Penha,

que é grupo de comunicação independente formado por jovens que criaram um Calendário de Tiros em resposta à violência policial no território e que buscam cobrir as notícias “da favela para a favela”; ii) Fórum Juventudes do Rio de Janeiro, que criou o aplicativo Nós por Nós para realização de denúncias de violações de direitos humanos e abusos policiais em tempo real e iii) A OLAB, uma organização social de comunicação que busca democratizar a produção de tecnologia e fomentar políticas públicas para estas mulheres e que, para tanto, desenvolve uma pesquisa chamada PretaLab, sobre quem são as mulheres negras e indígenas que desenvolvem iniciativas de tecnologia no Brasil.

GRAMÁTICAS

Percebemos uma dificuldade de articulação dos sujeitos políticos, sendo a fragmentação uma questão recorrente no que se refere à construção de agendas comuns de resistência no urbano. Mesmo fragmentados, permanece no imaginário dos sujeitos políticos os grandes movimentos de massa – parte desse imaginário é alimentado pelas redes sociais que conseguem aumentar a escala da ação política, mas não necessariamente a escala da organização. A complexidade crescente da vida em sociedade e das artimanhas do poder trazem novos desafios, ao mesmo tempo em que as antigas querelas ainda não estão resolvidas.

No Rio de Janeiro os sujeitos políticos parecem sufocados pelo presente; a luta pela sobrevivência e a polarização da sociedade atravessam e dificultam a construção de outro projeto de sociedade, de outro paradigma de desenvolvimento urbano. As manifestações geralmente são para reagir e/ou denunciar alguma violação de direitos, sendo pouco propositivas.

Esse quadro local reflete em muito processos mais amplos de reconfiguração das gramáticas. A aliança entre neoliberalismo e autoritarismo achata a imaginação de horizontes futuros. As grandes ideologias de outrora parecem agora menos factíveis ou necessárias aos sujeitos políticos. É através das práticas cotidianas que novas ideias políticas vão sendo forjadas. “Epistemologia preta” e “epistemologia da favela” foram expressões recorrentes nas oficinas, que queriam dizer da produção de conhecimento e engajamentos a partir da realidade de pessoas espoliadas do direito à cidade e muitos outros direitos.

Assim, articulações surpreendentes entre as lutas feministas, negras, indígenas, faveladas e LGBTIs vão sendo elaboradas através das experiências cotidianas e produzindo renovadas maneiras de olhar e pensar o mundo, elaborando novas e multifacetadas utopias, demandando uma revisão cons-

tante das práticas. A máxima zapatista de criar “um mundo onde caibam todos os mundos” vai substituindo noções unificadoras e totalizantes de futuro, que em outros momentos serviram para invisibilizar lutas e sujeitos.

Nesse sentido, as teorias seguem a reboque das práticas cotidianas dos sujeitos políticos quando se fala em gramáticas. Porque os sujeitos são múltiplos em suas identidades e experiências, a comunhão de ideias se torna possível, numa caminhada sucessiva de fragmentações e convergências. Afinal, a mulher que é negra não pode se dar ao luxo de optar por só uma pauta, como o homem gay favelado tem que lutar não só contra a homofobia, mas também contra a violência policial e as condições precárias de habitação e saneamento. A fragmentação interna às identidades individuais abre espaço para a conexão dos diversos atores coletivos.

- 53 -

EVENTO OU PROCESSO? UM 2013 NÃO ABSOLUTO

Cinco anos depois o ano de 2013 ainda causa muitas inquietações, tanto políticas quanto sociológicas. As expressivas manifestações que ocorreram por todo o Brasil foram tematizadas nas oficinas do Rio de Janeiro a partir da sua processualidade. Por processo entendemos a necessidade de mirarmos a referência dessa temporalidade específica atentando para três momentos: antecedentes, acontecimentos e desdobramentos. Ou seja, lançar olhar sobre 2013 de modo a não tratá-lo como evento cristalizado com atores, práticas e gramáticas frequentemente reduzidos a esse marco temporal. Nossa atividade no Rio de Janeiro espontaneamente acentuou esse aspecto, tendo em vista as longas trajetórias das organizações políticas e movimentos sociais, que extrapolam as “jornadas de junho” - seja por serem bastante anteriores à eclosão de manifestações de 2013, bem como pelos desdobramentos que decorrem do momento, certamente atípico e determinador de novas configurações na militância.

Retomaremos a experiência das manifestações de 2013, com o risco de sermos demasiado sucintos, acentuando aspectos que as antecedem bem como seus acontecimentos centrais. Os desdobramentos, contudo, deixaremos por conta de nossas atividades com os atores desse processo para fazermos apontamentos, questionamentos e indicativos, tendo em vista que ainda os estamos vivendo.

Ao recuperarmos, de maneira não tão distante, os acontecimentos que antecederam 2013, podemos apontar que, em 2010, quando já confirmadas as Olimpíadas e Copa do Mundo a serem sediadas no Brasil e os preparativos e obras iniciados, foram instituídos os Comitês Populares da Copa e Olimpíadas. No mesmo ano, eclodiram, por organização do Comitê Popu-

lar, os primeiros protestos contra a Copa das Confederações e a Copa do Mundo nas cidades-sede dos eventos, iniciados no Rio de Janeiro. Compunham esses espaços movimentos sociais, lideranças populares, grupos de defesa de direitos humanos, instituições acadêmicas, ONGs e afetados pelas ações arbitrárias.

No ano seguinte, em 2011, os efeitos e crescimento da Primavera Árabe deram a largada do ano, estimulando e mobilizando movimentos e ativistas ao redor do mundo inteiro. Os protestos marcantes, com uso da ação direta, ocupações do espaço público e enfrentamento em face à repressão policial foram fagulha importante de muitas eclosões em outros tantos países. Uma dessas ressonâncias foi o Occupy Wall Street, ocorrido em Nova Iorque. Um mês depois, no Rio de Janeiro, inspirado na ocupação estadunidense, ativistas e artistas ocuparam a praça da Cinelândia, região central da cidade, com atividades similares e forte apelo a seu caráter “anticapitalista”.

Em 2012, uma das maiores e mais significativas greves da educação na história do Brasil paralisou as atividades letivas por quatro meses em quase a totalidade de universidades do país. No Rio de Janeiro, as cinco universidades públicas tiveram ou sua reitoria ou espaços comuns - representativos para as pautas das e dos estudantes - ocupados. Uniram-se a esse movimento, sob um chamado de greve geral, outras 56 categorias profissionais. Mesmo com a forte mobilização e longa duração da greve, o governo não negociou com os grevistas.

Simultaneamente, ocorreu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que foi realizada de 13 a 22 de junho. Em protesto à atividade dos Estados, foi organizada a Cúpula dos Povos, com programação paralela à da Rio+20, organizando tendas de informação sobre os efeitos do extrativismo no Brasil e América Latina, as violações de comunidades tradicionais, ribeirinhas e zonas pesqueiras pela invasão de grandes empresas. Foram organizadas manifestações por toda a cidade, bem como denúncias às remoções de comunidades que vinham ocorrendo por conta da preparação da cidade para os megaeventos.

Ainda em 2012, houve o início das invasões pela Polícia Militar ao Museu do Índio, localizado no Maracanã, ocupado por uma aldeia de diversas etnias desde 2006. Em outubro de 2012, ações policiais foram conduzidas diante do projeto de demolição do prédio para aumentar a área de dispersão do Estádio do Maracanã, com construção de estacionamento e shopping. Os casos de extraordinária truculência e violência policial contra os indígenas alcançou a mídia internacional e foi o primeiro caso emblemático ativador das tantas denúncias de violações de direitos humanos na preparação

da cidade para os megaeventos.

Nesse momento, era notável o investimento bilionário em obras de estrutura destinada aos jogos dos megaeventos em contraste com uma cidade cada vez mais dificultada para as e os trabalhadores, em seu direito de transitar pelo espaço, de habitar, de se alimentar e sobreviver. Os ânimos, assim, estavam inflamados e os primeiros protestos massificados ocorreram já nos últimos meses de 2012. Diante disso, foi fundado o Fórum Contra o Aumento das Passagens⁶, central para a organização, comunicação e encontro de diferentes movimentos dos protestos ocorridos em 2013.

Ao longo de 2013, ano que marcou o país pela quantidade expressiva de manifestações em torno, inicialmente, da pauta contra o aumento da passagem dos transportes, nesse contexto de investimentos exorbitantes na preparação das cidades-sede para os jogos, foi se ampliando em expressividade, quantidade e pautas. Com manifestações que reuniram mais de um milhão de pessoas na parte central da cidade carioca, bem como plenárias com a participação de mais de seis mil pessoas, o Brasil parou com um sentimento de medo, mas também de vontade e indignação.

Essa indignação generalizada com a conjuntura política, econômica e social levou às ruas diversos matizes ideológicos, que ficaram visíveis pela adoção de vestimentas vermelhas, pretas e verde e amarelas. Junho de 2013 derrubou a aprovação de todos os políticos, sobretudo do Executivo, responsabilizando-os pelos problemas de diversas ordens e pelas desigualdades presentes no país. Além disso, a repressão dos protestos e eventual prisão e condenação de manifestantes reacendeu o alerta sobre a criminalização dos movimentos sociais. Apesar disso, quem já estava nas ruas antes de 2013 e mesmo parte de quem aprendeu a militar naquelas manifestações seguiu defendendo suas pautas e tecendo redes de solidariedade.

Todo esse caldo de resistência que entornou nas manifestações de junho de 2013 foi tratado pelos sujeitos políticos das lutas urbanas do Rio de Janeiro ao longo das oficinas. A partir de diferentes perspectivas e lugares sociais esses sujeitos viveram 2013 e, ao resgatarem na memória esse mo-

6. O Fórum Contra o Aumento das Passagens teve, no Rio de Janeiro, papel central na organização das lutas, incluindo a convocação dos atos e organização das significativas plenárias, ao longo das Jornadas de Junho. A partir de desentendimentos entre as organizações que compunham o Fórum, ao longo de 2013, foi fundada a FIP - Frente Independente Popular, que reuniu movimentos mais marcadamente orientados por ideologias libertárias, anarquistas e/ou com maior empenho na ação direta. Em outras grandes cidades, como São Paulo e Belo Horizonte, articulação similar, organizadora dos protestos, foi feita pelo MPL - Movimento pelo Passe Livre.

mento histórico durante as oficinas, expressaram divergência sobre quem estava na rua. Alguns afirmaram que “o corpo branco é que ocupou as ruas em 2013”, enquanto outros afirmaram que depende do lugar que se olha, por exemplo, “em São João de Meriti teve manifestação e quem estava na rua não era o povo branco”. Em relação aos acúmulos de 2013, embora seja muito cedo para afirmar qualquer posicionamento, foram feitas reflexões coletivas que apontam esse momento como expressão do esgotamento do sistema político já que junho de 2013 representaria “o início do fechamento do regime democrático que começou com a constituinte de 1988 e agora está como está”; assim como já sinalizava a militarização da gestão pública pois “o legado de 2013 seria a forma como a polícia atua em relação aos movimentos sociais – com truculência, com bomba, com armas de cima da igreja”. Por outro lado, o saldo positivo de 2013 teria sido o “fortalecimento das pautas indentityárias e da forma de organização em coletivos, grupo”, a organização dos professores porque “depois de junho nós conseguimos fazer a maior greve dos últimos tempos, dois meses” e a marcação da rua como um espaço de ação política na medida em que teria “quebrado com a prática via institucionalidade”. Por fim, uma reflexão comum entre os sujeitos políticos é que apesar de ter sido muito importante, de ter tido muita potencialidade, “2013 não foi capaz de articular as lutas para construção de um projeto alternativo”.

Entendendo, portanto, as práticas como organização e ação dos movimentos ao longo de qualquer conjuntura, o processo das manifestações de 2013 traz à tona práticas mais horizontais, a exemplo das reuniões em forma de assembleias, com ampla participação, ou as críticas à noção de representação, prevalecendo a autorrepresentação, ou seja, a participação constante em todos os espaços de discussão e tomada de decisão. É também a partir dessas práticas organizacionais que a ação direta aparece como possível externalização de respostas aos desafios então postos. As práticas pacifistas, tendo como pano de fundo um ambiente democrático, são postas em questão por sujeitos que não experimentam a paz ou a efetivação da democracia.

Na associação de formas de ação tende a se pensar se ainda existe efeito fazer protesto e se existe potência na ação coletiva, utilizando-se a idéia de democracia blindada, que reflete na ação de insurgência e resistência: “Se o estado libera faz, se não atende, não faz”. Isso tudo resulta em algumas práticas como a burocracia dos movimentos assim como a cultura imposta do “medo”, ou seja, de receios de desafiar o Estado de forma mais resistente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os solavancos da conjuntura produzem demasiadas incertezas. Aliados às certezas históricas da espoliação somos levados a uma dupla sensação: a derrota da política como arena de conflito e a nossa incapacidade de compreender o que está acontecendo, quais são as permanências e quais as mudanças nos processos sociais e políticos. Entender é um passo importante para a ação. Nesse sentido, as oficinas promovidas pela FASE em parceria com o LASP, o NETSAL e os mais variados sujeitos políticos tiveram como objetivo a busca pela avaliação coletiva do que permanece e do que vem se transformando e, mais do que isso, como resistir neste contexto de ataque à nossa frágil democracia.

Dos desafios que se colocam, o contexto extremamente adverso é só um deles. Os sujeitos ainda estão começando a entender como produzir mudanças e fazer reivindicações sob cerco; como articular pluralidade e unidade; como combinar horizontalidade e participação com durabilidade da organização e efetividade das ações, como sonhar com outro mundo estando tão marcados por este. Esses são dilemas que comportam as mais diferentes respostas e são estas que confrontam os sujeitos políticos cotidianamente. Apesar de tudo isso, o que vimos e ouvimos nas oficinas não foi resignação e inação, muito pelo contrário, vimos pessoas completamente engajadas nas mais difíceis disputas que se dão entre a vida que se vê e a vida que se vive, e que, mesmo assim, resolveram dedicar uma parte preciosa do tempo de suas vidas para um diálogo sincero. Essas trocas nos apontam que o presente é temeroso, mas o futuro já está sendo construído.

A LUTA POPULAR URBANA PELO DIREITO À CIDADE POR SEUS PROTAGONISTAS: trajetórias e inovações nos territórios de atuação da FASE - SANTARÉM - PA

- 58 -

AUTORIA COLETIVA FASE PA¹

METODOLOGIA

O grupo de pesquisa “O direito à cidade em Santarém-PA: instituições e atores” da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) realizou levantamento participativo junto a diferentes sujeitos coletivos da cidade de Santarém-PA entre os meses de junho a setembro de 2018 como parte integrante do projeto executado em parceria com a FASE-Amazônia.

Realizamos onze entrevistas com sujeitos coletivos identificados previamente, sendo priorizados grupos e movimentos de diferentes segmentos, garantindo a diversidade do levantamento. A maior parte das entrevistas foram realizadas na sala 308 da Unidade Amazônia da UFOPA em Santarém, durante as reuniões semanais do grupo de pesquisa como forma de envolver o maior número de estudantes possível. Somente as entrevistas com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR-STM), Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns (CITA) e Coletivo de Mulheres Indígenas Suraras do Tapajós (SURARAS) foram feitas individualmente por um pesquisador.

Com antecedência de uma semana de cada entrevista, enviávamos cartas subscritas pela FASE e pelo grupo de pesquisa aos coletivos como forma de apresentar o projeto e convidar para nossa reunião, momento em que seria realizado o levantamento.

Organizávamos as carteiras da sala em forma de roda para que todos se sentissem participantes daquela atividade. As entrevistas realizadas duravam

1. Ana Beatriz Oliveira Reis; Sara da Costa Pereira; Lucimar Naiara Alves; Yuri Santana Rodrigues; Erick Rodrigo Porto Pinho; Ádyla Wilsandra Valente de Souza, Amanda Fabricia Leão Mota, Andrew Lucas Pantoja de Souza, Beatriz Fernandes Farias, Eduardo Ferreira Silva, Elber Cleyson Pereira Bentes, Evanderson Camilo Noronha, Gabriel Rego Licata, Helen Amanda Pinto dos Santos, Jeandro Rocha Oliveira, Ketrin da Silva Balieiro, Keuller Santos de Souza, Leide Diana Castro da Silva, Lincon Sousa Aguiar, Raidiene Cunha do Nascimento, Rionaldo Pinto de Jesus Junior.

cerca de uma hora. Além das perguntas elaboradas pela FASE, acrescentamos mais uma, acerca das principais dificuldades enfrentadas pelas organizações para exercerem suas atividades. Ao final das entrevistas, os discentes faziam questionamentos sobre aspectos não contemplados no roteiro.

Ainda no âmbito do projeto, foram realizadas nos meses de agosto e setembro de 2018 oficinas participativas amplas, com a presença inclusive de sujeitos não entrevistados pelo grupo de pesquisa. Nessas oficinas foram realizados diagnósticos sobre a questão urbana em Santarém por meio de reflexões e memórias de ativistas de diferentes movimentos, aprofundadas discussões acerca do direito à cidade na Amazônia e retomadas as articulações acerca de pautas locais, como a revisão do Plano Diretor da Cidade.

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Desde o início dos anos 2000, as cidades do Baixo Amazonas, especialmente Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, têm vivenciado a expansão da monocultura da soja, dos projetos de infraestrutura logística para o escoamento de grãos (portos, ferrovias, hidrovias), dos empreendimentos hidrelétricos, além do avanço da exploração minerária. Cada vez mais o grande capital tem mirado nessa região por ser abundante em matérias-primas que interessam aos seus negócios (terra, água, minérios, madeira, etc.).

Cumprе sublinhar que a produção de *commodities* reedita um modelo desenvolvimentista ancorado na produção de produtos primários, que vem consolidando a condição colonial da região amazônica. A produção de grãos integra um portfólio de políticas que não dinamizam o desenvolvimento local, a exemplo da exportação de minérios e energia, e obras de infraestrutura, com transporte multimodal (hidrovia, ferrovia, rodovia, portos). Essa dinâmica vem reconfigurando a paisagem da região, atingindo novamente a vida de inúmeras comunidades e povos tradicionais da floresta e dos rios em nome, dessa vez, da integração do Brasil à globalização (AGUIAR, 2017).

Atualmente, Santarém tem uma população de 294.774 mil habitantes, segundo dados do IBGE (censo 2010), dos quais 215.947 vivem na cidade². É considerada como um centro urbano polo em relação aos demais municípios da região, em função da oferta de serviços de saúde e educação, além do comércio que é bastante movimentado³.

2. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/censo-2010/populacao-urbana-e-rural/pa>. Acesso em: 29 abr. 2018

3. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santar%C3%A9m_\(Par%C3%A1\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santar%C3%A9m_(Par%C3%A1)). Acesso em: 29 abr. 2018

Oficialmente, Santarém tem 48 bairros, conforme dispõe a Lei Municipal nº 18.180, de 20 de junho de 2008, observando o estabelecido no art. 118 da Lei nº 18.051 de 29 de dezembro de 2006 (Plano Diretor). Entretanto, diversas novas ocupações espontâneas são notadas na área urbana. É visível o crescimento populacional na cidade, embora ainda não se tenham dados censitários atualizados que comprovem o que se observa empiricamente.

Contudo, não foi somente Santarém que sentiu alterações no tecido urbano a partir da expansão da sojicultura. Os municípios vizinhos de Belterra e Mojuí dos Campos (os quais antes da emancipação⁴ eram áreas rurais de Santarém) também sofreram mudanças em sua configuração territorial, sobretudo na zona urbana.

Estudos recentes apontam que a produção de soja desmantelou comunidades rurais e extinguiu rotas de transporte público que atendiam aos pequenos produtores, inviabilizando a região para o antigo morador e facilitando sua apropriação por novos usos e tipologias. Esse processo de explosão e dispersão de usos urbanos pelo território manifesta o fenômeno da urbanização extensiva (GOMES et al, 2017, p. 18 apud MONTE-MOR, 2015).

A dificuldade de compreensão imediata dos processos econômicos levou estados e os municípios a crerem que a instituição de regiões metropolitanas seria uma alavanca de desenvolvimento, já que a partir dessas institucionalidades os municípios se tornavam elegíveis para investimentos federais diferenciados (GOMES et al., 2017).

A partir dessa perspectiva, e das transformações na sede dos três municípios (Belterra, Mojuí dos Campos e Santarém), o governo do Estado do Pará criou a região metropolitana de Santarém (composta pelos municípios já mencionados), através da Lei Complementar nº 079/2012. Todavia, a RMS continua dispersa, não apresentando processo de cornubação, tampouco possui políticas urbanas em comum entre os três municípios que a compõem (GOMES et al., 2017, p. 25).

Diante desse contexto, acreditamos que esse levantamento possibilita reflexões acerca de uma compreensão sobre qual é o direito à cidade reivindicado por sujeitos coletivos que se constituem numa materialidade peculiar,

4. Belterra e Mojuí dos Campos foram emancipados como Municípios em 1995 e 2010, respectivamente.

qual seja, a cidade de Santarém-PA, localizada no interior da Amazônia. A produção do conhecimento parte da investigação sobre como esse direito é parte constitutiva da identidade desses coletivos e as principais características da expressão “direito à cidade”, ressignificada pela diversidade de segmentos em seus processos de luta: federação de associação de bairros, movimento estudantil, movimento ambientalistas, representantes de ocupação urbana, sindicatos rurais, movimento indígena, quilombola, de mulheres, pastoral, dentre outros.

- 61 -

Ao questionarmos o que é o direito à cidade, verificamos identificação deste enquanto um direito coletivo no qual se busca preservar um modo de vida na sua relação de alteridade com a natureza. Esse direito, nas palavras do representante do Grupo de Defesa da Amazônia (GDA), deve ser ecológico. Deve-se preocupar ainda com a construção de uma cidade mais saudável na qual seja possível viver plenamente e não apenas sobreviver. Nessa cidade, deseja-se ainda a apropriação dos espaços públicos pela população para que o lazer não seja opção de poucos. Nesse sentido, o direito à cidade é também resistência a modelos de desenvolvimento que vão na contramão desses modos de se viver.

Esse direito à cidade também é identificado enquanto demanda aos governantes, no qual se busca a concretização de garantias essenciais como: educação, trabalho, condições de moradia adequada, transporte, cultura, território e participação nos processos decisórios. Conforme ressaltado em algumas entrevistas, essas garantias não podem ser pensadas sem considerar o modo de vida dos moradores. Essa ressalva se manifesta nos questionamentos realizados pelo representante da Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém (FAMCOS): por que não financiar casas de madeiras para a população? Por que não priorizar o transporte coletivo fluvial?

O direito à cidade em Santarém só pode ser compreendido na sua intensa relação com o meio rural. Muitos dos sujeitos coletivos entrevistados não moram na zona urbana e compreende a cidade enquanto o centro de decisão política. Denunciam a invisibilidade da população rural em relação aos governos e reivindicam igualdade entre os moradores da zona rural e da zona urbana, destacando a relação de interdependência entre esses dois segmentos. A luta pelo direito à cidade, nesse cenário, é ainda luta por reconhecimento, como no caso das SURARAS que almejam ser respeitadas enquanto indígenas dentro e fora dos seus territórios.

Por fim, destaca-se que, embora as lutas de todos esses sujeitos coletivos sejam impactadas pelos recentes processos de urbanização na região Ama-

zônica, alguns tiveram contato com a expressão “direito à cidade” durante o levantamento. Apesar do desconhecimento prévio, como no caso do CITA, quando informados minimamente sobre esse direito, reconheciam as pautas urbanas como constitutivas de suas lutas.

ATORES SOCIAIS

-62-

Por intermédio do roteiro de entrevista utilizado com os sujeitos dos coletivos do município e para aprofundar na compreensão sobre esses atores, optamos por definir um número de 11 entrevistas. Favorecemos a diversidade de segmentos sociais presentes no município, como comunidades tradicionais, movimentos indígenas, quilombolas, moradores de diversos distritos, associações de moradores urbanos, pastorais sociais, colônia de pescadores, estudantes, líderes comunitários, setores ligados à igreja católica e representantes de sindicatos.

UNIÃO DOS ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR DE SANTARÉM (UES)

A União dos Estudantes de Ensino Superior de Santarém surgiu no ano de 1998 como resultado de um processo de organização dos estudantes universitários santarenos em defesa dos seus direitos e interesses. Desde lá, a entidade vem trilhando um caminho de luta em defesa não somente da categoria estudantil, mas da sociedade de modo geral, articulando atividades com vários setores sociais da cidade.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS DE SANTARÉM (FAMCOS)

A Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém (FAMCOS) foi fundada no dia 19 de março de 1989 e registrada oficialmente no dia 15 de junho do mesmo ano. A FAMCOS assume uma postura firme, autônoma e desatrelada do poder público municipal, configurando-se, assim, como um forte instrumento de luta em defesa dos interesses da população carente.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM LUTA POR MORADIA (MTLM)

O MTLM é um movimento social presente no município de Santarém desde 2009, que atua em defesa do direito à moradia e do reconhecimento das ocupações urbanas do município. Ficou reconhecido pela resistência que faz, atualmente, na Ocupação Vista Alegre do Juá, sendo a maior ocupação em população e extensão territorial.

COLETIVO DE MULHERES INDÍGENAS SURARAS DO TAPAJÓS

O Coletivo de Mulheres indígenas Suraras do Tapajós luta por autonomia e empoderamento feminino indígena para concretizar o respeito quanto aos direitos humanos dos povos do Baixo Tapajós. É composto integralmente por mulheres indígenas atuantes em questões dos direitos culturais, sociais, políticos, econômicos e ambientais dos indígenas da região.

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUILOMBOLAS DE SANTARÉM (FOQS)

A Federação das Organizações Quilombolas de Santarém - FOQS é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 2006 com o objetivo de lutar pela implementação de políticas públicas para as comunidades quilombolas do município de Santarém. Em suas lutas por políticas públicas, a FOQS também conta com a parceria da Coordenação das Associações das Comunidades de Remanescentes de Quilombos do Pará - MALUNGU e da Coordenação Nacional de Quilombos - CONAQ.

- 63 -

CONSELHO INDÍGENA TAPAJÓS ARAPIUNS (CITA)

O Conselho Indígena Tapajós Arapiuns é uma organização social de representação política das mais de 40 aldeias e de sete mil indígenas dos povos Arapiun, Arara Vermelha, Apiaka, Borari, Cara Preta, Munduruku, Kumaruara, Munduruku, Maytapu, Jaraki, Tapuia, Tupaiu, Tapajó e Tupinambá. Com o esforço de lideranças, caciques, pajés, parteiras, estudantes, profissionais e demais autoridades indígenas que vivem nas aldeias e nas cidades de Santarém, luta de maneira coletiva para garantir os direitos indígenas consagrados na Constituição Federal.

GRUPO DE DEFESA DA AMAZÔNIA (GDA)

O Grupo de Defesa da Amazônia tem o objetivo de sensibilizar e mobilizar as mais amplas camadas sociais para lutar pela qualidade de vida e preservação do patrimônio histórico e cultural das populações da Amazônia, denunciando as políticas desenvolvimentistas que priorizem os interesses de governo.

MOVIMENTO TAPAJÓS VIVO (MTV)

O Movimento Tapajós Vivo luta em defesa da soberania dos povos da Amazônia, pela vida do rio Tapajós e pelos direitos das populações tradicionais. Atualmente se dedica à luta contra a implantação do Complexo Tapajós, projeto do Governo Federal que pretende construir sete barragens no rio Tapajós, causando destruição e violações de direitos das populações.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE SANTARÉM (STTRSTM)

O Sindicato foi reconhecido no de 1973 pelo Ministério do Trabalho. O STTR de Santarém compreende-se como a entidade representativa e firmadora da luta e defesa dos trabalhadores rurais, sendo uma das mais antigas entidades existentes e amplamente reconhecida pelo trabalho construído.

-64-

COLÔNIA DE PESCADORES Z-20

A colônia de Pescadores nasceu no ano de 1920, uma data para o início de uma jornada de luta pelos direitos da população ribeirinha. A colônia de pescadores Z-20, sediada em Santarém, Oeste do Pará, iniciou as atividades com foco na defesa dos direitos dos trabalhadores da pesca nas comunidades do município.

PASTORAL DA JUVENTUDE (PJ)

A Pastoral da Juventude é um grupo ligado à igreja católica que se propõe a formação política da juventude no município de Santarém. A entidade é formada predominantemente pelo gênero feminino e historicamente tem a coordenação integralmente composta por mulheres.

PRÁTICAS

Caracterizados os sujeitos coletivos com os quais foram realizadas as entrevistas, faz-se necessário tecer algumas considerações gerais com relação à forma de atuação dos mesmos, sua abrangência, ações por meio das quais expressam suas demandas e identificar as principais lutas mobilizadoras – pontos de convergência, peculiaridades – para, assim, apreender o conteúdo de direito à cidade mobilizado por esses atores sociais.

Com base nas entrevistas realizadas, identificamos que a defesa do meio ambiente se apresenta como a principal luta mobilizadora, apontada por quase a totalidade desses sujeitos coletivos, e inerente ao direito à cidade quando se trata da Amazônia. Estas são seguidas pelas lutas por saúde, educação e permanência no território. No caso do CITA, reivindicam ainda saúde e educação diferenciada para os indígenas, no sentido de terem uma melhor condição de adaptação no meio urbano e a implementação dessas políticas públicas em seus territórios/comunidades.

A luta mobilizadora em prol da permanência no território é reivindicada não apenas como defesa de um pedaço de terra. A dimensão territorial apresenta-se como resistência ao não reconhecimento – ou os empecilhos

que se impõe a este – dos territórios tradicionais na Amazônia (indígenas, quilombolas etc.). O representante do CITA, durante entrevista, lembra o caso ocorrido no final do ano de 2014, quando o Juiz Airton Portela, da Subseção Judiciária de Santarém, editou a sentença que declarava como inexistente a Terra Indígena Maró, negando a validade do relatório da Fundação Nacional do Índio que dava o devido reconhecimento do território e da identidade étnica dos povos Borari e Arapium. Sentença esta que foi suspensa somente dois anos depois, após intensos debates e manifestações, não somente dos povos tradicionais como também dos sujeitos coletivos e outras instituições idôneas.

A abrangência da articulação dos sujeitos coletivos se realiza mais intensamente no âmbito local, que aqui inclui o município e a região do Oeste do Pará. Existe ainda articulação nacional e internacional de alguns dos sujeitos que se dão, em especial, com o Fórum Social Panamazônico. Com exceção do MTLM, todos os demais sujeitos coletivos entrevistados se articulam a outros sujeitos políticos, integram-se a fóruns e redes ou estreitam parcerias de interesses às suas atuações.

As principais ações e formas de mobilização por meio das quais esses movimentos se organizam, expressam suas demandas e constroem propostas, conforme apontados pelos mesmos, se dão por meio de protestos, debates e audiências públicas, mobilização e sensibilização da sociedade civil e atores políticos com os quais se articulam. Tais propostas são direcionadas, em casos cabíveis, aos poderes executivo e legislativo.

A principal forma de comunicação com a sociedade é realizada pelas mídias sociais, por meio das quais organizam mobilizações, campanhas e a publicização de assuntos dos interesses de suas pautas de luta. É citada ainda, a rádio rural, nos casos do CITA, MTV, GDA e STTR, considerando que possuem um público-alvo também oriundo do meio rural – campo, comunidades, aldeias.

Atuam coletivamente em algumas reivindicações mais gerais como forma de garantir demandas específicas comuns, como foram os casos das mobilizações contra a construção do Complexo de Hidrelétricas de São Luiz do Tapajós, da questão dos portos para escoamento de grãos (Cargill e Embraps) e, mais recentemente, do processo de revisão do Plano Diretor do município de Santarém. Há de se lembrar também o momento histórico da manifestação e greve geral, em abril de 2017, contra as reformas trabalhista e da previdência, propostas pelo governo de Michel Temer, a qual reuniu sindicatos, movimentos e organizações sociais, e tantos outros sujeitos coletivos.

GRAMÁTICAS

- 66 -

As lutas dos atores sociais entrevistados perpassam diferentes aspectos do campo do direito à cidade. Por mais que se dirijam a formas mais específicas de mobilização, em que cada ator social frisa conteúdos voltados mais para o meio urbano ou outros com abrangência mais direcionada para o meio rural, as bandeiras de lutas buscam intervir no sentido de projeção de uma cidade mais igualitária e autônoma de maneira geral. Podemos citar como exemplo os direitos adquiridos por determinado movimento social, esse direito não traz benefícios apenas para si, significam conquistas relevantes para todos.

As principais conquistas alcançadas pelos atores sociais podem ser mais bem visualizadas mediante análise de cada um dos grupos entrevistados, a saber: GDA, FAMCOS, UES, PASTORAL DA JUVENTUDE, MOVIMENTO TAPAJÓS VIVO, MTLM, COLÔNIA DE PESCADORES Z-20, SURARAS DO TAPAJÓS, FOQS, CITA e STTRSTM.

Para o GDA, a questão ambiental predomina, com ênfase em formações de educação ambiental, possibilitando uma maior visibilidade dessa pauta na cidade. A FAMCOS reivindica a política habitacional, exemplo: a luta por saneamento (destacam-se pautas necessariamente urbanas), além de ampliação da participação social na gestão municipal. A UES apresenta-se também essencialmente urbana através da questão da promoção da mobilidade urbana. Destaca-se importante feito na cidade de Santarém, que é o congelamento de 1/3 da passagem de ônibus para os estudantes, considerada a passagem mais barata do país. É importante frisar também a luta pela criação do Conselho Municipal de Transporte, ainda que atualmente não faça mais parte dessa instância por conta de críticas aos interesses da classe empresarial que aparelha o conselho.

Evidenciamos ainda as conquistas dos últimos anos da PASTORAL DA JUVENTUDE, do MOVIMENTO TAPAJÓS VIVO e do MTLM. O primeiro evidencia a formação política da juventude, a educação popular e processos de resistência. O segundo, o alcance nacional e internacional do movimento, por exemplo, a construção da II Caravana em Defesa do Tapajós no ano de 2016. Por isso, considera-se o único movimento sócio ambiental do Oeste do Pará. O último traz conquistas relacionadas com a aproximação com a UFOPA para, assim, refletir e mudar a percepção dos moradores de Santarém a partir da Ocupação Vista Alegre do Juá.

Para a COLÔNIA DE PESCADORES Z-20, as conquistas são voltadas para os pescadores que auxiliam na manutenção de práticas tradicionais de trabalho e o seu modo de vida. O movimento SURARAS DO TAPA-

JÓ S evidência que há o fortalecimento e empoderamento das mulheres por meio de projetos realizados em parceria (FASE, Projeto Saúde e Alegria, STTRSTM, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, FAMCOS, Movimento Tapajós Vivo, Pastoral da Terra, Engajamundo), atuantes em espaços institucionais e não institucionais na cidade. A FOQS relaciona-se com a questão territorial, ou seja, a permanência em suas terras garantindo os direitos sociais, além da participação na construção do Processo Seletivo Especial da Universidade Federal do Oeste do Pará. Para CITA e STTRSTM, a bandeira territorial relaciona-se com a questão ambiental e identitária (inclusão dos indígenas do Baixo Amazonas na secretária especial de saúde indígena) e a luta por reconhecimento. Já o segundo, traz como enfoque o acesso à terra (questão agrária) e o acesso à energia elétrica na área rural.

Diante do exposto, compreendemos que existe a associação da implementação de políticas públicas como conquistas dos movimentos que pressionaram para que fossem efetivadas. Há questões territoriais, rurais, agrárias, identitárias, ambientais, de gênero e racial como constitutivas do direito à cidade e enquanto luta pela preservação dos modos de vida tradicionais. Vale enfatizar que a questão ambiental na Amazônia perfaz a maioria dos movimentos e a pauta urbana aparece mais clara na atuação da FAMCOS, UES e MTLM. Por fim, apontamos que essas conquistas abrangem campos institucionais e não institucionais e que muitas lutas esbarram no campo institucional para lograrem sucesso, além do reconhecimento da cidade como centro de decisão política no qual os coletivos reivindicam direitos.

Em relação aos valores, princípios e ideias orientadas pelo grupo ou coletivo, constata-se que as bandeiras de luta protagonizadas por cada grupo, geralmente, estão associadas a esses mesmos valores. No GDA quando questionado pelo representante, por exemplo, aponta a questão da alteridade dentro do grupo, em que o respeito do conhecimento do outro se torna essencial na luta. Para as SURARAS DO TAPAJÓS e a FOQS, que relacionam-se com a questão de gênero e racial, respectivamente.

A pauta da construção coletiva também está bastante visível entre os movimentos. Entendemos que para melhor compreensão e reconhecimento na cidade, a presença do coletivo contribui muito nas conquistas de mais espaços. A luta por direitos sociais tem sido primordial entre os grupos e movimentos. A saúde, educação e moradia, por exemplo, foram direitos adquiridos ou que são, ainda, a principal bandeira de luta para que sejam consolidados. O MTLM luta por direito à moradia, enquanto que a FAMCOS

luta por políticas públicas, entre outras, e a COLÔNIA DE PESCADORES Z-20 luta por questões trabalhista e previdenciária, prioritariamente.

Verificamos a presença da questão da formação política nos grupos. Notamos que independente do coletivo, a formação proporciona aos integrantes e representantes mais organização e qualidade naquilo que é proposto.

Quanto às dificuldades enfrentadas podemos arrolar: aspectos financeiros, a falta de militantes e ataques por parte de empresários que atravancam a garantia de melhores resultados na luta pelos direitos. Esses foram os problemas mais citados pelos entrevistados. No que diz respeito ao aspectos financeiro, alguns grupos sentem dificuldades em acessar editais que financiem seus projetos e também foi exposta a dificuldade em acessar recursos externos. Além disso, existem aqueles que não possuem espaço próprio para as reuniões, o que reflete a carência de recursos, exemplo disso pode ser evidenciado pelas SURARAS DO TAPAJÓS.

A falta de militantes dispostos a construir coletivamente prejudica o melhor dinamismo dos grupos, pois a falta de pessoal acarreta sobrecarga para representantes e incrementam as dificuldades no desempenho das atividades realizadas. Entende-se, assim, que para alcançar as conquistas almejadas diariamente, as pessoas devem estar fortalecidas e engajadas diante das bandeiras de lutas, tanto em relação a questões internas quanto externas.

Com relação aos ataques, verifica-se que alguns dos grupos sentem receio de se manifestar mais livremente. A classe empresária torna-se assim um empecilho na luta pelos direitos, o que acarreta resultados não satisfatórios mediante as lutas almejadas. Há também quem critique as leis, que não são tão eficazes como deveriam ser, ou que não contribuem para a real efetividade do direito do cidadão. Pode-se enfatizar em relação a isso o CITA, que enfatiza a crítica direcionada ao judiciário pelo não reconhecimento dos territórios indígenas, um direito constitucional.

A LUTA POPULAR URBANA PELO DIREITO À CIDADE POR SEUS PROTAGONISTAS: trajetórias e inovações nos territórios de atuação da FASE - BELÉM - PA

ALDEBARAN DO SOCORRO FARIAS DE MOURA (IN MEMORIAM)¹

DANDARA RODRIGUES MARTINS²

ISABELLA SANTOS CORRÊA³

JOANA VALENTE SANTANA⁴

JOÃO GOMES DA SILVA NETO⁵

LEONARDO COSTA MIRANDA⁶

LUCAS WELLINGTON DA SILVA SILVA⁷

ROVAINE RIBEIRO⁸

- 69 -

METODOLOGIA DA PESQUISA

No primeiro momento, a FASE Amazônia reuniu com a o Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB), da Universidade Federal do Pará para articular a parceria e o desenvolvimento do Projeto de Levantamento. Além dos técnicos da Fase, foram envolvidos 2 docentes desse Grupo de Pesquisa e 4 discentes de graduação em Serviço Social. Foram realizadas reuniões de trabalho para definir a metodologia do levantamento (discussão dos itens do formulário de entrevista, capacitação dos discentes/pesquisadores, mapeamento dos sujeitos a serem entrevistados).

Na metodologia definida nacionalmente para o levantamento dos sujeitos políticos não estava previsto a realização de entrevistas com lideranças, mas um mapeamento a partir de fontes secundárias, tais como as redes sociais, arquivos institucionais entre outras fontes disponíveis. No entanto, não encontramos um número significativo de informações disponibiliza-

1. Educadora da FASE/Amazônia.

2. Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (voluntária da pesquisa).

3. Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (Bolsista PIBIC - CNPq).

4. Docente da Faculdade e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

5. Educador da FASE/Amazônia.

6. Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (Bolsista PIBIC - CNPq).

7. Discente do curso de Serviço Social da Universidade da Amazônia (voluntário da pesquisa).

8. Docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

das ao público nas redes sociais e, também, pelo fato de contarmos com estagiárias do GEP CIHAB dispostas a fazer trabalho de campo, avaliamos que a realização de entrevistas com apoio de um questionário contendo as perguntas orientadoras gerais e posterior tabulação e breves análises dos dados levantados daria maior amplitude ao levantamento e não prejudicaria o conjunto da obra.

No segundo momento, foram realizadas entrevistas com os sujeitos e as oficinas de socialização dos resultados do levantamento e debate sobre o direito à cidade. A aplicação do formulário foi realizada no período de maio a outubro de 2018, envolvendo 24 representantes de diversos movimentos (feminista, LGBTI, urbano, juventude, agroecologia, dentre outros). As oficinas foram realizadas nos dias 18 de agosto (com o tema “Direito à cidade: cidade para quem?”) e 29 de setembro de 2018 (“A resistência na cidade”), ambas no auditório da Fase Amazônia, com participação de 45 representantes dos movimentos sociais, nas duas oficinas.

ATORES, PRÁTICAS E GRAMÁTICAS

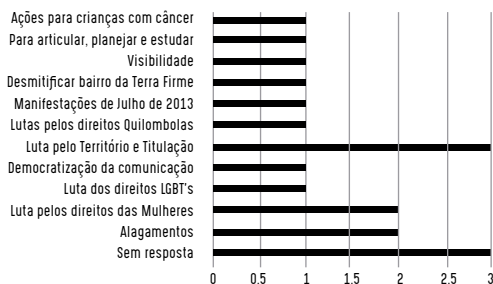
Em relação à identificação dos sujeitos a serem entrevistados, foram mapeados 50 grupos/movimentos/coletivos na cidade de Belém e Ananindeua. Entretanto, foram realizadas apenas 24 entrevistas, são eles: Marias; Banco Popular de Mosqueiro; Comunidade Quilombola do Abacatal; Dha-vida; Coletivo Tela Firme; Comitê Popular Urbano; Frente dos Moradores Prejudicados pela Bacia do Una; Movimentos de Luta nos Bairros Vilas e Favelas – MLB; Rede Fulanas; Rede de Mulheres Negras; Movimento de Organização de Bairro – MOB; Grupo de Consumo Agroecológico – GRUCA; Grupo de Mulheres Brasileiras – GMB; Movimento Contra o Lixão de Marituba; Casa Preta; Emancipa; Juntas; Telamanas; Ametucunduba; Acopla; Fórum de Mulheres da Amazônia; Juntos; Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA/PA; Associação dos Estudantes Quilombolas da UFPA; Associação dos Estudantes Estrangeiros da UFPA.

Os dados do levantamento demonstram que a maioria dos movimentos não tem espaço físico próprio (69%), motivo pelo qual desenvolvem as atividades em diversos locais, tais como instituições educacionais, sedes de sindicatos, praças públicas, bairros/ilhas, território quilombola (Abacatal).

No que se refere ao ano de fundação, os dados apontaram que a maioria dos movimentos se originaram nos anos 2000 (entre 2005 e 2017). Ainda quanto aos elementos relativos à origem destas organizações, foram apontados como motivo principal para a criação os seguintes: luta pelo território e titulação (3), lutas pelo direito das mulheres (2), alagamento (2), e lutas

pelos direitos LGBT's, democratização da comunicação no Brasil diante da ofensiva do Estado contra comunicação popular, lutas pelos direitos quilombolas, Jornadas de julho de 2013, ações para crianças com câncer, estes últimos com um 1 movimento associado a cada uma delas.

Gráfico 1: Qual a motivação para a criação

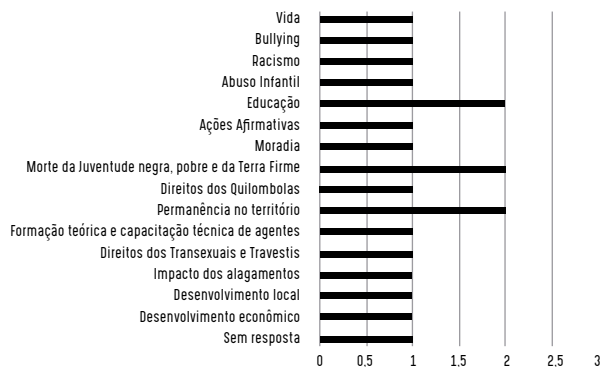


- 71 -

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Ainda quanto às características gerais de identificação / afirmação / reconhecimento dos sujeitos, um elemento apresenta-se como fundamental, qual seja, suas principais lutas mobilizadoras, dentre as quais destacam-se a questão da educação, a morte da juventude negra e pobre no bairro da Terra Firme e a luta pela permanência no território, conforme gráfico 2.

Gráfico 2: Principais lutas mobilizadoras



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

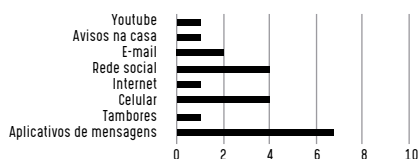
Dentre as lutas apresentadas, o levantamento identificou uma diversidade, tais como: questões territoriais, afirmativas, de gênero, econômicas, de violência, de planejamento urbano, entre outras. Assim, é importante con-

siderar que a dimensão do direito à cidade, se dá para além das questões de equipamentos e infraestrutura urbana, mas também àquilo que se refere à dimensão simbólico e material, das vivências cotidianas, tal como apontou Lefebvre (2001)⁹.

No que diz respeito à composição dos grupos, os dados apontam uma predominância do gênero feminino (62%), do total de entrevistados, sendo (25%) relativos ao gênero masculino e (13%) de ambos os gêneros.

- 72 - No eixo da organização dos grupos sociais a pesquisa identificou que a maioria possui algum tipo de documento de pactuação de regras de organização e funcionamento (73%), e que o principal meio de comunicação interno são os aplicativos de mensagens (38%), conforme gráfico 3.

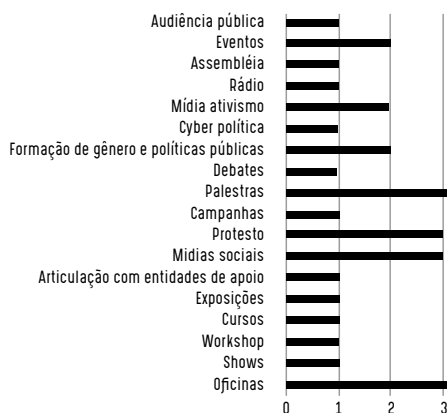
Gráfico 3: Principal meio de comunicação dos grupos



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Quanto ao eixo das ações, foi identificado que os grupos sociais utilizam principalmente, como formas de lutas, enfrentamento e resistência adotados, as oficinas, palestras mídias sociais e protestos.

Gráfico 4: Ações e formas de lutas, enfrentamento/resistência

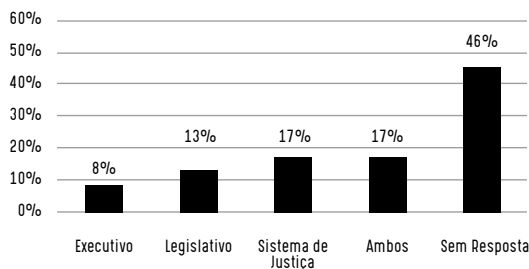


Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

9. LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

Dentre as reivindicações dos grupos, ficou evidenciado que parte significativa das propostas defendidas são direcionadas para os três poderes (judiciário, legislativo e executivo – 17%), apenas ao judiciário (17%), seguido do legislativo (13%) e do executivo (8%). Vale ressaltar que a maioria dos entrevistados não se manifestou sobre esse assunto (46%).

Gráfico 5: Direcionamento das propostas defendidas pelos grupos sociais



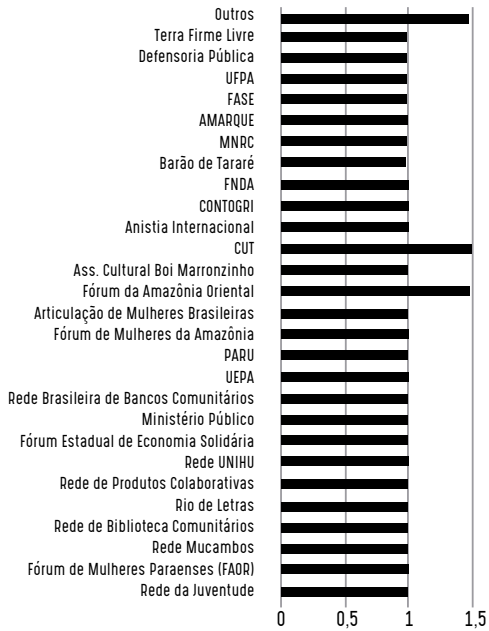
Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

No que se refere à participação dos grupos sociais em relação a espaços institucionais de controle de políticas públicas, foi identificado uma diversidade, quais sejam: comitê de políticas urbanas, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), conselhos de direito, defensoria pública, além de espaços de participação em ONG's, Universidade Popular – UNIPOP, e programas de extensão universitária (Programa de Apoio à Reforma Urbana – PARU/UFPA). A pesquisa apontou ainda que parte dos grupos (13%) não participa de nenhum espaço institucional.

Quanto à articulação dos grupos sociais com outros sujeitos políticos, ou integração a redes e fóruns, ressalta-se que há uma grande diversidade de articulações tais como: instituições públicas, associações, fóruns e redes com abrangência regional, nacional e internacional, dentre os quais destacam-se o Fórum da Amazônia Oriental (FAOR) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), conforme demonstrado no gráfico 6 (na página seguinte).

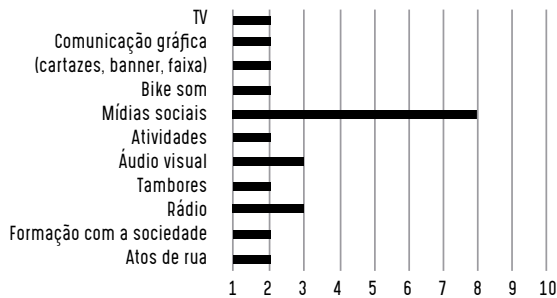
Ainda no eixo das ações, o levantamento identificou quais as formas de comunicação dos grupos sociais com a sociedade de modo geral, em que foram apontadas as seguintes: TV, comunicação gráfica, bike som, mídias sociais, atividades, áudio visual, tambores, rádio, formação e atos de rua, destacando que dentre as formas citadas, a principal delas são as mídias sociais, tal como demonstra o gráfico 7 (na página seguinte).

Gráfico 6: Articulação dos grupos sociais com outros sujeitos, redes ou fóruns



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Gráfico 7: Formas de comunicação com a sociedade



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A PERSPECTIVA DOS SUJEITOS QUANTO AO DIREITO À CIDADE

“[...] Direito à cidade pra mim era nem comentar sobre isso pois deveria ta garantido pela constituição assim como todas as regras e leis foram feitas pra nos massacrar e nos enganar; direito à minha humanidade, de comer uma comida que fosse plantada e não tivesse agrotóxico, e um ônibus que eu não ficasse pendurado nele [...]” (Entrevistado 1, junho de 2018).

“[...] O direito à cidade é o direito, à autodeterminação, à soberania, à perspectiva de uma cidade que não oprime as pessoas. O direito à cidade é ter direito à soberania, à autodeterminação, as pessoas precisam ser as forças matrizes das deliberações políticas. O poder popular é o principal vetor nesse processo. [...]” (Entrevistado 2, agosto de 2018).

“Fundamentalmente o direito à cidade é a capacidade do seu povo organizar o seu próprio espaço e gerir esse território passa, necessariamente, por um processo de construção de poder popular para elevar a capacidade do povo de gerir a cidade; é uma capacidade que passa pela lógica auto organizativa. Esse direito da cidade é da população, ser protagonista no seu próprio espaço e construir seu próprio território de luta pelo direito à cidade. ” (Entrevistado 3, setembro de 2018).

Ao longo do processo de realização das entrevistas, que tinha como objetivo entender a percepção dos diferentes sujeitos sobre a problemática do direito à cidade, foi possível inferir que, de modo geral, tal compreensão perpassa a ideia da autodeterminação e da organização social no campo da luta popular em busca da equidade de direitos e da justiça social.

O levantamento mostrou que há uma grande diversidade de sujeitos e formas de luta que nos chama a compreender o direito à cidade para além das bandeiras clássicas da Reforma Urbana e políticas públicas associadas. Destacamos do levantamento dimensões tais como identidade, território, expressão artística, a luta contra preconceitos, racismo e patriarcado, passando para além da dimensão material. É curioso destacar que as redes articuladoras vão desde a esfera estadual, regional até internacional, mas nenhuma específica que agregue esses sujeitos, com suas múltiplas dimensões e concepções em nível local.

Cabe ressaltar a importância da parceria entre a FASE e o GEP-CIHAB/UFGA na construção e realização coletiva desse trabalho, em que o objetivo de contribuir para atualizar informações sobre os processos de mobilização

e de lutas prioritárias desenvolvidas pelos movimentos e coletivos populares urbanos nos territórios metropolitanos foi cumprido dentro dos limites de recursos, tempo e exterioridades que influenciaram no decorrer do levantamento, entre as quais citamos o intenso processo de disputa eleitoral no país.

Por fim, a continuidade desse trabalho requer a realização de devolutivas sobre as reflexões e aprendizados que contribuam para a constituição de elementos programáticos que subsidiem o debate sobre a atualidade da agenda urbana para os próximos anos, sem perder de vista o diálogo de saberes entre FASE, Movimentos Sociais e Academia que permearam este levantamento e contribuíram para aproximação de sujeitos distintos que estão alargando o conceito de direito à cidade a partir da Amazônia.

SENTIDOS E DESAFIOS DO TRANSBORDAMENTO FEMINISTA

CARMEN SILVA¹

- 77 -

Os últimos sete anos no Brasil foram marcados por um grande crescimento do movimento feminista. E, mais que isso, um transbordamento² da causa feminista para inúmeros outros movimentos sociais. Hoje, até o mercado disputa sentidos para o feminismo dispondo de camisetas alusivas a ele em lojas de departamento. Há uns dez anos atrás, a realidade era inversa. As revistas ditas femininas decretaram o fim do feminismo. Para elas, as mulheres já teriam garantido suas conquistas já que algumas chegaram ao topo de empresas e uma delas à presidência da República. O tempo e a luta mostraram que o sentido do feminismo não apenas não se esgotou como se reconstrói a cada dia, renasce em cada mulher que sai do isolamento e se junta a outras para se manifestar e se deslocar do socialmente estabelecido para ela. Neste artigo resgato o crescimento do feminismo a partir de suas organizações e das articulações entre elas, na conjuntura recente. A ideia é perceber o crescimento das movimentações feministas nos últimos anos e os desafios políticos e teóricos que se impõem.

O projeto nos governos Lula-Dilma, baseado na superação da pobreza absoluta sem confrontar fortemente a acumulação de riquezas, buscou inserir as mulheres de classes populares a partir dos programas assistenciais, reiterando-as no lugar que lhes é socialmente atribuído, e sem preocupação com os impactos dos projetos de desenvolvimento na vida cotidiana das mulheres que acumulam todas as responsabilidades familiares. Os movimentos de mulheres têm colocado em questão este modelo de desenvolvimento a partir de lutas locais, de articulação com o debate internacional dos distintos movimentos sociais de resistência à mundialização do capital, e,

1. Carmen Silvia Maria da Silva integra o coletivo político-profissional SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e é militante feminista do Fórum de Mulheres de Pernambuco, movimento local da Articulação de Mulheres Brasileiras. É doutora em sociologia e estuda feminismo, participação política das mulheres e movimentos sociais.

2. Este termo foi utilizado no encontro promovido pela FASE, em novembro de 2018, no Rio de Janeiro, por Breno Bringel e o resgato aqui pela capacidade imagética de representar este momento do feminismo.

ao mesmo tempo, elaborando paulatinamente a crítica feminista ao desenvolvimento, no âmbito das formulações sobre descolonização e transformação social na América Latina. Porém, cada articulação movimentalista no interior deste movimento adota uma perspectiva, algumas a partir da crítica ao neoliberalismo e outras nitidamente anticapitalistas, mas há também aquelas que não se posicionam sobre esta questão.

Com forte apoio da mídia corporativa e do poder judiciário, o golpe parlamentar de 2016 retirou Dilma Rousseff da presidência da República e abriu uma nova conjuntura política no país, baseada na regressão de direitos e na subordinação econômica às megacorporações mundiais. A esquerda partidária e sindical que havia apostado com muita força na política de conciliação de classes e se subordinado ao presidencialismo de coalizão, teve muita dificuldade para enfrentar este momento. Já havia ficado desorientada com as denúncias do mensalão em 2005 e com as mobilizações das jornadas de junho de 2013, iniciadas com o Movimento Passe Livre, às quais não soube dar resposta. Agora, em 2018, o golpe se aprofunda com a legitimidade conferida pelo processo eleitoral, e com a eleição de Jair Bolsonaro para presidência da República.

O governo Bolsonaro será composto e apoiado por grupos de uma extrema direita, profundamente autoritária, com fortes indicações de perspectiva fascista, mas sem nenhum nacionalismo e articulada ao fundamentalismo religioso. Tudo indica que ele ampliará a inserção subordinada do Brasil na economia mundial neste período no qual o capitalismo se reestrutura com rebaixamento do valor do trabalho, apropriação corporativa dos *comuns* e aproveitamento das tecnologias da informação para capturar subjetividades e criminalizar aquelas destoantes da norma patriarcal, racista e consumista.

Neste momento de tanto desalento, de mentes ansiosas e almas perturbadas na militância da esquerda nos movimentos sociais, cabe-nos a possibilidade de nos alegrar com o crescimento do feminismo? É momento de discutir como ele aconteceu? Que desafios este crescimento indica? Parto do princípio que a alegria é sempre necessária para nossa vitalidade, mas, mesmo assim, não vou poder dar explicações históricas neste artigo, limitando-me a descrever o processo em curso e indicar algumas problematizações e desafios.

As décadas de 1990 e 2000 foram um período forte em organização, mobilização e atuação propositiva feminista, em formas muito distintas das que existem hoje. Em termos organizativos é importante registrar que surgem nesta década quatro expressões nacionais do movimento feminista, que se constroem de forma independente de outros movimentos sociais:

A Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos, em 1991; a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, em 1994; a Articulação de Mulheres Brasileiras, em 1994-1995; e a Marcha Mundial das Mulheres a partir de 2000, inicialmente como uma mobilização e posteriormente como organização.

A década de 1990 também marca a consolidação de expressivas articulações de mulheres no movimento sindical, com destaque para as Mulheres da Central Única dos Trabalhadores e de federações sindicais cutistas, entre elas as mulheres da Confederação de Trabalhadores na Agricultura, que posteriormente vão organizar a Marcha das Margaridas, e da Federação Nacional de Bancários, que conquistam vários direitos em suas campanhas salariais. Majoritariamente, estas articulações automeadas movimentos de mulheres tinham e têm orientação feminista nas suas propostas e ações, conforme se pode constatar em seus materiais de divulgação, registro de encontros e publicações. Também é expressivo o grande crescimento de grupos de trabalho de mulheres (ou sobre gênero) no interior de movimentos sociais mistos, a exemplo do GT de Mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia. O Movimento de Mulheres Camponesas, que integra a Via Campesina e também a ANA, já há muitos anos vem construindo o feminismo camponês, porém recentemente mulheres de outros movimentos da Via vem assumindo a perspectiva feminista, a exemplo das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Também há registro de crescimento do feminismo entre populações tradicionais, notadamente quilombolas, indígenas e pescadoras, o que fica demonstrado nos temas em debate em seus encontros nacionais. Mais recentemente, somam, para demonstrar esta expansão do feminismo, as mudanças nas instâncias de decisão na Central Única dos Trabalhadores e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre outros, por constituírem direções políticas paritárias, compostas por 50% de membros de cada sexo. Isso já é um indicador do transbordamento.

Na virada dos anos 2000 a grande expressão dos movimentos sociais foi o movimento altermundialista, iniciado em Chiapas e com forte expressão na resistência à cúpula da OMC em Seattle, e posteriormente a criação do Fórum Social Mundial em torno da consigna ‘um outro mundo é possível’. O movimento feminista, assim como outros, teve aí um grande espaço de extensão. Tanto a Articulação de Mulheres Brasileiras como a Marcha Mundial de Mulheres e também a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras tiveram aí momentos fortes de atuação.

As jornadas de junho de 2013, movimento de gigantescas mobilizações

nas principais capitais do país, promoveram uma inflexão na reflexão e na prática dos movimentos sociais. Iniciadas a partir do Movimento Passe Livre em torno da redução do preço dos transportes coletivos em São Paulo e, frente à forte repressão policial, transformaram-se em manifestações massivas com a marca de todas as insatisfações com os serviços públicos e a representação política. As manifestações foram disputadas à esquerda e à direita, e a esquerda não teve resposta à altura. Posteriormente, os setores à direita se aglutinaram para exigir o impedimento da presidenta Dilma. Em 2014 e 2015, novas mobilizações agitaram a juventude. Também teve início em São Paulo, mas rapidamente espalhou-se por muitas capitais, a ocupação de escolas públicas secundárias. Desta vez a marca feminista na atuação das jovens mulheres ocupantes se sobressaiu. Nasce neste período a expressão que até hoje ilustra camisetas de militantes “lute como uma garota”.

O ano de 2015 foi marcado ainda pela presença dos movimentos de mulheres nas ruas, no contexto da retomada de manifestações públicas frente à crise político institucional que estava gerando o golpe e a tentativa de rearticulação do campo político dos movimentos sociais. A Marcha das Margaridas³, em agosto, reuniu 70 mil participantes, em sua maioria trabalhadoras rurais. A Marcha de Mulheres Negras congregou 20 mil, em dezembro⁴. Ambas ocorreram em Brasília, em paralelo, ao ciclo de protestos “Fora Cunha”, também chamado “Primavera das Mulheres”, que levou milhares de manifestantes às ruas, na grande maioria das capitais. Os dois primeiros eventos podem ser lidos, a partir da formulação de Tarrow, como protestos contidos, uma vez que foram ambos resultados de processos preparatórios, que ocorreram nos estados, com ciclos de debates, construção de pautas e negociações com os poderes públicos. Já o ciclo de protestos eclode em função das exigências da conjuntura, ou seja, uma oportunidade política, e se torna possível a partir da articulação local de vários coletivos e movimentos e mais amplamente nas redes sociais na internet, sem contar para isso com um largo processo preparatório e sem uma definição muito precisa de sua pauta. Muito embora, neste caso específico, verificou-se que ele tomou dimensão nacional baseado nas articulações locais de movimen-

3. Segundo as organizadoras, a Marcha das Margaridas, em 2000, reuniu 20 mil mulheres; em 2003, 40 mil; em 2007, 70 mil; em 2011, 100 mil e em 2015, 70 mil mulheres na mobilização principal nas ruas de Brasília.

4. O número de participantes das duas Marchas está sendo citado a partir das informações das organizações que coordenaram o processo. Eles podem diferir dos dados divulgados pela mídia corporativa, em função da disputa de construção de significados sobre os movimentos sociais.

tos feministas pré-existentes.

Na sua pauta de reivindicações a Marcha das Margaridas assume várias das propostas que estão em curso na agenda feminista, a exemplo da paridade nas instâncias de poder, legalização do aborto, combate ao racismo e lesbofobia, enfrentamento à violência sexista, entre outras. Embora, deva-se reconhecer que os marcos interpretativos de referência, que são mais fortes no seu processo mobilizatório, são aqueles ligados às políticas para mulheres rurais e aos direitos do trabalho, à produção e comercialização agrícola. Às mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), somam-se hoje, na coordenação da Marcha das Margaridas, várias articulações regionais e nacionais que se identificam como movimentos feministas⁵. O Comitê Impulsor Nacional da Marcha de Mulheres Negras⁶ foi composto com representação de articulações e organizações de mulheres negras, sendo algumas feministas, e do movimento negro em geral. Não obstante, todos os movimentos feministas que não estiveram no Comitê Impulsor participaram ativamente no dia da mobilização e alguns, como é o caso da Articulação de Mulheres Brasileira (AMB), esteve muito presente no processo preparatório nos estados, conforme ficou demonstrado nas postagens em seu site e páginas de *facebook*.

A Marcha de Mulheres Negras ocorre, também, no mesmo período do ciclo de protestos que exigia ‘Fora Cunha’ e se posicionava politicamente em defesa da institucionalidade democrática frente à crise política em curso em 2015. Portanto, contra o golpe parlamentar que pairava como ameaça no debate público a partir da ação comandada pelo presidente da Câmara,

5. A Marcha das Margaridas é uma promoção da Confederação, Federações e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em parceria com: Central Única dos Trabalhadores – CUT; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB; Conselho Nacional de Populações Extrativistas – CNS; Marcha Mundial de Mulheres – MMM; Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia – MAMA; Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR-NE; União Brasileira de Mulheres – UBM; Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia – GT Mulheres da ANA; Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Camponos e Indígenas do Mercosul Ampliado – COPROFAM; Rede de Trabalhadoras Rurais da América Latina e do Caribe – RedeLac. (CONTAG, 2015)

6. Comitê Impulsor Nacional da Marcha de Mulheres Negras, em 2015, congregou, segundo o Boletim Informativo n 1, de agosto de 2015, as seguintes articulações: Associação dos Agentes de Pastoral Negros, Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas, Coordenação Nacional de Entidades Negras, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Fórum Nacional de Mulheres Negras, Movimento Negro Unificado e União de Negros e Negras pela Igualdade. Disponível em www.marchadasmulheres-negras.com.

Eduardo Cunha. Com o clima de tensão entre direita e esquerda na sociedade brasileira, que foi a marca das manifestações de rua em 2015, a Marcha de Mulheres Negras chegou ao fim entrando em um conflito acirrado com um grupo de acampados na esplanada que se manifestavam contra a presidenta Dilma Roussef, e pedia o seu *impeachment*. Esta situação posicionou a Marcha neste conflito político e fez com que ela simbolizasse a perspectiva do campo democrático e popular naquela conjuntura.

Uma novidade dos últimos anos no movimento de mulheres, tanto no que diz respeito a processos organizativos como a mobilizações de mulheres, é o crescimento na ação feminista da internet, seja em redes sociais, seja em uso da internet para mobilizações presenciais. Este é um fenômeno que atinge não apenas o movimento feminista, mas neste caso merece destaque pela possibilidade de ampliação e de renovação geracional que ele produz. São incontáveis os sites, blogs e páginas de *facebook* sobre os temas feministas, o que tem gerado a articulação de várias ações na rede. Também merece destaque a criação, em paralelo, de inúmeros coletivos com atuação local, majoritariamente compostos por mulheres jovens, e vários com perspectiva autônoma de organização.

Blogueiras Feministas e Blogueiras Negras são dois coletivos que atuam na internet e merecem referência especial, pela amplitude de sua ação e pela articulação com outros movimentos feministas mais tradicionais. O *blog* coletivo Blogueiras Feministas, em funcionamento desde 2010, descreve sua ação de uma maneira que poderia falar de muitas destas expressões feministas na internet: “Escrever posts, apontar manifestações do machismo na sociedade, twittar, fazer vídeos, publicar fotos, organizar manifestações nas ruas e na rede, entre outras formas de espalhar essa ideia de que ainda tem muita coisa pra mudar nas relações entre homens e mulheres. (...) Tem a ver com uma reflexão constante sobre a nossa própria vida, sobre como a gente pode enfrentar as nossas contradições, como a gente constrói as nossas relações com mais autonomia e liberdade”⁷.

O coletivo Blogueiras Negras organizou-se em 2013 como um instrumento de publicação que tem como principal objetivo aumentar a visibilidade da produção de mulheres negras que divulgam seus escritos em *blogs* na rede. Ele se apresenta como uma comunidade “bastante diversa em suas opiniões e demandas”, que se organiza através de “um grupo de discussão; um time dinâmico de autoras; uma equipe de facilitadoras”⁸.

7. <https://blogueirasfeministas.com/about/nossa-memoria/> (acesso em janeiro de 2019).

8. <http://blogueirasnegras.org/manual-da-blogueira-negra/> (acesso em janeiro de 2019)

As páginas feministas na internet são inúmeras e elas realizam projetos coletivos na rede virtual e, eventualmente, estas ações migram para as ruas. Além do Blogueiras Negras e Blogueiras Feministas, existem outros projetos coletivos, mas nem todos assim se definem. A Revista Cult, 282, destacou *Think Olga*, que fez a campanha ‘chega de fiu fiu’ contra o assédio nas ruas, *Vamos Juntas*, *Capitolina* e *Lugar de Mulher*. Para dar um exemplo, nos últimos meses de 2015, as redes sociais na internet foram ocupadas por três grandes campanhas feministas #primeiro-assédio, “#meuamigosecreto e #seráqueéracismo?, sendo que as duas primeiras tiveram maior divulgação na mídia convencional e a primeira recebeu 82 mil tweets sobre violências sofrida por mulheres. Nos últimos anos também cresceu muito o número de páginas e coletivos de atuação na internet ligados às jovens negras nas periferias das grandes cidades, como é exemplo o coletivo/página Faça Amor Não Faça Chapinha, em Recife.

A Universidade Livre Feminista⁹ é uma outra forma de ação na internet. É uma ação virtual colaborativa de educação à distância desenvolvida de forma compartilhada por três organizações feministas tradicionalmente conhecidas como ONGs: SOS Corpo, Centro Feministas de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e CUNHÃ Coletivo Feminista e um grupo de feministas colaboradoras autônomas. Este portal têm grande procura na internet por seus cursos, vídeos e publicações.

A Marcha das Vadias, que ocorre anualmente em várias capitais brasileiras, desde 2012, é um exemplo de movimento articulado neste contexto de crescimento da ação feminista na internet. Hoje ela não ocorre mais tão amplamente, mas continuam existindo coletivos autônomos em algumas capitais que anualmente realizam a Marcha. A Marcha das Vadias surge a partir de um acontecimento no Canadá, quando um policial, em debate sobre os casos de estupro em uma universidade, acusa as estudantes de vestirem-se como vadias, responsabilizando-as pela situação de violência. A reação das mulheres ocorre imediatamente nas ruas e desencadeia uma difusão internacional pela internet, com mobilização para que se realizassem ações semelhantes em vários países. A Marcha das Vadias segue sendo uma ação e não se constituiu como uma organização internacional de movimento social, diferentemente da Marcha Mundial de Mulheres, embora mantenha grupos locais que a impulsionam, organizados de forma mais ou menos permanente.

9. Site da Universidade Livre Feminista: www.feminismo.org.br

Interessa destacar que a Marcha das Vadias foi bastante questionada por outros movimentos feministas e de mulheres negras em função de não manter a articulação entre gênero e raça e ser um movimento que teria envolvido majoritariamente mulheres jovens, universitárias e de classe média, e também por usar o corpo nu, como forma de manifestação política, o que reforçaria a visão patriarcal midiática e mercadológica sobre o corpo das mulheres. Esta crítica não se sustentou por muito tempo, em parte porque a Marcha das Vadias reduziu o seu escopo inicial e onde se manteve buscou formas de articulação entre as dimensões de gênero e raça, na sua presença pública e, em parte, porque o uso do corpo para fins políticos tem sido um debate feminista já há alguns anos. Em Recife, a última Marcha das Vadias, em 2015, atraiu uma grande participação de mulheres jovens de classes populares dos bairros de periferia que adotam um comportamento sexual transgressor, em seus vários tipos. Apesar de ter sido alvo de críticas, a Marcha das Vadias, em suas várias edições, demonstra a sua identificação com o feminismo e a adesão a suas pautas.

Um estudo recente sobre novos coletivos feministas na região metropolitana de Recife fez um levantamento de 12 grupos, identificando suas pautas, métodos de atuação e relação com o movimento feminista como um todo. São majoritariamente compostos por jovens, muitas das quais acessaram inicialmente o feminismo pela internet, mas há também grupos de mulheres adultas e idosas e uma grande parte com mulheres periféricas. O encontro entre estes dois tipos nem sempre ocorre. Entre os coletivos jovens há grande apelo para atividades artístico-culturais e muitos realizam ações especificamente sobre uma questão apenas, mas se aliam em geral com outros em todas as pautas feministas. Concordo com a autora quando constata: “O campo feminista é fluido, inconstante, escorregadio, onde não há certezas ou construções de verdades absolutas e não se segue um caminho linear, evolutivo, que nos guiará sempre a um estágio mais avançado ou superior de sua vivência, da luta”. Encontro muitas semelhanças entre a caracterização destes 12 coletivos e parte substantiva dos grupos/coletivos/movimentos que acessam o fundo de apoio financeiro a movimentos feministas do SOS Corpo. Nos últimos dois anos, este fundo realizou 69 apoios a grupos de mulheres de Pernambuco, sendo majoritariamente coletivos autônomos¹⁰. O levantamento feito pela organização FASE, em Recife, também aponta caracterização semelhante.

Desconfio que este processo de ampla difusão do feminismo na internet

10. Informações oriundas do Relatório do Fundo de Apoio, SOS Corpo, Recife, 2018.

e da renovação dos repertórios e performances de ação na rua, como a Marcha das Vadias, não obstante em algumas capitais houvesse uma tradição de manifestações irreverentes, teve forte influência sobre o que ficou conhecido, em 2015, como ‘Primavera Feminista’. A referência nomeia o ciclo de protestos feministas que tomou as ruas das principais capitais do país, nos três últimos meses de 2015, em torno da consigna ‘Fora Cunha’ e ‘Contra o PL 5069’, manifestando-se contra as ações do presidente da Câmara dos Deputados em detrimento dos direitos das mulheres e, em especial, ao projeto de lei 5069 apresentado por ele, que pretendia restringir o direito ao que se chama ‘aborto legal’, ou seja, quando há risco de morte para a gestante ou em casos da gravidez resultante de violência sexual.

O crescimento dos coletivos feministas autônomos com atuação local e o transbordamento do feminismo para outros movimentos sociais que não o movimento de mulheres é perceptível para todo mundo. Soma-se a isso a grande presença do debate feminista na internet, sendo que este, embora majoritariamente englobe os mesmos temas desta construção histórica do feminismo, se faz de forma mais dispersa politicamente, com menor profundidade, atingindo maior amplitude e situado a partir das identidades sociais elevadas a identidades políticas, mas sem repercutir necessariamente em movimentações sociais nas ruas de forma coordenada. É possível também que o ciclo de protestos de 2015 tenha atraído mais mulheres, especialmente jovens, para este movimento. Alia-se a isso a presença marcante e irreverente das mulheres nas ações públicas dos movimentos sociais de contestação ao golpe parlamentar que se estenderam de 2015 a 2017. E chegamos em 2018 ao #elenão!

Nos últimos dois anos o crescimento massivo do feminismo no plano internacional também repercutiu no Brasil. A fase recente da luta pela legalização do aborto na Argentina com suas manifestações massivas irreverentes e marcadas pelas bandanas verdes, a greve de mulheres na Polônia, a divulgação do território curdo sob comando das mulheres e a manifestação nos Estados Unidos contra o governo Trump logo na sua posse, são movimentações que se tornaram referência para muitas mulheres ao redor do mundo e também no nosso país.

Historicamente, a capacidade de ação do movimento feminista, apesar de seu baixo grau de centramento, se deveu à força de sua atuação conjunta com as diversas articulações dos movimentos de mulheres. Neste processo, foi gerada uma identidade coletiva fluída, que reconhece o feminismo como um movimento central no enfrentamento da questão das condições de vida das mulheres, posteriormente reforçando essa ideia para alcançar

mulheres negras, de classes populares, indígenas, camponesas e outras. Podem-se questionar os repertórios de ação adotados e prioridades políticas estratégicas, mas considero relevante ressaltar que isso permitiu ampliar e consolidar a relação do movimento feminista com os outros movimentos de mulheres e imputar-lhe mais amplamente a presença negra e popular, o que já vinha acontecendo desde a década de 1970, mas que nesta década que inicia em 2010 transbordou.

O anos de 2018 entrará para a história deste transbordamento feminista. Depois da articulação internacional para ações no 8 de março em 2017 (8M), e da Virada Feminista pela Legalização do Aborto, em 2016 e 2017, com debates ocorrendo durante 24 horas ininterruptas nas redes sociais, a movimentação em 2018 seguiu firme e com o apoio nas redes da imagem da mobilização Argentina pela legalização do aborto e com a capacidade de ação articulada nos movimentos organizados, como ficou demonstrado no Festival Pela Vida das Mulheres, em Brasília, por ocasião do debate sobre a ADPF¹¹ que discutiu a (in)constitucionalidade da legislação sobre aborto no Supremo Tribunal Federal.

O movimento #EleNão! é um símbolo do transbordamento feminista. Sem que as mulheres tomassem as ruas contra a candidatura de Jair Bolsonaro no primeiro turno das eleições de 2018, talvez não tivesse ocorrido o segundo turno e o movimento ViraVoto na reta final. A articulação entre ação na internet e ação na rua, entre indivíduos, pequenos coletivos e movimentos nacionalmente articulados, antecipou o debate do segundo turno denunciando o caráter fascista da candidatura da extrema direita e emplacou a paródia que ficará para a história como a música da campanha da esquerda nesta eleição, inspirada na consagrada Bella Chiao.

Escrevo este artigo no mesmo momento em que acontece o Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Goiânia, reunindo aproximadamente mil mulheres de todos os estados da federação. Esse é mais um indicativo do crescimento do movimento que vem se consolidando nos últimos anos.

O movimento feminista no Brasil, historicamente, tem dificuldades de tomar decisões conjuntas e de garanti-las como ação permanente. Isto porque, entre outros elementos, ele não está centralizado em uma organização geral nacional, como outros movimentos sociais. Existem alguns movimentos organizados no seu interior, a exemplo da Articulação de Mulheres Brasileiras e da Marcha Mundial de Mulheres, mas o movimento feminista

11. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

é muito mais amplo. Esta forma organizativa exige muito aprimoramento de práticas articulatórias para efetivação de suas lutas. Apesar disso, o movimento está consolidando a cada dia a sua capacidade de ação coletiva, seja com fortes mobilizações, ações diretas, através de lutas e/ou redes de solidariedade e acolhimento locais.

O feminismo está desafiado a compreender-se na sua diversidade organizativa e nas suas diferentes causas. Existem neste movimento fluido e amplo, uma grande diversidade de formas de organização e atuantes com suas diferentes causas. Há também sensíveis diferenças de maneiras de produzir mobilização social e de formas de pertencimento. Há muito deslocamento de ativistas/militantes entre os vários movimentos e diferentes vínculos com outros movimentos sociais, sindicatos e partidos e com o campo de esquerda como um todo. Um desafio é construir, de forma compartilhada, leituras sobre o próprio movimento. Existem muitos estudos, reflexões e encontros sobre as causas que movem as mulheres, mas muito pouco se debate sobre suas formas de organização e suas referências político-organizativas. Este é um ponto de partida importante para aprofundar a reflexão sobre as práticas articulatórias que este movimento desenvolve.

Outro desafio do movimento feminista é situar-se em relação ao campo político de esquerda, entendendo, no seu interior, o campo democrático e popular, vendo-o criticamente, tanto o seu processo de esgarçamento como sua tentativa de reconstituição. O campo político de esquerda, em especial a sua fração partidária, se orienta pela análise da realidade tendo como eixo central (ou único) o conflito capital e trabalho. São poucos os setores que absorvem nas análises o debate sobre outras relações sociais que para o feminismo são igualmente centrais como as relações sociais de sexo e de raça. Algumas articulações movimentalistas feministas, pelas suas posições políticas e trajetórias históricas, estão situadas mais próximas ao núcleo central deste campo e outras estão mais distantes. Todavia, considerando que o campo de esquerda não é constituído só de partidos políticos e/ou de movimentos vinculados ideologicamente a eles, importa compreender e situar-se enquanto esquerda, a partir de ideias sempre caras ao movimento feminista como autonomia e horizontalidade. Na conjuntura que se abre em 2019 não podemos prever exatamente como será a reorganização da esquerda, contudo o desafio do movimento feminista de se reposicionar frente a isso é uma exigência da própria luta em defesa das causas das mulheres.

O desafio central, com o qual concluo, é gerarmos no movimento feminista e, de forma coletiva no conjunto dos movimentos de mulheres, a

capacidade de fazer lutas como um processo político articulado, com reivindicações ou proposições nítidas, com antagonistas bem definidos e com capacidade de acumulação de forças, que nos levem a obter vitórias pontuais. Isso não é uma constante na história do movimento feminista brasileiro. Mas é um caminho para o qual nossas práticas articulatórias atuais, com autonomia e horizontalidade, podem nos levar. Precisamos distinguir quais são as causas prioritárias e que tenham capacidade de nos unir e nos mobilizar em cada conjuntura. E também, a partir de que tipo de prática articulatória, entre nós, poderemos tomar decisões conjuntas para impulsionar nossas lutas comuns, a fim de gerar movimentos irresistíveis, capazes de atrair milhões de mulheres para nossas causas. A primavera feminista em 2015 e o #EleNão! em 2018 são experiências significativas com as quais podemos aprender, mas a trajetória histórica de organização deste movimento e os caminhos de sua expansão também tem muito a nos ensinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATHAYDE, Thayz Conceição Cunha de. A Marcha das Vadias e a escola: feminismo, corpo e (bio) política. Dissertação (Mestrado em Educação), Curitiba, 2015. 168 f.
- BRANCO, Sophia. A militância de esquerda e o feminismo: repensando nossas práticas políticas em tempos de crise. Recife, UFPE, 2017, dissertação de mestrado.
- BRINGEL, Breno. 2013-2016: polarização e protestos no Brasil. Democracia aberta, la sección Latina de openDemocracy. 18 fev 2016.
- _____. O Brasil na geopolítica da indignação global. In: Brasil de Fato. São Paulo: 27.06.2013. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/13374>. Acesso em 22.08.2013.
- BRITO, Priscilla. Primavera das Mulheres. Rio de Janeiro, UERJ, 2017, dissertação de mestrado.
- CAMPOS, Antonia et al. Escolas de luta. Coleção Baderna. São Paulo, Veneta, 2016.
- CAMPOS, Antonia M. et al. Escolas de Luta. Coleção Baderna. São Paulo, Veneta, 2016, 352 p.
- CONTAG, Marcha das Margaridas. Brasília, Contag, 2015.
- CUENTRO, Cecília. “Racha a senhora é maravilhosa! Novas sujeitas e práticas políticas contemporâneas no movimento feminista na cidade do Recife-PE”. PPGS-UFPE, RECIFE/PE, 2017.
- DOMINGUES, José Maurício. Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade contemporânea. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- HERMIDA, Viviane. Usos do corpo na expressão política dos feminismos: uma perspectiva histórica. Salvador: NEIM/UFBA, 2018, tese de doutorado. 2018.
- SILVA, Carmen. Feminismo Popular e lutas antissistêmicas. Recife, SOS Corpo, 2017
- TARROW, Sidney. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis RJ: Vozes. 2009.

BREVES ANOTAÇÕES SOBRE OS SUJEITOS POLÍTICOS INSERIDOS NAS DINÂMICAS URBANAS APOIADOS PELO FUNDO DE PEQUENOS PROJETOS DO SAAP/FASE

TACIANA GOUVEIA¹

- 89 -

INTRODUÇÃO E APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Como o próprio título já indica, o presente texto pretende apresentar um perfil sintético das organizações, grupos e coletivos que atuam na dinâmica urbana e foram/ são apoiados pelo Fundo SAAP².

Diferentemente dos textos produzidos com os resultados dos levantamentos presentes nessa publicação e que se basearam em diálogos diretos com os sujeitos políticos, nossa metodologia foi somente a análise de algumas dimensões dos projetos que apoiamos. Dado que o Fundo SAAP não tem como foco as organizações, grupos e coletivos que atuam nos espaços urbanos, foi necessário fazermos alguns recortes de modo a construir uma amostra com um grau razoável de homogeneidade.

O primeiro recorte que fizemos foi com relação às modalidades de apoio a projetos do SAAP. Optamos por trabalhar apenas com os projetos que foram apoiados via Fundo de Pequenos Projetos através de editais³. Tal escolha se deu na medida em os editais (2016⁴, 2017 e 2018) tiveram eixos ou prioridades direcionadas aos contextos urbanos, ainda que não exclusivamente. Além disso, têm critérios mais definidos- como por exemplo, o tempo de duração das ações, bem como o valor do apoio- que possibilitam o estabelecimento de um campo comum entre as organizações apoia-

1. Coordenadora do Fundo SAAP/FASE

2. O O Fundo do Serviço de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP) existe desde 1987 e tem como objetivo apoiar e fortalecer grupos, organizações e coletivos de pequeno porte através do Fundo de Pequenos Projetos, do Fundo de Apoio Estratégico e do Fundo Rotativo.

3. É importante informar que não incluímos na amostra as organizações, grupos e coletivos apoiados através dos editais do projeto “Mais Vida, Menos Petróleo”, tanto por ter uma temática muito precisa, quanto por ter sido realizado apenas por organizações do Espírito Santo.

4. Em 2016 tivemos um processo mais próximo da metodologia Fundo de Apoio Estratégico (FAE) direcionado a organizações, grupos e coletivos juvenis e com um foco nas questões das cidades. Assim, resolvemos incluir alguns dos grupos apoiados nesse edital.

das. Com relação ao valor máximo do apoio, no período ele variou entre R\$ 10.000,00 e R\$12.000,00. Já o tempo para a relação da ação ficou limitado entre 12 e 10 meses.

Como mencionamos anteriormente, os editais tiveram eixos ou prioridades relacionadas às dinâmicas urbanas, mantendo ao mesmo tempo o foco nas questões estratégicas para o fundo SAAP: o enfrentamento ao sexismo e racismo, bem como o fortalecimento do campo das organizações de mulheres, juvenis, de negros e negras e população LGBT.

A partir da análise do universo composto por 101 projetos, fizemos mais um recorte: serem organizações, grupos ou coletivos que fossem sediados e/ou realizassem suas ações em contextos metropolitanos ou de grandes adensamentos, como é o caso de Altamira. Assim chegamos a uma amostra de 49 organizações, grupos e coletivos que é a fonte das análises aqui realizadas.

Dado que não tivemos condições de realizar um diálogo direto com os sujeitos, consideramos que o que mais nos aproximaria deles foi ler os modos como descrevem as suas histórias e trajetórias em uma seção específica do formulário para apoio a projetos. Dessa seção coletamos informações sobre o ano da fundação; as principais causas e ações; e seus campos de articulação e incidência política.

Por fim, uma pequena anotação teórico política e seus desdobramentos metodológicos: a grande questão que atravessa não só esse texto, mas o conjunto das questões relacionadas aos sujeitos urbanos é a própria definição do que sejam as lutas por direitos nas cidades. Tal definição traz um conjunto de complexidades, pois se não mais é possível restringir a concepção das lutas por direito nas cidades, ou mesmo o direito à cidade, ao ideário clássico da reforma urbana (em especial na tríade habitação/mobilidade/saneamento), também não nos parece possível alargar esse campo a tal ponto de abarcar todas as lutas e todos os sujeitos que atuam nas territorialidades das cidades. Há aqui uma conflitualidade político metodológica na medida em que se reconhecemos a necessidade de entender e mapear as dinâmicas urbanas, até mesmo para superar quem pode ou não se definir como sujeito desse espaço, sabemos que esse reconhecimento pode ser feito apenas pelos próprios sujeitos. É nessa perspectiva que construímos as reflexões abaixo.

O BREVE PERFIL

Refletir sobre o período em que as organizações, grupos e coletivos foram criados e de modo articulado com informações sobre a for-

malização das mesmas nos possibilita fazer algumas inferências sobre os níveis de influência dos contextos sociais e políticos nos processos de criação, bem como nas formas como esses grupos se estruturam para realizar suas lutas. De modo a facilitar a análise e leitura dos dados, vamos apresentar inicialmente um quadro que nos informar sobre o ano de criação das organizações, grupos e coletivos, bem como se são formalizadas⁵:

Quadro 1

Ano de criação	Distribuição por período	Formalizadas distribuição por período
Até 1989	12,5%	50%
1990-1999	10,4%	60%
2000-2009	31,2%	40%
2010- 2018	45,8%	9%

No que se refere ao ano de fundação, 77% das organizações, grupos e coletivos começou a atuar no século XXI. Há, em nossa avaliação, uma evidente correlação entre o tempo de existência dos sujeitos apoiados pelo SAAP e os limites de porte financeiro e valor do apoio, na medida em que tais restrições afastam organizações mais consolidadas do ponto de vista de acesso a recursos. Contudo, nos parece mais importante registrar a existência de um movimento constante de renovação do tecido associativo brasileiro, o que pode significar não apenas que os níveis de desigualdades, opressões e exploração não têm se reduzido de modo significativo, como também ser resultante de uma espécie de efeito auto –indutor, ou seja, quanto mais sujeitos coletivos fazem ações de incidência político social, mais se criam condições de possibilidade para o surgimento de novos coletivos. Seguindo essa linha de raciocínio poderíamos esperar que os eventos e movimentações havidos em junho de 2013 tenha sido um fator determinante para a criação de novas organizações, grupos e coletivos. Em que pesem as imprecisões analíticas advindas de uma amostra tão restrita, os dados que temos não corroboram diretamente tal associação, na medida em que dentre os sujeitos coletivos apoiados pelo SAAP que foram criados nos últimos 18 anos 42,1% o foram após 2013.

5. Por formalizadas estamos querendo nos referir a terem registro como pessoa jurídica.

Diretamente associado as dimensões de porte financeiro e pouco tempo de atuação está o fato de que 68,7% das organizações, grupos e coletivos são informais, ou seja, não possuem CNPJ. Isso significa que em grande medida as ações são realizadas por militantes sem remuneração fixa, ou dito de outro modo, não profissionalizadas/os.

Quando analisamos o percentual de formalização em contraponto com o ano de criação dos sujeitos coletivos podemos indicar algumas possibilidades de análises, considerando evidentemente, os limites no tamanho da amostra.

Os percentuais das três primeiras décadas são relativamente semelhantes, a grande diferença está nos grupos, organizações e coletivos que foram criados nos últimos 8 anos. Essa diferença tão significativa pode se configurar em uma tendência, mas como são de fundação muito recente não é possível saber se a não formalização responde a uma escolha política ou se deriva também da falta de condições para a mesma, pois se constituir como uma figura jurídica acarreta custos e obrigações que, por sua vez, requerem um mínimo de estabilidade e permanência de fontes de financiamento e a existência de atividades burocráticas para o desenvolvimento das ações.

Como não é possível determinar o momento em que as organizações, grupos e coletivos se formalizaram podemos fazer algumas inferências sobre fatores e dinâmicas externas que podem ter contribuído para a opção de se tornar uma figura jurídica. A partir do começo dos anos 1990 se inicia uma aposta estratégica de atuação em espaços de maior institucionalidade, seja através dos processos de participação e controle social locais e nacionais, seja em processos de âmbito internacional. Para participar de tais processos a formalização era uma condição importante e em alguns casos, imprescindível. Além disso, entre os anos 1990 e o começo dos anos 2000 houve maior disponibilidade de recursos da cooperação internacional para organizações brasileiras, bem como uma maior abertura em relação ao momento anterior, de fundos e recursos públicos estatais. Se a partir de meados dos anos 2000 os recursos da cooperação internacional começam a diminuir, os recursos oriundos de fundos públicos estatais aumentam significativamente e mais importante, houve uma ampliação significativa dos espaços e processos de participação e controle social nos níveis nacionais. Ou seja, o contexto sociopolítico do Brasil até o final da primeira década do século XXI pode ter funcionado com um estímulo para a formalização das organizações da sociedade civil, sendo o fortalecimento desse campo também uma espécie de promessa ou expectativa daquele contexto político.

Consideramos interessante verificar também os modos como as organi-

zações, grupos e coletivos se denominam e constatamos que são bastante variadas. Chama a atenção o fato de que 19% delas se utilizam de nomenclaturas muito particulares como “Tambores”, “Escambo” “Bloco”. Nesse grupo, como era de se esperar, todas são informais e surgidas nos anos 2000, notadamente durante a segunda década.

Também 19% são aquelas que se denominam como Coletivo ou sua versão no feminino, Coletiva. A maioria delas é informal e surgiu no século XXI. Contudo, um dos coletivos é originário nos anos 1990 e dois são formalizados.

10% se denominam Redes, sendo apenas uma formalizada e 10% se definem como Movimentos, ainda que dois deles não tenham exatamente as características que usualmente atribuímos aos movimentos, parecendo que esse foi apenas um nome escolhido para o grupo. Há dois movimentos formalizados. Há ainda Grupos, Marchas, Associações, Centros, Fóruns, Revista, Coordenação, Círculo, Instituto dentre outras.

A maioria das organizações, grupos e coletivos informam realizar ações em parceria e/ou indicam pertencimento a outros sujeitos coletivos. Tais articulações se dão majoritariamente nos níveis locais e nacional. As organizações, grupos e coletivos vinculadas às ações artístico culturais tendem a realizar suas parcerias com outros sujeitos com perfis semelhantes ao seu.

Dado que há uma predominância de sujeitos coletivos apoiados pelo SAAP que atuam no enfrentamento ao racismo e sexismo, os movimentos, redes e articulações nacionais citados com mais frequência são aquelas vinculadas ao feminismo negro.

Como já mencionamos anteriormente, a maioria dos sujeitos políticos apoiados pelo SAAP não estão situados no campo estrito senso do direito à cidade. O conjunto mais significativo, 53,2%, incide de modo exclusivo e/ou articulado no enfrentamento ao racismo, sexismo e extermínio da juventude negra e periférica. E esses três campos de luta são atravessados pela questão da violência, tanto em sua dimensão doméstica e sexual, como da violência do Estado.

As ações nos campos da promoção da cultura e artes periféricas são significativas e em sua grande maioria voltadas e/ou realizadas por jovens.

As organizações, grupos e coletivos que incidem no campo mais específico do direito à cidade realizam lutas notadamente relacionadas ao direito à moradia, seja na resistência para a permanência das ocupações, seja na criação de novas ocupações. É interessante observar que esse conjunto é formado por dois tipos de institucionalidades: movimentos sociais e o que aqui denominamos de coletivos de assessorias, que foram formados nos

últimos oito anos.

- 94 -
Não deixa de ser intrigante pensar que dupla “movimentos sociais urbanos e assessorias” vem sendo uma forma histórica de incidência política no campo do direito à cidade. No século XX eram as associações de moradores/ movimentos sociais e as ONGs de assessoria. No século XXI são as ocupações e os coletivos não formalizados de assessoria. Evidentemente tais coletivos não se auto definem como assessorias, dado que suas narrativas estão marcadas por ideias como horizontalidade, construção coletiva, aprendizados mútuos, quanto por um projeto de articulação política bem definido. Utilizamos essa nomenclatura por considerar que em muitos sentidos suas ações são muito semelhantes àquelas realizadas pelas ONGs fundadas nos períodos anteriores. Talvez a principal diferença resida no fato de que as ONGs se colocavam, de modo geral, como “a serviço” das movimentações populares, enquanto que os coletivos se colocam como partes da luta, ainda que a ênfase das suas ações seja a organização das ocupações.

O enfrentamento da violência é a luta que emerge de modo mais forte dentre os sujeitos políticos apoiados pelo SAAP. Forte não por ser a principal ação, mas por indicar que a violência é um componente dinamizador das estruturas da desigualdade brasileira. Forte porque produz uma diferenciação significativa em relação as narrativas mais frequentes nos últimos 30 anos. Se o enfrentamento da violência contra as mulheres é histórico, hoje temos uma priorização igual para a luta contra a violência praticada pelo Estado (seja diretamente através do seu aparato policial, seja indiretamente através da política de guerra as drogas) e que é, em realidade, uma violência racista dirigida de modo direto à juventude, mas que afeta de modo profundo e brutal as famílias (com destaque para as mulheres) e as comunidades. Do conjunto de organizações que se articulam em torno dessa luta, e não apenas daquelas apoiadas pelo fundo SAAP, emerge o sujeito político mais emblemático das dinâmicas urbanas: os grupos e redes de mães e famílias vítimas de violência do Estado.

Fazemos tal afirmação por considerar que esses sujeitos desvelam e enfrentam um problema que as últimas gerações de movimentos sociais nunca conseguiu lidar que é a violência homicida e racista do Estado brasileiro. Ao dar voz aos corpos negros mortos nas ruas das periferias e favelas, torturados/as em instituições prisionais e de internação de adolescentes, os grupos, coletivos e redes de mães e familiares reescrevem as narrativas sobre as dinâmicas sociais urbanas ao demarcar que a violência estatal é estruturante dos modos de ser e estar nesses espaços e, portanto,

o fim dessa violência é foco de luta urgente e não um mero efeito que pode resultar de outras lutas por direitos. E ainda, esses sujeitos coletivos, as mulheres que os movimentam e os constituem, nos apontam também que a luta surge é no cotidiano, na realidade que rouba sonhos e sentidos e assim no mesmo ato produz os sujeitos, os conteúdos e as formas da ação política.

TENSÕES E APRENDIZADOS

PARÁ: TENSÕES E APRENDIZADOS¹

O desenvolvimento deste levantamento foi bastante interessante pela possibilidade de sua construção coletiva, envolvendo a Fase Amazônia, pesquisadores e estudantes do Grupo de Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano da Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Grupo de Pesquisa Direito à Cidade em Santarém, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), com a participação de movimentos sociais populares de resistência, de defesa do direito à cidade e seus comuns.

A primeira lição que fica é que a região amazônica se constrói de forma singular até mesmo no processo de luta para a concretização dos direitos dos seus povos, na cultura, na política. Desse modo, mesmo sem ter uma identificação imediata com bandeiras mais específicas do Movimento pela Reforma Urbana no Brasil, a luta pelo direito à cidade na Amazônia acontece há muito tempo e de diversas maneiras, num contexto em que os conceitos de urbano e rural não dão conta da diversidade regional. Por esse motivo, é válido dizer que a contribuição da discussão construída a partir da terra, dos rios, dos igarapés, das comunidades caboclas, da dicotomia entre o urbano e rural reconstrói o sentido comum de qual direito à cidade seja esse. Sendo assim, o conceito sempre estará se reconstruindo seja nas grandes metrópoles e nos grandes centros urbanos, seja em meio a uma imensidão de florestas e de identidades culturais, mas todos com suas singularidades e pluralidades. Portanto, se compreendidos por suas diferenças reais, ampliam-se os olhares do que até pouco tempo era analisado, por meio de um pensamento único e homogêneo.

As singularidades amazônicas expressam como o direito à cidade é concebido por diferentes atores e sujeitos coletivos que habitam a região com complexas diferenças histórica, geográficas, políticas, econômicas e cul-

1. **Da Região Metropolitana de Santarém:** Ana Beatriz Oliveira Reis; Sara da Costa Pereira; Lucimar Naiara Alves; Yuri Santana Rodrigues; Erick Rodrigo Porto Pinho; Ádyla Wilsandra Valente de Souza, Amanda Fabrícia Leão Mota, Andrew Lucas Pantoja de Souza, Beatriz Fernandes Farias, Eduardo Ferreira Silva, Elber Cleyson Pereira Bentes, Evanderson Camilo Noronha, Gabriel Rego Licata, Helen Amanda Pinto dos Santos, Jeandro Rocha Oliveira, Ketrin da Silva Balieiro, Keuller Santos de Souza, Leide Diana Castro da Silva, Lincon Sousa Aguiar, Raidiene Cunha do Nascimento, Rionaldo Pinto de Jesus Junior. **Da Região Metropolitana de de Belém:** Aldebaram do Socorro Farias de Moura (In memoriam), Dandara Rodrigues Martins, Isabella Santos Corrêa, Joana Valente Santana, João Gomes da Silva Neto, Leonardo Costa Miranda, Lucas Wellington da Silva Silva e Rovaine Ribeiro.

turais presentes nos diferentes lugares e territórios. Portanto, há também uma diversidade de sujeitos coletivos que compõem o tecido associativo na região, não só no meio urbano, como pode ser constatado neste levantamento realizado nas regiões metropolitanas de Belém e de Santarém. Dessa forma, os processos de lutas dos movimentos sociais na Amazônia, diferente de outras regiões no Brasil, não surgem necessariamente com a bandeira pelo direito à cidade, concebido normalmente a partir do meio urbano. Aqui, muitos movimentos se engajam na luta pelo direito à cidade a partir da necessidade de defesa dos territórios e dos bens comuns, evidenciando a imbricada relação da cidade com o rural, no seu contexto regional e também étnico.

Na Região Metropolitana de Santarém (RMS), a partir do levantamento realizado, constatamos que os processos de lutas sociais no Oeste do Pará, especificamente no município de Santarém, se fazem pelos diversos segmentos da sociedade santarena: comunidades tradicionais, movimento indígena, quilombolas, moradores de diversos distritos, associações de moradores urbanos, pastorais sociais, comunidades de pescadores, estudantes, líderes comunitários, setores ligados à igreja católica, representantes de sindicatos, movimentos de mulheres e organizações ambientalistas.

Em vista dessa diversidade, os sujeitos coletivos entrevistados demonstraram que a luta pelo direito à cidade no município vai para além das clássicas pautas da reforma urbana. Isso fica evidente, por exemplo, no momento em que o processo de revisão do Plano Diretor mobiliza não somente as organizações que atuam com as bandeiras de lutas propriamente urbanas, como a FAMCOS, mas também a Colônia de Pescadores Z-20; o STTR; o CITA; a FOQS; a FAMCEF, entre outras. O que move essas organizações a se engajarem nos debates de revisão do Plano Diretor – consagrado pela Constituição Federal, em seu art. 182, como o principal instrumento da política urbana brasileira – é a defesa dos territórios de comunidades tradicionais e os seus bens comuns, como o Lago do Maicá², uma região requerida pelo agronegócio para a construção de portos para o escoamento de soja.

2. O Lago do Maicá é patrimônio ambiental e socioeconômico de Santarém. É um berçário natural de peixes de onde sai boa parte do pescado comercializado nas feiras e mercados da cidade, sendo a principal fonte de sustento de centenas de famílias pescadoras. Suas adjacências são tomadas por áreas produtoras de horticultura e árvores frutíferas cuja comercialização contribui significativamente para a renda de muitas famílias agricultoras. As exuberantes fauna e flora do Maicá encantam visitantes que o escolhem como destino turístico. Comunidades indígenas e ribeirinhas tiram seu sustento da biodiversidade do Maicá. Além disso, no perímetro urbano da região do Lago está localizado um quilombo, no bairro Pérola do Maicá. Com toda essa diversidade de povos e seu

Esse exemplo do Plano Diretor de Santarém evidencia que, nos tempos atuais, a luta pelo direito à cidade na Amazônia perpassa a disputa entre o modelo desenvolvimentista - que captura e se apropria dos bens comuns (lagos, rios, igarapés, floresta, etc.) para a expansão de grandes negócios (monocultivos de soja, portos, hidrovias, ferrovias, hidrelétricas e mineração) promovendo a financeirização das cidades e a favelização das áreas periurbanas - e as populações locais (pescadores, agroextrativistas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas) que defendem a preservação dos comuns como elementos constitutivos do seu bem viver nas cidades.

Na Região Metropolitana de Belém (RMB) o levantamento nos informa que há um expressivo número de organizações de mulheres, com data de criação relativamente recente (século XXI) e com pautas de criação referentes à luta pela permanência e titulação no território, luta pelo direito das mulheres e a questão dos alagamentos em Belém. Esses grupos se organizam principalmente em torno da questão da educação, contra a morte de jovens pobres e negros nos bairros pobres de Belém e permanência no território. Os resultados do levantamento nos revelaram que a utilização dos aplicativos de mensagens como forma de comunicação interna dos grupos, com a utilização da telefonia celular, ganha destaque. As mídias sociais são também a principal forma de comunicação dos grupos com a sociedade e a sua organização política passa pela realização de oficinas, palestras, mídias sociais e protestos. Destaca-se que as reivindicações são direcionadas ao poder público (nas três esferas), mas principalmente ao poder judiciário. Há uma diversidade de espaços institucionais de participação relativas ao controle de políticas públicas, bem como há uma importante diversidade de articulação local, nacional e internacional desses grupos com outros sujeitos redes e fóruns.

rico ecossistema, o Lago do Maicá é bem comum de Santarém e de todo o planeta. Tendo serena consciência disso, a população, exercendo o seu constitucional direito de opinar sobre os destinos de seu município, entendeu que a atividade portuária para o escoamento de grãos é incompatível com a manutenção do equilíbrio ambiental necessário para a manutenção dos seus modos de vida. Por isso, na Conferência final do processo de revisão do Plano Diretor de Santarém conseguir aprovar, por ampla maioria, a destinação do Lago Maicá para pesca artesanal, atividade turística de base comunitária e embarque e desembarque de pequeno porte para comunidades ribeirinhas, sendo vedada a construção de portos graneleiros na área. Contudo, após mais de um ano engavetado na Câmara Municipal, o projeto de lei foi levado à votação na última sessão legislativa de 2018 e, na surdina, os vereadores derrubaram a deliberação popular e mudaram a destinação do Lago Maicá, permitindo a construção de portos para o escoamento de soja, atendendo aos interesses dos empresários do agronegócio. O PL foi sancionado pelo Prefeito Municipal e virou lei, apesar dos protestos dos movimentos sociais. Além de violarem o princípio constitucional da gestão democrática das cidades, o prefeito e os vereadores de Santarém deram uma incontestável demonstração de como a gestão das cidades amazônicas opera para viabilizar os interesses do grande capital em detrimento do bem viver dos povos amazônidas.

Identificou-se que a luta pelo direito à cidade é constante na sociedade capitalista. Os diferentes sujeitos e grupos sociais chamaram atenção para diferentes dimensões presentes nessa questão, que dizem respeito não apenas às políticas públicas a ela relacionadas, mas também, aos elementos simbólico-materiais, às representações territoriais e afetivas da relação dos sujeitos com a cidade. Relações essas que perpassam o cotidiano desses sujeitos, revelando que o direito à cidade, envolve as dimensões materiais e simbólicas, relacionadas à vivência dos sujeitos na cidade.

Desse modo, no diálogo com os sujeitos ao longo do processo, identificamos o desafio e a necessidade de continuidade do levantamento para o aprofundamento e construção coletiva do conhecimento com os grupos já envolvidos e com os demais sujeitos que foram apenas identificados, bem como uma articulação com esses sujeitos para a construção de lutas coletivas pelo direito à cidade.

Por fim, ressaltamos que a continuidade deste trabalho na parceria que se estabeleceu entre a Fase Amazônia, a UFPA e a UFOPA é, não só uma continuidade do levantamento do tecido associativo, *conteúdos sobre as várias formas de resistências e lutas contemporâneas dos movimentos e coletivos de defesa do direito à cidade, dos bens comuns e pelo bem-viver*, mas, acima de tudo, a necessidade de manter batendo um coração que nos uniu nessa luta e que nos fez sempre ver que ela pode e deve ser feita não só com o conhecimento formal, mas acima de tudo, com o nosso coração e que é ele que nunca nos deixa abater ou desistir das nossas lutas cotidianas e políticas, individual ou coletivamente. Assim, deixamos aqui nosso agradecimento e nossa promessa de manter o nosso e o seu coração vivo conosco nas lutas que ainda virão, na cidade e na vida. Com todo nosso amor e nosso coração, obrigada companheira e amiga **Aldebaram Moura**, nossa estrela, por brilhar em nossas vidas hoje e sempre! **Aldebaram, presente!!!**

LEVANTAMENTO SUJEITOS POPULARES URBANOS EM PERNAMBUCO: aprendizados, tensões, desafios...

EVANILDO B. SILVA¹

-101-

A iniciativa de realizar um levantamento dos sujeitos populares urbanos em Pernambuco – conectado aos mesmos objetivos e dinâmicas metodológicas das iniciativas da FASE no Rio de Janeiro e no Pará, incluindo o município de Santarém – foi, antes de tudo, uma oportunidade de compartilhar conhecimentos e fortalecer laços políticos entre parceiros de diferentes “lugares” da educação popular aliados à educação formal, às práticas de extensão e estágios acadêmicos, porém, ambos dados à pesquisa-participante².

A FASE Pernambuco, que tem em sua dinâmica metodológica importante trajetória de realização de cartografias, nessa oportunidade do levantamento constatou quão forte e colaborativo foi o compromisso das pessoas das organizações parceiras (coletivos, movimentos sociais, ONGs, militantes da educação formal e da pesquisa-ação) com esse processo livre de “busca de dados”, de fala e de escuta sobre as tendências sobre o ativismo popular nas cidades, sobre os paradigmas e os fundamentos em transformação na cultura política urbana, dentre outros “achados” que o levantamento pôs nas rodas e nas oficinas de diálogo realizadas.

Um ponto bem inicial que se destaca como aprendizagem na iniciativa do levantamento foi partir de acúmulos já existentes sobre o ativismo popular local: mapear levantamentos similares e/ou reavivar aprendizagens de outros processos. Logo, essa iniciativa nos possibilitou abdicar da

1. Diretor adjunto da FASE Nacional

2. A FASE realizou parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (Departamento de Serviço Social) para adoção de estágios. A parceria teve como primeira motivação o levantamento em si, no entanto, seu objeto não se resumiu à coleta de informações na internet sobre organizações, movimentos, redes etc. que atuam no urbano. Dela resultou outra parceria que seguirá em 2019: o programa semanal de TV, “Trilhas da Democracia”, que procurará entrevistar movimentos sociais, coletivos, organizações da sociedade civil em conjunto com professores, pesquisadores de universidades, dentre outros, em uma TV pública do estado.

obrigatoriedade de uma lógica de pesquisa formal, quantitativa, amparada em (legítimos) esforços científicos de validação ou de universalização de resultados. Enfim, o interesse era observar tendências a partir dos olhares dos próprios sujeitos urbanos em luta na metrópole e em suas conexões socioterritoriais espraiadas pelo estado e isso se fez!

Ao recuperar essas memórias recentes de “outros mapeamentos”, logo se tomou em consideração duas outras aprendizagens. A primeira é que, sempre que possível, o levantamento deveria considerar imprescindível o caráter histórico nas análises (ou seja, a variável “trajetórias”) para entender toda e qualquer mudança em termos de cultura política. Subjacente estava que seria relevante considerar e operar numa linhagem subjetiva que articulasse “continuidades, descontinuidades, inovações e rupturas”. Como consequência, nas oficinas as “técnicas” utilizadas procuraram dar relevo ao uso de “Linha do Tempo”; exposições dialogadas sobre o conceito de “transformações” na sociologia; fundamentos que orientaram ideários de reforma urbana, direito à cidade, dentre outros. Por outro lado, o levantamento destacou o peso e o valor distinto da variável “impactos do contexto atual” para designar narrativas em curso, atualidades sobre como os sujeitos populares urbanos se movem e resistem nas cidades, dentre outros.

A segunda aprendizagem já estava rascunhada (e permanecia latente) desde a constituição do Comitê Popular da Copa em Pernambuco (muitos dos parceiros locais estiveram no Comitê, inclusive de centros de pesquisa da UFPE) e tem a ver com esforços de mapear “conflitos urbanos” naquele período. Por essa razão, diferentes caminhos metodológicos foram construídos na tentativa de aplicar uma “plataforma colaborativa de mapeamento de conflitos urbanos”, tendo resultado em um rico processo de intercâmbio e trocas de conceitos e técnicas de mapeamento. No entanto, não houve uma continuidade efetiva dessa iniciativa, algo que pode ser explicado também pelo encerramento do próprio Comitê da Copa no estado.

Em Pernambuco, o levantamento dos Sujeitos Populares Urbanos “herdou” da experiência da plataforma colaborativa uma lição que aqui será configurada como uma *aprendizagem*, mas, antes de tudo, como um potencial *tensionamento* a ser enfrentado. Quando um processo de “pesquisa” envolve a colaboração entre, de um lado, atores, institucionalidades, metodologias e produtos acadêmico-científicos e, de outro, movimentos sociais e organizações não-acadêmicas – ainda que essa relação seja mediada por compromissos mútuos – a questão da autoria, da assinatura do produto final, ou mesmo de sua exposição pública sugere

sempre o risco de alguma tensão. Sabemos que os requisitos e as crescentes exigências dos organismos de fomento à pesquisa sobre o mundo acadêmico tendem a tornar a produção de conhecimento como parte de uma corrida científica vertiginosa (e, em muitos casos, altamente competitiva) em direção a um “produtivismo” que, para movimentos sociais e organizações da sociedade civil, não é costumeiramente nem parte de seu cotidiano e nem das dinâmicas mais prementes de sua existência e reprodução.

-103-

No caso do levantamento em tela, Pernambuco procurou combinar a expectativa original da Plataforma Colaborativa de mapeamento dos conflitos urbanos. Ou seja, procurou considerar o fato de que percepções e reflexões sobre transformações no ativismo popular urbano já “rondavam” o universo das subjetividades e das práticas dos parceiros locais. Nesse caso, o caminho seria dar vazão a essas percepções e oferecer “espaços” para o diálogo sobre sistematizações e sínteses coletivas (as oficinas). Também procurou-se incorporar dessas organizações, coletivos e movimentos sociais uma visão sobre si mesmos, algo que chamamos informalmente de “Elas por elas mesmas” (breves anotações que elas sistematizaram sobre sua identidade e ações). Acreditamos que essa será uma boa convergência futura, além do que uma ótima aprendizagem para passos de continuidade que essa iniciativa sugere.

Para finalizar, queremos mais uma vez agradecer aos nossos parceiros e parceiras por essa pequena, porém, interessante caminhada em Pernambuco.

TENSÕES E APRENDIZADOS SOBRE IDENTIDADE POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO: meu nome é... não significa o que eu sou

-104 -

CAROLINE RODRIGUES DA SILVA¹

ELEONARDO LIMA²

KARLA RAYMUNDO³

LÍLIAN BARBOSA⁴

LUIZ OTÁVIO RIBAS⁵

Para apresentar as confluências e divergências das oficinas do Rio de Janeiro selecionamos como tema geral a identidade política. Desdobramos outros quatro subtemas como institucionalismo e autonomismo; ação política direta e representatividade; sujeitos políticos e autodefinição; os “novos” e os “velhos” e os “pequenos” e os “grandes” movimentos sociais. O objetivo é refletir sobre os aprendizados e problematizações das oficinas organizadas pela FASE no Rio de Janeiro, em 2018.

INSTITUCIONALISMO E AUTONOMISMO

A tematização sobre o institucionalismo e o autonomismo gerou discussões na primeira oficina realizada. O debate passou por diversas ideias políticas, sem grande preocupação em autoidentificação ou etiquetamento. Algumas das ideias políticas mencionadas foram: anarquismo, autonomismo, institucionalismo, petismo, antirracismo, feminismo, partidarismo e fascismo. Uma das frases que pode ilustrar esta questão é: “A gente não é anarquista, gostamos de ter práticas anarquistas”. Os posicionamentos políticos foram variados, desde um descolamento de qualquer representação insti-

1. Educadora Popular da FASE e pesquisadora do NEMOS/PPGSS/PUC-SP.

2. Estudante de Serviço Social UFRJ e estagiário da FASE/RJ

3. Estudante de Serviço Social UFRJ, membro do Coletivo de Negros e Negras do Serviço Social da UFRJ – Dona Ivone Lara e estagiária da FASE/RJ

4. Mestranda do PPGSS-UFRJ, membro do Coletivo de Negros e Negras do Serviço Social da UFRJ – Dona Ivone Lara

5. Pesquisador do NETSAL/IESP/UERJ

tucional, como governos e mandatos parlamentares de esquerda, que para alguns seriam responsáveis pela desmobilização da organização popular; até uma defesa da disputa do Estado, dos partidos e instituições, que teriam sido atacados nas marchas de 2013. A partir desta posição mais institucionalista, houve também o questionamento da posição crítica à institucionalidade, sobre qual teria sido o acúmulo produzido por esse tipo de posicionamento para a organização popular, ou se este teria ficado mais no âmbito do discurso.

No Rio de Janeiro identificamos que existem sujeitos disputando conselhos de direitos, conselhos participativos, sindicatos, vagas no poder legislativo, ao mesmo tempo em que há sujeitos que não veem possibilidade de construir por dentro do Estado. Esses últimos, por vezes, se denominam independentes, autonomistas, anarquistas, enxergando o Estado como o inimigo, como se este fosse apenas um Estado policial para matar, coagir e controlar a vida urbana.

Outra fala significativa foi : “O PT prestou um desserviço à sociedade sendo governo” e também que “todo apoio institucional leva a derrotas, não conheço nenhuma vitória”. Para alguns o PT não prestou um desserviço, porque uma fração da esquerda estaria representada, criando inclusive políticas de afirmação, sendo que os movimentos estariam como copartícipes desses serviços. Para quem defende esta posição, “não dá pra deixar de disputar este Estado na lógica burguesa”.

AÇÃO POLÍTICA DIRETA E REPRESENTATIVIDADE

Outra dimensão do debate foi justamente relacionada às práticas, à ação coletiva. Foi problematizado sobre as contradições existentes entre a representação e a ação direta; assim como entre o basismo e o centralismo; por fim, entre a militância e o ativismo.

Uma das frases que ilustra esta ênfase de uma prática autonomista, próxima do anarquismo, seria a de que “2013 quebra com a prática da institucionalidade, para legitimar a ação direta com as ocupações”. As tais práticas anarquistas colocariam menor ênfase, ou nenhuma ênfase, nos espaços institucionais, enquanto que privilegiariam a ação direta e o trabalho de base nos espaços das ocupações, marchas e favelas. No entanto, existem posições que divergem desta, denunciando a falta de representação racial e social nas marchas de 2013, especialmente as que aconteceram no Centro da cidade. Uma vez que negros, negras e moradores de favela organizaram protestos descentralizados nos seus territórios.

As forças de segurança do tráfico de drogas, da polícia e do exército

foram apontadas como problemas para a organização popular em favelas. Os grupos envolvidos no comércio de drogas, assim como os policiais e o exército, não estariam disponíveis para o diálogo, mas sim para oprimir trabalhadores e trabalhadoras. Alguém mencionou neste sentido que: “A favela é um gueto preto. Mesmo se descriminalizar as drogas, vão continuar entrando porque somos descendentes dos escravizados e ainda não conseguiram nos matar”.

-106 - Foi destacada a importância de voltar-se para o trabalho de base e a educação popular, com inúmeros relatos de experiência com local e objeto de atuação relacionados a espaços institucionais, mas também ocupações, marchas e favelas.

Houve ainda estranhamento com o tema da educação popular. Alguns entendem que “é necessário voltar às bases”, outros questionam “de que base estamos falando e quem precisa voltar pra lá?”. Há ainda aqueles que rechaçam a palavra base porque ela carrega consigo uma relação de poder, ou seja, “se partimos do pressuposto que existe uma base é porque acima dela há um topo”. A fim de romper com a hierarquia de poderes presente nas relações sociais nos parece mais pertinente olhar a realidade pela lente das necessidades sociais presentes no territórios.

Outra reflexão foi em cima da frase de que “O legado de 2013 é a maneira como a polícia reprime (os protestos) na assembleia legislativa”. Houve posições divergentes no sentido de que o legado de 2013 seria evidenciar que a polícia foi criada para matar pobre e periférico e amaciar o asfalto. E o asfalto, que seria em sua maioria branco, só conheceria a segurança pública como um privilégio.

Avaliamos que diante da conjuntura eleitoral, na qual se aprofunda a criminalização do campo de esquerda, é necessário repensar o uso dos termos militante e ativismo. Foi pontuado que o ativismo teria como característica uma ação mais individualista e nos tempos livres e o militante teria uma atuação mais coletiva e orgânica com os movimentos e suas pautas de luta. Mesmo não sendo uma classificação consensual, houve acordo sobre a necessidade de debater mais sobre estes termos.

SUJEITOS POLÍTICOS E AUTODEFINIÇÃO

Partindo do pressuposto de que os sujeitos não vem prontos e que se constroem no processo de luta, sua autodefinição e a importância que é dada a ela expressa esses diferentes acúmulos. Isso posto, para alguns sujeitos políticos o nome e a autodefinição é muito importante, contudo, para outros, essa nomeação acaba limitando, classificando, hierarquizando suas práticas políticas.

A questão da categorização dos movimentos (o grande, o pequeno, o local, o global, o autonomista, o institucionalista, entre outros) e da necessidade de nomeação (movimento, coletivo, grupo, rede, fórum, espaço, entre outros) precisam ser repensados porque aí haveria uma tensão e um aprendizado. Se, por um lado, a categoria e o nome limitam o campo de atuação do movimento, por outro, ao não colocarmos nome não sabemos o que é. A denominação é uma forma de identificação que afirma de onde vem, para que vem, é uma forma de registro de si próprio.

-107-

Na segunda oficina do Rio de Janeiro houve o entendimento de que o nome e a autodefinição diriam muito do que são os próprios sujeitos políticos, mas que este processo seria carregado de contradições. É uma necessidade dar nome às coisas. Porém, estes nomes não capturariam a complexidade social a ponto de satisfazer como autodefinição. Afinal, “A gente não dá nome às coisas que a gente passa”. Nesse sentido, quando se pede reconhecimento para o povo negro o que se quer é o resgate da memória e da identidade já que os nomes não são só nomes, eles reafirmam as origens africanas.

Ainda sobre a autodefinição percebeu-se que nem sempre a forma como os sujeitos se identificam nos seus materiais (sites, redes sociais) coincide com a forma como eles se apresentam. Já que “Meu nome é... não significa quem eu sou”. Dito de outra forma, às vezes é necessário autonegociar-se por uma escolha política, estratégica, temporal. Contudo, essa escolha não dá conta de toda complexidade que envolve o sujeito.

Diante das profundas violações ocorridas na nossa história, seria necessário considerar que vivemos uma profunda crise de representatividade, cujas raízes passam pelo distanciamento entre o sistema político formal e o cotidiano das lutas sociais, pelo esgotamento do modelo eleitoral personalista e utilitário e também pela secundarização de algumas pautas de lutas pelos partidos, movimentos e sindicatos. O enfrentamento dessa crise implicaria colocar-se em outro lugar, estabelecendo outra dinâmica. No caso de um movimento social que defende a causa dos direitos das mulheres, a defesa dessa causa não garantiria, necessariamente, a paridade de gênero nas relações de poder. Assim, essa invisibilidade da mulher - o sujeito da causa - seria um exemplo da crise de representatividade que nos ronda.

OS "NOVOS E OS VELHOS" E OS "PEQUENOS E OS GRANDES" SUJEITOS POLÍTICOS

Houve quem fizesse uma clivagem entre novos e velhos movimentos sociais, presente em falas como “Queremos pensar a cidade a partir de novos sujeitos políticos”. Houve um certo incômodo para algumas pessoas sobre o que constituiria esta “novidade”. Neste sentido,

não haveria sujeitos novos, mas sim sujeitos históricos, que não estariam sendo vistos por alguns na sua potência. Seria preciso pensar a cidade a partir de sujeitos políticos que a compõe desde sua formação, em sua maioria indígenas e negros. Levar em conta também que a cidade se consolidou em torno da violência, do racismo e descarte dos indesejáveis.

-108-

Outro incômodo apareceu relacionado a uma clivagem sobre o tamanho dos movimentos, com o questionamento: “O que é um grande e um pequeno movimento?”. Esta categorização levaria a hierarquização e fragmentação dos movimentos. As especificidades e singularidades de cada sujeito político não deveriam ser encarados como problema, inclusive a existência da nossa diversidade é o que a democracia nos proporcionaria como possibilidade.

Estas clivagens poderiam ser fruto de um desconhecimento sobre o outro, assim como algum medo em relação ao diferente, uma ideia de que “A gente tem muito medo do que a gente não é”. O desconhecido teria sua potência, por isso precisaríamos conhecer práticas políticas diferentes das nossas, aprender com elas outras formas de ação e, nesse processo, fortalecer as nossas lutas. A diferença só seria problema quando levasse a hierarquização e fragmentação, o medo não deveria ser nosso limite.

RIO DE JANEIRO: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E NOVAS EPISTEMOLOGIAS

FRANSÉRGIO GOULART¹

LARA SARTORIO²

LILIAN LUIZ BARBOSA³

CAROLINA NIEMEYER⁴

-109-

POR QUE CHEGAMOS ATÉ AQUI?

Durante o ano de 2018, aproximadamente 30 sujeitos políticos atuantes no tecido associativo do Rio de Janeiro⁵ participaram de duas rodas de conversa. Uma, em junho, sobre o tema “Lutas Urbanas e Crise Democrática: Tecendo Resistências em Defesa dos Bens Comuns e do Bem-Viver”, e, a outra, em setembro, sobre “Lutas Urbanas e as Transformações do Ativismo no Rio de Janeiro”.

A partir destes encontros identificamos a necessidade de refletir sobre como se dá a relação entre sujeito e objeto, pesquisados e pesquisadores, entre a produção de conhecimento e as novas epistemologias. Esse proces-

1. Autor - Historiador, Fomentador do Espaço Pra que e Pra quem Servem as Pesquisas sobre Favelas?,- Militante do Movimento de Favelas e do Fórum Grita Baixada e apoiador da Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência do Estado na Baixada Fluminense.

2. Colaboradora - Pesquisadora do NETSAL e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ.

3. Autora - Pesquisadora Pós-graduanda em Movimento Social do NEPP-DH /UFRJ, Mestranda em Serviço Social na UFRJ e membro do Coletivo de Negras e Negros do Serviço Social da UFRJ Dona Ivone Lara.

4. Colaboradora - GT de Pesquisa Militante em Saúde; Escola Nacional de Saúde Pública: Ensp/Fiocruz

5. Brigadas Populares, Consulta Popular, Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré,(CEASM); Centro de Ação Comunitária (CEDAC), Coletivo de Negras e Negros do Serviço Social da UFRJ – Dona Ivone Lara; Comitê pela Liberdade do Rafael Braga; Conexão G; Escola de Ativismo, Espaço Para Que e Para Quem Servem as Pesquisas sobre Favela; Fórum Grita Baixada; Fórum de Manguinhos; GT de Pesquisa Militante em Saúde da Fiocruz; Instituto de Formação Humana e Formação Popular (IFHEP), Levante Popular da Juventude; Marcha Mundial das Mulheres, Mídia Independente Coletiva (MIC); Mídia Kaps Digital de São João de Meriti; Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); Movimento Passe Livre de Niterói (MPL); Militiva, Movimento Pró-Saneamento e Meio Ambiente da Região do Parque Araruama (MPS); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Museu da Maré; Núcleo de Desconstrução de Gênero da Psicologia da UERJ, Projeto Brasil Cidades; Rede de Comunidades contra a Violência (REDE), Rolê dos Favelados; Sindicato de Saneamento de Niterói, Rede Brasileira de Educadores Ambientais (REBEA), Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP).

so foi fomentado principalmente pelo protagonismo das falas e da militância negra, favelada e de mães e familiares vítimas da violência do Estado presentes, em diálogo com o Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Netsal-IESP) e outros grupos de pesquisa.

O diálogo travado durante as oficinas levou-nos a concluir que, ainda hoje, a produção do conhecimento e as epistemologias dominantes são majoritariamente de bases ocidental, racista, patriarcal e cristã. Este diagnóstico revela a importância e a necessidade de problematizar questões como: o que é conhecimento; quem produz conhecimento; a relação entre pesquisa e militância; entre conhecimento científico e conhecimento popular e questionar quais as potências e riscos das categorizações. Tendo em vista a produção de novos conhecimentos sob outras bases.

QUEM PRODUZ CONHECIMENTO?

Esta reflexão inicia-se com um olhar sobre produção de conhecimento e novas epistemologias a partir do pressuposto que, no sentido mais nobre do termo, a Universidade é um espaço da elite, construtor e mantenedor de privilégios de uma parcela da sociedade. Essa relação de privilégio se expressa tanto do ponto de vista intelectual, isto é, mediante a produção, preservação e difusão do saber que domina o campo intelectual, político e cultural como do ponto de vista social, já que é um espaço no qual circulam e convivem os filhos das elites política e econômica brasileira, socializados em um modo particular e hierárquico de ser.

Embora o ensino superior exista no Brasil desde do século XIX, o país foi o último da América Latina a ter uma universidade (CISLAGHI, 2012). Desde o tempo do imperialismo e das colônias, as Universidades têm um papel fundamental na difusão de uma forma específica de se produzir conhecimento: a Eurocêntrica.

Dito isso, uma imersão breve no histórico da relação entre pesquisadores e pesquisados pode permear e problematizar a afirmação anterior.

O campo da Antropologia moderna, por exemplo, surgiu de uma divisão de trabalho entre as ciências sociais, especializando-se na análise, descrição e classificação de grupos sociais, frequentemente tidos como primitivos, atrasados, marginais, tribais, subdesenvolvidos ou pré-modernos. Definidos por sua exterioridade e alteridade em relação ao mundo ocidental, ele próprio definido como referência de mundo civilizado, pela sua ciência e técnica. Nesse contexto, os trabalhos de muitos antropólogos e as formas como estes trabalhos foram escritos e difundi-

dos contribuíram para o desenvolvimento do processo de colonização (ACHEBE, 1975; ASAD, 1973). Ainda recentemente há muitos cientistas sociais que contribuem para a manutenção de hierarquias sociais, com seus engajamentos em programas de desenvolvimento mundial, descontextualizados e baseados em modelos construídos em países considerados desenvolvidos como a Inglaterra, Estados Unidos e outros. (FERGUSON, 1994; 1997)

No entanto, na atualidade, também há cientistas sociais que lutam no espaço acadêmico pela descolonização da Universidade, em favor de uma Universidade popular, descolonizada, não elitista, não branca e classista. Ou seja, uma Universidade na qual a produção de conhecimento e a pesquisa são em prol da classe trabalhadora, designando aqui todos aqueles que não possuem os meios de produção e nem usufruem da riqueza socialmente por eles produzida. Neste trabalho, a classe trabalhadora tem cor, raça, classe, gênero e sexo. É um conceito objetivo que designa pessoas que habitamos territórios favelados e periféricos da cidade e da sociedade.

Estamos falando daqueles que construíram o Brasil, o enorme contingente de negros e negras trazidos para o país a força, escravizados e comercializados como coisa. Mas que mesmo com toda a opressão, nunca se conformou com este não lugar. Durante todo período histórico ocorreram resistência e lutas, como, por exemplo, a República de Palmares, que representou uma grande ameaça ao Estado vigente e revela como este conjunto de povos africanos dominava conhecimentos e técnicas avançadas para a época e foram capazes de produzir muitos conhecimentos e tecnologias, ignoradas ou apropriadas durante o processo das transformações capitalista (Moura, 2004).

Estamos hoje no capitalismo em sua fase mais destrutiva, em que o “Estadode exceção” é regra: guerra aos corpos negros e pobres no caso do Brasil se dá de variadas formas, nesse sentido a apropriação de saberes de negros e pobres é mais uma faceta desse processo realizada pela classe dominante.

A era moderna forjou-se do processo de barbárie, por meio do qual a civilização ocidental se enriqueceu com o trabalho dos negros africanos durante a escravidão, e, posteriormente, no processo colonial. Em contrapartida, a *colonização* e o *colonialismo* são vistos aqui em referência ao “cólon”. Ou melhor, como um processo de digestão, por meio do qual as elites fazem continuamente uma seleção, elegendo para o consumo o que outras populações produzem e os interessa, mas descartando aquilo que

essas mesmas populações produzem, mas não os interessa.

Logo o esgotamento do capitalismo cria tipos diferentes de sujeitos: os que merecem viver e os que servem para morrer, para encarcerar, para explorar e para serem despossuídos dos seus próprios conhecimentos.

No seu processo de expansão e captura das subjetividades, o capitalismo apropria-se de saberes de povos que são considerados *outros*, ressignificando este conhecimento para usá-lo de acordo com os seus interesses. É necessário compreender que a produção de conhecimento dentro das universidades e centros de pesquisa, no mais das vezes, serve aos interesses da classe dominante. Esta mesma classe controla não só a produção de conhecimento como o seu processo de legitimação, classificando como científico somente aquele conhecimento que serve aos seus interesses e qualificando como folclore ou atrasado os saberes que não compreende ou não tem interesse. Neste processo, uma estratégia é a realização de pesquisas, onde o pesquisador vai a campo na intenção de se apropriar do conhecimento e dos territórios daqueles sujeitos, seja em favor do capitalismo ou para se promover junto aos seus pares, sem qualquer compromisso com a devolutiva do seu trabalho à população e aos sujeitos pesquisados.

Ao longo dos anos 1980, buscando uma pesquisa emancipatória e decolonial, as teorias feministas e pós-coloniais começaram a desconstruir o mito da objetividade dentro das ciências sociais (ABU-LUGHOD, 1990) e a problematizar o papel do subalterno dentro dessas pesquisas científicas (SPIVAK, 1988). Outras teorias críticas mais recentes também refletem sobre o fato de que muitas pesquisas vampirizam os saberes e as vidas sociais das pessoas pesquisadas, sem lhes dar nenhum retorno de ordem material ou crédito intelectual (COUTURE, 2011), apesar das sofisticadas formas de ser e de viver, com base nas quais elaboram as suas teorias de vida.

Apesar de existir um movimento antissistêmico e anticapitalista na academia, a apropriação do trabalho de cientistas sociais e antropólogos, por parte de empresas e de governos em todo o mundo, continua sendo uma estratégia usada para produzir conhecimento sobre populações que lhes interessa dominar. Um exemplo emblemático são as campanhas militares dos Estados Unidos, que contratam acadêmicos formados em suas universidades para que estes produzam informações sobre populações residentes em áreas onde o país pretende intervir (ou já intervém) militarmente, como no caso de campanhas de contra insurgência no Iraque e Afeganistão (MCFATE, 2005; Kelly et al, 2010).

Tecendo uma analogia, cabe questionar se programas do Estado Brasileiro, como a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), do estado do Rio de Janeiro, e o Programa de Aceleração e Crescimento (PAC), do governo federal, não são estratégias semelhantes. Assim como no caso norte americano, estes programas empregaram diversos pesquisadores, tanto de classe média como moradores de favelas, na intenção de obter dados que contribuíssem para a melhor compreensão daqueles espaços geográficos: suas dinâmicas locais, suas relações de poder e estratégias de sobrevivência. Permanece em aberto se esses dados também serão utilizados para fins militares ou em uma nova etapa do processo de colonização interna dessas populações.

OBJETIVO DAS PROVOCAÇÕES

Este trabalho é fruto de um debate coletivo sobre as práticas acadêmicas atuais e as distintas formas de engajamento entre pesquisadores e colaboradores de pesquisas, assim como sobre os rebatimentos desses processos e relações nos movimentos sociais. Como parte deste processo, propomos uma reflexão conjunta sobre a relação entre os pesquisadores acadêmicos e as pessoas que colaboram ativamente para a construção dessas pesquisas.

Um ponto inicial de debate é a questão de como esses participantes das pesquisas são vistos. São considerados como objeto, ou são considerados sujeitos das pesquisas das quais participam? Em nossa avaliação, a maioria das pesquisas ainda tratam esses sujeitos como meros informantes. Por meio da relação com sujeitos subalternizados, como favelados e negros, certos pesquisadores se apropriam de saberes que até então eram desvalorizados promovendo este conhecimento ao status de ciência. Essa usurpação é realizada majoritariamente por representantes das esferas dominantes da sociedade: em geral, homens brancos, de classes média e alta.

Embora filósofos e pesquisadores reconheçam que as massas não necessitam da ajuda de especialistas para refletirem sobre as suas próprias vidas (FOUCAULT & DELEUZE, 1972), quando esses sujeitos conseguem participar do processo acadêmico, o sistema barra, proíbe e invalida certos saberes enquanto prioriza outros. Esse sistema de conhecimento/poder não age somente em instâncias superiores de censura, acaba por penetrar muito profundamente e em toda a trama da sociedade, produzindo formas de pensar e ser. O privilegiamento da filosofia grega em relação à africana é um exemplo de racismo cognitivo em que os próprios pesquisadores agem para a reprodução deste sistema.

Não seria parte do trabalho do pesquisador lutar contra essas configura-

ções de conhecimento/poder ao lado dos colaboradores de pesquisas e populações oprimidas? Lutas essas, tanto no campo das ideias como em ações diretas? Não seria a hora de questionarmos a relação dicotômica entre teoria *versus* prática e conhecimento científico *versus* conhecimento popular? Não seria a hora de reconhecermos a validade das diferentes formas de saber e epistemologias produzidas por movimentos sociais, habitantes de espaços marginalizados, como favelas, ocupações, assentamentos rurais, além de comunidades quilombolas e de terreiros, aldeias indígenas e outros sujeitos marginalizados.

As políticas de ações afirmativas e espaços como o “Pra Que e Pra Quem Servem as Pesquisas sobre Favelas”⁶ contribuem para a (RE) construção da produção de conhecimento, no sentido que abre oportunidade para que as favelas e seu povo majoritariamente preto participem da disputa epistemológica, reconhecidos como construtores de epistemologias pautadas na ancestralidade, na vivência e nas experiências comunitárias. Um processo que Conceição Evaristo denomina como Escrivência.

Outra referência é Frantz Fanon e o seu clássico *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952). Um pouco de História: nos anos 60 e 70 Fanon era proibido nas academias norte-americanas, e o professor universitário que tentasse falar dessa epistemologia perdia seu emprego. Ao mesmo tempo, na América do Sul, ele era lido nas salas de aula do Chile e influenciava Paulo Freire na sua *Pedagogia do Oprimido no Brasil*. A partir da década de 1990, Fanon passou a ser estudado em cursos como Teologia, Política, Filosofia da Libertação e Pensamento Social e Político. Essa informação demonstra que atualmente, estudiosos do mundo começam a compreender a relação entre Fanon e outros intelectuais brasileiros como Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento, e, por consequência, a entender que essa epistemologia que falamos sempre existiu, mas foi historicamente censurada pela academia judaico-cristã branca ocidental como forma de manutenção de hierarquias e privilégios.

O estudo do conhecimento produzido pela sociedade ocidental demanda necessariamente uma volta ao passado e o lugar deste passado não é a Europa, mas a África. Esse resgate é importante, pois

6. Espaço criado pelo favelado e historiador Fransérgio Goulart em parceria com outros(as) favelados(as), para pensar a relação entre favela e universidade sob uma perspectiva da favela e dos favelados como construtores de epistemologias, afirmando o que chama de pensar uma Pluriversidade Indisciplinar em vez de Universidade.

reconhece a existência de conhecimentos científicos e filosóficos relevantes em escala mundial, que foram negados e proibidos devido ao racismo.

O objetivo desse texto é provocar uma reflexão acerca do tipo de conhecimento que se produz nas universidades e fazer uma convocação intelectual e militante para que atuemos no sentido de descolonizar o conhecimento que é produzido e refletido na universidade, entendida aqui como uma instituição social. Fanon atesta a necessidade de se criticar a epistemologia branca eurocêntrica, que coloca os sujeitos subalternizados na condição de objetos coisificados pela ciência, para que possam se afirmar como sujeitos produtores de conhecimento. Recentemente, influenciado por protestos estudantis na África do Sul, Mbembe (2016) publicou uma importante contribuição para o movimento de descolonização das universidades, na qual sugere a necessidade de democratização da instituição de ensino em si. O que significa tanto garantir o acesso de todos e todas às universidades como a reorganização do currículo e das bibliografias. Inclui ainda o encorajamento de estudantes à livre busca do conhecimento, à mudança no padrão hierárquico que rege as relações entre professores e estudantes e à própria estrutura organizativa da instituição.

Outro ponto importante é o questionamento dos métodos de avaliação, que com avanço das políticas neoliberais e das contra reformas nas instituições de ensino superior é cada vez mais padronizado e de acordo com o que é proposto por organismos internacionais, como o Banco Mundial, que impõem as suas métricas aos países do sul tornando a universidade um espaço cada vez mais meritocrático e reproduzidor da ciência hegemônica, ou seja, branca ocidental cristã e capitalista.

Sobre este tema, a Executiva de Estudantes de Serviço social coloca que:

Compreendemos a importância que a universidade tem para sociedade, a produção de conhecimento e tecnologias e a formação de profissionais aptos a cumprir as tarefas essenciais para reprodução da vida social. Mas tudo isso deve ter forma e conteúdo em plena consonância aos interesses das classes dominantes, que estão sempre em relação de antagonismo com as necessidades da maioria da população. (ENESSO, p:3 2015)

Os estudantes não são consumidores, logo educação não é mercadoria, embora, nos últimos anos, os governos investiram mais no ensino privado, para aumentar os lucros de quem mercantiliza a educação, ao invés de aumentar o número de vagas nas universidades públicas com horários acessíveis ao trabalhador.

Na conjuntura atual de expansão e aprofundamento do capitalismo nas universidades a partir de suas privatizações, do aumento das mensalidades, da lógica mercadológica, os estudantes não privilegiados (mas não apenas) tendem a priorizar as formações que possam lhes inserir no mercado de trabalho, invés de explorar seus desejos, interesses e potenciais criativos mais intensos. Neste contexto, as unidades de ensino superior privadas se dedicam a suprir as demandas do mercado, logo, ensino, pesquisa e extensão são para poucos privilegiados.

O que estamos tentando produzir e potencializar com o apoio do pensamento de Fanon, Mbembe e outro(a)s autore(a)s é a construção de uma nova universidade, amplamente transformada do ponto de vista institucional e epistemológico, fazendo ruir as estruturas epistemológicas impostas pelo racismo, patriarcalismo e colonialismo, com o objetivo de abrir espaços para o diálogo de práticas e de saberes e a articulação sistemática de distintas formas de conhecimento. Em resumo, a nossa demanda é pela descolonização epistêmica do conhecimento acadêmico. Para isso, pensamos que seja fundamental uma reorganização dos currículos nas instituições de ensino que se baseiam em modelos eurocêntricos. Mas isso não significa apenas trocar autores brancos por autore(a)s negro(a)s, indígenas ou não-brancos de forma geral, mas abrir a possibilidade de estudantes escolherem a centralidade dos seus estudos e com isso promover novas competências sociais, éticas, políticas e técnicas a partir dessa nova centralidade. Isso significa incluir formas de conhecimento não hegemônicas no escopo dos cursos e em suas respectivas bibliografias. Criando possibilidades desses estudantes se verem, se (re)conhecerem e as suas condições de vida.

A questão da relacionalidade dentro de uma possível nova centralidade se torna importante para que uma diversidade epistemológica seja alcançada na Universidade. Como Essop (2016) sugere, isso é fundamental para que não caiamos em um essencialismo racial e possamos entender culturas não-brancas como dinâmicas e complexas, não estáticas e paradas no tempo, como normalmente são representadas no modelo eurocêntrico de ensino.

Uma utopia que se coloca são as Pluriversidades Indisciplinares Populares, ou Pluriversidades dos Movimentos Sociais. Em uma Pluriversidade Indisciplinar, poderíamos explorar formas de Conhecimento/Poder/Aprendizado que incentivassem o encontro de uma diversidade de epistemologias e formas de se produzir conhecimento sem ficarmos presos às caixas e disciplinas eurocêntricas.

No Brasil isso vem se materializando com o processo de criação de áreas de estudos étnicos e diversos experimentos educacionais em favelas do estado do Rio de Janeiro, como: o espaço Pra Que e Pra Quem Servem as Pesquisas sobre Favelas?, o Curso Histórias Vivas⁷, o Curso sobre Segurança Pública e Epistemologia Favelada⁸, o Cepedoca no Complexo do Alemão⁹, o Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina/ NET-SAL¹⁰, a Militiva do Pacs¹¹, as Cartografias Sociais, Insurgentes e /ou Decoloniais do Fórum de Juventudes RJ¹² e do Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu em parceria com o Fórum Grita Baixada e a Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência do Estado, na Baixada Fluminense¹³, entre outras.

A atenção que talvez tenhamos que ter é de não deixar os privilegiados, a partir do próprio reconhecimento desse privilégio, e seu modelo eurocêntrico de ensino, se apropriarem desses espaços em mais um processo de captura.

PARA ALÉM DO ESPAÇO ACADÊMICO

Nos domínios do campo científico, a noção de uma ciência engajada já não deveria surpreender demasiadamente, ou seja, reflexões e práticas que busquem integrar produção do conhecimento e intervenção na realidade. Podemos considerar, por um lado, aquelas de veia mais instrumental, ou seja, para servir a uma finalidade. Ou, por outro lado, as mais voltadas a embates epistemológicos, caracterizadas por partirem de critérios de validação e verificação que produzem efeitos concretos na realidade. Os formatos diversos da ciência engajada acabam se constituindo por movimentos e contra-movimentos que acionaram um debate mais sensível acerca da relação entre teoria e prática.

7. Curso idealizado e fomentado pela favelada e comunicadora comunitária Gizele Martins para partilhar o histórico de Resistências das Favelas do Rio de Janeiro a partir do protagonismo de favelados e movimentos sociais.

8. Curso idealizado e fomentado pelo favelado e historiador Fransérgio Goulart para pensar uma epistemologia favelada ao falarmos sobre segurança pública, com foco no enfrentamento ao racismo. As aulas do curso são dadas por moradores de favelas militantes.

9. Centro de Pesquisa, Memória e Documentação do Complexo do Alemão (Cepedoca) do instituto Raízes em Movimento - que tem como pilares a reconstrução da memória do Complexo do Alemão e a forma como, a partir dela, uma trajetória de lutas e a própria história da cidade podem ser reconstruídas; a formação de novos quadros de reflexão e ação nesse território; e a construção diferenciada de conhecimento, fazendo os saberes, acadêmicos e não acadêmicos, dialogarem.

10. <http://uerj.academia.edu/NETSAL>

11. <https://www.militiva.org.br/registros>

12. http://www.fundodireitoshumanos.org.br/v2/uploads/files/Militarizacao_UPPs.pdf

13. https://drive.google.com/file/d/1_PPrUmAyls8mGgMhX7-mbRvm5gB3QTt/view

Marcadamente, a própria consagração das ciências sociais chega à América Latina associada a contextos de intervenção na realidade com perspectiva transformadora. A partir dos anos 1960, é possível constatar um processo efervescente de produção de conhecimento na América Latina, com contribuições coletivas que acabaram por destacar alguns nomes como os de: Orlando Fals-Borda, Paulo Freire, Camilo Torres, Rodolfo Stavenhagen, entre outros. É preciso salientar que o período que compreende os anos de 1960 e 1970 foi bastante dinâmico e marcado pelo protagonismo das universidades na construção de um processo de crítica e compromisso com a realidade política e social.

É possível dizer que houve, através de uma politização das temáticas e da expansão da autonomia acadêmica na maioria dos países da região, uma forma de intelectualidade mais militante que foi adquirindo crescente protagonismo em um momento de imbricação entre a institucionalização das ciências sociais, sua busca de alinhamentos com o campo popular e a criatividade metodológica para a pesquisa com fins transformadores.”

A região, entretanto, sofreu um notável refluxo do pensamento crítico, proporcionado pelas ditaduras militares e, posteriormente, nos anos 1990, pela emergência de políticas neoliberais. Estas, por um lado, inflexionaram uma dinâmica tal que passava a apresentar o engajamento político neoliberal como não-engajamento, ou como “não-ideológico”. Sob o rótulo de um momento “pós-político”. Toda uma política educacional e projeto de sociedade foram implementados, envolvendo a mercantilização da educação, seja pela via da privatização das universidades, seja pela lógica de educação como qualificação de mão de obra para mera inserção no mercado; a individualização e tecnificação da atividade intelectual; dentre muitos outros aspectos.

Com isso, houve um esvaziamento das reflexões críticas e criativas nos espaços universitários, distanciando-os dos movimentos sociais e compromisso militante, assumindo uma feição mais industrial de profissionalização das ciências sociais. O que significa, é preciso enfatizar, que a universidade não deixou de ser espaço de um engajamento político, apenas que a política implementada, velada sob o discurso cientificista e tecnicista, foi a de cumprir demandas de mercado do projeto neoliberal.

Demonstra-se, assim, fundamental localizarmos a produção de conhecimento em seu contexto sociopolítico e econômico para refletir seu modo de engajar-se e pensar a origem de seus critérios e paradigmas. Compreender as transformações sociais é fundamental para localizarmos as disputas sucedidas, bem como os papéis que tiveram as formações e articulações

de atores, práticas e gramáticas a partir de suas mobilizações a atribuições de sentido. A partir desse contexto da América Latina, afirmamos que a geração de novos conhecimentos por meio da relação entre pesquisadores profissionais, de um lado, e sujeitos subalternizados e movimentos sociais, de outro, vai além do debate sobre a necessária descolonização da universidade. Há muitos pesquisadores que são militantes e muitos militantes que são pesquisadores e este duplo pertencimento suscita outras questões fundamentais.

-119-

Pesquisadores que também assumem a identidade de militantes questionam a crença falaciosa que objetividade equivale à neutralidade, enfrentando o desafio de fazer ciência a partir e por meio da prática política. Assumir este papel duplo induz à reflexão acerca dos limites (entendido como ponto de contato e de separação) entre a investigação e a militância política, o que é benéfico sob vários aspectos.

Lidar com esta contradição oportuniza que o pesquisador reconheça que o seu lugar de fala é privilegiado e que é necessário escutar o outro antes de falar, quando em diálogo com militantes e outros sujeitos não pesquisadores. A valorização do processo de investigação, em detrimento dos seus resultados, propicia a geração de metodologias, teorias e conceitos verdadeiramente novos, porque o objetivo deixa de ser o enquadramento da realidade em um quadro teórico previamente definido ou a realização de uma finalidade pré-concebida. O foco no processo constitutivo de novas formas de conhecimento por movimentos e coletivos sociais – e não no seu resultado – revela outro viés da sua ação política: a produção de conhecimento alternativo como uma forma de resistência social, na disputa por poder que caracteriza a relação entre o instituinte e o instituído.

Na pesquisa militante, a dicotomia entre sujeito e objeto é enfrentada a partir do reconhecimento do saber do outro como intrinsecamente válido. Na prática, isso se dá de várias formas. Por meio da valorização das reflexões destes sujeitos sobre suas organizações e situações de vida, quando do processo de análise. Através da remuneração da sua atuação como pesquisadores populares. Pela preocupação com dar crédito e compartilhar a autoria de trabalhos desenvolvidos conjuntamente e pelo compromisso com a devolutiva das pesquisas às populações, grupos e movimentos pesquisados. A promoção do objeto a sujeito da pesquisa também favorece a realização de pesquisas éticas e a construção de uma “ecologia de saberes” (SANTOS, 2007), porque o outro e as suas reflexões e práticas são verdadeiramente reconhecidos.

A seguir, citamos alguns exemplos de pesquisa militante em que as questões tratadas acima são contempladas: Casas-Cortés, Osterweil e Powell (2008), Niemeyer (2014), Wittman (2011), Militiva (2016), Carneiro, Pessoa e Matos (2017), Bartholl (2018), Moura (1989) entre outros.

Enquanto não houver igualdade de oportunidade e de acesso à construção de conhecimento, com respeito à diversidade de epistemologias existentes, com garantia de laicidade, acesso universal à educação, com a consideração das memórias apagadas pela colonização, a produção de conhecimento será elitista, classista e racista, o que impossibilita uma universidade popular e decolonial.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- Abu-Lughod, L., (1990) “Can There Be a Feminist Ethnography?”, In: *Women & Performance: A Journal of Feminist Theory*, 5 (1) 7-27
- Achebe, C (1975) *Morning Yet on Creation Day: Essays*, Anchor Press
- Asad, T (1973) - *Anthropology and the Colonial Encounter*, Ithaca Press, London
- Bartholl, Timo. Por uma geografia em movimento: a ciência como ferramenta de luta. Rio de Janeiro, Consequência, 2018.
- Campo, floresta e águas : práticas e saberes em saúde - Fernando Ferreira Carneiro, Vanira Matos Pessoa, V Teixeira, organizadores. Brasília : Editora UnB, 2017. 464 p. : cil., gráf., fotogr. ; 21 cm.
- CASAS-CORTÉS, Maria Isabel; OSTERWEIL, Michal; POWELL, Dana E. Blurring boundaries: Recognizing knowledge-practices. In: *The study of social movements. Anthropological Quarterly*, v. 81, n. 1, p. 17-58, 2008.
- Couture, JC (1994) Dracula as action researcher, *Educational Action Research*, 2:1, 127-132
- Cislághí, Juliana Fiuza. Financiamento do Ensino Superior no Brasil: novos e antigos mecanismos de privatização do fundo público. In. SALVADOR, Evilasio. et al. (Orgs.). *Finaceirização, Fundo Público e Política Social*.1. ed. São Paulo: Cortez, 2012
- Essop, A (2016) *University Decolonization: More Than Mere Iconoclasm*, Disponível em: <http://www.socialsciencespace.com/2016/08/university-decolonization-more-than-mere-iconoclasm/>
- Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social. *A quem serve teu conhecimento?*. <https://enessooficial.wordpress.com/>
- Ferguson, J (1994) *The Anti-politics Machine: Development, Depoliticization and Bureaucratic Power in Lesotho*, University of Minnesota Press
- Ferguson, J (1997) *Anthropology and its Evil Twin: Development in the Constitution of a Discipline*, In: *In International development and the social sciences: essays on the history and politics of knowledge*. F. Cooper and R. Packard (eds), pp. 150-75. Berkeley: University of California Press.
- Foucault & Deleuze, (1972) *Os Intelectuais e Poder*, Disponível em: <http://cineclubedecompostela.blogaliza.org/files/2010/09/Foucault-Deleuze-Os-Intelectuais-e-o-Poder.pdf>
- Frantz Fanon (2008) [1952] *Pele Negra Mascaras Brancas*, EDUFBA
- IN:AMACEDO, José Rivair de .(Orgs.). *O Pensamento Africano no século XXII*. ed. São paulo: Outras Expressões. 2016.
- Kelly JD, Jauregui B, Mitchell S T, (2010) *Anthropology and Global Counterinsurgency*, University of Chicago Press
- Mbembe, A J (2016) *Decolonizing the University: New Directions*, In: *Arts & Humanities in Higher Education* 15 (1) 29–45 – Disponível em: http://www.historicalstudies.uct.ac.za/sites/default/files/image_tool/images/149/Decolonizing%20the%20university%20New%20Directions%20-%20Achil-

le%20Joseph%20Mbembe.pdf

McFate, M (2015) *Social Science Goes to War: The Human Terrain System in Iraq and Afghanistan*, C Hurst & Co

Spivak, G.C., (1988) *Pode o Subalterno Falar?*

Schmidt R. (2008) *Colonization = Digestion*. Disponível em: <http://newspaperrock.bluecorncomics.com/2008/03/colonization-digestion.html>

Santos, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 78, p. 3-46, 2007.

Militiva, *Boletim Militiva 1*, PACS, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Boletim-1_final.pdf>

Moura, Clovis. *Sociologia do Brasil Negro*. São Paulo. Editora Ática.1989

Niemeyer, C. *Movimentos sociais como produtores de conhecimento: a Soberania Alimentar no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)*, Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Sociais Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 273. 2014.

Wittman, Hannah. *Food sovereignty: a new rights framework for food and nature?* In: *Environment and Society: Advances in Research*, v. 2, n. 1, 2011, p. 87-105.

ELAS
POR
ELAS

UM RELATO DAS ORGANIZAÇÕES SOBRE SI MESMAS

REFLEXÕES FEMINISTAS SOBRE AS DINÂMICAS DO NEOLIBERALISMO

THAIS ALVES¹
ELAINE MONTEIRO²

-123-

*[...] A noite não adormece
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
do nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede de nossa milenar resistência
Conceição Evaristo*

A construção do Estado-nação brasileiro caminha por tortuosas estradas onde as forças de dominação e a luta pela libertação de seu povo estão em constante atrito. Isto porque o sistema fundador do Brasil, e de tantos outros territórios largamente explorados pelo colonialismo, tem seu pilar de sustentação na ideia de que este território pertence ao Outro. Este sistema, que baseou sua estratégia de exploração da natureza no genocídio das populações tradicionais, no despotismo, no sequestro de homens e mulheres negras para trabalhar à força nos territórios explorados, e tantas outras formas que tem como pressuposto o etnocentrismo e a sobreposição de um tipo de ser humano por outro, se estabeleceu nas colônias a partir da consubstancialidade do racismo escravista com a ideologia patriarcal.

Ainda que a história das sociedades seja permeada por transformações constantes das relações sociais, há aspectos que se reorganizam e se desdobram na longa duração, prezando pela manutenção de um quadro estrutural mais amplo. Estamos imersas em um tipo de organização social que se sustenta por vias patriarcais, capitalistas, racistas e colonialistas.

1. Graduanda em História – UFRJ e militante da Marcha Mundial das Mulheres. Blog: <https://marchamulheres.wordpress.com/>

2. Graduanda em História – UERJ e militante da Marcha Mundial das Mulheres. Blog: <https://marchamulheres.wordpress.com/>

No Brasil, estrutura-se hoje um conflito do capital contra a vida humana que estabelece condições cruéis de sobrevivência, distribuição regressiva do Estado, ressignificação e gentrificação dos territórios, para atender os interesses do capital. Quando constatamos a existência destes conflitos, apontamos para um conjunto de normas estruturantes que condicionam grande parte da população a uma vida de precariedade, exploração exacerbada do trabalho, controle social e violência.

As políticas neoliberais vêm conquistando hegemonia global como uma saída para as sucessivas crises do capitalismo e esta disputa não vislumbra seguir apenas as normas democráticas. A todo custo, as forças neoliberais fragilizam as instituições democráticas para se consolidar no poder. Essa dinâmica se faz presente na América Latina, provocando sucessivos golpes institucionais, quando não boicotes econômicos, desmantelamento de empresas estatais e extinção de políticas públicas e outras formas de intervenção. Aqui, pode-se trazer o caso do Brasil, onde desde 2016 se observa um crescimento forte de setores conservadores próximos ao neofascismo e que carregam como política econômica o arrocho, a ausência do Estado para políticas sociais e sua não-intervenção na economia e nas relações de trabalho. O golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016, que destituiu a primeira presidenta eleita na história de nosso país, foi a porta de entrada para o enraizamento dos ataques neoliberais. O assassinato da vereadora Marielle Franco, em março de 2018, também deixa à mostra uma política sistemática de eliminação de opositores do neoliberalismo e a violência do Estado. Faz parte desse momento uma ofensiva contra os movimentos sociais, em que se arquiteta uma realidade de perseguição a lideranças populares e marginalização de movimentos sociais.

As intervenções neoliberais sobre os territórios se expandem a partir da mercantilização das cidades e se alastram para todas as esferas da vida. Tornando a qualidade de vida nas cidades também um produto de consumo. No Rio de Janeiro, a mercantilização de uma gama de regiões faz com que o acesso à infraestrutura, ao saneamento básico, aos equipamentos públicos e culturais e às áreas de lazer seja territorializado de forma desigual. Em geral, esses elementos se concentram nas regiões em que vivem as pessoas com maior renda. Esta não é uma conformação natural das cidades, mas produto das lógicas de deslocamento e expulsão que orientam as políticas de habitação, a partir da concepção da cidade-mercado ou dos chamados processos de valorização de espaços urbanos, que ocorrem à revelia da organização social local já estabelecida.

Os processos de valorização dos espaços urbanos seguem as demandas das disputas do capital, que no Rio de Janeiro são estruturadas pelos conflitos desdobrados em prol de um projeto político e econômico a nível federal, que institui um cerco militar em favelas e bairros periféricos e que alimenta uma verdadeira guerra. Com o avanço do conservadorismo, avança junto o questionamento do direito à vida e à garantia dos direitos humanos. Em 2017, segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro³, 1127 pessoas foram mortas em decorrência de ação da Polícia Militar, um crescimento significativo se considerarmos que em 2013 esse número foi de 416 e que retornamos ao patamar de 2009. Destas vítimas, a maior parte é de jovens negros, moradores das favelas e periferias da região metropolitana, cuja experiência urbana é marcada pela falta de acesso às políticas públicas, pelo racismo e pelo preconceito. Este é um ataque à vida que atinge diretamente as mulheres, mães e familiares destes jovens, que para enfrentar a dor da morte vem se organizando em redes de solidariedade, na busca por justiça e reparação estatal pela memória de seus filhos e parentes.

Os valores pejorativos atribuídos às mulheres são cada vez mais ressignificados como um lócus fundamental para a luta contra a violência do Estado. Um dos exemplos mais conhecidos dessa subversão do valor pejorativo do cuidado, transformado em combustível de luta, são as Mães da Praça de Maio que se organizaram pela busca do paradeiro de seus filhos desaparecidos pela Ditadura Argentina. No caso do Brasil, vale citar a Rede de Comunidades Contra a Violência do Estado, o Movimento Moleque, as Mães de Manguinhos, as Mães de Acari e da Candelária. Outro exemplo dessa ressignificação do papel social feminino foi a luta pela manutenção da Vila Autódromo, composta majoritariamente por mulheres.

Identificamos que há um avanço da perspectiva feminista na sociedade brasileira, contudo, ele tem sido apropriado pelas grandes empresas a serviço do mercado. Um exemplo disso é como a luta por mais mulheres no espaço público tem sido usada em benefício de lideranças do agronegócio, da indústria cultural, das grandes empresas de cosméticos etc., conquistando cada vez mais mulheres para uma ideia de “empoderamento” que tenta, a todo custo, desvincular a opressão das mulheres de suas raízes colonialistas, capitalistas, racistas e patriarcais.

Partindo de perspectiva oposta, é necessário refletir e construir respostas antissistêmicas para o quadro geral estabelecido, sobretudo porque as di-

3. Dados disponíveis em <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=155> – Acesso em 11/12/18.

nâmicas de enraizamento desse sistema se forjam não apenas no âmbito do controle conservador dos hábitos e costumes, mas também em aspectos relativos à economia, explorando cada vez mais as mulheres e submetendo-as a uma dupla jornada em função da divisão sexual do trabalho. As mulheres se organizam ao redor de todo o globo em oposição às forças de dominação e autoritarismo que subjagam suas vidas ao capitalismo nos quatro cantos do planeta Terra, explorando recursos naturais e ceifando vidas consideradas indesejadas.

A justiça verdadeira mora junto ao bem-viver, à paz e ao direito à autodeterminação de todos os povos, e costura a rede global da solidariedade necessária para a convivência de toda a diversidade existente. Este quadro nos convoca à reflexão sobre a necessidade da construção de um feminismo antissistêmico. Caso contrário, as bases de sustentação do conflito capital-vida permanecem intocadas. A complexidade do momento atual nos impulsiona a mirar para um caminho de enfretamento ao controle dos nossos corpos, territórios e de tudo o que está calcado na vida. O papel do feminismo é manter a agenda de combate ao neoliberalismo, à violência, ao imperialismo e à divisão sexual do trabalho.

OS DIÁLOGOS INTER-REDES

JACQUELINE GUERREIRO¹

-127-

A Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA – foi criada em 1993 e articula hoje cerca de 50 redes territoriais temáticas e de juventudes². Sua configuração em rede traz a perspectiva da horizontalidade, da participação e do controle social. Suas ações se dão a partir de convergências e consensos construídos nos Fóruns Brasileiros de Educação Ambiental que são constantemente dialogados e redimensionados à luz das conjunturas políticas do campo ambiental e do campo da Educação Ambiental, tanto no país quanto nos diversos territórios.

O documento de identidade da REBEA é o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”³, documento elaborado no Fórum Global em 1992, que entre seus princípios mais contundentes afirma: “A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social”.

Em 2009, durante o *VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental*⁴, as redes da malha da REBEA elaboraram a *Carta da Praia Vermelha*⁵, documento que apresenta o posicionamento político da REBEA frente ao “cenário de desmonte das ações do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental” e aos “ataques e retrocessos da legislação ambiental no país”. O documento ainda afirma que os educadores ambientais nas redes e coletivos “se mantêm atentos e atuantes para a construção de processos e espaços educadores sustentáveis, exercício da cidadania ambiental e a defesa da Vida.” Este posicionamento é reiterado no *VIII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental*, em 2014, com a *Carta de Belém*⁶ que afirma: “a

1. Integrante da Facilitação da Rede Brasileira de Educação Ambiental e da Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro. Integrante do Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e do Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Municipal de Educação Ambiental do Rio de Janeiro. Integrante do Grupo Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do RJ. Coordenadora do GT de Educação Ambiental do Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul. Integrante da Câmara Técnica de Educação e Mobilização Social do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara.

2. <http://encontrorebea.blogspot.com.br/>

3. <http://encontrorebea.blogspot.com.br/p/o-que-somos.html>

4. <https://pt.scribd.com/document/44033758/VI-Forum-de-Educacao-Ambiental-Textos-e-artigos>

5. <http://www.jorgeamaro.com.br/praiavermelha.pdf>

6. <http://www.recicloteca.org.br/noticias/carta-de-belem/>

urgência da aproximação da pauta ambiental com os direitos humanos, especialmente na redução de barreiras para a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, garantindo assim, um desenvolvimento humano justo, acessível, portanto, inclusivo”.

Com a *Carta da Praia Vermelha* e a *Carta de Belém*, os Fóruns Brasileiros de Educação Ambiental, organizados pela REBEA desde os anos 1990, se fortalecem como um espaço político primordial para a construção coletiva de estratégias e táticas políticas dos educadores ambientais engajados nas lutas contra o capital, a privatização da natureza e as injustiças sociais e ambientais.

Os Diálogos Inter Redes é um processo político de diálogo entre diversas redes e coletivos que teve início durante o *V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental* (Goiânia, 2004), a partir de demanda da REARJ – Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro – que aprovou um indicativo para que no V Fórum fosse oportunizado um espaço de diálogo entre a REBEA, a REBAL – Rede Brasileira de Agendas 21 – e o FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais. A proposta foi aprovada pela Facilitação Nacional da REBEA, pelo Colegiado Nacional da REBAL e pela Coordenação Nacional do FBOMS e os Diálogos foram centrados na construção de uma pauta de propostas para o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e para a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira.

Durante o *VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental* (Rio de Janeiro, 2009), os Diálogos Inter Redes se solidificaram. A elaboração da *Carta da Praia Vermelha* contou com a participação dos seguintes integrantes: REBAL, FBOMS, Rede de Juventude e Meio Ambiente, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Rede de ONGs da Mata Atlântica, Rede Ecosocialista, APEDEMA-RJ, Fórum Ambiental Popular do Rio de Janeiro, Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro, Coletivos de agricultores orgânicos e apicultores, Rede Ecosurfi, lideranças de povos indígenas, lideranças do movimento negro e produtores culturais.

Os Diálogos Inter Redes tiveram papel preponderante em 2012, sob a liderança do FBOMS, da REBEA e da REBAL, quando da construção de um “campo ambiental” na *Cúpula dos Povos*⁷, que se concretizou em três Tendências. Duas delas sob a coordenação do FBOMS⁸, com uma programação

7. <http://www.inovacaonacadeiadevalor.com.br/cupula-dos-povos-quer-nova-agenda-global-de-lutas-entrevista-carlos-henrique-painel-coordenador-do-fboms?locale=pt-br> , <http://www.oeco.org.br/noticias/26168-declaracao-final-da-cupula-dos-povos/>

8. http://fboms.aspoan.org/wp-content/uploads/2013/05/Jornal_FBOMS_Edicao_18_Ano_VII_Maio_Junho_2012_alta_resolucao.pdf

intensa congregando diversos coletivos e redes do campo socioambiental e uma na qual ocorreram a *Cúpula das Águas e Florestas*⁹ e a *II Jornada Internacional de Educação Ambiental*¹⁰, organizadas pela REBEA e REBAL, respectivamente.

Em 2014, durante o *VIII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental*, os Diálogos Inter Redes se revigoraram e a elaboração da Carta de Belém contou com a participação de integrantes do FBOMS e da REBAL.

Em 2015, durante o *3º Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países Lusófonos, em Portugal*¹¹, a proposta de ampliação dos Diálogos Inter Redes para os países lusófonos foi incorporada ao programa do Congresso¹². Em 2016, durante o Fórum Social Mundial, os coletivos e redes protagonistas dos Diálogos estiveram à frente do *Fórum Social Temático de Educação Ambiental*¹³.

Em setembro de 2017, durante o *IX Fórum Brasileiro de Educação Ambiental*¹⁴, houve uma nova rodada de reflexões, com a proposta de arregimentar uma pauta concreta de ações compartilhadas entre as redes e coletivos que integram os Diálogos Inter Redes visando também a construção de proposta para o *Fórum Social Mundial* de 2018¹⁵ e o Fórum Alternativo Mundial da Água, também de 2018¹⁶. Assim, integrantes dos Diálogos integraram a Plenária Popular da Água e organizaram diversas atividades em torno das propostas do FAMA.

No âmbito do estado do Rio de Janeiro, desde 2014 os Diálogos vêm se consolidando, tendo como eixos principais: a luta pela construção participativa de políticas públicas de Educação Ambiental no estado¹⁷ e nos 92 municípios¹⁸ e a de construção participativa de Planos de Educação Ambiental nos Comitês de Bacias Hidrográficas. Os principais protagonistas deste processo são: REARJ, APEDEMA-RJ¹⁹, FAM-Rio²⁰,

9. <http://www.itpa.org.br/?p=2259> , https://issuu.com/rebal/docs/relat_rio_final_web_

10. <http://www.ecoar.org.br/web/news.php?id=410>

11. <http://redeluso.blogspot.com.br/p/3-congresso.html>

12. <http://www.ealusofono.org/index.php/acerca-de/edicoes-anteriores/iii-programa>

13. <http://vhecologia.blogspot.com.br/2016/01/em-defesa-da-educacao-ambiental-no.html>

14. <http://ixfba-iveca.unifebe.edu.br/>

15. <http://forumsocialportoalegre.org.br/tag/forum-social-mundial-2018/>

16. <https://www.facebook.com/FAMA2018/>

17. A REARJ participou ativamente da construção do ProEEA-RJ – Programa Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro. <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=1895031>. <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/201599974/doorj-poder-executivo-01-08-2018-pg-16>

18. A REARJ participou ativamente da construção do ProMEA-Rio, Programa Municipal de Educação Ambiental do Rio de Janeiro. <http://www.rio.rj.gov.br/web/smac/centro-de-educacao-ambiental> <http://livrozilla.com/doc/1078132/veja-quem-contribuiu-para-o-texto---promea-rio>

19. Assembleia Permanente de Entidades de Meio Ambiente do RJ

20. Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro

as ONGs ACAMPAR, ADEFIMPA, ECOCIDADE, DEFENSORES DO PLANETA.

Em 2016, os Diálogos efetivaram uma ação conjunta que culminou com a criação da Frente Parlamentar de Educação Ambiental na Câmara de Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro²¹. Iniciativa semelhante está sendo elaborada tendo em vista a nova composição da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

-130- Os Diálogos Inter Redes vem se afirmando assim como um espaço de diálogos permanentes no campo da Educação Ambiental, inscrita nas redes da malha da REBEA, consolidando conquistas, construindo políticas públicas, fortalecendo os espaços de controle social e encorajando o engajamento dos educadores ambientais nas lutas pelo enraizamento da educação ambiental nos territórios.

21. http://www.camara.rj.gov.br/noticias_avisos_detalhes.php?m1=comunicacao&m2=notaviosos&id_noticia=13051

COLETIVO DE NEGRAS E NEGROS DO SSO DA UFRJ DONA IVONE LARA PELOS/AS ANCESTRAIS MAIS VELHOS/AS, AOS MAIS NOVOS/AS, AOS CONTEMPORÂNEOS/AS AOS QUE VIRÃO!

LILIAN LUIZ BARBOSA¹

DANIEL SILVEIRA LOPES²

KARLA INAARA DO AMARAL RAYMUNDO³

-131-

A primeira reunião do Coletivo de Negras e Negros da UFRJ Dona Ivone Lara (CNNSS) aconteceu em 30 de outubro de 2017. Estavam presentes Lilian Barbosa, Daniel Silveira, Sandro Matos e Mariana Costa. De lá pra cá o coletivo ganhou novos membros e atualmente é construído por aproximadamente 20 pessoas: Lilian Barbosa, Gisele Moraes, Daniel Silveira, Santos Matos, Ilson Pereira, Dayana Cristina, Erika Rodrigues, Monique Cruz, Carmem Corato, Roberto Ribeiro, Karla Raymundo, Juliana Negreiro, Rian Rodrigues, Maria Angélica, Fernanda do Vale Bhete, Henrique Dantas, Jorge Magnum, Nayara Diniz, Ana Borges e outros. Acreditamos que esse crescimento deve-se a nossa consolidação e organização. Para mobilizar e socializar informações rapidamente temos um grupo de telefone que possui atualmente quarenta e quatro pessoas.

Nascemos na luta coletiva para a implementação de ações afirmativas na Escola de Serviço Social - ESS e no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ. Por ações afirmativas entendemos “um conjunto de ações privadas e/ou políticas públicas que tem como objetivo reparar os aspectos discriminatórios que impedem o acesso de pessoas pertencentes a diversos grupos sociais às mais diferentes oportunidades” (IBASE, 2008, p.7).

1. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ e membro do Coletivo de Negros e Negras do Serviço Social da UFRJ – Dona Ivone Lara.

2. Estudante de Serviço Social UFRJ, membro do Coletivo de Negros e Negras do Serviço Social da UFRJ – Dona Ivone Lara.

3. Estudante de Serviço Social UFRJ, membro do Coletivo de Negros e Negras do Serviço Social da UFRJ – Dona Ivone Lara e estagiária da FASE/RJ

A UFRJ foi a última universidade a aderir às ações afirmativas na graduação e esta adesão só ocorreu após a mobilização dos estudantes e de uma determinação judicial que obrigou o cumprimento da Lei de Cotas Raciais - Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Todo esse processo movimentou o seio acadêmico, especialmente cientistas sociais do Centro Filosofia e Ciências Humanas que organizaram mobilizações para denunciar o quanto a universidade se articula para proteger privilégios de raça, classe e gênero. Ao pensar os privilégios, Costa (2017) afirma:

”dos intelectuais brancos se contrapuseram a tais iniciativas, evidenciando a dificuldade de enxergar a si próprios como privilegiados em relação a um sistema de estratificação racial que impõe aos negros um lugar subalterno nas diferentes instâncias da sociedade brasileira e, por isso, de reconhecerem a realidade do racismo.” (COSTA, 2017, p. 18)

Para a compreensão desta análise cabe ressaltar que ao discutir cotas raciais, surge o debate sobre o conceito de racismo. Logo, segundo Almeida (2016, p. 23) “o racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico. O Racismo é uma relação social que se estrutura politicamente e economicamente”. Almeida (2018) afirma que o racismo possui três concepções: “individualista” - relação entre racismo e subjetividade; “institucional” - relação entre o racismo e Estado; “estrutura” - relação racismo e economia. Assim, pensar ações afirmativas no âmbito universitário ressuscita debates históricos sobre privilégios de classe e mostra o quanto a sociedade é racista e o quanto este se reflete na esfera das instituições.

O processo de implementação das ações afirmativas na graduação e no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ foi marcado por tensões entre a institucionalidade e os discentes. Articulados, discentes da graduação e da pós-graduação, membros do Centro Acadêmico de Serviço Social e representantes de outros cursos realizaram assembléias comunitárias, reuniões de congregação e protestos para assim conseguirem o que se almejava. Destaca-se a contribuição da mestrandia Rafaella Albergaria que esteve a frente do processo, conseguindo também mobilizar parte do movimento negro.

Dentre as vitórias, conseguiu-se garantir 40% das vagas para estudantes negros e negras e indígenas e 50% das bolsas, à medida em que deu-se prioridade aos estudantes cotistas. Também se conseguiu a adesão da língua espanhola na prova de proficiência de língua estrangeira, que antes aceitava apenas inglês, francês e italiano. Por fim, foi alterada a média mínima de sete para cinco pontos, para a aprovação na prova escrita de seleção.

Durante o processo de luta o CNNSS denunciou que o perfil da Pós-graduação não refletia o perfil da graduação que possui um número grande de mulheres, das quais um número significativo é de mulheres negras, fenômeno que já reflete um resultado de ações afirmativas. Em relação à origem dessas mulheres nota-se que elas são de diversos territórios da cidade do Rio de Janeiro e de fora dela e, em geral, não pertencente à classe dominante. Já o perfil dos discentes da Pós-graduação reflete a sociedade e a universidade hegemonicamente, já que é majoritariamente formado por brancos, heteronormativos e elitistas. Estando longe de ser uma universidade popular.

Considerada uma das melhores escolas de Serviço Social do Brasil, a UFRJ é uma referência que atrai estudantes do país todo. Também é conhecida pelos diversos pensadores que contribuíram para a produção intelectual do Serviço Social e para teoria social crítica, considerada vanguarda. Contudo, quando enfrentamos o debate das cotas raciais a instituição mostrou-se conservadora para falar e mudar a composição da pós-graduação.

NASCE UM COLETIVO DE NEGROS E NEGRAS NUMA UNIVERSIDADE: EM QUE CONTEXTO?

No Brasil, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Dados Estatístico – IBGE, a população negra é de 54% da população. Apesar de ser a maioria da população sua presença nas universidades é pequena, mesmo após a implementação da Lei de Cotas. O baixo acesso à universidade pública por essa parcela da população também se reflete na composição do quadro docente. No caso da Escola de Serviço Social da UFRJ é ínfimo o número de professores e pesquisadores negros.

Embora outubro de 2017 tenha sido a data de florescimento do Coletivo, suas raízes já vinham sendo regadas desde 2016. Naquele ano ocorreu um evento acadêmico chamado “Jornada de Integração Acadêmica da Pós-graduação da UFRJ”, no qual havia uma mesa que falava da temática das cotas raciais. Entretanto, a mesa foi esvaziada, principalmente pelo corpo docente, mas até mesmo pelos estudantes da pós, destacando-se a participação de estudantes da graduação.

A partir desse evento organizou-se uma comissão de ações afirmativas para pensar a proposta de implementação e execução da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Inicialmente essa comissão contava com poucos professores, somente na metade de junho de 2017 passou a ser formada por duas professoras e uma aluna representante. Apesar da demora em se reunir, a comissão conseguiu mapear experiências de ou-

tros cursos de pós-graduação que já haviam implementado ações afirmativas. As reuniões para discutir o tema que contavam com participação discente estiveram sempre cheias, especialmente pela presença de estudantes da graduação que organizados através do centro acadêmico ou se forjando em coletivo, juntamente com o movimento negro. Fruto da organização coletiva, a Vanguarda do Atraso cedeu à primavera negra organizada.

Entendemos que todo esse processo de luta e resistência desvelou quanto a branquitude protege seus privilégios na sociedade brasileira e o quanto ainda temos que lutar para sobreviver neste país em que mais de 54 mil jovens negros morrem por ano, em que o feminicídio tem sua maior incidência entre mulheres negras, em que a violência obstétrica e o encarceramento em massa tem um claro recorte de classe e raça. Ao enfrentar o racismo estrutural que caracteriza a formação social brasileira e que se reflete no racismo institucional, o Coletivo conduziu um debate qualificado e importantíssimo, que pôs a nu o caráter elitista da universidade e da Escola de Serviço Social.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO COLETIVO

As reuniões do Coletivo realizam-se todas as terças-feiras, a partir das 17h30 min, isto não impede que ocorram outros encontros, em outros horários, conforme as exigências da conjuntura. Todavia, como todo espaço político, a participação é variada, temos os mais presentes e atuantes devido a diversas determinações internas e externas ao coletivo e aqueles que participam mais pontualmente a depender do interesse e da temática em voga.

O Coletivo não tem dono, somos horizontais. Para enegrecer, cabe salientar que coletivo é mais de uma pessoa reunida em prol de algo ou com um objetivo comum. O espaço deliberativo é a reunião semanal, na qual, para encaminhar e aprovar deliberações, é preciso haver quórum mínimo de cinco pessoas.

Este espaço de organização tem caráter político, propositivo e reivindicatório. Estão entre os seus objetivos: i) ser um espaço para articular os estudantes negros/as majoritariamente do Serviço Social, já que o Coletivo forjou-se neste curso. Outros sujeitos de outros cursos podem participar, embora não esteja escrito em nossos documentos; ii) acolher os estudantes que sofrem racismo estrutural e institucional; iii) almeja-se a implementação da disciplina de Relações Étnicas Raciais como obrigatória no Curso de Serviço Social da UFRJ, assim como buscamos garantir a leitura de autores/as negros/as que contribuem para pensar as relações étnico-raciais

no exercício profissional; o debate da categoria raça e suas implicações em todas disciplinas assim como gênero já que o mesmo ainda não está inserido no Código de Ética da Profissão do Assistente Social de 1993; iv) criar um jornal que possa contribuir com a formação de estudantes e outros públicos afins, com intuito de expor textos produzidos por membros do coletivo e convidados, trazendo outras epistemologias e possibilitando que se crie uma memória do próprio coletivo; vi) que esta composição se insira o corpo social da ESS dentre eles os trabalhadores terceirizados, em que sua maioria são negros; vii) organizar acervo teórico interno; viii) fazer e fomentar articulação e eventos entre os estudantes negros da universidade; ix) executar e participar de ações para além dos muros da universidade, isto é, através de ações com outros movimentos sociais lutar contra o racismo estrutural e institucional que tira a vida da população negra; x) contribuir para a implementação de políticas de ação afirmativa para contratação de professores, sejam estatutários ou temporários; organizar a luta contra o racismo institucional universitário que está vinculado ao racismo estrutural; xi) lutar para que estudantes negros/as sejam maioria na pesquisa, na monitoria, na produção de conhecimento, na docência, entre outros campos de ensino, pesquisa e extensão. Enfim, são objetivos de curto e longo prazo que buscam contribuir para a construção de um outro paradigma societário, em que não haja racismo, machismo, exploração de classe, e outras determinantes.

Na nossa forma de organização não há impedimento de que os membros participem de outros espaços de militância. Sendo assim, temos pessoas inseridas na Associação de Pós-graduação da UFRJ, Coletivo de Mulheres de Serviço Social da UFRJ, Centro Acadêmico do Serviço Social e da UFRJ, Coletivo de Mulheres Afro indígena Zacimba Gaba, trabalhadores e/ou militantes de organizações não-governamentais de defesa de direitos, partidos políticos, Campanha pela Libertação do Rafael Braga, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Alojamento em Luta, Movimentos de Casa de Estudantes, Movimentos de Favelas e Negro. Assim, a pluralidade dos espaços de militância torna o Coletivo rico e potente, ao mesmo tempo em que traz desafios, já que as diversas experiência de luta tem que se afinar em prol do comum. Além disso, como alguns de nós possuem táticas e estratégias diferentes na luta de combate ao racismo, por vezes torna-se difícil chegar a um denominador comum das ações coletivas. Diante deste quadro o Coletivo tem tentado não reproduzir os erros de outros espaços de militância.

Enquanto filhos da classe trabalhadora que tem cor, classe e gênero, os

membros do Coletivo, de forma geral, são filhos de empregadas domésticas, operários, pintores de manutenção, auxiliares de serviços gerais; também são chefes de família, pais e mães, mais velhos, mais novos, professoras, educadoras populares, entre outras ocupações. Em relação ao local de moradia, a maioria vive em favelas da cidade do Rio de Janeiro ou nas periferias da região metropolitana.

Trata-se de sujeitos/as que sofrem o racismo no corpo, no território de moradia e na instituição de ensino. Isso significa dizer que a maioria não teve boas condições de vida, educação, saúde e moradia ao longo da sua existência. Por tais motivos, a resistência e a luta pelo direito de viver fazem parte da realidade da maioria que compõe o Coletivo, inclusive, para muitos, não entrar na estatística do extermínio do povo negro e ser o primeiro da família na universidade, já é uma vitória.

Considerando tais condições de vida e o significado do acesso à universidade para estudantes negros, o Coletivo busca fortalecer sua identidade desenvolvendo ações dentro da instituição que pautem as categorias raça, classe, gênero, sexualidade e outras intersecções determinantes para o acesso e a permanência dos estudantes negros na universidade, assim como lutam para aumentar o número de professores negros na UFRJ e na Faculdade de Serviço Social, para erradicar práticas racistas no período da formação e acabar com o epistemicídio acadêmico.

Por fim, destacamos que este Coletivo não nega outras formas de organização, tais como partidos, diretórios e centros acadêmicos, tanto que alguns dos seus membros estão inseridos nestes espaços. Quando necessário, o Coletivo também realiza atividades em parceria com estas organizações. Entendemos que essas articulações não retiram a autonomia do Coletivo pois, enquanto sujeito coletivo, mantêm-se autônomo e combatente.

INFLUÊNCIAS E REFERÊNCIAS

No dia 1 de março de 2018, em reunião, foi escolhido o nome do Coletivo. Para pensar este nome foi preciso fazer uma pesquisa de referências negras que contribuem para o enfrentamento do racismo. Os nomes sugeridos deveriam conter história ou significado, isto permitiu que fossem descobertos fatos sobre: Roseli Rocha, Magali de Almeida, Maria Firmino dos Reis, Thereza de Benguela, Na Agontmé, Di Favela e Dona Ivone Lara. A dinâmica da escolha deu-se a partir das contribuições de cada membro e de um processo de votação. O nome votado por consenso foi Dona Ivone Lara, que ainda era viva. Daí nasceu o “Coletivo de Negras e Negros do Serviço Social Dona Ivone Lara”. Embora seja um nome longo, procura-

mos considerar a questão de gênero, pensando as especificidades da mulher negra na sociedade, assim como do homem negro.

Dona Ivone Lara foi uma mulher negra a frente de seu tempo, foi assistente social, enfermeira, mãe, sambista e compositora e trabalhou juntamente com Nise da Silveira na luta antimanicomial. Apesar de toda essa trajetória de vida ela é pouco conhecida, inclusive, no contexto da saúde. O não reconhecimento da história de vida de Dona Ivone é expressão do racismo estruturante presente no modo de produção capitalista, que apaga nossa memória social, nosso passado e nosso presente porque ele não é rentável e expansível para o capital. O Coletivo não tem somente uma perspectiva cultural, ele busca resgatar a memória social das mulheres negras no Brasil, assim como das mulheres negras do Serviço Social.

Como inspiração para nomeação de outros Coletivos lembramos de algumas outras referências: Lima Barreto, Machado de Assis, Solano Trindade, Conceição Evaristo, Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Silvio de Almeida, Angela Davis, Lélia Gonzáles, Magali Almeida, Beatriz Nascimento, Steve Biko, Amílcar Cabral, Franz Fanon, Samora Machel, Achille Mbembe e Roseli Rocha. Além desses autores acadêmicos e integrantes da luta social negra, podemos considerar o legado dos que lutaram pela abolição e contra o racismo em diversas frentes, como espíões abolicionistas como Charuteira Adelina (século 19); o boicote a atividades escravistas efetuado pelo jangadeiro que se recusou a transportar escravos para os navios, antecipando a abolição no estado do Ceará em 4 anos, em 1884 (Dragão do Mar, 1839-1914); trabalhando no direito Luís Gama (1830-1882), um dos maiores abolicionistas que conquistou sua própria liberdade e trabalhou no Direito pela libertação de inúmeros outros cativos, além do engenheiro André Rebouças (1838-1898) na luta para concessão de terras aos libertos pós-abolição, entre outros incontáveis heróis (ROSSI e COSTA, 2018). Porém, a cultura escravocrata persistiu na sociedade brasileira, demandando enfrentamento do movimento negro ao longo dos tempos até os dias atuais. Essas referências falam de nós, já que alguns membros que constroem este espaço, além de ativistas antirracistas, são poetas, cronistas, contistas, entre outros. Sabemos que os nossos passos vem de longe, pelos mais velhos, os contemporâneos e os que virão.

PASSOU APENAS UM ANO, APENAS UM ANO, E TANTAS FORAM NOSSAS AÇÕES

Além do marco político das ações afirmativas na Pós-graduação da ES-S-UFRJ, em 2018 realizamos parcerias com o Centro Acadêmico e com o

Coletivo de Mulheres do Serviço Social na confecção de cartazes para um Ato em memória de Marielle Franco. Construímos conjuntamente com o Coletivo de Mulheres do Serviço Social o I Seminário de Combate a Opressão Gênero, Raça e Classe.

-138-

Estivemos presentes participando e construindo ativamente alguns espaços: Calourada do Serviço Social do primeiro semestre de 2018; debate sobre movimentos sociais e realização de uma mesa de formação para professores com o tema “Movimento Negro” na Escola Joaquim Venâncio, situada na Fiocruz; produção acadêmica e publicação no Congresso de Pesquisadores Negros - COPENE 2018. Destacamos que embora essa participação não tenha sido como Coletivo, vários membros apresentaram pesquisas de relevância para a categoria profissional e seus fundamentos, como a participação no Seminário Lutas Urbanas e Crise Democrática organizado pela FASE, e a partir da qual este texto foi escrito. Tivemos também: participação na Jornada Científica da UFRJ - com apresentação de trabalho sobre o coletivo, em um ano marcado pela apresentação de muitos trabalhos de alunos de Serviço Social sobre questões étnico-raciais, participação no ato de solidariedade ao Museu Nacional e no ato Ele Não, nos dias 3 e 29 de setembro de 2018, respectivamente. Ao longo do ano também construímos uma roda de conversa sobre as concepções de relações de gênero e raça na perspectiva da masculinidade negra e sobre a participação ativa na efetivação das políticas de ações afirmativas na contratação de professor substituto, assim como estatutários nos departamentos e congregação da ESS. Para fora do Serviço Social realizamos articulação com a Assembleia Pretas de outros coletivos de negros/as da UFRJ que estão se organizando para reivindicar e implementar uma banca de averiguação contra fraudes nas cotas na UFRJ e organizamos ato-aula em memória de Marielle Franco, sobre violência contra a população negra e sobre o fim da intervenção militar. Também participamos da reunião de congregação para discussão da situação de um estudante de mestrado indicado pela banca para passagem direta para o doutorado, e que sofreu racismo, colocando-se empecilhos para o processo de passagem direta. Seu trabalho tem grande relevância teórica tanto para a categoria, quanto para a militância.

Por fim, estivemos presentes nas atividades do Julho Negro de 2018 e no Seminário de Enfrentamento e Combate à Violência de Gênero, em setembro de 2018.

COMO PARTICIPAR DESTA CONSTRUÇÃO COLETIVA?

Em linhas gerais, o critério para participar do Coletivo é que sejam sujeitos autodeclarados negras e negros e afroindígenas. As reuniões são fechadas. O ponto de encontro do Coletivo costuma ser em frente do Instituto de

Psicologia e, atualmente, as reuniões são realizadas na sala 4 do prédio anexo da ESS. Não há em nossos documentos restrição à participação de outros cursos, tanto que é frequente a participação destes nas reuniões. Por exemplo, se um trabalhador negro/a quiser construir nosso espaço, mesmo que não tenha documentação comprobatória, isto não será impedimento.

Os nossos canais de comunicação interna são e-mail e telefone. A comunicação externa é feita através da página do facebook com mesmo nome do coletivo e que possui atualmente mais de 620 curtidas. Observa-se que utilizamos a página para divulgar matérias, atividades, informes sobre relações étnico-raciais, fotos com finalidade de memória e divulgação de atividades. Há um perfil no facebook chamado Ivone Lara. O e-mail para comunicação interna e externa é: **cnssdaufrjdonaiyonelara@gmail.com**.

O QUE TEMOS APRENDIDO

O Coletivo tem conflitos internos e externos como toda organização, mesmo buscando ser horizontal e plural enfrentamos enormes desafios, pois precisamos construir relações de inserção e convivência com as nossas próprias diferenças. O racismo, que se manifesta em diferentes formas, por vezes atrapalha nossa organização e capacidade de ação. No entanto, temos algo em comum que é muito forte: enfrentamos as adversidades cotidianas e lutamos para sobreviver. Chegar na universidade e se manter nela na atual conjuntura é um objetivo comum a nós. O avanço do conservadorismo, a retirada de direitos, o racismo estrutural, o machismo e o preconceito não vão nos parar! É preciso resistir coletivamente, rumo a uma sociedade emancipada, em que não precisaremos reivindicar o direito à vida, o direito de ser diferente, o direito de ser e lutar pelo óbvio necessário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S. L. O que é racismo estrutural. Belo Horizonte: Letramento, 2018
- _____. Dossiê Marxismo e Questão Racial. Margem Esquerda. Artigo. São Paulo: Editora Boitempo, 2016
- BRASIL. Lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe Sobre o Ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio e dá Outras Providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 1910 da Independência e 1240 da República.
- IBASE. Cotas Porque sim? . Ibase. 3ª Ed. Rio de Janeiro, 2008.
- FERNANDES, F. Significado do protesto Negro. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular co – edição fundação Perseu Abramo, 2017.
- ROSSI, Amanda; COSTA, Camila. Muito Além da Princesa Isabel, 6 Brasileiros que Lutaram pelo Fim da Escravidão no Brasil, 2018. Disponível em: <<https://bbc.in/2KZ0K5e?fbclid=IwAR0vHly-dBa7dbTF7eG1ZNB8SoZac0ImGluKmTASzdQ6l8Ch8LA3nTVyaNOY>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

A TERRA ENSINA A GENTE A SE DEFENDER E A VIDA INSISTE EM VIVER: construção coletiva de conhecimento desde os territórios

ALINE LIMA¹
MARINA PRAÇA²

-140-

O que trazemos gravado em nossos corpos? Como nossas histórias se colocam e se reconstruem nas práticas cotidianas de resistência?

A produção de conhecimento a partir de uma perspectiva da prática política investigativa se faz desde aqui: do corpo, das histórias, das memórias, do colocar-se no mundo intencionalmente, buscando construir-se em movimento, em processos de aprendizagem a partir das experiências de vida. Estas experiências advém, principalmente, dos corpos femininos, periféricos e criativos, implicados nas formas de criar vida em ambientes marcados pela violência, pela desumanidade e pelos megaprojetos de desenvolvimento³ ou de extermínio da vida.

Nós, enquanto mulheres, educadoras populares de uma organização política, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Instituto Pacs), buscamos, ao longo dos anos, fortalecer esse tipo de produção de conhecimento por meio do trabalho junto aos movimentos sociais e de base, com enfoque na ação com as mulheres trabalhadoras seja do mercado informal, formal ou de casa. Este fazer envolve formação política, apoio à autogestão e à produção de alternativas à economia desde o comunitário. Potencializando processos de construção de conhecimento coletivo desde os princípios da educação popular, da economia feminista e da crítica ao modelo de desenvolvimento vigente, aparamo-nos em uma reflexão crítica da economia política.

1. Educadora Popular e Coordenadora do Instituto Pacs.

2. Educadora Popular e Coordenadora do Instituto Pacs.

3. O Instituto Pacs trabalha há mais de 10 anos com a crítica aos megaprojetos de desenvolvimento, no caso do Rio de Janeiro desde 2005 acompanhamos criticamente a instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico, antiga TKCSA atual Ternium Brasil. Empresa transnacional que recebeu milhões de isenção fiscal, funcionou por uma década sem licença ambiental e possui 238 ações jurídicas dos moradores da região. Afetou a dinâmica social do bairro de Santa Cruz. Por lá se fala que a CSA vem matando aos poucos as pessoas, seja pelos problemas de saúde, pela destruição das formas de viver tradicionais (como a pesca) ou por acabar com os sonhos dos que por lá vivem sendo vizinhos, sem escolha, da maior companhia siderúrgica da América Latina.

É deste lugar de fala que partimos. Dos caminhos em que nos formamos em práticas de ação coletiva junto aos quilombos, quintais, espaços culturais, cursos, encontros, feiras, redes, partindo dos territórios da Zona Oeste do Rio de Janeiro, região administrativa da cidade onde se localiza a Baía de Sepetiba e o Maciço da Pedra Branca. É de lá que há mais de quinze anos o Instituto Pacs olha para fora da cidade, do estado, do país e constrói suas formas de fazer política por meio dos encontros com saberes e formas de estar no mundo em resistência.

Se colocar como educadora popular e pesquisadora militante para ser parte da construção de conhecimento coletivo é se colocar em uma postura de abertura real, para o tempo e os processos. É correr riscos de errar, mostrar nossas fraquezas e contradições. É estar presente em corpo, mente e espírito, aprendendo. É ser tão parte do processo como todas as demais participantes, mas sabedora do lugar que a gente ocupa, do que trazemos de nossas narrativas de vida para dentro dos processos.

A história da Mãe Hilsa Mukalê do Terreiro da Matamba Tombenci Neto de Ilhéus na Bahia é narrada no livro “Do lado do tempo” (2011). Trazemos aqui algumas reflexões de Mãe Hilsa que ajudam a construir as questões que acompanham a nossa prática de educadoras populares. Em muitos momentos, vivenciamos a sensação de que nos repetimos em ciclos intermináveis. Quando isso acontece buscamos ansiosamente elencar os resultados das nossas práticas de muitos anos e parece que pouco avançamos. Mãe Hilsa sabidamente conta que se formou na *faculdade do tempo* e nos ensina o que aprendeu com a mãe a partir da relação dela com o terreiro e o candomblé: “Minha mãe tinha um ditado que dizia assim: quanto mais a gente ensina, mais aprende o que ensinou. Eu também falo desse jeito. Quanto mais você participa, mais aprende e se desenvolve. E é só assim, com todo o respeito, que podemos honrar e dar continuidade às raízes que a gente traz dos nossos antepassados” (2011, p.100).

Somos muito gratas por vivermos as histórias de ontem e de hoje, colocando nossos corpos em um processo de ensinamento e aprendizado contínuo e intenso que se dá na relação com mulheres e homens agricultoras e agricultores, quilombolas, educadoras, artesãs, curandeiras, artistas e tantas outras humanas formas de resistência às ameaças vivenciadas cotidianamente.

A principal potência do nosso trabalho junto a essas sujeitas que se afirmam em suas coletividades tem sido a possibilidade de fomentar encontros, articular caminhos comuns e valorizar as leituras críticas da realidade que

nascem nestes espaços. As lentes de leitura do mundo vêm das experiências de vida de cada uma, cabe a nós a venturosa tarefa de contribuir com a construção dos conhecimentos e de aprendizados a partir dessas experiências e torná-las ainda mais vigorosas. A partir da prática de olhar junto e coletivizar as marcas trazidas nos corpos refletidos em si e na outra, vamos além.

Bell Hooks (2017) conversa conosco em “Ensinando a transgredir” trazendo a reflexão de que todo conhecimento vem de uma realidade vivida e de que precisamos valorizar a “paixão da experiência”. Ela diz: “(...) existe um conhecimento particular que vem do sofrimento. É um modelo de conhecer que muitas vezes se expressa por meio do corpo, o que ele conhece, o que foi profundamente inscrito nele pela experiência (...) é a partir daí que o conhecimento é possível.” (2017, p.124).

O CORPO QUE CAMINHA E PRODUZ VIDA

Produzimos conhecimento a partir do corpo que caminha, que se imbrica nos espaços, nos colocando em movimento pelas trilhas do Maciço da Pedra Branca e pelos territórios de terra e de água que formam a Baía de Sepetiba⁴, pelos quilombos da Zona Oeste e outras regiões do estado onde se constrói agroecologia. Corpo que aprende nos pequenos atos, na repetição e insistência das práticas, nos encontros, nos afetos, nas relações que se constroem no tempo-espaço que permitem o corpo sentir, se expor, colocar para fora medos, angústias, desejos, dores e em relação com o outro, com o mundo, com as revoltas, com o injusto, e também com a beleza presente em nossos mundos, marcados pela força frágil dos corpos femininos em movimento.

Trazemos também o apoio de reflexões teóricas, de conhecimentos que vem de processos já sistematizados, seja oriundo dos movimentos sociais ou dos espaços da academia comprometidos com a transformação da sociedade, seja originado dos territórios de resistência. Atuamos para potencializar esses conhecimentos partindo de uma prática significativa dos que ocupam lugares centrais nas trincheiras, para que possam realmente ser utilizados para fazer da história um movimento de mudança.

Caminhamos guiadas pelo desejo de conhecer e tornar mais visível o que é vivido e construído nos territórios, de entender desde a prática política investigativa as ameaças socioambientais e de fortalecer as resistências a

4. Territórios da Zona Oeste do Rio de Janeiro onde identificamos o avanço do capital e as ameaças às formas de vida tradicional em contextos de conflitos socioambientais de diversos âmbitos.

partir dos olhares, das práticas cotidianas e das expressões vividas junto aos corpos das mulheres trabalhadoras da região⁵.

As “paixões das experiências” se apresentam no trabalho conjunto, na culinária, no se ouvir e observar, no sentir-pensar-fazer, na luta, na subversão da realidade para dar conta das violências vividas todos os dias. Aprendemos sem fim com essas mulheres que desde as margens, dos cotidianos, fazem ciência, história, conhecimento e fazem, sobretudo, a vida vingar. A partir daí vamos construindo nossos métodos. Conforme escrevemos em outra ocasião:

A ação de espremer da realidade o suco da vida e dos sonhos, que se juntam em corpos em luta, corpos em movimento, que inventam juntos métodos de andar, de reconhecer e se tornar corpo coletivo em luta. (PACS, 2018, pag.16).

São corpos que se mesclam, entre si, com a natureza, com suas ancestralidades e inventam como viver diante da realidade de negação em que foram forçados.

Além disso, importante evidenciar o quanto o nosso fazer político coletivo é também um ato de cuidado, de autocuidado e cura. As práticas curativas fazem parte das histórias dos corpos femininos, ainda mais, vivenciando nos caminhos a ancestralidade negra, os quilombos, os quintais que se estabelecem como grandes boticas naturais de cura.

No fim das contas, o que propomos é potencializar e trazer para ser visto coletivamente os conhecimentos acerca de como viver no mundo respeitando as formas de ser mais diversas, a natureza e garantindo que nos construímos a partir de relações justas, igualitárias e dignas de serem vividas.

NOSSO OLHAR DESDE O MORAR E O PLANTAR

Um campo importante de nossa ação, dialogando com essa forma de fazer, têm nos últimos anos se estabelecido no que convencionamos chamar de “morar e plantar”: as ações que unem a luta por moradia com as práticas agroecológicas de produção de alimento, cultura e vida.

Desde os Jogos Panamericanos, em 2007, o Instituto Pacs vem pautando criticamente o que vivenciamos na “Cidade Maravilhosa dos Megaeventos”. Que projeto de cidade é esse que converte cada cantinho ainda não transformado em cimento em mercadoria ou em “vazio” a ser especulado pelo capital financeiro? Um projeto que expulsa milhares de pessoas de

5. Para saber mais: <militiva.org.br>.

suas casas para construir estádios megafaturados ou complexos esportivos que se tornaram grandes fantasmas nos momentos posteriores à Copa do Mundo e às Olimpíadas.

No Rio de Janeiro, a luta por moradia está imbricada com a luta em defesa da agricultura urbana. A região para onde o capital se expande é a da qual o Pacs parte, a Zona Oeste. Nela se localiza a maior floresta urbana do mundo, o Maciço da Pedra Branca. Mas o projeto do capital vai além das fronteiras da cidade e nós vivenciamos isso a partir das articulações e o trabalho junto ao Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. Na luta conta o agronegócio, os agrotóxicos, as indústrias petrolíferas e tantas outras ameaças vivas no Estado. Desde as resistências territoriais vivenciamos e fortalecemos diversas práticas de agricultura contrariando esse modelo, o racismo ambiental⁶ vivido e o Plano Diretor do Município que nega a existência de agricultura nos limites urbanos da capital fluminense.

-144-

MORAR E PLANTAR E A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO CONHECIMENTO E DO MUNDO

*A vida aqui só é ruim
Quando não chove no chão
Mas se chover dá de tudo
Fartura tem de montão
Tomara que chova logo
Tomara meu deus tomara
Só deixo o meu cariri
No último pau-de-arara
Só deixo meu cariri
No último pau-de-arara
(Luiz Gonzaga)*

Juju é imigrante nordestina, tem quatro filhos de sangue e vários de coração. Vive na região metropolitana do Rio de Janeiro, em Magé. Faz da agricultura e do beneficiamento de alimentos meio de vida e de insurgência. É guardiã de sementes e de segredos das ervas e das farinhas que saem direto do seu caldeirão pra melhorar a vida do povo da cidade. Juju diz que a

6. O Instituto Pacs tem avançado na reflexão e crítica a partir do olhar sobre o Racismo Ambiental nos territórios. Realizamos em maio de 2018 a “Caravana Territórios contra o Racismo Ambiental no Rio de Janeiro” - nesse link é possível acessar o vídeo produzido: <http://www.pacs.org.br/2018/05/14/caravana-faz-tour-por-territorios-que-resistem-ao-racismo-ambiental-no-rio-de-janeiro/>

agroecologia não é ciência, é modo de vida de gente que chegou aqui antes de nós, é jeito de cuidar dos outros e da gente, é o fazer de uma forma a não machucar a natureza, mas fazer parte dela. Com as suas mãos prontas pra acarinhar todo mundo, ela cuida da horta que tem mais de 50 itens, alimenta a família e leva comida saudável e sem veneno pro Rio de Janeiro todo.

A escolha de produzir sem veneno numa área marcada pelo uso abusivo de agrotóxicos e defensivos químicos é a aposta e a bandeira dela. Em meio a um mar de veneno, Juju resiste num grande cinturão verde de afeto e mudas. Ao dar a mão para outras companheiras da região, esse cinturão se amplia e ecoa dentro de um território marcado pela violência contra as mulheres. Estar com outras agricultoras trocando receitas, manejando a horta ou planejamento a produção, salvou a vida de muitas mulheres ali, diz Juju. Entre um cochicho e uma troca de receita de defensivo natural contra formigas, as mulheres se entendem coletivas e crescem como águas. Fazem do feminismo comunitário territorial, prática viva e ancestral de cuidado. Assim vivem e se juntam essas mulheres-tribos.

A (re)existência de Juju está intimamente ligada à força de sua relação com o seu território. Quando fala de si, traz detalhes de como aquele lugar se apresenta, quais são os principais conflitos que enfrenta e que atingem de maneira brutal a sua vida e das companheiras. A dimensão afetiva do território aparece como tatuagem nos corpos das mulheres. Impressa, viva.

CORPO-TERRITÓRIO

A territorialidade nos constitui e constitui a maneira como nos relacionamos com o mundo. O território encarna em nosso corpo como extensão da vida e dos laços afetivos. As mulheres têm uma relação indissociável com o território que habitam. As práticas cotidianas, as paisagens dos territórios se confundem com os próprios corpos.

Nada que acontece a um território deixa de ser sentido pelo corpo de uma mulher que faz daquele lugar morada. Qualquer impacto causado a um território afeta não só o cotidiano experienciado como o corpo e a maneira de ser e estar no mundo. As mulheres sentem de forma particular as lutas territoriais, pois vivenciam a opressão estrutural do patriarcado sobre seus corpos. É no território que as mulheres parem seus filhos e plantas. É no território que se juntam e ganham força. É no território com seus corpos que enfrentam as arbitrariedades de um sistema que não foi feito por nós e nem para nós.

A dimensão do *morar e plantar* na vida das mulheres agricultoras é prática de resistência e afirmação da vida nos territórios. É através do cuidado com a vida cotidiana e com a produção de alimentos para o consumo próprio e para a comercialização que as mulheres ocupam e defendem seus corpos-territórios.

A prática da agroecologia ancestral vem sendo passada de mãos em mãos, de ouvido em ouvido, de semente em semente resistindo à desumanidade dos navios da diáspora, à brutalidade do roubo das terras indígenas. A agroecologia é prática insurgente que perpetua a vida e rompe a dureza do concreto. É água que brota da pedra e corre pro mar.

Parece-nos impossível falar de agroecologia se não falamos do trabalho das mulheres na defesa da vida dos territórios e na defesa da vida em si. É através do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres que a produção de alimento saudável na cidade e no campo se multiplica e ganha força. É a agricultura familiar e camponesa que preenche o prato de 70% da população brasileira e são as mulheres as maiores responsáveis por tal produção. Por que nosso trabalho é tornado invisível?

Através da invisibilidade do trabalho das mulheres o capital ganha força. A invisibilidade é palco da exploração e a exploração, por sua vez, palco do lucro. É através da invisibilidade do trabalho das mulheres que se sustenta um sistema racista, patriarcal e heteronormativo, que gera lucro explorando e produzindo morte.

Assim, o trabalho das mulheres em defesa da agroecologia e dos territórios vai na contramão do sistema, vai na direção da manutenção da vida no campo e na cidade. É através do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres que se movimenta uma economia muitas vezes invisível, mas muito potente. É através do trabalho das mulheres que ela nasce, se firma, brota, floresce e multiplica. É no guardar as sementes, é na troca das mudas, é no cuidado com as crianças, bichos e roças. É o trabalho das mulheres na direção do bem viver ancorado na multidimensionalidade de suas práticas e na radicalidade de suas propostas de mudança que garantirá a potência da vida e da continuidade dos povos e práticas ancestrais.

A agroecologia desde a perspectiva do *morar e plantar* se coloca como resposta ao neodesenvolvimentismo na medida em que produz vida em resposta aos danos causados pelo projeto destruidor do capital para comunidades e povos. Primeiro porque se coloca como perpetuadora de uma prática que vem de longe e é marcada pela resistência dos povos e comunidades tradicionais. Além disso, contraria o sistema ao acontecer como prática natural, saudável e sustentável pra terra. A agroecologia contraria

toda a estrutura que sustenta o capitalismo quando reconhece o trabalho da mulher como palco de grandes feitos. Ela se coloca, por fim, como resposta territorial às arbitrariedades impostas pelo grande capital.

DONA RITA INSISTE E RESISTE

Dona Rita nasceu em Pernambuco na década de 1960. A agricultora veio para o Rio de Janeiro tentar a vida na cidade grande. Faz do espaço entre a cozinha e o quintal seu espaço de força e luta. Mexendo suas panelas e plantando suas ervas, tempera a vida dura com resistência e sabor. Vê na Colônia Juliano Moreira, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, um lugar pra criar os filhos, bichos e plantas. Faz daquele lugar morada de sonhos e sossego.

Com o avanço da especulação imobiliária para região, em 2011, teve sua casa demolida pela prefeitura sem aviso nenhum. Perdeu plantação, animais e vários de seus pertences. A justificativa da prefeitura do Rio de Janeiro foi que ali onde ela vivia era uma área de interesse social. Hoje, no lugar de sua casa, há um posto da Comlurb, empresa de recolhimento de resíduos. Rita foi realojada num lugar também dentro da Colônia sem nenhum espaço de terra que pudesse plantar. Mas Rita é semente! Quebra concreto com sua força. Fez do lugar árido e cinza em que foi reassentada, uma grande horta urbana, da qual tira não só a alimentação da família, mas também vende o excedente em cinco pontos de comercialização solidária com outras companheiras que, como ela, moram e resistem nesta que é região alvo da especulação imobiliária e dos grupos paramilitares do Rio de Janeiro.

A dimensão/relação do morar e plantar constitui a vida das mulheres agricultoras. É através dessa relação que repensamos as práticas insurgentes de ocupação dos territórios. É através dela que se responde aos desmandos do capital, da especulação imobiliária, aos megaprojetos de desenvolvimento e que se defendem os territórios desde a invasão de nossas terras pelos colonizadores europeus. “A terra ensina a gente a se defender e a vida insiste em viver, minha filha! Ela dá seu jeito” – diz Dona Rita com um sorriso no rosto e uma muda de Chaia na mão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HOOKS, Bell. Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade. 2ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- MUKALE, I. & GOLDMAN, M. (2011). Do Lado do Tempo. O Terreiro de Matamba Tombenci Neto (Ilhéus, Bahia), Histórias Contadas a Marcio Goldman. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.
- PACS. Vidas Atingidas: Histórias Coletivas de Luta na Baía de Sepetiba. Pacs: Rio de Janeiro, 2018.

FÓRUM GRITA BAIXADA: OS NOSSOS MORTOS TÊM VOZ!

ADRIANO DE ARAÚJO¹
FRANSÉRGIO GOULART²
LORENE MAIA³

-148-

A Baixada Fluminense apresenta, há décadas, altas taxas de homicídios. Em geral e nos últimos anos, vem se destacando também pelo aumento de mortes decorrentes de oposição à intervenção policial.

Se comparada à capital do estado, a Baixada possui, em média, o dobro da taxa de letalidade violenta (homicídios dolosos, mortes decorrentes de oposição à intervenção policial, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte) da cidade carioca. Assim, enquanto na cidade do Rio de Janeiro morrem em torno de 40 para cada 100 mil habitantes, na Baixada a razão é de 80 mortes para cada 100 mil.

Basta observar as taxas de cada município fluminense para perceber que esta média, ainda que perversa, por vezes oferece um parâmetro muito distinto da realidade estadual. De acordo com o “Atlas da Violência 2018” municípios como Queimados e Japeri apresentam taxas de 134,9 e 95,5 mortos a cada 100 mil habitantes, respectivamente, o que insere a Baixada Fluminense no rol dos territórios mais violentos do Brasil e expressa o abandono desta região que há décadas grita por socorro.

Há também um importante fator que não pode ser desconsiderado: a Baixada Fluminense é a região mais negra do estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, a violência neste território está ligada, ainda, ao racismo, condição que faz dos negros as maiores vítimas da violência e também se traduz no histórico das diversas chacinas.

Treze anos após o extermínio ocorrido em 2005, que ficou conhecido como “Chacina da Baixada”, em que 29 pessoas foram assassinadas entre

1. Sociólogo e coordenador executivo do Fórum Grita Baixada.

2. Historiador, fomentador do Espaço Pra que e Pra quem Servem as Pesquisas sobre Favelas e do Curso sobre Segurança Pública e Epistemologia Favelada, militante do Movimento de Favelas e Assessor Político do Fórum Grita Baixada.

3. Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas e Articuladora do Fórum Grita Baixada;

Nova Iguaçu e Queimados, a violência nos 13 municípios que compõe a região se torna cada vez mais intensa, profunda e complexa. A Chacina da Baixada permanece como um marco dessa violência que ganhou corpo na região com os Esquadrões da Morte. Gestados no início da ditadura civil-militar de 1964, esse grupos se reorganizaram, funcionando mais recentemente como milícias a partir da articulação de três elementos: o aparato policial que muitas vezes compõem os grupos de controle e extermínio; o financiamento econômico de grupos pertencentes às classes privilegiadas; e o suporte político de agentes do Estado, tais como legisladores, gestores públicos e integrantes do judiciário, que auxiliam no funcionamento desses grupos e se valem de seus serviços para a manutenção de privilégios.

Desde 2005, portanto, ocorreram diversas chacinas na região. Nesse cenário, jovens negros e pobres são os corpos matáveis que são descartados diariamente, eliminados física e simbolicamente por uma política de extermínio violenta pautada no racismo e no ódio às periferias.

Entendemos que a relação entre o racismo e a desigualdade social é a razão histórica pela qual a população negra, pobre e periférica é a mais vulnerável e afetada pelas mais variadas formas de violência. Basta observarmos o mapa da violência do Brasil para percebemos que os indicadores de violência são maiores no nordeste e norte e menores no sul e sudeste. No mundo, a maior concentração está na América Latina e África, o que serve para demonstrar e materializar essa relação entre desigualdade social e econômica gerada por sistemas escravocratas dentro e fora do Brasil.

No entanto, também de situações de extrema violência como às chacinas na Baixada surgem e se fortalecem movimentos de (re)existência, de sobreviventes e de militantes que transformam o seu Luto em Luta, tal como as mães e familiares vítimas da violência desse Estado que mata, que possuem como missão lutar pelo Direito à Memória e Justiça.

Nessa perspectiva, o Fórum Grita Baixada⁴, uma coalização de organizações e pessoas da sociedade civil articuladas em prol de iniciativas voltadas aos direitos humanos e à segurança pública, utilizando-se da linguagem do audiovisual, lançou em 2018, conjuntamente com o Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu e a produtora Quiprocó Filmes, o documentário “Nossos Mortos Têm Voz”⁵. Uma narrativa construída a partir do depoimento e do protagonismo das mães e familiares vítimas da violência de Estado da Baixada Fluminense, que possui como ponto de partida casos como

4. Site: www.forumgritabaixada.org.br

5. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=nsVFbAtgl1M>

a Chacina da Baixada, os desaparecimentos forçados e mortes realizadas por milícias, sem se limitar, no entanto, à crueza da violência praticada nesses casos, mas destacando a luta e a incidência política pelo direito à memória a partir das histórias dessas mães e familiares que sobreviveram a essas perdas. Dessa forma, com “Nossos Mortos Têm Voz”, mais do que potencializar uma forma de denúncia, o que se pretende é também resgatar a memória dessas vidas violentamente interrompidas, trazendo uma visão crítica sobre a atuação do Estado por meio das polícias na Baixada Fluminense, sobretudo no que diz respeito à violência contra jovens negros.

Vale, portanto, ressaltar que a destruição da memória é uma das ferramentas mais violentas e racistas utilizadas comumente pelo Estado brasileiro ao longo de toda sua história, pois uma vez que a memória é um processo cotidiano de construção a partir de narrativas que são acumuladas por meio de vivências, experiências e até sobrevivências, o apagamento da memória de um povo dificulta a construção de histórias e narrativas próprias. É por isso que na história oficial do Brasil, a luta e memória de nosso povo não estão representadas. Na história oficial não estão retratadas a barbárie/genocídio dos 388 anos da escravidão, bem como as chacinas que acometeram e acometem, desde sempre, as vidas e os corpos negros e pobres.

Diante disso, a Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência do Estado na Baixada Fluminense e o filme “Nossos Mortos Têm Voz” se tornam importantes canais/ferramentas de luta e incidência política pelo Direito à Memória e à Justiça Racial. Desde o lançamento em 27 de março de 2018, foram mais de 60 exibições com aproximadamente 3.000 mil espectadores, com ênfase em estudantes das escolas públicas da Baixada Fluminense, que puderam aprender um pouco mais da história de violência e dor do povo da Baixada, mas, sobretudo, de luta e da resistência a partir do protagonismo e narrativa dos oprimidos(as), no caso, mães e familiares vítimas da violência do Estado.

Não obstante, é fundamental destacar que na construção da metodologia da exibição do documentário as rodas de conversa e /ou debates sempre foram a tônica do aprendizado e da reflexão. Todos os participantes dos eventos em que o documentário foi exibido tiveram a possibilidade de (re) conhecer as protagonistas da narrativa: as mães e familiares vítimas da violência do Estado na Baixada Fluminense, o Fórum Grita Baixada, especialistas em violência de estado e justiça e os próprios diretores, para que pudessem esclarecer dúvidas e realizar questionamentos em relação a realidade ali apresentada.

A possibilidade de narrar a nossa própria história a partir do nosso ponto

de vista, o genocídio da juventude negra da Baixada Fluminense, foi uma grande experiência de contra narrativa que deu certo para fomentar debates e reflexões. As exibições, que acabaram funcionando como resgate da memória e garantia da história, surpreendentemente também se tornaram um dispositivo de denúncias da violência do Estado que foram se multiplicando para além das retratadas no filme.

É por tudo isso que o Fórum Grita Baixada, a partir do documentário e também da experiência acumulada na luta por segurança pública e direitos humanos na Baixada, em 2018 amplificou não apenas a sua voz, mas também a luta para, de fato, reconhecer que há um recorte racial nesta violência praticada pelo Estado. Deste aprendizado surge o projeto Direito a Memória e Justiça Racial⁶, uma parceria com a Fundação Ford para promover mais diretamente o enfrentamento ao racismo e à violência de gênero e promover o reconhecimento da memória do povo negro na Baixada, a partir do protagonismo de mães e familiares vítimas da violência do Estado e das juventudes negras e/ou pobres moradoras da Baixada Fluminense/RJ.

Por fim gostaríamos de destacar que ao apresentar a experiência da exibição do Filme Nossos Mortos têm Voz e articular os fenômenos do direito e da memória coletiva neste texto, o Fórum Grita Baixada afirma a necessidade de compreender como as demandas de movimentos sociais contemporâneos se relacionam com os direitos humanos e com a luta pela memória de vítimas de violações realizadas pelo Estado racista. Portanto, afirmamos que os pressupostos anteriores do direito, que dizem que o direito é um conjunto de regras e comandos que influenciam a conduta das pessoas por meio da imposição de sanções, é insuficiente para lidar com os chamados direitos relacionados com a memória de grupos, exigindo uma concepção mais ampla do fenômeno jurídico. Sendo assim a perspectiva histórica desses fatos e fenômenos de incidir no tempo social, na construção da memória coletiva e, conseqüentemente, da identidade coletiva daqueles que participam de um coletivo político é um princípio para que possamos consolidar o direito à memória dos oprimidos e oprimidas na Baixada Fluminense e no Brasil.

O INSTITUTO DE FORMAÇÃO HUMANA E EDUCAÇÃO POPULAR: 8 anos de (re)existência na periferia do Rio

-152-

ROSINEIDE CRISTINA DE FREITAS¹

MARINA RIBEIRO²

FABIANO DE JESUS SILVA³

O Instituto de Formação Humana e Educação Popular (IFHEP) é resultado da caminhada de um grupo de pessoas, em sua maioria, bem jovens – mulheres e homens – que tem trabalhado na perspectiva de contribuir na formação de sujeitos conscientes e participativos da vida social. Oriundo da união de educadores/as de duas experiências de Pré Vestibulares Populares (PVP) de Campo Grande, o PVP do CAMPO (Centro de Apoio ao Movimento Popular da Zona Oeste), PVP Inovares do Saber, do NEURB/FEUC (Núcleo de Estudos Urbanos da Fundação Educacional Unificada Campograndense), o IFHEP busca manter a autonomia nas ações desenvolvidas e ampliar a consolidação de parcerias e articulações com diferentes movimentos populares e sociais anticapitalistas. Para tanto entende que é preciso ter autonomia na gestão, no espaço e independência financeira. É uma organização informal, de luta anticapitalista, portanto antirracista, antimachista e anti-LGBTTFóbica, fundada em 2010, situada e com atuação em Campo Grande.

Campo Grande, bairro situado na zona oeste do Rio de Janeiro (periferia da Cidade), faz fronteira com nove bairros e com o município de Nova Iguaçu, da Baixada Fluminense, e fica a aproximadamente 50 quilômetros do centro da cidade. Com cerca de 330 mil (IBGE, 2010) moradores é um dos maiores bairros da cidade do Rio de Janeiro. Através da análise histórica e das formas atuais do uso do solo, verifica-se que o bairro sofre diferentes impactos em relação às transformações urbanas. O bairro é velho conhecido da maioria dos cariocas e foi constituído em 1968, é ainda um

1. Educadora Popular e Coordenadora do IFHEP

2. Educadora Popular e Coordenadora do IFHEP

3. Educador Popular e Coordenador do IFHEP

dos poucos bairros cariocas nos quais o rural e o urbano convivem, sendo possível ainda hoje encontrar em regiões como Rio da Prata, Mendanha e Cabuçu, agricultoras/es rurais que cultivam e fornecem, a partir da perspectiva da agroecologia, alimentos como manga, caqui, banana, aipim e, atualmente em menor quantidade, o cultivo de laranja, que se tornou o símbolo do bairro.

Campo Grande representa hoje uma das últimas fronteiras de expansão da cidade do Rio de Janeiro e se tornou um alvo da voracidade das empreiteiras e da especulação imobiliária. Para se ter uma idéia, em 2010 Campo Grande ocupou o primeiro lugar em número de lançamentos residenciais no município do Rio de Janeiro, superando Jacarepaguá, que ficou em 2º lugar. No entanto, esta transformação do bairro não significou melhores condições de vida para os/as moradores/as, muito pelo contrário. Após a realização de um diagnóstico participativo socioambiental, fruto da parceria do IFHEP com a organização IBASE, a juventude apontou como alguns dos principais problemas o aumento de construção de condomínios de luxo e o aumento de número de carros particulares, sem o aumento significativo de serviços públicos de qualidade, como: escolas públicas, áreas de lazer e cultura, transporte de qualidade durante todo o dia e noite, serviços de saúde pública (até hoje existe apenas um único hospital de grande porte no bairro), segurança pública, moradia popular e saneamento básico.

É nesta realidade que o IFHEP tem se pautado para desenvolver ações de educação popular, ou seja, uma educação que tem como foco a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores. A partir deste foco tem-se construído diferentes projetos voltados à formação humana como ferramenta para a transformação da realidade social local dos e nos bairros da zona oeste da cidade. Zona periférica da cidade e, como tal, local de moradia de pessoas majoritariamente da classe trabalhadora e onde o Estado se mostra fortemente presente pela repressão e não por políticas públicas de garantia de direitos sociais e constitucionais.

O IFHEP tem a autogestão como princípio, as relações interpessoais horizontais como prática, as relações societárias solidárias não racistas, não machistas e não LGBTTFóbicas como horizonte e a inserção nas lutas centrais à classe trabalhadora e à região da zona oeste como tarefa.

Ressalta-se, portanto, que todos os projetos são sem fins lucrativos e que sua realização se faz a partir da contribuição financeira do grupo que integra o IFHEP, assim como dos *Amigos e amigas do IFHEP*, através de contribuição mensal de cotas e de editais para pequenos projetos. Toda a coordenação geral do instituto e gestão dos projetos permanentes e atividades

pontuais realizadas são feitas a partir do voluntariado político. Este último entendido como ação sem vinculação empregatícia, mas com compromisso assumido de continuidade das ações e envolvimento ativo nas suas diferentes etapas de execução, acompanhamento e avaliação, tendo qualificação de militância política e como horizonte a construção de alternativas locais para garantia de direitos, processos formativos e articulação com as lutas locais e estruturais que visam a transformação local e social de base.

Atualmente o IFHEP é constituído por três projetos permanentes e como espaço aberto para os diferentes parceiros institucionais e coletivos para a realização de reuniões, encontros e atividades políticas e culturais. Os projetos são:

PRÉ ENSINO MÉDIO POPULAR / PEMP

Tendo periodicidade semanal, com encontros aos sábados com carga horária de oito horas, destina-se aos adolescentes concluintes do Ensino Fundamental desejosos a cursarem o Ensino Médio em escolas técnicas, estaduais ou federais e nos Colégios de Aplicação que têm como forma de entrada os concursos públicos. São desenvolvidas as grandes áreas do conhecimento (ciências da natureza; ciências exatas e ciências humanas e sociais – chamada de Cultura e Sociedade) a partir de trabalhos multidisciplinares, atrelando os conteúdos exigidos nas provas dos principais colégios do estado do Rio de Janeiro do grupo acima delimitado e as temáticas eleitas pelo grupo de educadores/as como emergentes de discussões críticas e reflexivas para o exercício da cidadania ativa e para a inserção qualificada e permanência no Ensino médio, independentemente do local de formação. Estabelece interlocução e formação para aproximadamente 30 adolescentes de ambos os sexos, com faixa etária de 14 a 17 anos, majoritariamente filhos e filhas da classe trabalhadora. Os encontros são organizados e dinamizados por um grupo de jovens educadores/as, em sua maioria ainda universitários, que têm neste espaço também um lugar de formação política.

CINE SARAU IFHEP

Com sessões mensais, se realiza a partir da exibição de filmes cujas temáticas provoquem debates em torno de assuntos emergentes no campo das lutas sociais, seguida da realização do Sarau com microfone aberto, em que falas, declamações, performances musicais e teatralizadas são socializadas e contribuem para a continuidade das reflexões feitas nos momentos anteriores. Também é um momento de festejo à vida e à reunião de militan-

tes – jovens, educadores/as -, para animar e reafirmar as diferentes ações de transformação da sociedade. Se configura como espaço de auto-organização dos jovens e produção e fruição de cultura e lazer alternativos, numa perspectiva crítica. As edições do Cine Sarau IFHEP são abertas e divulgadas amplamente nas redes sociais.

PRÉ VESTIBULAR/ PVP

Realizado diariamente, com carga horária de 20 horas semanais, o PVP tem como objetivo contribuir com a formação crítica de jovens e adultos, com o intuito primeiro de ingresso em uma universidade pública ou no sistema de financiamento público para o ensino superior, atrelado à formação humana e política na perspectiva de desvelamento das opressões e socialização de instrumentos de defesas de direitos, inserção digna no mercado de trabalho e acesso à cidade. O trabalho é realizado entre jovens e adultos de ambos os sexos, com idade variando de 18 à 50 anos, com as disciplinas de núcleo comum do ensino médio, quais sejam: português, literatura, redação, matemáticas, físicas, histórias, geografias, químicas e biológicas e atividades extracurriculares que garantam a formação para além da sua dimensão formal. O grupo de educadores/as são voluntários, tendo em sua maioria inserção em outro projeto e/ou nas demais atividades político/culturais realizadas pelo instituto.

PESQUISA MILITANTE EM SAÚDE: tecendo a luta na teoria e na prática

CAROLINA BURLE DE NIEMEYER¹

-156-

Neste texto falo em nome de um coletivo de pesquisadores, profissionais e militantes da Saúde Coletiva e áreas afins que se empenharam na formação do “Grupo de Trabalho de Pesquisa Militante em Saúde (GTPMS)”. Uma articulação criada em julho de 2018, movida pelo interesse na troca e produção de saberes, conhecimentos e reflexões sobre a prática de Pesquisa Militante em Saúde.

Embora ainda em processo de consolidação, o GT está apoiado em algumas convicções. Trabalhamos com os princípios de uma “Pesquisa Militante” entendida nos termos de Bringel e Varela (2014) como “um espaço amplo de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora, que articula ativamente pesquisadores, comunidades organizadas, movimentos sociais e organizações políticas, em espaços formais ou não de ensino, de pesquisa e de extensão”.

A proposta é a consolidação de um Grupo de Trabalho de perfil plural, transdisciplinar, pluri-institucional e militante, que conte com a participação de pesquisadores e técnicos de diferentes instituições ligadas à Saúde Coletiva e com a contribuição de movimentos sociais, comunidades organizadas, organizações políticas, entre outros com experiência e interesse na prática e no estudo da pesquisa militante e na construção de uma ciência emancipatória e democrática com participação e controle social.

Os membros deste grupo estão comprometidos com a construção de uma ecologia de saberes e compartilham a crença de que a educação, a pesquisa e a extensão devem ter como horizonte a emancipação social.

CRIAÇÃO DO GRUPO

A ideia de criação de um grupo de pesquisa sobre o estudo e a prática de Pesquisa Militante em Saúde surgiu por ocasião do “IV Seminário de Saú-

1. Membro do GT de Pesquisa Militante em Saúde e membro da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) da Fiocruz.

de, Ambiente e Sustentabilidade”, promovido pela “Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde” (VPAAPS/Fiocruz), entre 31 de julho e 3 de agosto de 2017 no Rio de Janeiro, quando um grupo de pesquisadores e técnicos de diferentes unidades e campus da Fiocruz, que atuam com pesquisa e projetos de extensão junto a comunidades tradicionais e movimentos sociais, identificaram o interesse comum no estudo teórico e na prática da Pesquisa Militante.

Desde então, criamos uma rede de colaboração informal, através da qual trocamos artigos e ideias, colaboramos em projetos uns dos outros e fomos amadurecendo a ideia de criação de um grupo de trabalho de perfil plural, transdisciplinar e militante, que fosse formado por pesquisadores e técnicos ligados a diferentes instituições de pesquisa em Saúde Coletiva, além de militantes, educadores populares, entre outros com experiência e interesse na prática e no estudo da Pesquisa Militante.

Entre os dias 24 e 25 de novembro de 2017, parte deste grupo voltou a se encontrar, por ocasião do “Minicurso de Pesquisa Militante na América Latina”, organizado pela “Articulação Universidade e Movimentos Sociais” e pelo GT da Clacso “Investigación militante: teoría, práctica y método”, realizado no Iesp/Uerj. Estiveram presentes Fernando Carneiro e Vanira Pessoa do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (Obteia) e da Fiocruz/Ceará; André Fenner, do Programa de Promoção à Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT) da Fiocruz Brasília; Marcos Antonio Fonseca, da Fiocruz Mata Atlântica e Carolina Burle de Niemeyer, da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) da Fiocruz e membro da articulação e do comitê de organização do curso. Nesta oportunidade, pudemos evoluir a questão e amadurecer a ideia de criação do referido grupo.

Em abril de 2018, a proposta foi apresentada a Hermano Castro, diretor da Ensp e pesquisador do Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesthe/Fiocruz), que ofereceu apoio e nos estimulou a ir em frente e promover uma primeira reunião durante o Abrascão 2018, aproveitando que a maioria de nós estaria presente no evento.

O grupo de pesquisadores mencionados acima se empenhou na elaboração da carta-convite para a reunião de criação do GT de Pesquisa Militante em Saúde. Divulgado por e-mail, o encontro seria no dia 24 de julho no pré-Abrascão, em sequência ao “minicurso de Pesquisa Militante em saúde”, ministrado por mim e por Renata Versiani Varela, membro do GT “Investigación militante: teoría, práctica y método” da Clacso. Por limitações de agenda de envolvidos no processo, o encontro foi adiado para o

dia 25 de julho, mas apesar da mudança repentina de data e local, a reunião fundacional do GT de Pesquisa Militante em Saúde contou com a presença de 28 pesquisadores e militantes da Saúde Coletiva, ocasião em que definimos alguns princípios norteadores e elaboramos uma proposta de agenda de trabalho.

Para facilitar nossa comunicação, montamos um grupo de *Whatsapp* composto pela maioria dos presentes à reunião e outros que se somaram posteriormente. Por meio deste grupo, conseguimos avançar algumas propostas e construir um projeto comum denominado “GT de Pesquisa Militante em Saúde”, submetido ao edital “Novos Talentos” da Fiocruz, que apesar de não ter sido contemplado, funcionou para consolidar algumas relações dessa rede.

QUEM SOMOS

Esta articulação é majoritariamente composta por pesquisadores militantes que atuam com diferentes questões associadas à Saúde Coletiva, em diferentes lugares do Brasil.

Durante a primeira reunião circulamos um formulário de contato, no qual também coletamos a filiação e os interesses de cada pessoa em participar de um grupo mobilizado em torno da Pesquisa Militante em Saúde. De todos os temas de interesse, a “Educação” — sob diferentes vieses: “política”, “transformadora” etc. — foi o mais mencionado, nove vezes para ser precisa. O termo “Saúde” apareceu em segundo lugar, com sete menções, sempre correlacionado a outras questões: “Campo, Floresta e Águas” (uma vez); “Ambiente” (cinco vezes) e “Trabalho” (quatro). “Agroecologia” e “Segurança Alimentar” apareceram em cinco citações. Já “Epistemologias do Sul”, “Ecologia de Saberes” e “Pesquisa Militante” foram mencionadas quatro vezes. “Movimento Negro”, “Povos indígenas”, “Pescadores”, “Extrativistas”, “Políticas de Saúde” e “Bioética” foram mencionados uma vez, cada qual.

O questionário revelou que este coletivo é composto majoritariamente por membros que compartilham uma perspectiva crítica sobre a relação entre a universidade e os movimentos/sujeitos sociais. A maioria dos presentes (20) atuam de alguma forma com Saúde Coletiva e tem vínculo com alguma instituição ou universidade. Destes, dez trabalham e militam no estado do Rio de Janeiro, onde foi realizado o encontro e se dividem entre: a Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz); a Cooperação Social da Presidência da Fiocruz; a Universidade Federal Fluminense (UFF); a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ- Macaé); a Fundação de Apoio

à Escola Técnica (Faetec) e a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro. Também estiveram presentes pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); da Universidade Federal de São Paulo; da Baixada Santista (UNIFESP/APSP); do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Fiocruz Ceará, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco); do Ministério da Saúde e da Fiocruz de Brasília; da Universidade Federal do Mato Grosso (ISC/UFMT), e membros do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (Obteia). Outros cinco são membros de movimentos sociais organizados: a “Rede Emancipa DEGASE (RJ)”;

o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais e da Articulação Nacional de Pescadores; a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas, Costeiras e Marinhas (CONFREM-BRASIL), e da “Rede Ecológica”.

Na Saúde Coletiva, como em outras áreas, a Pesquisa Militante é exceção. Em meu entendimento, o que motivou este conjunto de pessoas a atenderem esse chamado foi o desejo de se fortalecer coletiva e individualmente, por meio da troca de conhecimentos, do apoio mútuo e da possibilidade de construção de projetos comuns.

Essa inferência apoia-se na experiência de construção do projeto “Pesquisa Militante em Saúde”, submetido ao edital Novos Talentos da Fiocruz. No prazo de uma semana, desenvolvemos uma proposta de viés transdisciplinar, que contou com a participação de cinco unidades/centros de pesquisa/laboratórios da Fiocruz de quatro diferentes estados: Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Brasília, com a parceria de uma entidade internacional e com o apoio de cinco universidades federais do Rio de Janeiro, de Pernambuco e de São Paulo².

2. No que tange à Fiocruz, o projeto contou com a participação de: Idê Gomes Dantas Gurgel, André Monteiro Costa e Aline do Monte Gurgel, todos do Laboratório de Saúde Ambiente e Trabalho do Instituto Aggeu Magalhães da Fiocruz (LASAT/ NESC/ IAM/ FIOCRUZ). André Luiz Dutra Fenner do Programa de Promoção à Saúde Ambiente e Trabalho da Gerência Regional de Brasília - Fiocruz Brasília (PSAT/ Gereb) e Vanira Matos Pessoa do Núcleo de Saúde e Ambiente da Fiocruz-Ceará. As entidades parceiras em nível nacional foram: a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), com os seguintes pesquisadores e laboratórios: Breno M. Bringel do Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio De Janeiro (NETSAL-IESP/UERJ); Claudio Ubiratan Gonçalves, do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato da Universidade Federal De Pernambuco (LEPEC/UFPE), Mariana Olívia Santana dos Santos, do Núcleo de Ciências da Vida - Centro Acadêmico do Agreste (CAA/UFPE); José Nunes Da Silva do Núcleo de Agroecologia e

A partir do entendimento de que a promoção de processos dialógicos, a comunicação, a troca de saberes e a coprodução de conhecimentos, tanto entre pesquisadores como entre o saber popular e o profissional, são estratégias fundamentais no combate às iniquidades de saúde e no processo de transformação dos Determinantes Sociais da Saúde, o referido projeto assumiu dois objetivos principais: o desenvolvimento metodológico e teórico-conceitual da perspectiva de Pesquisa Militante em Saúde e a articulação/formação de uma rede colaborativa em Pesquisa Militante em Saúde. Embora o projeto não tenha sido contemplado pelo edital, o seu processo constitutivo confirmou a potencialidade e o interesse coletivo no desenvolvimento de empreendimentos comuns, como revela a participação de membros do GT em outros projetos submetidos ao mesmo edital³.

Até a criação do GT, praticamente nenhum membro dessa articulação utilizava o conceito de Pesquisa Militante em seus respectivos trabalhos, mas todos compartilhamos o entendimento que a metodologia de Pesquisa Militante vai além e abarca métodos de pesquisa participativa, como a “pesquisa-ação”, porque em sua conceituação está implícito o compromisso com a emancipação social. Na sua origem, a pesquisa-ação tinha este viés, mas, como reconhecido por Carlos Rodrigues Brandão, em uma roda de conversa na Tenda Paulo Freire, no Abrascão de 2018, com o tempo o conceito foi reduzido a um método de pesquisa utilizado, inclusive, por organizações como o Banco Mundial, em suas pesquisas e projetos.

Embora o foco desta publicação sejam as lutas urbanas, entendemos que os limites entre o rural e o urbano nas periferias do Brasil nem sempre são claros, assim como os impactos e a atuação dos sujeitos dessas lutas também transcendem essas fronteiras. Sendo assim, não nos limitamos a esta categorização, selecionamos para esta publicação experiências de Pesquisa Militante em Saúde desenvolvidas por membros do GTPMS, sobre as quais temos informação, tendo como critério os seus pressupostos, a sua metodologia e o seu compromisso emancipatório.

Campeinato da Universidade Federal Rural de Pernambuco (NAC/UFRRPE) e Leonardo Carnut do Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS/ UNIFESP). Em âmbito internacional, tivemos o apoio do Grupo de Trabajo Investigación Militante: teoría, práctica y método do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), representados por Breno M. Bringel e Renata Versianni Scott Varella.

3. Em razão da criação do GTPMS, Carolina Niemeyer veio a fazer parte da equipe do projeto Produção de indicadores para avaliação das condições de vida das famílias e acesso aos serviços de atenção primária em territórios do litoral e do sertão do Ceará e do Rio Grande do Norte, de autoria de Vanira Matos Pessoa.

OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DAS POPULAÇÕES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS (OBTEIA)

Embora o tema da saúde no campo tenha estado presente nas conferências nacionais desde a 9a Conferência Nacional de Saúde (CNS), a Política Nacional Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PN-SIPCFA) foi criada apenas em 2011, como fruto da luta dos movimentos sociais rurais. A nível institucional, o processo é deflagrado em 2004 com a criação do Grupo da Terra: um colegiado de gestão, vinculado ao Ministério da Saúde, formado por representantes de diversas secretarias e unidades vinculadas a este Ministério e por representantes da sociedade civil organizada, responsáveis por definir as bases da Política Nacional Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (CARNEIRO, 2014).

-161-

O Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (Obteia) é parte integrante desse processo. Criado com o objetivo de monitorar e avaliar a implementação dessa política, “tendo como base a constituição de uma teia de saberes e de práticas” (ibid), o Obteia está constituído por intelectuais e especialistas no tema, pesquisadores populares e lideranças de movimentos sociais, e gestores e trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre estes, Fernando Ferreira Carneiro e Vanira Matos Pessoa, membros do GT Pesquisa Militante em Saúde.

Construída *com* os sujeitos beneficiários da PNSIPCFA e não *para ou sobre eles*, a pesquisa que redundou no livro “Campo, floresta e águas” é a sistematização deste trabalho. Tendo como fundamento epistemológico as teorias do Sul e mais especificamente a Ecologia de Saberes proposta por Boaventura de Sousa Santos, o projeto está assentado na ideia que ciência é política e que todos os conhecimentos são incompletos e podem beneficiar-se da troca e do diálogo entre si.

A obra reúne um conjunto de estudos sobre a saúde no campo em diferentes regiões, estados, cidades e lugares do Brasil. As análises vão além do registro, do relato e da denúncia, porque sistematizam um conjunto de novos conhecimentos e propostas construídos a partir do diálogo entre o conhecimento profissional e popular. Um saber tecido a muitas mãos, com contribuições acadêmicas, de agentes de governo, de técnicos da saúde e principalmente com os sujeitos beneficiários da PNSIPCFA dos distintos locais pesquisados. Levando em conta que o seu conhecimento sobre a sua realidade local e o seu saber tradicional devem estar obrigatoriamente contemplados, quando se pretende uma PNSIPCFA realmente efetiva. O livro está sendo lançado em cada lugar onde foi realizada a pesquisa, confirman-

do, na prática, o compromisso da equipe organizadora com a devolutiva do trabalho às populações contempladas pelo projeto.

PROJETOS EM SAÚDE, AMBIENTE E TRABALHO EM PERNAMBUCO

De acordo com Idê Grugel, o Laboratório de Saúde Ambiente e Trabalho do Instituto Aggeu Magalhães da Fiocruz (LASAT/ NESC/ IAM/ FIOCRUZ), vem desenvolvendo pesquisas no território sob influência direta do Complexo Industrial Portuario (CIP) de SUAPE, procurando analisar as vulnerabilidades socioambientais relacionadas às comunidades em seus territórios. Com este propósito, tem atuado junto ao “Fórum Suape - Espaço Socioambiental”, apoiando as lutas cotidianas dos trabalhadores rurais, quilombolas e pescadores atingidos pelo empreendimento. Ainda em Pernambuco, o grupo também trabalha junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em seus assentamentos e com trabalhadores rurais ligados à FETAPE.

Na área da Educação e Formação, vale mencionar o “Curso de Especialização em Promoção e Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho”, desenvolvido com o MST e a Rede Brasileira de Médicas e Médicos Populares, em parceria com a Fiocruz de Brasília. Um projeto no qual outro membro do GTPMS, André Luiz Dutra Fenner (PSAT/ Gereb), também atua.

FEIRA AGROECOLÓGICA JOSUÉ DE CASTRO: SABERES E SABORES

A Feira Agroecológica Josué de Castro: Saberes e Sabores é um projeto construído em cooperação por duas Escolas da Fiocruz/Rio de Janeiro: a Escola Nacional de saúde Pública (Ensp) e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), em parceria com os seguintes movimentos e articulações, de âmbito nacional, regional e local: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Produtores (MPA), a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, a Rede Carioca de Agricultura Urbana (RedeCau), a Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT) e o projeto Terrapia.

A Feira surgiu como um evento associado à Semana do Meio Ambiente da Fiocruz de 2014, cujo tema principal foi o impacto dos agrotóxicos no ambiente e na saúde humana. Após duas outras edições eventuais, se consolida como projeto em fevereiro de 2015, quando adquire caráter permanente, passando a funcionar quinzenalmente durante o ano letivo e com duas edições em julho e dezembro.

Desde a sua reunião fundadora, este é um projeto construído pela Fiocruz⁴ com os movimentos sociais membros. Nesta ocasião, foram definidos os principais objetivos, os critérios de participação, o nome da Feira, os recursos necessários e a metodologia de construção, de viés participativo. Tudo de comum acordo entre as partes.

Desde então a gestão do projeto está compartilhada entre duas instâncias, igualmente importantes mas com diferentes funções: o Comitê Gestor⁵ - composto por membros da instituição e responsável pelos trâmites burocráticos e pela relação com a instituição - e o Coletivo de condução do projeto, do qual participam todos os envolvidos - os representantes dos movimentos sociais membros e os da instituição. Este coletivo é a instância que define os rumos do projeto, por consenso, durante as reuniões periódicas, e por meio de votação, quando o assunto gera polêmica.

Este é um projeto que associa “Saúde e Ambiente e Sustentabilidade” e “Saúde do Trabalhador”, com a intenção dupla de contribuir para o fortalecimento da agroecologia no estado e no município do Rio de Janeiro, e com a promoção do acesso a alimentos saudáveis para o conjunto de trabalhador(a)s e estudantes da Fiocruz dos campus Manguinhos e Expansão. A Josué de Castro é um projeto político e pedagógico, que fomenta a articulação entre o campo e a cidade, porque oportuniza o diálogo e a troca de saberes entre produtor(a)s e consumidor(a)s, em contato direto no espaço da feira, onde também são realizados debates e rodas de conversa. A Josué de Castro também participa de eventos institucionais da Fiocruz, e os seus membros são convidados a atuar como palestrantes e tutores em cursos, palestras e projetos da instituição, reconhecidos como produtores e detentores de conhecimento em Agroecologia, Soberania Alimentar e outros temas afins.

Além do desenvolvimento de projetos, há muitas outras iniciativas e formas de realizar Pesquisa Militante em Saúde, como, por exemplo, a eleição do tema ou área de concentração de uma pesquisa acadêmica, em função dos interesses de um movimento ou sujeito social. Um exemplo é o mestrado de Rejane Ferreira dos Santos, definido em função da sua atuação como pesquisadora no “Observatório Social da Sub-bacia do Canal do Cunha”⁶. Geógrafa de formação, Rejane escolheu fazer mestrado em

4. Da fundação da feira Josué de Castro, em 2015, participaram Hermano Castro, diretor da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), Marco Menezes, então da Ensp e André Campos Búrigo, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

5. Em 2018, o Comitê gestor da Feira Josué de Castro está composto por: Carolina Burle de Niemeyer e Flávia Ramos Guimarães da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), ambas membros do GTPMS, e Alexandre Pessoa Dias, Paulea Zaquini Monteiro Lima e Taísa de Carvalho Souza Machado, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

6. Membro do GTPMS, Rejane Ferreira dos Santos acompanha o observatório, como parte do seu trabalho na Cooperação Social da Presidência da Fiocruz.

Dinâmicas dos Oceanos e da Terra, para que os pescadores dispusessem de informações concretas sobre o tipo de poluição que ameaçava o seu território.

As experiências mencionadas são uma pequena amostra do potencial da Pesquisa Militante em Saúde e foram selecionados tendo como critério a disponibilidade de informação e a participação de alguns dos seus promotores no GT de Pesquisa Militante em Saúde, uma articulação recente, mas com enorme potencial.

-164-

REFERENCIAS CONSULTADAS

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata. Pesquisa militante e produção de conhecimento: o enquadramento de uma perspectiva, 2014. Disponível em: <<http://universidademovimentosociais.wordpress.com/artigos/>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. Teias de um Observatório para a saúde das populações do campo, da floresta e das águas no Brasil. *Tempus Actas de Saúde Coletiva*, v. 8, n. 2, p. 275-293, 2014.

GUIMARÃES, F. R.; NIEMEYER, C. B; PESSOA, A. Feira Agroecológica Josué de Castro: Saberes e Sabores, projeto apresentado a Fiocruz, 2018, n/p.

NIEMEYER, C. B. Pesquisa Militante em Saúde: Produção de conhecimentos, Prática, Transformação social e Saúde, projeto submetido ao edital Novos Talentos da Fiocruz, 2018, n/p.

NIEMEYER, C. B. Obteia. *Revista Radis*, v. 185, p. 36, 2018.

PESSOA, V. M. Produção de indicadores para avaliação das condições de vida das famílias e acesso aos serviços de atenção primária em territórios do litoral e do sertão do Ceará e do Rio Grande do Norte, projeto submetido ao edital Novos Talentos da Fiocruz, 2018, n/p.

COLETIVO PÃO E TINTA

O Coletivo Pão e Tinta se define como um coletivo de juventude preta e periférica, que há 9 anos realiza um trabalho de intervenção sociocultural na Comunidade do Bode, no Pina, Recife, além de outras ações conduzidas em outros estados do Brasil e também em outros países da América Latina.

-165-

O grupo tem origem na pichação, através de um coletivo de organização de jovens que faziam pichação e em determinado momento percebeu que dialogava com algumas pessoas dentro da comunidade. O Pão e Tinta trabalha com o princípio da coletividade e investe na cromoterapia, a partir do trabalho com as cores no grafite. Entendemos que o grafite tem a função social de mobilizar e organizar pessoas politicamente.

As principais lutas mobilizadoras do coletivo são: revitalizar espaços em prol da comunidade; organizar a juventude com mobilização e com formação política, para que os jovens saibam do seu espaço de protagonismo para lutar por outras causas do bairro.

O Pão e Tinta integra a Rede de Resistência Solidária, a Rede de Ambulantes Culturais, a Rede de Resistência Urbana e o Fórum de Juventudes, em Pernambuco. Fazemos resistência e enfrentamento pintando na rua sem autorização, pintando as palafitas, pintando e levando beleza aonde não chega nem saneamento básico. Pão e Tinta vai lá e revitaliza os espaços, porque acredita que a qualidade de vida das pessoas melhora, a partir da cromoterapia do grafite. O grafite tem também a função de comunicar, de falar sobre o que está acontecendo nas comunidades em que atua.

A nossa principal luta hoje é pelo território, é a luta pelo direito à cidade. É afirmar que a Comunidade do Bode está organizada e pronta para resistir, pautando mudanças, lutando contra o poder econômico, contra o capital imobiliário. Nossa principal luta hoje é resistir dentro da Comunidade Tradicional Pesqueira do Bode, o nosso principal território de atuação.

A questão dos resíduos sólidos surge como um problema para qualquer grande cidade hoje no mundo. Em Pernambuco, só na Região Metropolitana do Recife (RMR), são produzidas 144.583 mil toneladas de lixo todos os meses, 4.819 toneladas por dia. No Recife, 98% desse total não é encaminhado a nenhum sistema de reciclagem, representando a perda de um grande potencial econômico de um lado e, por outro, um enorme impacto socioambiental para a cidade.

As catadoras e catadores aparecem, assim, como sujeitos políticos importantes nas cidades e como atrizes/atores sociais fundamentais nesse processo. São cerca de cinco mil catadoras/es atuando hoje na RMR, grande parte deles sem condições dignas de trabalho e com poucas políticas públicas que fortaleçam a sua intervenção.

Nesse contexto, a Cooperativa de Agentes em Gestão de Resíduos Sólidos (COOPAGRES) foi fundada no ano de 2001 para incidir sobre essa realidade, buscando incentivar os/as catadores e catadoras de materiais recicláveis a se organizarem para o trabalho associado. A partir de então iniciou seus trabalhos organizativos e de reciclagem, estabelecendo parceria com o METROREC e a Prefeitura do Recife para a concessão do terreno e a construção da sua sede. Em 2012, de acordo com a Lei do Cooperativismo nº 12.690/2012, decretada sob o nº 8.163/2013, a razão social da entidade foi alterada para Cooperativa de Trabalho de Catadores de Resíduos Sólidos Recicláveis (COOPAGRES).

A direção da COOPAGRES tem representação na Comissão Estadual de Catadores, instância local de representação do Movimento Nacional dos Catadores, além de participar do Fórum Estadual Lixo Cidadania. Quanto aos investimentos em capacitação e gestão administrativa, a COOPAGRES participou do Projeto Cataforte I e II.

São diversas as ideias e valores que movem a COOPAGRES, dentre eles destacamos a justiça ambiental, a inclusão social e a promoção da economia solidária. Para isso, é necessário garantir o protagonismo, autogestão, a democracia de base, a independência de classe em relação a partidos, governos e empresários, a auto-organização, o apoio mútuo e solidariedade de classe, o respeito à diversidade em todas as suas formas e a construção da Reciclagem Popular.

Uma das principais lutas hoje é pela implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, Lei 12.306/10 que instituiu um prazo legal para estados e municípios definirem suas políticas voltadas para a coleta seletiva e para a reciclagem. A coleta seletiva com participação dos catadores e catadoras ganhou espaço, sendo recomendada pela PNRS como modelo tecnológico a ser adotado nos municípios sob a orientação de novos parâmetros de consumo, representados pelos 3Rs (Reduzir, Reutilizar, Reciclar).

-167-

No Brasil a coleta de material reciclável destinada à produção industrial atinge índices de 65,3% para as embalagens (PET e latas de alumínio) e de 27% para os resíduos secos de um modo geral, segundo dados do Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE).

No que diz respeito ao Recife, ainda que de forma incipiente, há na cidade um histórico de práticas de coleta seletiva, de programas e projetos implementados pelas gestões municipais. Contudo, verifica-se que o quantitativo de catadores e catadoras organizados em cooperativas, trabalhando em núcleos de triagem (como eram denominados os galpões dos catadores) é muito baixo. Na capital pernambucana, o número de catadores e catadoras que utilizam os sete galpões como locais de trabalho, não chega a 130 pessoas, representando menos de 10% do universo de catadores e catadoras existentes na cidade. Segundo levantamento realizado em 2010, pelo Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis - MNCR, são cerca de 1.500 que se encontram nas ruas, em situação de vulnerabilidade, com riscos para sua segurança e vida.

Apostamos na ação direta, na organização política das/os catadoras/es, na formação e na proposição de políticas públicas para o nosso segmento como formas principais de apoiar e qualificar a ação dos catadores e catadoras, numa perspectiva inclusiva, de geração de renda, com base empreendedora e de melhoria das condições de trabalho e de vida.

Os catadores e catadoras de materiais recicláveis vêm desempenhando um importante papel socioambiental, contribuindo para a destinação adequada dos materiais recicláveis. No entanto, a maioria destes trabalhadores/as ainda não tem o reconhecimento social pelo trabalho que realiza, embora o reconhecimento da importância dessa categoria conste na Lei do PNRS (12.306/10). Assim, entre os problemas enfrentados destaca-se a informalidade das relações de trabalho e o pouco reconhecimento pelo poder público. Mesmo se tratando de cooperativas legalizadas, não há, junto ao poder público, instrumentos que respaldem a relação de prestação de serviços, ainda que essa seja uma recomendação legal, adotada pela Lei

11.445/07 que instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico. Além das recomendações legais, não se verifica investimentos concretos por parte do poder público municipal em apoiar as cooperativas de catadores no sentido de incluí-las como prestadoras de serviço. No caso do Recife, o poder público municipal limita-se a ofertar alguns poucos maquinários e apoio à infraestrutura como: pagamento de água e energia e aluguel de galpões. Entretanto, sem investimento adequado, as condições de trabalho nos galpões, quando se dispõe deles, permanecem extremamente precárias.

Outro problema enfrentado pelas cooperativas de catadores, incluindo-se a COOPAGRES, diz respeito à gestão administrativa e financeira do empreendimento. Constata-se que não há controle das finanças, há falta de registro adequado e acesso a linhas de crédito, não se investe para obtenção de excedente de produção, constituição de fundo e capital de giro, e muito menos, investimento em capacitação e melhoria do trabalho entre os associados. Essa situação fragiliza a relação de pertencimento entre os cooperados, gerando rotatividade de mão de obra, baixo número de associados e baixa produtividade.

A insuficiência de maquinários é outro problema recorrente. No caso da COOPAGRES a entidade dispõe de duas prensas, duas picotadeira de papel, uma balança digital e uma balança manual. A demanda para aumentar a produção requer investimento em maquinários, de modo a gerar melhor condições de trabalho e, conseqüentemente, aumento da produção. Outro aspecto relevante para o investimento em maquinários é a inclusão de novos catadores, que poderão ser atraídos pela possibilidade de aumento da produção e renda.

Além disso, o baixo investimento em capacitação nas áreas de gestão administrativa, financeira, de produção, relações interpessoais, direitos humanos e gênero são fatores que contribuem para dificuldades nas relações de trabalho e de gestão de pessoas e de negócios. Há, portanto, necessidade de investimentos contínuos nessa área, tanto para inibir a rotatividade de catadores nas cooperativas, como para fortalecer as relações entre associados. Como alternativa para solução ou minimização dos problemas evidenciados, se colocam as demandas por investimentos em maquinários e capacitações para melhoria da gestão, produção, permanência e ampliação do número de associados. Propõe-se enfatizar o fortalecimento de relações interpessoais, com ênfase na questão de gênero, de modo a repercutir numa relação de trabalho mais humanizada e respeitosa, considerando as diferenças de papéis desempenhados.

Diante desse cenário, não se pode atuar só. Nesse sentido, a COOPAGRES integra a Central de Cooperativas de Recicláveis de Pernambuco (CECORPE) e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). O Movimento, por sua vez, tem braços institucionais como a Associação Nacional das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis – ANCAT, como a União Nacional das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis – Unicatadores. O MNCR faz parte da Rede Latino-Americana de Recicladores, da Aliança Global de Catadores e da Rede Gaia. Buscamos assim, avançar numa agenda política que tem como principais demandas o reconhecimento da profissão, mas também a gestão integrada dos resíduos, a educação ambiental, a coleta seletiva solidária, o fortalecimento de redes de cooperativas com vendas conjuntas ou ainda o beneficiamento dos materiais recicláveis, potencializando as lutas pela Reciclagem Popular e pelo Resíduo Zero e a promoção de um mundo com justiça socioambiental.

ESPAÇO MULHER DE PASSARINHO

-170-

O Espaço Mulher de Passarinho se identifica como um grupo de mulheres negras, periféricas e feministas. O grupo está situado no bairro de Passarinho, localizado no município de Recife na Região Político Administrativa 3 (RPA3) e reflete a realidade das grandes cidades que cada vez mais expulsam e espremam a população pobre para as periferias, sem condições básicas de saneamento e moradia digna. Passarinho é uma comunidade “filha” do Morro da Conceição, bairro de Casa Amarela, que surgiu de um projeto do Conselho de Moradores do Morro para Moradia. Tudo o que existe na comunidade é fruto do trabalho das/os moradoras/res desse território. O Espaço Mulher nasceu da necessidade das mulheres de terem um espaço pra falar, para construir seu fortalecimento e elevar a sua autoestima.

O Espaço Mulher de Passarinho mantém várias relações de parceria com organizações como Fase, SOS Corpo, Casa da Mulher do Nordeste, Fórum de Mulheres de PE, Rede de Mulheres Negras de PE, Grupo de Mulheres Cidadania Feminina e Grupo Curumim – Gestação e Parto. O grupo é composto principalmente por trabalhadoras domésticas, diaristas, donas de casa e jovens, o que revela a desigualdade social, sobretudo para as mulheres que não tem seus direitos trabalhistas assegurados e vivem em condições precárias, sem qualidade de vida. Ao longo desses anos, o grupo tem feito a diferença na comunidade de Passarinho, por ser o único grupo de mulheres no território. Hoje, o grupo se reconhece como uma organização de mulheres negras e feministas, bem diferente do grupo que foi fundado em 1999. Não só pela visibilidade que as mulheres negras estão ganhando na atualidade, mas pela história de luta e pela constante resistência ao longo do tempo.

O fato de terem se descoberto como artesãs tem sido uma força para as mulheres, pois essa é uma forma de autonomia e também um meio de gerar renda para o grupo. Tem sido estimulante descobrir a potencialidade de cada uma das mulheres, através da experiência do artesanato, confeccionando bolsas, necessários, portas-moeda, colares, tiaras, entre outros produtos feitos em costuras e bordados.

As principais lutas da comunidade são por educação, saúde e segurança. Demanda-se da Prefeitura do Recife a ampliação do número de vagas oferecidas na escola, tendo em vista que há mais de 200 crianças fora dela; a

garantia do funcionamento pleno e sistemático do posto de saúde local e a melhoria da iluminação pública, que é um dos fatores da falta de segurança para as mulheres.

Outra luta prioritária é o enfrentamento ao racismo e ao sexismo, realizado através de diferentes estratégias, tais como: realização do Dia da Beleza Negra, que tem como objetivo fortalecer e resgatar a auto afirmação como mulher negra e a autoestima a partir da sua identidade e de seu empoderamento; o Julho das Pretas, que comemora o 25 de Julho (Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha); o Bloco Sou Gorda Mas Eu Pulo, uma iniciativa carnavalesca de valorização da estética da mulher negra e fortalecimento da luta contra o racismo e a gordofobia.

Já foi realizada Audiência Pública na Câmara de Vereadores do Recife sobre a precariedade ou ausência de tais serviços públicos na comunidade. E anualmente, realiza-se o Ocupe Passarinho, um conjunto de atividades voltadas para denunciar a precariedade (ou ausência) de serviços públicos na comunidade e exigir providências do poder público, agregando assim novas formas de fazer protesto, ocupar as praças e as ruas e ganhar o mundo.

REDE DE MULHERES NEGRAS DE PERNAMBUCO

-172-

A Rede de Mulheres Negras de Pernambuco é uma articulação política sem fins lucrativos e sem filiação partidária, composta por mulheres negras de diferentes setores da sociedade, de diferentes faixas etárias e que se afirmam como feministas. A Rede é também parte do Movimento Negro.

Criada a partir da culminância da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver, realizada em Brasília, em 18 de novembro de 2015, e de da Marcha ocorrida em Recife em 9 de dezembro de 2015, a Rede se constituiu a partir do grupo de mulheres que construiu esses processos e instituiu o Comitê Impulsor local. Esse grupo se reuniu para avaliar o processo e os resultados da Marcha e acordou continuar se encontrando mensalmente, para dar continuidade às ações. Estabeleceu-se então um processo de discussão para definição e escolha do formato que assumiria essa articulação no pós-Marcha e que culminou com a criação da Rede, composta hoje por cerca de 100 componentes.

A Rede possui Núcleos nas quatro grandes regiões do estado (Sertão, Zona da Mata, Agreste e Região Metropolitana), sendo o Núcleo de Recife/ Região Metropolitana o mais numeroso.

Como objetivo central, a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco tem o combate ao racismo e ao sexismo e a promoção de iniciativas de valorização da presença e da contribuição das mulheres negras em todas as esferas da sociedade. A Rede tem buscado articular e mobilizar mulheres negras de todos os setores da sociedade e de todas as regiões do estado, partindo da compreensão de que a realidade de opressão e as desigualdades vivenciadas pelas mulheres negras só podem ser enfrentadas com a organização política e a atuação qualificada e estruturada das mesmas. Nesse sentido, temos investido todos os nossos recursos e capacidades em ações de mobilização, convocação e visibilização da Rede, além de atividades de formação sociopolítica, para aglutinar as mulheres negras de Pernambuco em torno dessa agenda de lutas em defesa dos direitos e contra todas as formas de discriminação e violência.

Outra prioridade é a atuação sistemática na defesa de direitos das mulheres negras, através da incidência em políticas públicas de interesse desse segmento, prioritariamente nas áreas de trabalho, saúde, educação, segurança pública e políticas para mulheres. Entre as lutas prioritárias, podemos destacar a defesa das políticas sociais, tendo em vista as inúmeras perdas que temos sofrido nos últimos anos; o enfrentamento à violência contra a mulher, cujos índices tem se reduzido em relação às brancas e aumentado em relação às negras; a defesa dos sistemas de cotas nas universidades, para que não haja recuos na inserção da população negra no ensino superior; a defesa das terras quilombolas, cujo direito garantido na Constituição Federal tem sido ameaçado permanentemente pelos setores dominantes do país; a luta contra o extermínio da juventude negra, que vitima não só os próprios jovens, mas também as mulheres e as famílias; a luta contra a política de drogas que gera encarceramento em massa da população negra e colabora para o seu extermínio.

A Rede utiliza as formas mais tradicionais de luta dos movimentos sociais no Brasil, como o ativismo, a estética como ação política, a realização de marchas, formações políticas, debates públicos, a inserção na mídia, em redes sociais, entre outras. E é atualmente integrante do Núcleo Gestor da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, juntamente com o Grupo de Mulheres Mãe Andresa (MA) e o Instituto Ayabás (PI). É membro da AMNB – Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. A Rede mantém relações de parceria e recebe apoio regularmente das seguintes organizações: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, Casa da Mulher do Nordeste, FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Grupo de Mulheres Cidadania Feminina e Grupo Espaço Mulher de Passarinho. No nível local, participamos sistematicamente das ações puxadas pelos coletivos feministas, além de ações do movimento negro. A Rede segue o mote geral do movimento de mulheres negras no Brasil hoje: “Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver”.

CORES DO AMANHÃ

-174-

O **Movimento Social e Cultural Cores do Amanhã**, é uma associação Civil, com caráter filantrópico social, cultural, educacional e sem fins lucrativos, fundada em 30 de março de 2009, nos termos da legislação em vigor, com prazo e duração indeterminado, podendo reivindicar junto aos órgãos públicos os interesses das crianças, adolescentes, jovens e da sociedade como um todo. Tem como missão institucional oferecer cultura e cidadania para crianças, jovens e famílias no Estado de Pernambuco, utilizando as artes, os esportes, a educação social na perspectiva de disseminar uma cultura de paz nos bairros, além de incentivar a formação cidadã e a produção cultural para a geração de renda familiar, e o acesso a cultura, aos esportes e ao lazer, utilizando como ferramenta de aprendizado a cultura Hip Hop e as Artes Urbanas em geral.

Participamos de eventos culturais ligados à cultura regional, Hip hop, entre outras expressões artísticas do nosso país, bem como temos alguns convênios com órgãos ou instituições públicas, privadas, congêneres e organizações internacionais, constituídas por ilimitado número de associados. Sem cunho político ou partidário, com finalidade de atender a todos que a ela se dirigirem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, sexualidade, gênero, raça, cor ou crença religiosa.

O Hip Hop veio como princípio para o início do trabalho do grupo, fenômeno mundial, uma importantíssima manifestação cultural das grandes cidades, um espaço de inclusão social de jovens da periferia e de crítica às relações sociais excludentes, entretanto, ainda alguns reproduzem, costumes e atitudes discriminatórias, persistentes em nossa sociedade, em relação às mulheres, aos jovens negros, aos jovens LGBTTI, entre outros, que sofrem todos os dias com os diversos tipos de violências e pela falta de assistência no atendimento aos seus direitos como humanos.

O Movimento Social Cores do Amanhã, não está isolado, participa de articulações, fóruns e redes, porque avalia a importância de está articulado com outros movimentos e grupos, por compreender que a nossa luta só tem sentido e força se contarmos com outros. Atualmente temos participação no Fórum de Juventude de Pernambuco, e no Parlamento Jovem do Recife, e parcerias com as organizações Gestos, GAJOP, FICAS, Porto Social, Indebras, FASE, como também, com a Secretaria da Juventude, Secretaria de

Direitos Humanos, Secretaria da Mulher, Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer, Secretaria de Cultura, SESC – Banco de Alimentos, além da participação no Conselho de Assistência Social do Recife.

O Cores do Amanhã busca garantir que as comunidades periféricas possam ter acesso à cultura e à cidadania através das artes, dos esportes e do Hip Hop, especialmente para a comunidade do Totó, e outros bairros do estado de Pernambuco e em outros estados.

Hoje com seu Espaço Cultural o grupo oferece mais de 20 oficinas fixas e gratuitas para os moradores do Bairro do Totó e de bairros vizinhos, são cerca de 650 atendimentos mensais nas diversas expressões, uma forma que o grupo vem utilizando para a formação e o fortalecimento das periferias, lutando sempre por mais oportunidade, pelos Direitos Humanos e pelo fim dos diversos tipos de violências dentro dos bairros.

Salientamos alguns dos objetivos que são fundamentais e que nos orientam nas nossas ações e na incidência política: Defender os direitos e os interesses dos associados e da comunidade, incentivando-a e apoiando grupos que gerem mudanças sociais e promover encontros, eventos culturais, esportivos, recreativos, sociais ligados ao Hip Hop; promover unidades produtivas operadoras de emprego e renda; incentivar a multiculturalidade entre as diversas expressões artísticas existentes e a sustentabilidade nas comunidades; promover a ética da paz, da cidadania, dos direitos humanos e democracia e os outros valores universais, além de incentivar a sociedade ao amor ao próximo e não à violência, e ao combate as drogas; Difundir o Hip Hop como um movimento Cultural, político e social que promove a cidadania contribuindo para levar educação através da arte de rua e de seus elementos (break, graffiti, Dj, Mc e conhecimento) e garantir a liberdade de expressão e liberdade artística dos indivíduos e do Movimento Social e Cultural Cores do Amanhã.

A forma que o grupo vem utilizando para a formação e o fortalecimento das periferias, lutando sempre por mais oportunidade, pelos Direitos Humanos e pelo fim dos diversos tipos de violências e violação de direitos que ocorre nas comunidades periféricas, para isso temos pautado as seguintes lutas: A luta pelo direito de se manter no território. Exercer a cultura de paz através do graffiti e os outros elementos do hip hop incentivando a redução de danos, nas drogas e em qualquer tipo de violência vivida nos bairros; temos incentivado a produção de graffiti como arte.

Temos como metodologia do nosso movimento trazer elementos de discussões para gerar reflexões, debates e atividades mais lúdicas ligadas

as artes e os esportes para criar novas possibilidades e novos caminhos, para todos se sentirem incluídos e com novas ferramentas para enfrentar o mercado de trabalho suas as vivencias pessoais, além de construir conhecimento sobre os direitos enquanto raça, gênero, classe, identidade de gênero, orientação sexual e juventudes; elevar nestas atividades, o trabalho em grupo, a criação dos vínculos e o fortalecimento de suas lutas pessoais e coletivas.

Para alcançamos os nossos objetivos contamos com uma equipe de educadores sociais, coordenador pedagógico, psicólogo, assistente social, advogado, contadora, entre outros profissionais de diversas áreas que buscam oferecer dia a dia mais oportunidade para os moradores do nosso bairro, e atendidos pelo espaço cultural Cores do Amanhã.

Os educadores nas áreas culturais, esportivas, de saúde e lazer, atuam com praticas e conceitos que buscam o bem-estar e a participação coletiva e ativa da comunidade como um todo.

Nesse momento de recrudescimento da violência contra jovens negros, moradores da periferia e as mulheres, especialmente as mulheres negras, **desmonte das políticas públicas e da DEMOCRACIA** temos como lutas principais para enfrentar essa conjuntura o seguinte:

- Lutar pelo direito de existir enquanto movimento social e cultural, participando do controle social e fazendo ativismo nas suas diversas e variadas formas;
- Continuar o trabalho que já vem sendo desenvolvido e ampliar ainda mais o conhecimento do sujeito político, das demandas sociais e das políticas públicas existentes para as pessoas atendidas e para membros da equipe;
- Fortalecer instituições, movimentos e coletivos que demandem de nossa ajuda, potencializando o trabalho em rede;
- Enfrentar e combater a discriminação e as diversas violências que direta e indiretamente afligem no tocante as pessoas Negras; Crianças e Juventudes, as Mulheres, e LGBTTI.

RUA JUVENTUDE ANTICAPITALISTA

O RUA Juventude Anticapitalista surgiu em 2014 no Rio de Janeiro no “I acampamento das Juventudes Anticapitalista”, com a fusão de coletivos locais que se identificaram com as pautas de luta. O RUA tem sede em 21 cidades pelo Brasil: sendo o RUA RMR o primeiro a ser fundado em PE, no ano de 2015. Também temos o RUA Surubim (PE), fundado em 2018. Somos independentes financeiramente e não-filiado a partidos políticos em/de Pernambuco.

-177-

Os lugares de atuação do coletivo RUA são diversos: no movimento estudantil (DAs, DCEs em universidades e faculdades do estado), movimento feminista, LGBTTI+, ambiental e indígena na RMR e também no interior de Pernambuco, periferias no centro. E por sermos anticapitalistas, lutamos por justiça social: saúde, educação, cultura, direito à moradia e à cidade para a população negra, periférica e LGBTTI+ e ainda na luta antiprobicionista.

Atualmente o RUA integra o *FOJUPE* (Fórum de Juventudes de Pernambuco), onde ajudamos na formação e construção de formas de resistências e luta dos jovens na cidade e no interior do estado. Também integramos o FRENTE DO POVO SEM MEDO, FÓRUM LGBT, COMITÊ PERMANENTE CONTRA O USO DE AGROTÓXICOS, TIRE SEU BAIRRO DO ARMÁRIO, UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ESQUERDA.

Temos um cursinho pré-ENEM, onde os professores são voluntários e dão aulas semanais para jovens LGBTs, periféricos e/ou sem condições de pagar um cursinho e entrar em universidades federais.

Sobre a questão agroecológica, no ano de 2018 aprovamos um edital do Fundo Casa para a construção de uma horta urbana no bairro da Brasília (RMR), e realizamos em setembro desse ano o seminário “*Destruindo Asfaltos e Construindo Pontes*” que foi realizado na UNICAP com apoio das ONG/Org: FASE, DIACONIA, CASA DA MULHER DO NORDESTE, CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ e FOJUPE, onde discutimos agroecologia urbana com as mulheres da comunidade Palha de Arroz, indígenas da etnia Xucuru do Ororubá, e jovens da RMR. Foi um momento muito proveitoso e de grande aprendizado para todos(as).

Nossa forma de resistência se dá a cada dia que tentamos nos organizar de forma coletiva, buscando nos conectar com as várias linguagens de juventude e formas de lutas *não-capitalista* e mais humana. Onde a população negra, o LBTTI+, os jovens e a juventude periférica e todas as pessoas que se identificaram com a luta coletiva se unam e sejam os protagonistas das suas próprias lutas.

COLETIVO DE ESTUDANTES NEGROS ALESSANDRA CARIPUNA

-179-

O Coletivo de Estudantes Negros Alessandra Caripuna, formado em sua maioria por mulheres, nasceu por meio da mobilização de alguns estudantes da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) no final de 2017. Através de reuniões informais, encontros e conversas, o grupo percebeu a necessidade de criar um espaço de fortalecimento e acolhimento para alunas negras e alunos negros. A partir daí, compreendeu-se a criação do coletivo como ideal para alcançar esses discentes.

O coletivo surgiu, a princípio, para acolher afetivamente discentes que estavam passando por problemas raciais na universidade. No entanto, no decorrer do ano de 2018, o coletivo começou a se redefinir e deixou de ser apenas uma unidade de fortalecimento e começou a entender que era necessário iniciar uma atuação mais política, em razão das inúmeras situações de racismo vivenciadas na UFOPA.

Além disso, antes da criação do coletivo não existia nenhuma entidade que pautasse a defesa dos negros e negras. Dessa forma, somos o primeiro coletivo a defender essa pauta como principal. No entanto, existem mais dois coletivos na Universidade, o Diretório acadêmico indígena e o Coletivo de estudantes quilombolas. Atualmente, por sermos o mais recente coletivo, estamos unindo forças a essas outras unidades para denunciar qualquer ato que invalide nossa existência na instituição.

Nossa atuação compreende as ações afirmativas, acompanha a sua execução na universidade, propõe a inclusão de negras e negros na construção política de editais, acompanha os processos de denúncia de casos racismo e outros que envolvam discentes da instituição.

Como o coletivo ainda é recente, estamos passando pelo processo de institucionalização na universidade, para que possamos, assim, ter um reconhecimento formal e alcançar o direito de integrar os espaços institucionais de decisão. Sendo assim, o Coletivo Negro Alessandra Caripuna vem ampliando suas atuações e permitindo um novo olhar do negro amazônida na UFOPA, mesmo esse sendo um espaço contemplado por uma diversidade de sujeitos sociais da Amazônia.

A Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém (FAMCOS) congrega entidades populares de base que atuam na luta pelo direito à cidade. São 33 associações de moradores e centros comunitários filiados, todos na área urbana.

Fundada em 19 de março de 1989, a FAMCOS tem como missão favorecer a melhoria da qualidade de vida na cidade, através do associativismo, tendo como bandeiras de luta o acesso à água potável, à moradia, à educação, à saúde, à segurança pública, à cultura, ao lazer, ao meio ambiente sustentável e equidade de gênero, pautando-se pelo engajamento e organização comunitária.

Na última década, as demandas relacionadas a serviços e políticas públicas urbanas se avolumaram em Santarém. As razões centrais disso decorrem da expansão do agronegócio, da mineração e dos projetos de construção de portos na Região Metropolitana de Santarém (Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos). Com o avanço desse modelo desenvolvimentista sobre os territórios das populações tradicionais, cresce o êxodo rural, aumenta o desmatamento, a poluição de rios e igarapés e incham as periferias da cidade sem a devida ampliação da infraestrutura e de serviços básicos, como transporte e saneamento.

Historicamente, a FAMCOS sempre liderou as lutas pelas pautas urbanas em Santarém. Para tanto, articula-se local, regional e nacionalmente, chegando a coordenar o GT Urbano do FAOR (Fórum da Amazônia Oriental) e exercendo a representação deste no Fórum Nacional de Reforma Urbana. No contexto Pan-Amazônico, a FAMCOS também se engajou no Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA), sendo uma das principais organizações que lideraram e assumiram a realização do V FOSPA, em Santarém, em 2010, e tem participado ativamente dos processos do Fórum Social Pan-Amazônico até os dias atuais. Além disso, a entidade integra o Comitê Gestor do Fundo Autônomo das Mulheres Luzia Dorothy do Espírito Santo.

Entretanto, nos últimos anos a FAMCOS, passou por diversas dificuldades. Muitas de suas lideranças assumiram funções nos governos do campo democrático popular e, além disso, a dinâmica de formação e capacitação da militância ficou fragilizada. Ainda hoje, a Federação tem sentido dificuldades para reorganizar suas bases.

Apesar disso, a FAMCOS tem atuação em relevantes espaços de controle social, como os conselhos municipais, destacando-se os seguintes: de saúde; de meio ambiente; de habitação de interesse social; de transporte e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

É importante destacar que, desde o início dos anos 2000, as linhas de atuação da FAMCOS não se limitaram às reivindicações por saúde, transporte e moradia. A luta pela defesa e proteção dos rios, lagos e igarapés ganharam maior dimensão. Tanto que a FAMCOS criou o Comitê em defesa do Urumari – um coletivo que se dedica às ações de recuperação e proteção do Igarapé Urumari, um manancial que corta sete bairros da zona urbana de Santarém. As ações do Comitê são desde articulação e mobilização comunitária, educação ambiental às pesquisas de avaliação e monitoramento da qualidade da água, fauna, flora e solo do ecossistema Urumari, em estudos e pesquisas feitas em parceria com a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Em função desse trabalho, em 2017, o Igarapé Urumari foi selecionado como piloto por um projeto da prefeitura municipal para recuperação de igarapés urbanos em Santarém.

Além disso, os lagos do Juá e Maicá também são pautas de atuação da FAMCOS que integra os movimentos Salve o Juá e SOS Maicá. No caso do Juá, uma grande imobiliária chamada Buriti, visando à construção de um condomínio de luxo, desmatou toda área do Lago, causando assoreamento e afujentando os peixes, prejudicando diversas famílias que moram às margens do lago e de lá tiram seu sustento, através da pesca artesanal. O movimento Salve o Juá, após diversos protestos e manifestações, formalizou denúncia aos Ministérios Públicos Estadual e Federal, os quais ajuizaram ação judicial que resultou no embargo do empreendimento.

Já o Lago do Maicá enfrenta a cobiça do agronegócio que pretende construir na região três terminais portuários para o escoamento de soja. O Maicá é um berçário de peixes, de onde sai boa parte do pescado comercializado nas feiras e mercados de Santarém, além de um ser roteiro turístico conhecido por sua bela paisagem natural e uma forte região produtora de hortaliças. Às margens do Lago, está localizado o bairro Pérola do Maicá, o qual tem um quilombo urbano.

E a luta pela defesa e proteção do Lago do Maicá foi um dos pontos em destaque no processo de revisão do Plano Diretor de Santarém, iniciado em 2017. A FAMCOS representou a sociedade civil na Comissão Executiva de Revisão do Plano Diretor. Na Conferência final, realizada em novembro de 2017, a população aprovou a proposta dos Movimentos Sociais que ga-

rantia o Maicá como bem comum do povo, destinado à pesca artesanal, às atividades turísticas de base comunitária e ao embarque e desembarque de pequeno porte para as embarcações das comunidades ribeirinhas.

Após isso, o Projeto de Lei do Plano Diretor de Santarém foi para a Câmara Municipal onde ficou engavetado por mais de um ano, apesar das cobranças dos movimentos sociais quanto à sua tramitação na Casa Legislativa. Contudo, no apagar das luzes de 2018, os vereadores, na surdina, aprovaram o Projeto de Lei alterando a destinação do Lago do Maicá para construção de portos graneleiros, cedendo à pressão dos empresários do agronegócio com quem os vereadores tem seus reais compromissos.

Esse é um claro exemplo de como a cidade, os bens comuns e os direitos da população têm sido capturados pelo agronegócio e pelo setor imobiliário, com total convivência dos poderes públicos locais que estão alinhados com os interesses do grande capital.

Mas, apesar de mais esse golpe, a FAMCOS, assim como as demais organizações e coletivos dos movimentos sociais de Santarém, segue firme na luta pela defesa dos nossos territórios, do nosso patrimônio ambiental e cultural, do nosso direito de viver bem na cidade, com qualidade e dignidade para a população.

NOSSA HISTÓRIA - 40 ANOS DE ATUAÇÃO EM DEFESA DA VIDA

DARCILENE GODINHO¹

VALERIA BENTES²

-183-

O Grupo de Defesa da Amazônia é uma entidade civil não governamental, de educação ambiental, fundada em 1978, constituída juridicamente na forma de associação sem fins lucrativos, sediada no Município de Santarém, Estado do Pará, constituída por um grupo de pessoas de diversos segmentos sociais ligadas ao movimento popular dentre eles: comerciários, estudantes, agentes de pastorais e lideranças sindicais, atualmente conta com a participação de 15 membros atuantes e na sua maioria voluntários formados em diversas áreas do conhecimento.

O GDA surge a partir de uma semana catequética realizada pela paróquia de São Raimundo Nonato no Centro de Formação Emaús no ano de 1978. A partir desse momento um grupo de pessoas assumiu o compromisso de formar um coletivo de estudo de reflexão da realidade brasileira. Era época da ditadura militar, o desafio de refletir a conjuntura social e política tornava-se um tanto perigoso para as pessoas que estavam à frente da organização do grupo.

Assim, movido por este propósito inicial, a entidade existe há mais de 40 anos em Santarém, e ao longo da sua história vem desenvolvendo uma série de ações de defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural da região do baixo amazonas marcando assim a identidade institucional do grupo na luta articulada com outras organizações, comunidades do campo e cidade, recorrendo aos órgãos institucionais como Ministério Público Estadual e Federal quando necessário. E para atingir seus objetivos, o GDA vem contribuído nas diversas lutas sociais existentes na região.

Ao longo dessas décadas vem enfrentando de maneira sistemática a luta em defesa da vida a exemplo da luta em defesa da bacia do rio Tapajós, seus povos e culturas no posicionamento contundente contra o seu

1. Educadora do GDA

2. Coordenadora do GDA

barramento; na luta pela recuperação e manutenção de importantes ecossistemas ameaçados pelo grande capital, como o Lago do Juá e o Lago do Maicá; na luta pela reestruturação do Sindicato dos Comerciantes de Santarém em 1979; o início do desenvolvimento de trabalhos de Educação Ambiental e Saúde junto as aldeias indígenas no Amazonas, com a criação do GAI – Grupo de Apoio aos Índios (1980 - 1989); realização das “Semanas da Amazônia”, dos “Povos Indígenas” (desde 1979) e “Semana do Meio Ambiente” (a partir da década de 90); e na parceria com o IBRADES – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento – atuou na promoção do curso de capacitação de lideranças em Realidade Brasileira e Amazônica.

Outras ações relevantes do GDA na resistência contra o grande capital foram: introdução das discussões sobre a poluição mercurial do Rio Tapajós, com a realização do “I Congresso em Defesa do Meio Ambiente do Baixo Amazonas” (1990), a realização da pesquisa sobre Poluição Mercurial no Vale do Tapajós (1991/92), culminando com a participação do GDA no Tribunal Internacional das Águas na Holanda (1992) do qual gerou a edição a cartilha “O Preço do Ouro” e a produção do filme “Rio de Mercúrio; denúncias de exploração da madeira, seixo e pesca predatória, encaminhadas ao Ministério Público Federal, IBAMA e/ou SECTAM (1990-1998). E desde 1995 realiza a Caminhada Ecológica na orla ripariana de Santarém, além de ter desenvolvido o PROCEAM – Projeto de Capacitação de Educadores Ambientais Multiplicadores (1998-2004), e o projeto de replicação de bibliotecas comunitárias em comunidades da região e entorno da Reserva Extrativista do Tapajós/Arapiuns, no município de Santarém, o Projeto da Estação digital Muiraquitã em parceria com o Ceapac, o projeto Bairro Limpo, vida saudável entre tantos outros. O GDA também tem atuado na promoção de atividades de sensibilização e capacitação socioambiental de comunidades ribeirinhas das regiões dos rios Tapajós e Arapiuns, processo este muito importante para a criação da Reserva Extrativista Tapajós/Arapiuns em meados de 1998, bem como junto a outras instituições lutou bravamente para a não instalação de um porto graneleiro na praia da Vera Paz no ano 2000.

Em reconhecimento ao trabalho de desenvolvimento socioambiental, a entidade recebeu o título de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 15.947/97 de 06 de junho de 1997. A Instituição tem como **missão** contribuir na construção do desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável, através da educação ambiental, defesa e valorização do patrimônio cultural e ambiental da região e melhoria da qualidade de vida das

populações amazonidas.

Nossos objetivos são: realizar ações de educação ambiental, mobilizações e sensibilização da população do baixo Amazonas; denunciar políticas e projetos governamentais e privados que prejudiquem o meio ambiente, as culturas, a economia regional e a pessoa humana; promover a troca de experiência entre organizações do movimento social urbano e rural, assim como das populações tradicionais, quilombolas, indígenas, pescadores, extrativistas, mulheres e jovens, através de intercâmbio de conhecimento e solidariedade nas lutas; contribuir na formulação de políticas públicas coerentes com a realidade e necessidades da população amazônica com ênfase a região do baixo Amazonas paraense.

As linhas de ação do GDA são: a educação ambiental, desenvolvimento comunitário e geração de renda, produção e divulgação de informações técnicas através da pesquisa aplicada, centro de informação e capacitação e formação de lideranças.

Ao longo desses 40 anos de atuação na região conta com parceria e apoio de instituições não governamentais Centro de Apoio a Projeto de Ação Comunitária – CEAPAC, Centro de Pesquisa e Formação dos Trabalhadores (as) do Baixo Amazonas – CEFT-BAM, Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais de Santarém – STTR; Conselho Indígena Tapajós Arapiuns – CITA; Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns – TAPAJOARA; Federação das Associações de Moradores de Santarém - FAMCOS, Organizações das Associações de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas – AOMTBAM. A entidade participa de algumas redes sociais de discussão interinstitucional ligados à área de atuação, dentre as quais destacamos: Movimento Tapajós Vivo – MTV, Fórum Amazônia Oriental – FAOR; CI- Conselho Internacional do Fórum Social Pan-Amazônico. Esses diferentes processos de articulação regional, nacional e internacional têm possibilitado grandes contribuições para a formulação de políticas públicas locais, pautadas nas demandas do povo, e voltadas para a consolidação de novas formas de desenvolvimento.

MOVIMENTO TAPAJÓS VIVO

-186-

O Movimento Tapajós Vivo (MTV) criado em 2009, está sediado em Santarém-PA, e é composto por outras organizações/movimentos (16 entidades/coletivos) e pessoas que não estão diretamente associadas à nenhuma organização, mas decidiram se engajar na militância em defesa do Rio Tapajós. O MTV se contrapõe ao ideal neoliberal, desenvolvimentista do setor energético que pretende implantar mais de 80 hidroelétricas na Amazônia. Só na região do Tapajós poderão ser construídas 7 usinas, sendo uma das maiores em São Luís do Tapajós. Além disso, no Pará há previsão de mais 16 usinas hidroelétricas nos rios que alimentam o Tapajós, Teles Pires e Juruena no Mato Grosso.

Soma-se a isso o agronegócio alavancado pela expansão da soja que já tem 70.000 hectares de terra plantada no planalto santareno, com intenso uso de agrotóxicos. Os projetos destruidores incluem 23 portos graneleiros entre Santarém e Itaituba. Esses grandes projetos preocupam as populações que dependem dos recursos naturais, dos ciclos da água e do equilíbrio socioambiental para garantir seus modos de vida.

Assim, as pautas do MTV não estão focadas somente nas hidroelétricas, mas em todos os projetos e perigos para a bacia do Tapajós e seus povos, como portos, hidrovias e a mineração. A grande bacia do Tapajós, ameaçada por tantos projetos criminosos, abrange os rios Teles Pires e Juruena. Também se incluem as sub-bacias do Jamanxin, Cupari e Arapiuns. Contudo, nossa atuação mais específica é no Baixo Tapajós (desde Santarém até o município de Aveiro). Fazemos aliança com o povo Munduruku do alto e do médio Tapajós, bem como com o movimento popular de Itaituba, São Luiz do Tapajós e Pimental.

Em suma, o MTV luta em defesa da soberania dos povos da Amazônia, pela vida no rio Tapajós e os direitos das populações tradicionais, incluindo-se nesse rol o direito dessas populações viverem com dignidade na cidade. Portanto, nos somamos a todos os movimentos que lutam pela melhoria da qualidade de vida do povo. Nossas atividades incluem estudo da realidade para nossa militância, promoção de encontros nas comunidades ribeirinhas para sensibilizar os ameaçados pelos projetos, produção de cartilhas educativas sobre as ameaças dos projetos hidroelétricos. Como atividades públicas, realizamos um primeiro seminário de dois dias na comunidade São Luiz do Tapajós no ano 2010, com presença de militantes de Santarém, MAB de Itaituba, o Procurador Federal Felício Pontes e um grupo de indígenas Munduruku. Mais adiante realizamos

em 2012 uma audiência pública dentro da Universidade Federal do Oeste do Pará, com presença de representantes do Ministério de Minas e Energia de Brasília, pesquisadores da região e militantes dos nossos movimentos. Esta audiência mostrou ao MME que aqui no Tapajós não aceitamos e sabemos as consequências de hidroelétricas no precioso rio. Realizamos uma manifestação na praça de Santarém com centenas de participantes em defesa do rio Tapajós para sensibilizar a sociedade santarena sobre as ameaças que pairam sobre todos nós. Em 2014 realizamos uma Caravana até a comunidade de São Luiz do Tapajós. Foi um dia com 700 participantes vindos do Mato Grosso, Xingu, Santarém, Aveiro, Itaituba e cerca de 120 indígenas Munduruku. Esta caravana serviu para visibilizar nossa resistência aos projetos criminosos de barragens no Tapajós. Em 2016 realizamos uma segunda Caravana, desta vez em dois dias e meio dentro da cidade de Itaituba. Reunimos 1.100 participantes vindos do Mato Grosso, Xingu, 250 lutadores de Santarém, 150 munduruku, jornalistas e especialistas que nos ajudaram a aprofundar os estudos sobre os projetos na bacia do rio Tapajós. Ainda em 2017 realizamos uma viagem com 45 militantes do MTV até a cidade de Juara, no Mato Grosso, para participar do Festival Juruena Vivo, que luta em defesa do rio Juruena, braço do rio Tapajós. Ampliamos nossa aliança com os lutadores sociais do Mato Grosso.

Para o período 2018/2019 temos como metas estudar e promover a construção de Protocolo de Consulta, de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Para 2019 já estão articuladas duas importantes ações. Um seminário das três bacias do Tapajós (Juruena, Teles Pires e Tapajós), com cerca de 100 participantes para construirmos uma estratégia conjunta de resistência e defesa do nosso território completo, prevista para março. A outra é o projeto chamado “Tapajós Solar”. Vamos fazer um trabalho educativo de nós mesmos e de comunidades aqui do baixo Tapajós com instalação de energia solar limpa, demonstrativa como alternativa às hidroelétricas de energia suja. Para esses dois projetos, estamos recebendo apoio financeiro de duas entidades solidárias. Além disso, logo em janeiro realizaremos uma oficina de formação de novas militâncias do MTV.

Mesmo sendo uma organização popular limitada, temos consciência de que somos referência na região como movimento popular em defesa do território. Isso implica nossa responsabilidade de construir outro mundo possível, substituindo esse mundo de destruição de nosso território, nossa liberdade e dignidade.

Nossos principais aliados são: Fundo CASA de São Paulo, Fundação Porticus da Holanda, Miziozentrale da Alemanha e Organização MISEREOR da Alemanha.

CONSELHO INDÍGENA TAPAJÓS ARAPIUNS, IDENTIDADE ANCESTRAL NO SÉCULO XXI

-188-

O Conselho Indígena Tapajós Arapiuns – CITA, fundado em 23 de maio de 2000, é uma organização de representação sociopolítica dos Povos Indígenas dos municípios de Aveiro, Belterra e Santarém, das regiões, Arapiuns, Maró, Lago Grande do Curuai e Planalto, dos povos Apiaka, Arara Vermelha, Arapiun, Borari, Cara-Preta, Kumaruara, Munduruku, Maytapú, Jaraqui, Tapuia, Tapajó, Tupaiú e Tupinambá, com o propósito de promover o bem-estar social, político, econômico, cultural, assim como defender os direitos civis e políticos, sociais e econômicos dos povos indígenas da região do baixo Tapajós, a partir do fortalecimento da organização integral desses povos e territórios, articulando e integrando lutas do movimento local, regional e nacional, a fim de formar e capacitar de forma especial a juventude e as mulheres para a defesa do patrimônio material e imaterial dos Povos Indígenas.

A bacia hidrográfica dos rios Tapajós e Amazonas é a base territorial do CITA. Os povos das seis dezenas de aldeias localizadas às margens destes rios possuem milênios de história, conforme vestígios encontrados nos sítios arqueológicos da região: Pedra do Erêrê, Taperinha, Aldeia I, II, III, Vera Paz, Salé e Parahua. As datações de carbono 14 projetam um período de pelo menos 13 mil e 100 anos, 7.000, 5.000, 4.000 e em 1542 o encontro dos indígenas na desembocadura do Lago Grande e Ituqui com a Caravana de Orellana. Somos berço da humanidade amazônica, testemunhamos e vivenciamos a existência das distintas civilizações e povos que viveram e vivem nestas terras. Somos guardiãs do manejo da cultura da mandioca e todos os seus derivados. Este território é habitado por gerações nos inúmeros verões e invernos do devir social e ecológico. Somos Indígenas, gente com relação marcada pela espiritualidade imemorial do Tauari, com sentido pleno da vida guiada pelos encantados, pelas rezadeiras, pelos concertadores, pelos pajés e o respeito pelas mães dos rios e das matas, que nos ensinam a reagir e a afirmar que somos: Apiaka, Arara Vermelha, Arapiun, Borari, Cara-Preta, Kumaruara, Munduruku, Maytapú, Jaraqui, Tapuia, Tapajó, Tupaiú e Tupinambá, reunidos no Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns – CITA.

OS DIREITOS, A LUTA E AS CONQUISTAS

A luta pelos direitos coletivos dos povos indígenas do baixo Tapajós é o resultado do esforço de lideranças, caciques, pajés, parteiras, estudantes, profissionais e demais autoridades indígenas que vivem nas aldeias e nas cidades de Santarém, Aveiro e Belterra, organizados no Conselho Indígena Tapajós Arapiuns - CITA, organização social de representação política das mais de 55 aldeias, 7.000 indígenas, Povos Arapiun, Arara Vermelha, Apiaka, Borari, Cara Preta/Munduruku, Cumaruara, Munduruku, Maytapu, Jaraki, Tapuia, Tupaiu, Tapajó e Tupinambá, que lutam de maneira coletiva para garantir os direitos indígenas consagrados na Constituição Federal Art. 231. *“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens e o Art. 232. “Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”. Esse reconhecimento a nível nacional reflete o que acontece no interior do Sistema Regional e Internacional de Direitos Humanos.*

Nós Indígenas, nos caracterizamos por possuir: (i) associação com um território; (ii) ambiente natural e de ocupação anterior a formação do Estado Nação; (iii) habitantes originários, nativos; (IV) uma população particular, distinta e diversa, marcada pela consciência da sua existência ancestral, milenar, pretérita e consuetudinária. Somos descendentes vivos daquelas que habitavam estas terras antes da invasão, somos indígenas porque nossas raízes ancestrais se encontram encravadas nas terras em que vivemos. Somos povos que compreendemos comunidades distintas com a continuidade enquanto existência e identidade que se une a outras comunidades, povos ou nações do seu passado ancestral aqui e em outros territórios.

Somos sujeitos de direitos e essa realidade foi positivada pelo Sistema Internacional de Direitos Humanos, através de normas, procedimentos e instrumentos vinculantes que obrigam os Estados Nacionais a garantir os direitos a cidadania indígena, neste contexto o Convenio 169 da OIT foi aprovado pelas Nações Unidas como marco legal internacional que afiança na Parte I, Política Geral. Art. 1 – literal a) - *aos povos tribais em países independentes cujas condições sociais, culturais e econômicas se distinguem de outros setores da coletividade nacional e que sejam **regidos total ou parciais** por seus próprios costumes ou tradições ou por uma legislação especial; e b) os povos em países independentes, considerados indígenas*

*pelo fato de descender de população que habitavam no país ou região geográfica a que pertence o país na época da colonização quando estabelecidas as fronteiras estatais atuais e qualquer que seja sua situação jurídica, conservam TODAS suas instituições sociais, políticas, econômicas, culturais e políticas próprias ou PARTES delas. 2 – A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá considerar-se um critério fundamental para determinar os grupos a que se aplicam as disposições deste presente convênio, ou seja o marco legal internacional reconhece o direito coletivo dos povos indígenas, define que os povos autoidentificados como tais, *per se*, como sujeitos de direitos, tanto aqueles que mantêm integral ou partes de suas culturas, dessa forma, estamos frente à ampliação e reconhecimento de direitos originários: ao território ancestral, o direito à consulta através das suas organizações de representação política, no nosso caso o CITA, e o direito de manter suas próprias estruturas de organização social.*

A construção da organização social do CITA se dá por etapas, sendo a primeira entendida como a *tomada de consciência indígena*, com a criação do grupo de consciência indígena, a segunda etapa a de conformação de uma organização social de representação política que reunisse os interesses coletivos dos povos, surge o Conselho Indígena Tapajós Arapiuns – CITA em 2000; a terceira etapa é marcada pelo reconhecimento e garantias dos direitos indígenas por parte do Estado brasileiro; a quarta é definida pela consolidação da estrutura organizativa, institucional e de efetivação dos direitos indígenas nos municípios de Aveiro, Belterra e Santarém.

O CITA E SUA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLITICA

A terceira e a quarta etapas são importantes, porque marcam duas grandes oportunidades, primeiro o CITA se consolida como interlocutor das demandas indígenas frente aos poderes públicos municipal, estadual e federal e a segunda recebe o reconhecimento por parte dos entes federados pela sua legitimidade e representatividade coletiva, no marco desse diálogo, as conquistas dos direitos são expressivas a partir de 2006, com educação diferenciada, bilíngue em todos os níveis e atualmente no nível superior, em termos da atenção à saúde com a implantação em 2016 do polo Santarém do Distrito Sanitário Especial de Saúde Guamá Tocantins, assim como a Implantação da Coordenação Técnica Local –CTL da Funai em Santarém e atenção à seguridade social dos indígenas e os processos de demarcação com a publicação de Relatórios de Identificação das Terras Indígenas(T.I.), Takuara, Bragança, Maritura, do Povo Munduruku; T.I Cobra Grande dos Povos Arapiun, Jaraki e Tapajó, T.I Maro do Povo Borari e Arapiun T.I Alter do Chão do Povo Borari, contudo o desafio se amplia no sentido de

consolidar o processo de demarcação dos que já iniciaram e iniciar aqueles que estão solicitadas é o caso da T.I do Planalto do Povo Munduruku que está judicializada, assim como outros territórios em auto demarcação é o caso da T.I Tupinambá do Povo Tupinambá, dessa forma, nos mantemos em luta para que as garantias jurídicas territoriais para os Povos Indígenas do Baixo se efetivem e os nossos direitos se cumpra conforme o que demanda a Constituição Federal de 1988.

O Trabalho do CITA tem sido marcado pela solidariedade, pela generosidade, pela cooperação e pela colaboração vinda de vários lugares e grupos, são apoios de organizações não governamentais, de direitos humanos, de apoio à causa indígena, da cooperação internacional, de órgãos governamentais e da cidadania. São recursos financeiros, recursos técnicos, apoio jurídicos, todos muitos bem vindos. Agradecemos a gratidão dos que lutam por causa justas e uma delas é a dos Direitos Indígenas e dos Direitos Humanos e dos Povos que compõe o Conselho Indígena Tapajós Arapiuns.

Nestes anos de luta podemos identificar os avanços e os desafios, entre os quais, a pesca predatória, a exploração madeireira, a criminalização das lideranças e as frequentes ameaças de morte, o assoreamento dos igarapés, o desmatamento, a exploração de minérios, o consumo de bebidas alcoólicas, exploração de madeira para lenha, caça predatória, poluição das águas e tráfico de drogas, especulação imobiliária, empreendimentos turísticos, a extinção dos castanhais e outras plantas nativas, conflitos com a pecuária e agrotóxicos, contudo, há muito porque lutar, afinal os nossos territórios possuem potencial agroecológico : na pesca artesanal, na conservação dos sítios de terra preta de índio, nas manifestações culturais, nas artes em fibra, argila, palha, cuia e sementes, na extração do látex, nas roças, nos quintais, nas variedades de plantas frutíferas, ornamentais, medicinais e na riqueza de pescados dos nossos rios, igarapés e no maior aquífero denominado de Alter do Chão, na conservação dos alimentos: piracuí, farinha e derivados, entre outros.

Somos mais de 7 mil indígenas, 1.400 famílias, 13 povos, somos os herdeiros dos conhecimentos do manejo da mandioca, das artes das fibras, palhas e barro, nossa relação é simbiótica com as águas, as várzeas são os nossos celeiros, os espíritos dos rios e mata nos protegem, dialogamos com eles pelo bem viver. Somos povos que habitamos esta região e nos posicionamos como herdeiros das culturas ancestrais e milenárias indígenas, seguimos ao longo dos séculos de colonização defendendo o patrimônio material e imaterial dos antepassados herança da geração atual dos filhos dos netos dos Povos originários do baixo rio Tapajós. Falamos o Nhengatu, mais já tivermos nossos próprios idiomas e vamos seguindo sendo semente na terra.

O DIREITO À CIDADE NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

EDILEUSA PENA DA SILVA¹

RUTH CORRÊA DA SILVA¹

SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA¹

-192-

O Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB), foi criado em 1986. Inicialmente com o nome de Grupo de Mulheres do Benguí, bairro onde se originou e desenvolveu suas primeiras atividades. Com a expansão do grupo para outros lugares, especialmente pela atuação de suas componentes, o nome foi alterado para poder atender esse novo formato do grupo.

O ano de surgimento do grupo remonta a um período em que havia uma inflação muito alta no país e as mulheres, que são as que sentem enormemente o peso de uma economia desestabilizada, precisavam encontrar alternativas para enfrentar essa situação. Sendo assim, algumas dessas mulheres resolveram se reunir e procurar uma saída para a crise financeira daquele período. Resolveram então, começar vendendo a pequena produção artesanal, que já faziam individualmente. Com o passar do tempo, essas mulheres perceberam que tinham muito mais motivos para se juntar. Um dos problemas percebido por elas, era o alto índice de violência doméstica no bairro. Uma delas, já tinha vivido em uma situação de violência, e, portanto, conhecia bem o problema.

Desde então, o GMB se orienta pelos princípios da justiça, da democracia, da igualdade e da equidade nas relações de gênero, raça e etnia. Sua atuação se dá a partir de duas grandes frentes de luta: **i) Violência contra Mulher e Saúde da Mulher** e, **ii) Autonomia Econômica das Mulheres**. Para desenvolvê-las, o grupo trabalha com mulheres e jovens, por meio de cursos profissionalizantes, rodas de conversa, seminários, oficinas e debates, levando informação e formação sobre temas como: DST/AIDS, combate à violência doméstica contra a mulher, tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, capacitações em gestão e gerenciamento de negócios, empreendedorismo solidário, agroecologia e produção orgânica em quintais urbanos, entre outros, que possam proporcionar tanto a autonomia

1. Sócias do Grupo de Mulheres Brasileiras e militantes feministas.

financeira quanto o empoderamento das mulheres. E a partir dessas frentes, tem atuado com incidência sobre as políticas públicas, participando de espaços de construção de políticas e de controle social e de redes da sociedade civil.

Para conseguir levar adiante seus objetivos, o grupo tem contado com muitas parcerias, entre as quais, destacam-se: Associação de Moradores do Benguí (AMOB), Núcleo de Educação Popular Raimundo Reis (NEP), Cidade de Emaus, Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), FLD Projetos de vida actaliança, ASW, GIZ, Fundação Heinrich Boll, Misereor, Cese, GIZ. O GMB também se articula em Fóruns e Redes, regionais e nacionais, como: Fórum de Mulheres da Amazonia Paraense (FMAP), Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), Fórum Metropolitano de Reforma Urbana (FMRU), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Fórum Nacional de Entidades Gestoras do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (FNEG), Fórum Paraense de Economia Solidária e Fórum Social Panamazônico. Estas alianças e parcerias foram fundamentais para o desenvolvimento e crescimento do grupo.

As articulações em redes e fóruns nas lutas pelo direito à cidade, destacando-se a articulação no âmbito do movimento feminista, possibilitaram ampliar a visão do grupo e construir o entendimento de que é preciso estar juntas e juntos para garantir as especificidades de cada um/a na cidade, como por exemplo, a participação da mulher nos espaços públicos (nos partidos políticos, nas eleições como candidatas, nas secretarias de estados, nos conselhos, nas esferas executiva, legislativa e judiciária), espaços estes, historicamente restritos e dominados pelos homens.

No livro “Direito à Cidade: uma visão por gênero”, publicado em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), destaca-se a importância feminina nas cidades tendo em vista que o desempenho das inúmeras funções exercidas pelas mulheres requer acessibilidade a espaços e serviços públicos e privados, lazer e cultura sem cerceamento, este muitas vezes motivado pelo risco à sua integridade física. A publicação destaca ainda que é necessário perceber a presença feminina na cidade, “o que envolve permitir sua participação nos espaços decisórios sobre o desenho, o uso e ocupação da cidade. As cidades têm uma significativa relação com o uso e a ocupação que o mundo masculino faz delas. Foram idealizadas e erguidas dentro dessa perspectiva, em que a presença da mulher era ignorada e, portanto, desconsiderada no tocante às escolhas sobre que forma e função os espaços públicos teriam e como seriam acessados.”

Nesse sentido, consideramos que a luta levada à cabo pelo GMB e pe-

los inúmeros movimentos feministas, ao enfrentar as conflituosas questões de gênero, contribui para provocar mudanças na mentalidade e na cultura, ainda que lentas, estas podem influenciar o planejamento das cidades, com o intuito de superar a segregação das mulheres no espaço urbano e, principalmente, favorecer a construção de cidades inclusivas e democráticas, que sejam seguras para as mulheres que são as maiores vítimas da violência urbana.

-194 - Na atualidade, o GMB, continua sua luta por uma sociedade justa, pela garantia dos direitos humanos, em especial, pelos direitos das mulheres. Com isso, tem participado e fomentado atos, passeatas, panfletagens, bem como participado e promovido cursos, oficinas, seminários e eventos que possam contribuir com o empoderamento das mulheres. As ações, também levam em consideração a cultura do lazer, como os saraus e os espaços de convivência, tão necessários neste caminho do direito de viver (bem) na cidade.

UMA INICIATIVA "MUITO FIRME": jovens do bairro Terra Firme criam canal de comunicação alternativa

-195-

“É nós na tela”: essa foi a expressão usada por Francisco Batista, apresentador do “Tela Firme”, ao falar sobre a iniciativa do programa da web criado para que moradores do bairro da Terra Firme, em Belém, pudessem se identificar por meio da produção e publicação de conteúdos diversificados. A ideia do programa surgiu da iniciativa de um grupo de jovens, moradores da área, que buscavam alternativas para comunicar o que há de melhor no seu bairro.

Foram oito pessoas que uniram suas habilidades e conhecimentos, alguns adquiridos durante cursos de formação da Unipop (Instituto Universidade Popular), para estruturar ainda no início deste ano o projeto que deu vida ao canal.

A primeira edição do programa mostrou a tradicional festa do carnaval, sob a perspectiva dos moradores do bairro; já a segunda edição trouxe como resultado a produção de um documentário sobre a Terra Firme, uma das periferias mais populosas de Belém, agregando cerca de 80 mil habitantes.

ASCENSÃO

O “Tela Firme” não é o primeiro canal de comunicação alternativo do bairro: outras iniciativas populares já surgiram no local, como a “Rádio Cidadania FM” e o “Jornal O Tucunduba”.

Mídias alternativas e comunitárias têm se propagado pelo Brasil como resposta ao monopólio e concentração da mídia no país, que impede a pluralidade de conteúdos e o alcance de diversos segmentos da sociedade.

Com um novo olhar, a proposta do programa era utilizar as novas mídias para democratizar informações. “Eu pensava em fazer uma coisa mais atual, mais moderna, voltada para as novas tecnologias. A verdade é que a gente juntou a fome com a vontade de comer, e parece que não era só eu que tava com essa intenção, os outros componentes também estavam com essa ânsia de fazer algo do gênero.”, revela o apresentador do programa, Francisco Batista.

O trabalho desenvolvido pela equipe não tem fins lucrativos e todos os materiais utilizados na produção foram adquiridos por meio de colaborações e coletas. A produtora do programa, Vanessa Alves afirma que o maior lucro da equipe é o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. “O nosso lucro é o retorno que a gente tem da população. É ver a galera compartilhando, divulgando, tudo isso é a nossa recompensa”, conta Vanessa.

De acordo com o editor Mailson Souza o objetivo do programa é mostrar as boas iniciativas e ações promovidas no bairro, fugindo do estereótipo de violência e pobreza. Os conteúdos também pretendem, sutilmente, chamar a atenção do poder público para as necessidades do lugar, assim como busca estimular a população a consumir outros tipos de informações.

A preocupação social está agregada à produção do “Tela Firme”, que mantém relação com vários segmentos da sociedade, participando de mobilizações e atos. A própria logomarca do programa agrega esse valor ao discutir visualmente a igualdade de gênero (menina e menino). As produções e iniciativas do “Tela Firme” podem ser vistas pelo YouTube ou pela Fan Page do programa.

“Projeto de produção audiovisual desenvolvido no bairro da Terra Firme. Com apenas um ano de existência (na época com um ano), o Tela Firme tenta refletir a luta do povo do lugar para construir, significar e ressignificar seu território. É um coletivo de comunicação popular formado predominantemente por jovens que, através do audiovisual, mostra a beleza da periferia e cobra políticas públicas que ofertem serviços necessários para a dignidade de vida de sua população. Quanto ao bairro retratado pelo projeto, a Terra Firme é considerada periferia imediata: próxima ao centro – constituída por uma grande ocupação de movimentos de luta popular, com apoio de entidades e movimentos sociais”. (Extraído do site “TÔ NA REDE”, no dia 25 de Maio de 2017).

Eu fui lá

Eu vi.

Eu vi luta

Eu vi resistência

Eu vi união

Eu vi esperança

Eu vi uma periferia não fabricada

Eu vi uma periferia vivida

Eu vi mazelas
Eu vi cultura,
Eu vi movimentos
Eu vi descaso
Eu vi “violência”
Eu vi desigualdade
Eu vi jovens fortalecidos
Eu vi a periferia pelos olhos do Tela Firme.
(Adriana Lira, 2018)

-197-

É importante enfatizar que o contexto sobre a periferia feito nesta investigação é somente uma visão geral que se tem do espaço, mas as percepções dos autores citados anteriormente possibilitaram um maior entendimento sobre determinadas situações relacionadas à esse território. Por exemplo, as redes alternativas, ações comunitárias e populares que surgem na periferia, como o ativismo do Coletivo Tela Firme, geralmente são ações motivadas por serem contrárias às desigualdades e indiferenças existentes nesses espaços.

Como também pode ser percebido no decorrer do estudo sobre periferia, os termos espaço e lugar foram citados inúmeras vezes, e ambos têm grande importância quando se busca compreender a periferia como poderá ser constatado na próxima seção (Lira, 2018)

O coletivo de comunicação popular Tela Firme é uma iniciativa que vem romper com esta lógica de representação da grande mídia local, ao mostrar um bairro que, se por um lado é penalizado pela ocorrência de violências urbanas e policiais – e isso deve ser discutido –, por outro possui habitantes antigos e com extrema vinculação ao espaço. Ali, são realizadas manifestações culturais, como carnaval e cortejos folclóricos, e ao contrário do que um leitor das notícias policiais poderia imaginar, também vivem profissionais liberais, trabalhadores, intelectuais e universitários. Em suma: não é um lugar onde apenas se morre, mas também onde se vive, onde se relaciona e onde se produzem conhecimentos vários, inclusive o acadêmico. (GOUVÊA, 2016).

COMITÊ POPULAR URBANO - CPU

-198-

O Comitê Popular Urbano (CPU) surgiu em novembro de 2013 com o objetivo de manter as ações de luta e organização de movimentos independentes iniciadas a partir de junho daquele ano. Resultante da unificação de um ativista e agitador cultural, um morador que denunciava os absurdos alagamentos que sua própria moradia sofria há anos, uma estudante de direito e um agente comunitário de endêmicas, atualmente estudante de biblioteconomia, o CPU está em plena atuação e interfere de modo marcante no cenário político, social e cultural de Belém.

O ano de 2013 apresentou ao Brasil uma efervescência política que estava invisibilizada e, no coletivo composto inicialmente por 4 pessoas, expressou-se marcadamente por duas questões pontualmente centrais, mas que espalhavam-se para diversas outras: 1) a relevância do aspecto cultural para a formação de consciência política em especial junto à juventude; 2) os alagamentos frequentes nos bairros mais populosos de Belém.

Heterogêneo, o CPU foi em grande parte resultante da análise do texto “Da antirreforma urbana brasileira a um novo momento de luta das cidades”. Na época recém publicado e que apresentou um apanhado histórico que conseguiu organizar as principais informações, dúvidas e anseios para os mais diversos questionamentos que vinham sendo levantados.

As grandes manifestações que tomaram as ruas de forma desvinculada de partidos políticos e organismos institucionais, trouxeram à tona conflitos urbanos que até então vinham sendo colocados à margem ou no máximo tratados de forma secundarizada por agentes tradicionais das lutas sociais até então.

O combate ao aumento das tarifas de transporte público havia sido o estopim das primeiras passeatas em várias cidades, porém na caixa de pandora dos conflitos urbanos estava também o fato de vivermos em uma cidade que envenena e humilha sua população por conta de constantes alagamentos em bairros que já deixaram de ser periféricos, pois sofreram intervenções daquele que ficou conhecido como a maior reforma urbana da América Latina: o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. Financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), gerenciado pelo Governo do Estado do Pará (GEP) através da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e sub-gerenciado pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB),

através da Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN), intervindo em 60% do sítio urbano da cidade de Belém e atingindo mais de 600 mil pessoas, no entanto, sem manter-se como a solução para a grande necessidade de escoamento das caudalosas águas de chuvas e marés que banham a cidade.

A partir do mesmo questionamento, o do direito à cidade, as ocupações culturais de praças, ruas, escolas, mercados e feiras, sofriam agressões de agentes de segurança pública extremamente violentos e sem respeito por qualquer valor cultural e humano. Tal fato atingiu os integrantes do Comitê Popular Urbano em cheio, pois compreenderam que através de ações de cultura popular nas ruas era possível provocar a consciência política, valorizar as expressões de nossas raízes artísticas e provocar agitações ideológicas que por si exigissem mais processos de engajamento e luta pelo reordenamento de espaços públicos para o acesso, fruição e respeito às expressões de nosso povo.

As principais frentes de atuação, as ocupações culturais e o combate aos alagamentos, geraram a articulação com movimentos institucionais, sindicatos, partidos políticos, ONGs e outros ativistas independentes. Atuando, ainda hoje, com a realização mensal do Sarau Multicultural do Mercado, que ocorre no Mercado de São Brás, as mobilizações na área da cultura geraram a participação em ocupações como a do Solar da Beira em abril de 2014. Citamos ainda o envolvimento na luta pela Lei Valmir, que democratiza a política cultural na gestão municipal, a integração no Fórum Estadual de Cultura, a realização de centenas de rodas de conversas, oficinas e saraus em escolas públicas e particulares na região metropolitana de Belém e outras cidades, a integração com a Rede de Bibliotecas Comunitárias e os debates do Plano Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas, além de uma marcante atuação nas mídias alternativas com a cobertura de manifestações para as redes sociais, mídias corporativas e rádios independentes como a Idade Mídia-Comunicação para Cidadania.

As reivindicações pelo fim dos alagamentos em Belém, é pauta da Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU) que agregou-se à Frente em Defesa das Bacias Hidrográficas de Belém (FBB), resultante da unificação das lutas populares em torno de outros projetos de intervenção urbanísticas nas bacias hidrográficas do Tucunduba e Estrada Nova. Bem como denúncias ao Ministério Público no âmbito Estadual e Federal, participação na Conferência Interamericana de Direitos Humanos, cobrança contra a falta de atuação da IV Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais, Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa, vinculada ao Ministério Público do Estado do

Pará (MPE), com relação ao sumiço dos equipamentos, maquinários e veículos que deveriam conservar e dar manutenção ao conjunto de obras do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una (referenciados no processo de nº 0014371-32.2008.814.0301, relativo à Ação Civil Pública Ambiental, ajuizada pela III Promotoria de Justiça e Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, vinculada ao referido Ministério Público do Estado do Pará), pela obrigação de fazer a manutenção e a conservação do conjunto de obras do referido projeto que é agrupado por três grandes sistemas: o de Saneamento, o Viário e o de Macrodrenagem (17 canais, 6 galerias e 2 comportas), à luz dos três manuais técnicos de manutenção e operação, produzidos justamente para impedir que o investimento da ordem de 306 milhões de dólares não alcançasse sua plenitude funcional.

Na nova conjuntura política iniciada com a eleição de um governo de orientação antipopular, ultra liberal, oligárquico e estabelecido no tripé - crime organizado, militares entreguistas e capitalistas antinacionais -, o Comitê Popular Urbano permanecerá com sua atuação em ações diretas, construção de conhecimento e articulação institucionais e reivindicações no âmbito judicial e político.

Compreendemos a ameaça iminente que a realidade pós golpe plutocrático-midiático-parlamentar impõe ao Brasil e ao mundo, sendo esta mesma realidade um chamado para a reformulação de estratégias, com o que se poderá não apenas impedir os marcantes retrocessos ambicionados pela casta ora no poder, mas também a renovação dos modos de atuação junto a população com a compreensão da importância das novas tecnologias e dos desafios que estão por vir.

PARTICIPANTES

A seguir a relação com os nomes dos movimentos, organizações, fórum e redes que estiveram nas oficinas e reuniões durante o levantamento.

BELÉM

- Acopla
- Ametucunduba
- Associação dos Estudantes Estrangeiros da UFPA
- Associação dos Estudantes Quilombolas da UFPA
- Banco Popular de Mosqueiro
- Casa Preta
- Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA/PA
- Coletivo Tela Firme
- Comitê Popular Urbano
- Comunidade Quilombola do Abacatal
- Dhavida
- Emancipa
- Fórum de Mulheres da Amazônia
- Frente dos Moradores Prejudicados pela Bacia do Una;
- Grupo de Consumo Agroecológico – GRUCA
- Grupo de Mulheres Brasileiras – GMB
- Juntas
- Juntos
- Marias
- Movimento Contra o Lixão de Marituba
- Movimento de Organização de Bairro – MOB;
- Movimentos de Luta nos Bairros Vilas e Favelas – MLB
- Rede de Mulheres Negras
- Rede Fulanas
- Telamanas

RECIFE

- Casa da Mulher do Nordeste
- Centro das Mulheres do Cabo
- Centro de Comunicação e Juventude (CCJ)
- Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá
- Coletivo Enegrecer
- Coletivo Faça Amor, Não Faça Chapinha
- Coletivo Pão e Tinta

- Coletivo Periféricas
- Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP Nordeste
- Cooperativa COOPAGRE
- Cooperativa ProRecife
- Espaço Mulher de Passarinho
- Fórum de Juventudes de Pernambuco (FOJUPE)
- Fórum de Mulheres de Pernambuco
- Fórum Suape
- Habitat para a Humanidade Brasil
- Movimento Cultural Cores do Amanhã
- Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)
- Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJUP)
- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS/UFPE)
- Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
- Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA)
- Rua – Coletivo Anticapitalista
- SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia

-203 -

RIO DE JANEIRO

- Brigadas Populares
- Consulta Popular
- Centro de Ação Comunitária (CEDAC)
- Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM)
- Coletivo de Negras e Negros do SSO da UFRJ – Dona Ivone Lara
- Comitê pela Liberdade do Rafael Braga
- Conexão G
- Escola de Ativismo
- Espaço Para Que e Para Quem Servem as Pesquisas sobre Favela
- Fórum de Manguinhos
- Fórum Grita Baixada
- GT de Pesquisa Militante em Saúde da Fiocruz
- Instituto de Formação Humana e Formação Popular (IFHEP)
- Levante Popular da Juventude
- Marcha Mundial das Mulheres
- Mídia Independente Coletiva (MIC)
- Mídia Kaps Digital de São João de Meriti
- Militiva
- Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)
- Movimento Passe Livre de Niterói (MPL)

- Movimento Pró-Saneamento e Meio Ambiente da Região do Parque Araruama (MPS)
- Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
- Museu da Maré
- Núcleo de Desconstrução de Gênero da Psicologia da UERJ
- Projeto Brasil Cidades
- Rede Brasileira de Educadores Ambientais (REBEA)
- Rede de Comunidades contra a Violência (REDE)
- Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP)
- Rolé dos Favelados
- Sindicato de Saneamento de Niterói

SANTARÉM

- Casa Familiar Rural de Santarém
- Coletivo de Estudantes Negros Alessandra Caripuna
- Coletivo de Mulheres indígenas Suraras do Tapajós
- Coletivo Juntas
- Colônia de pescadores Z-20
- Comissão Justiça e Paz – CJP
- Comitê em defesa do Igarapé Urumari
- Conselho indígena Tapajós Arapiuns – CITA
- Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP
- Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande – FEAGLE
- Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém – FAMCOS
- Federação das Organizações Quilombolas de Santarém – FOQS
- Grupo de Defesa da Amazônia – GDA
- Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia – MTLM
- Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM
- Movimento SOS Maicá
- Movimento Tapajós Vivo – MTV
- Pastoral da Juventude – PJ
- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém – STTRSTM
- União de Estudantes de Ensino Superior de Santarém – UES

“O presente livro registra um ciclo de encontros, de reflexões, de controvérsias e, acima de tudo, de muita vontade de compartilhar percepções e expectativas sobre o ativismo popular urbano contemporâneo no país. Em um ano marcado pelas turbulências políticas no contexto nacional, pela realização da Copa do Mundo e pelo conturbado processo eleitoral brasileiro, o projeto “A luta popular urbana pelo direito à cidade por seus protagonistas: trajetórias e inovações nos territórios de atuação da FASE (RJ, PE e PA)” - cujo apoio nos foi proporcionado pela Fundação Rosa Luxemburgo – se constituiu numa oportunidade de juntar diferentes movimentos, coletivos, ONGs e organizações parceiras de universidades para “olhar” os sujeitos populares a partir de um levantamento participativo sobre suas “ações”, “práticas” e “narrativas” na atualidade.” (trecho do livro)

Realização



Apoio

